

Amilcar Torrão Filho

*A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*

Tese de Doutorado em História apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação de Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e Aprovada pela Comissão Julgadora em 17/03/2008.

BANCA:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Stella Martins Bresciani – IFCH/Unicamp (orientadora)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Izabel Andrade Marson – IFCH/Unicamp

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Mezan Algranti – IFCH/Unicamp

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karen Macknow Lisboa – Unifesp

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Regina Capelari Naxara – UNESP/Franca

Suplentes:

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes – IFCH/Unicamp

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza – IA/Unicamp

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iris Kantor – FFLCH/USP

Março de 2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**T637a**      **Torrão Filho, Amilcar**  
**A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na  
literatura de viagem (1783-1845) / Amilcar Torrão Filho. -  
Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

**Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Viagem na literatura. 2. Cidades e vilas na literatura.  
2. Alteridade. 4. Historiografia. 5. História e literatura.  
I. Maria Stella Martins Bresciani. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.**

**crl/ifch**

**Título em inglês: Architecture of alterity: the luzo--brazilian city on travel  
literature (1783-1845)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

- Travel in literature**
- Cities and towns in literature**
- Alterity**
- Historiography**
- History and literature**

**Área de Concentração: História. Cultura, Cidade e Patrimônio**

**Titulação: Doutor em História**

**Banca examinadora: Maria Stella Martins Bresciani, Izabel Andrade Marson,  
Leila Mezan Algrantí, Karen Macnow Lisboa, Márcia  
Regina Capelari Naxara**

**Data da defesa: 17-03-2008**

**Programa de Pós-Graduação: História**

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo rever algumas imagens da cidade luso-brasileira nas narrativas de viagem de autores franceses e britânicos, que foram muitas vezes incorporadas pela historiografia. Procuo em algumas definições do gênero literatura de viagem, maneiras de compreender como se formam as imagens conceituais sobre a cidade brasileira e como o espaço urbano serve, neste período, como um espelho da alteridade entre a Europa “civilizada” e “polida” e os territórios de administração ou origem portuguesa, considerados decadentes e “bárbaros”, no período de superação dos vínculos coloniais e de criação do Estado Nacional brasileiro. Meu objetivo não é reconstituir uma suposta “realidade” das cidades, como elas eram quando visitadas por estes viajantes, mas verificar como questões retóricas, de estilo e teorias prévias, trazidas em suas bagagens, condicionam a descrição das experiências do mundo tangível.

## **Abstract**

The goal of my work is to provide a review of images of the Luso-Brazilian cities that were often incorporated by historiography in the narratives of French and British authors. From the travel literature genre, I investigate ways to understand how conceptual images about the Brazilian cities and the urban space for the period of 1783 through 1844 serve as a mirror of the differences between the “civilized” and “refined” Europe and the territories of Portuguese administration or origin, which were considered as decadents and “barbarians” during the period of surpass of colonial ties and the creation of the Brazilian National State. Rather than to reconstruct a supposed “reality” of the cities or how they were when visited by the travelers of the period, my objective is to verify how rhetorical questions of style and previous theories as represented by the contents brought within the traveler’s luggage affect the description of the experiences of the tangible world.

## Sumário

Agradecimentos	v
Apresentação. Os Alicerces	1
1. Imago Mundi	23
1.1 Definições de um Gênero Fugidio	23
1.2 Veracidade e Ficção	30
1.3 Deslocamento e Alteridade	40
1.4 Pitoresca Confusão	45
2. Querelas do Brasil	79
2.1 Consciência viajora	79
2.2 Inventários do Exótico	85
2.3 Pecados de Origem	99
2.4 Novo Novo Mundo	112
3. As Belas Dormentes	121
3.1 Modos de ver, formas de narrar	121
3.2 Um olhar pitoresco	142
3.3 Os nomes de Tamara	151
3.4 A Cosmética do Caos	167
4. Inútil Paisagem	191
4.1 A Arquitetura da Desordem	191
4.2 Vício de Construção	205
4.3 Cidade aberta	221
4.4 Cidade Lânguida	235
5, Bibliotheca Mundi	249
Fontes e Referências Bibliográficas	271

## Agradecimentos

Um dos lugares-comuns mais freqüentes nos trabalhos sobre a literatura de viagem, é a referência às inúmeras viagens necessárias para a realização da pesquisa, e as muitas ocasiões nas quais o viajante-pesquisador recebeu a hospitalidade de amigos ou mesmo de estranhos. Não pretendo quebrar essa tradição, e desejo agradecer as muitas pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho em várias partes do mundo, de forma mais ou menos direta.

Na Espanha, devo agradecer a meus amigos de A Coruña, o arquiteto Alberto Baña Romero, que contribuiu com muitos textos e muitas aulas sobre vinhos e queijos galegos, e minha amiga de muitos anos, e tantas viagens, María del Pilár Jaspe Abella e toda a hospitalidade de sua família encantadora. Em Barcelona, devo agradecer aos amigos Alberto Javier Martín Jacas, Carmen Ruiz Altimir, Jaime Pelai, Jesús Burillo, Josefina Jacas Salvadó, Lydia de Ramón Queralto, Victor Espot e Viviane Gerdali. Em Madri, agradeço a hospitalidade de María Ángeles Martín Jacas, quando de minha participação no Congresso *Viajeros y literatura de viajes: trás sus huellas*, na Universidade Complutense de Madri. Em Barcelona ainda, um agradecimento muito especial a Luis Martín Jacas, mais uma vez presente de forma indelével. *Moltes gràcies*.

Da Inglaterra, recebi a amizade, e alguns textos, de Ilana Mountian, em Manchester, e de Jan Hutta, entre Berlim e Leeds. Em Portugal, devo agradecer uma vez mais à Doutora Lídia Meunier de Almeida e Silva Madeira de Abreu, do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, em Lisboa, pelo envio de livros importantes para o meu trabalho. Dos Estados Unidos, agradeço ao apoio e interesse de Isa Goldberg e Nanette Shaw, de Nova Iorque.

Em Paris, onde realizei estágio de doutorado “sanduíche” na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, entre agosto de 2006 e abril de 2007, devo agradecer especialmente a Stefan Böhner, que leva o conceito de hospitalidade com seus amigos brasileiros a um patamar difícil de ser reconhecido adequadamente. Aos amigos da *École* e, sobretudo, da *Maison du Brésil*, cuja façanha foi tornar a vida habitável numa casa de Le Corbusier: Adriana Dorfman, por ter insistido e pelos cafés no *boulevard Raspail*, André Bessa, pelo aniversário ao piano, André Constantino Yazbek e Bárbara Monte-Mor, pela alegria, Biagio Avena, pelas primeiras instruções, Carolina Howard Felicíssimo, Daniela Marzola Fialho, pelos muitos vinhos com *escargot* nas noites frias da *Cité Universitaire*,

David Schröder, Eva Rolim, uma ilha de cor e alegria na cinzenta Paris invernal, Evaldo Becker, Fábio Reis Mota, Iara Cecília Rolim Pimentel, que me abriu tantas portas em Paris, metafóricas ou não, Juliana Folloni, Karina Alves de Toledo, pela amizade e confiança, além de livros trazidos na bagagem de volta, Latchezar Kountchev, Livia Laene Oliveira dos Santos, Lucilene Cury, Maria Luisa Scaramella, Paula Leonardi, pelo desabafo no RER, Rita Gallego, amiga “antiga” descoberta na cidade luz, Michelle Amorim, Tâmara Abreu, pelas muitas traduções, Tamara Salameh, Washington Drummond, pela discussão fundamental para este trabalho quando de minha participação no Cycle APEB, na *Maison du Brésil*, e pela boa música.

Em Paris devo agradecer ainda ao auxílio e gentileza dos funcionários do *Muséum National d’Histoire Naturelle*, em especial a Anne Caverio e Pascale Heurtel, pela ajuda na leitura dos manuscritos da *Salle des Vélins*. Também a Annie Sevin, coordenadora do Seminário de professor Christian Topalov na *École*. E especialmente à minha orientadora, professora Claudine Haroche, por sua gentileza e por ter dividido comigo um pouco da intensidade de seu pensamento, além da insistência na importância de se *ouvrir la tête*.

No Brasil, agradeço aos meus amigos em São Paulo, Andréa Duarte Muniz, Ana Lúcia de Campos Gama, Clara Feldsztein, Francisco José Calheiros Ribeiro Ferreira, Lílian Lisboa Miranda, por tudo o que veio e certamente virá, Luciana Gama, pelos caminhos, Luiz Paulo Zerbini Pereira, Magna Adrienne Moreno, Marcelo Cerucci, pelas inúmeras e excelentes ajudas na tradução e por ter salvado tantas vezes o arquivo deste trabalho, Marcelo Müller, Marcelo Ramanoski, Márcia Moisés Ribeiro, Marcos Sampaio Soares de Azevedo, cuja biblioteca há anos venho esvaziando, Maria Aparecida de Menezes Borrego, Maria Fernanda Derntl, Marta Raquel Colabone, Paulo Henrique Martinez, Renata Frascino Saraiva, Roosevelt Colini Luz, Sandra Regina Marin de Oliveira, Thaís Buva e Verônica Sales Pereira.

Em Campinas, ou espalhados pelo Brasil, aos companheiros da pós-graduação do IFCH, Ana Villanueva Fernandes, Jhoyce Póvoa Timóteo, Josianne Francia Cerasolli, Karoline Carula, Marcela Marrafon de Oliveira, Maria Lúcia Abaurre Gnerre, Maria Regina Emery Quites, Paula Bin Nomelini, Raimundo Nonato Pereira Moreira, Rodrigo Ceballos, Rodrigo Santos de Faria e Viviane Gomes de Ceballos, pela imensa e antiga hospitalidade.

Além deles, devo agradecer aos companheiros do Projeto Temático “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, séculos XIX e XX”, pela possibilidade de apresentar meu trabalho em Madri, bem como aos colegas da Revista *Urbana*. E aos professores e colegas do PROIFEM, curso de formação de professores, em especial a Joni Amorim e Renata Sunega, por toda a ajuda a distância que me deram.

Em Belo Horizonte, agradeço a Rodrigo de Almeida Bastos; em Curitiba à hospitalidade de minha amiga Renata Senna Garraffoni; e em Vitória da Conquista à gentileza de professor Luiz Otávio de Magalhães, editor da Revista *Politeia*.

Na Unicamp recebi o apoio de muitos professores, que foram fundamentais em minha formação acadêmica, e devo agradecer muito a Cristina Meneguello, Eliane Moura da Silva, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza, Izabel Andrade Marson, Leila Mezan Algranti, Marcos Tognon, Margareth Rago, Robert Wayne Andrew Slenes e Silvana Rubino. Na Universidade de São Paulo, devo agradecer a Iris Kantor; na Unesp, a Márcia Regina Capelari Naxara; e na Unifesp a Karen Macknow Lisboa.

A minha orientadora, Maria Stella Martins Bresciani, devo agradecer por todas as oportunidades de crescimento pessoal e intelectual, pela orientação difusa e tão precisa, pela confiança e pela crença inquebrantável no debate, nas idéias e na força da “pá da palavra”. Por ser artífice de uma verdadeira Arquitetura da Amizade.

Por fim, agradeço a minha a toda a minha família, meu pai (*in memoriam*) e mãe, de poucas letras mas muitos princípios, irmãs, cunhados e sobrinhos, pelo apoio que nunca deixou de dar-me.

Esta pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq, que financiou a pesquisa de doutorado e o estágio em Paris, a quem também agradeço.

## Apresentação. Os Alicerces

*Pra onde vão os trens meu pai? Para Mahal, Tamí, para Camirí, espaços no mapa, e depois o pai  
ria: também pra lugar algum meu filho, tu podes ir e ainda que se mova o trem tu não te moves de ti.*  
Hilda Hilst<sup>1</sup>.

Em 1783, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de Volney, empreendeu uma das viagens mais célebres da história, à Síria e ao Egito, que inspiraria Napoleão a invadir o país africano numa enorme e igualmente célebre expedição, observado ao pé das pirâmides por séculos de história. Embora seja muito citado por suas *Questions de statistique à l'usage des voyageurs*, conhecidas instruções que propunham um novo método para a viagem, dando-lhe um caráter mais claramente ligado ao conhecimento científico da época, foi na viagem citada que este método foi concebido e aplicado pela primeira vez, vindo a se tornar uma referência obrigatória a todo viajante daí por diante. É por esta inflexão na história da viagem que a tomo como marco cronológico inicial, que não por acaso coincide com o início de um novo interesse pela América portuguesa por parte das potências européias. O ano de 1783 coincide ainda com a importante expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, inédita até o momento, que marca o início da atividade científica nos territórios brasileiros, que não deixa de fazer parte do mesmo momento histórico que engendra a viagem de Volney ao Oriente e suas instruções.

À paixão da viagem, Volney acrescenta a paixão da “instrução”, para a qual a viagem lhe pareceu, depois de recebida uma importante soma de herança, um meio novo de “satisfazer este gosto e de abrir uma grande carreira à minha educação”. Em princípio nenhuma novidade, já que o *Grand Tour* era uma prática comum aos jovens ricos da França e, sobretudo, da Inglaterra. No entanto Volney, que sabia que a viagem era um dos mais eficazes modos de “ornar o espírito e de formar o julgamento”, decide por um “teatro” inusitado para a sua formação<sup>2</sup>. “Meu país e os estados vizinhos”, diz ele, “me pareceram muito conhecidos, ou muito fáceis de conhecer”. A América nascente e seus selvagens “me tentaram”; “outras idéias”, afirma, fizeram com que se decidisse pela Ásia, mais especificamente Síria e Egito, pela dupla relação do que “eles já foram outrora e do que

---

<sup>1</sup> *Tu não te moves de ti*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980, p. 9.

eles são hoje em dia”, parecendo-lhe um campo mais próprio para “as observações políticas e morais às quais desejava ocupar-me”. Pois seriam ali, nestes locais, que teriam nascido a maior parte das “opiniões que nos governam”, das idéias religiosas que influenciaram tão “poderosamente a nossa moral pública e particular, sobre nossas leis, sobretudo sobre nosso estado social<sup>3</sup>”.

O viajante necessita de método e teoria, e em grande parte o texto de sua viagem trata disso: “Ver bem é uma arte que necessita mais de exercício do que se pode pensar<sup>4</sup>”. Os sentidos podem perturbar a reflexão, mas ela só pode ser resultado desta experiência sensorial que reconhece o mundo em sua materialidade e por meio de faculdades corporais e intelectivas. E isso não o impede de afirmar um lugar-comum da viagem, de que os habitantes dos locais visitados, “acostumados a esse espetáculo, não recebem dele nenhuma impressão”, ao contrário do estrangeiro, para quem as “lembranças que ele evoca se exaltam pelo efeito da novidade, ele experimenta uma emoção que freqüentemente chega às lágrimas, que dá lugar a reflexões cuja tristeza se liga tanto ao coração, que a sua majestade eleva a alma<sup>5</sup>”. Uma idéia complexa, na qual os sentimentos avivados e intensificados do viajante, por conta de sua saudade e do “luto” que experimenta longe de sua pátria, são os índices de sua capacidade de observação mais acurada do que o nativo insensível a estes apelos, pela acomodação, ociosidade e preguiça. Destaca-se a partir de Volney o desejo de um olhar imparcial, infenso às paixões e racional, no entanto, este desejo, diz Süsskind, “se converte, desde o início das expedições, em observação interessada, com itinerário, objetivos e modos-de-ver sabidos de cor<sup>6</sup>”.

Se ver é fundamental, uma questão bastante delicada se coloca no caso de um viajante célebre, como James Holman, que era cego. O viajante britânico se vê obrigado a responder ao que constantemente lhe questionavam, ou seja, “qual a utilidade da viagem para alguém que não podia ver?” Sua resposta joga uma luz importante sobre os métodos da viagem: “todo viajante vê tudo aquilo que ele descreve?”, responde com outra pergunta. Todo viajante “não é obrigado e a depender de outros em grande proporção da informação

---

<sup>2</sup> VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf, conde de, *Voyage en Syrie et en Egypte pendant les années 1783, 1784 & 1785*. Paris: Volland, 1787, v. 1, p. iii.

<sup>3</sup> *Id.*, *ibid.*, p. iv.

<sup>4</sup> *Id.*, *ibid.*, p. vi.

<sup>5</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 5.

que ele coleta?”, continua. Mesmo um viajante como Humboldt “não estava isento desta necessidade”, diz ele<sup>7</sup>. As obras de arte ou a natureza pitoresca são para ele apenas “esboços de beleza, acessíveis apenas a um dos sentidos”; mas talvez por isso mesmo ele tenha um “grande entusiasmo pela curiosidade”, que o levaria a examinar mais atentamente os detalhes, negligenciados por um viajante que se satisfaz com uma visão superficial e que se contenta “com as primeiras impressões transmitidas ao olhar”. Sendo cego, Holman se sente obrigado a adotar um “procedimento mais rígido e desconfiado de investigação”, além de inquirir analiticamente, por meio de “um paciente exame” sobre aquilo que um outro viajante “dispensa num primeiro olhar”. Sua condição faz com que não seja “enganado pelas aparências”, nem adote conclusões errôneas e precipitadas. O fato de que as coisas lhe sejam narradas por outros “no local” faz com que ele possa “formar um julgamento tão correto quanto a minha própria visão poderia me dar<sup>8</sup>”. James Holman dá a ver um importante limite do gênero viático: a visão é elevada ao sentido mais importante na estruturação da verossimilhança da narrativa, é o que aproxima o tangível da razão, que o transforma em texto confiável, em conhecimento fiável. Entretanto, nem toda informação da narrativa de viagem é dada diretamente ao olhar. A experiência de Holman demonstra que a produção do conhecimento e da informação deste gênero nem sempre depende da presença física, da experiência direta, da individualidade do viajante.

O que Volney vai buscar no Oriente, que rejeita na Europa do circuito conhecido do *Grand Tour* pela Itália, e recupera na América numa espécie de exílio mais ou menos forçado alguns anos depois, é a alteridade, a diferença que opõe as antípodas da civilização e define suas marcas e suas fronteiras, sendo, ao fim, o objetivo de quase toda viagem. Essa alteridade se constrói textualmente pela tradução do outro ao mesmo, da analogia, da comparação, da inversão. O que desejo destacar nesta construção textual de uma representação da diferença é que ao tratar do outro, o viajante edifica uma representação de si mesmo: “classificando o outro, classifico-me a mim mesmo e tudo se passa como se a

---

<sup>6</sup> SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 114.

<sup>7</sup> HOLMAN, James, *A voyage round the world, including Travels in Africa, Asia, Australasia, America, etc. etc. from 1827 to 1832*. London: Smith, Elder & Co., Cornhill, 1834, v. 1, pp. 4-5.

<sup>8</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 5.

tradução se fizesse sempre na esfera da *versão*<sup>9</sup>”. É o que faz Volney na Síria, por exemplo: logo que um europeu chega ao país, diz ele, ou em qualquer parte do Oriente, o que mais lhe espanta “no exterior dos habitantes, é a oposição quase total de suas maneiras em relação às nossas; diríamos que um desígnio premeditado se satisfaz em estabelecer uma enormidade de contrastes entre os homens da Ásia e os da Europa<sup>10</sup>”. Nós, diz Volney, usamos vestimentas curtas e eles longas e amplas; nós deixamos crescer os cabelos e cortamos a barba, eles deixam crescer a barba e raspam o cabelo; entre nós descobrir a cabeça é uma marca de respeito, entre eles “a cabeça nua é uma marca de loucura”; “nós passamos a vida em pé, eles sentados<sup>11</sup>”; e assim sucessivamente, em cada menor traço físico ou de costumes, um *nós* se opõe ao *eles*, uma divisão que marca, define e resguarda os liames da civilização e, aos poucos, define as feições da nacionalidade por meio da oposição aos outros, aos estranhos estrangeiros. A viagem para os escritores viajantes do século XIX, segundo Augé, “tinha por finalidade a descoberta da própria identidade”, um pretexto para o texto do livro, uma “experiência de si mesmos por meio de uma aventura de exterioridade<sup>12</sup>”. A viagem serve para definir o outro, mas sobretudo para que esta imagem do outro dê ao viajante, e ao seu leitor, a definição viva, colorida e animada de si mesmos; uma cartografia da alma, uma paisagem moral, uma sensação de “eu estou aqui, isto me define”.

Não é apenas o contato com o mundo que determina o conteúdo da descrição, mas ela é resultado também da reflexão e de uma teoria que antecede à viagem. Como observa Said, a relação entre um orientalista no período moderno e o Oriente é “textual”, e quando ele viajava

“era sempre com máximas abstratas inabaláveis sobre a ‘civilização’ que tinha estudado; raramente os orientalistas estavam interessados em algo que não fosse provar a validade dessas ‘verdades’ mofadas, aplicando-as, sem grande sucesso a nativos que não as compreendiam – degenerados, portanto<sup>13</sup>”.

---

<sup>9</sup> HARTOG, François, *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. port. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 259.

<sup>10</sup> VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de, *op. cit.*, p. 419.

<sup>11</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 419-420.

<sup>12</sup> AUGÉ, Marc, Prólogo. El viaje inmóvil. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, PIMENTEL, Juan (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, 2006, p. 13.

<sup>13</sup> SAID, Edward, *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. Nova edição. Trad. port. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 88-89.

É claro que a teoria pode ser entendida de outra maneira, não apenas como um constrangimento ao pensamento. Euben discorda nesse sentido de Said, ao apresentar a teoria como “uma prática de investigação na qual a distância crítica desempenha um papel integral”, sendo parte de uma “atividade reflexiva<sup>14</sup>”, da qual a literatura de viagem representa uma atividade muito importante. A viagem seria, para Euben, uma “ponte conceitual sobre as tradições separadas pela cultura ou pelo tempo, na qual a relação entre mobilidade e sabedoria, assim como a sua corrupção e o risco de perdê-la, é explícita<sup>15</sup>”. O próprio termo teoria, em grego e em árabe, é um sinônimo para viagem, do que trataremos adiante. De todo modo, o deslocamento da viagem obriga a alguma forma de questionamento sobre o mundo, quando não é este questionamento mesmo que a provoca, sendo claro que “as relações entre teoria, viagem e conhecimento são premissas subterrâneas da política ocidental e da teoria social desde a era clássica<sup>16</sup>”.

Um viajante quase sempre tem projetos políticos, sociais ou filantrópicos, e os espaços exóticos são um campo fértil no qual eles podem teorizar a aplicação de suas idéias. No Brasil, para darmos apenas um exemplo, Henry Koster pensou uma “prática pedagógica reformista e reeducadora *pacífica*” da sociedade brasileira, na superação dos “vícios de origem”, dos hábitos perniciosos “da sociedade do ‘*Antigo Regime*’, responsáveis pelo autoritarismo, impunidade, repressão e indolência<sup>17</sup>”. Marson observa os “vínculos políticos” do texto de Koster, sua teoria, que fazem com que o autor idealize muitas imagens para “a partir delas projetar uma remodelação das colônias americanas, passo essencial na construção de impérios fortes e esclarecidos”, um britânico, o outro português<sup>18</sup>. A narrativa de Koster está “imbricada na política partidária”, e a experiência da viagem muitas vezes circunscreve “as imagens utilizadas às dimensões exclusivas do argumento<sup>19</sup>”. Muitas experiências do viajante são reordenadas, re-significadas, para que possam caber dentro da teoria e dos projetos que o viajante traz em sua bagagem, tomando um outro sentido, diferente daquilo que acabaram de narrar. No período anterior a Koster,

---

<sup>14</sup> EUBEN, Roxanne L., *Journeys to the other shore*. Muslim and Western Travelers in Search of Knowledge. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2006, p. 11.

<sup>15</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 15.

<sup>16</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 24-25.

<sup>17</sup> MARSON, Izabel Andrade, *O império da “conciliação”*: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão. Tese (Livre-Docência em História). Campinas: Unicamp, 1999, p. 98.

<sup>18</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 115.

<sup>19</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 123.

em finais do século XVIII, a teoria informa aos viajantes, sobretudo a partir da narrativa de Cook, que os portugueses são extremamente inospitais com os estrangeiros. As demonstrações em contrário a essa idéia, presentes em quase todos os relatos, são, portanto, consideradas estranhas exceções, que não refletem a real essência dos portugueses na América. É aquilo que poderíamos denominar uma “pedagogia da viagem”, uma nova concepção de colonização, sobretudo no século XIX, “que se pode definir como uma espécie de *pedagogia destinada a preparar a idade adulta do mundo em geral*”<sup>20</sup>. Assim, se a teoria pode ser entendida, com Euben, como uma posição metodológica de conhecimento frente à experiência da viagem, que incita à reflexão e ao conhecimento, não podemos esquecer que esta teoria é mediada pela política, mais ou menos consciente ou engajada, mas que determina como as experiências do mundo serão interpretadas e transformadas em narrativa. Esta teoria é aquilo que se interpõe entre o “dispositivo sensorial do viajante” e o mundo visitado, “um esquema conceitual antecipador que organiza a visão”; um esquema conceitual que é parte integrante da “relação visual estabelecida entre observador e mundo observado”<sup>21</sup>.

“Eternamente na vanguarda, o viajante está em missão permanente. Ao menos é assim que ele se legitima”<sup>22</sup>. Não é por acaso que a viagem é uma metáfora do conhecimento, de um rito de passagem e transformação, de forte componente religioso e místico, dos quais o Êxodo e as peregrinações de São Paulo Apóstolo são apenas alguns dos exemplos, que Urbain identifica na validação do viajante e no desprezo ao turista, a quem o viajante acusa de “*banalizar o mundo*”<sup>23</sup>; ou ainda “uma vasta operação de falsificação do mundo”, “uma traição do real”<sup>24</sup>, que o verdadeiro viajante restituiria em sua integridade. O esforço, a superação das dificuldades, que o turista afasta de seu deslocamento, são índices da fiabilidade do texto do viajante que percorre os mundos exóticos. Para Urbain, o turismo não é “a massificação degradante da viagem”, mas muito mais “*a generalização de uma*

---

<sup>20</sup> ROUANET, Maria Helena, *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 62.

<sup>21</sup> LENCLUD, Gerard, *Quand voir, c'est reconnaître. Les récits de voyage et le regard anthropologique. Enquête. Les terrains de l'enquête*, Paris, 1995, p. 5. Disponível em <http://enquete.revues.org/document266.html>. Consultado em dezembro de 2007.

<sup>22</sup> URBAIN, Jean-Didier, *L'idiot du voyage. Histoires de touristes*. Paris: Payot, 2007, p. 75.

<sup>23</sup> *Id., ibid.*, p. 80.

<sup>24</sup> *Id., ibid.*, pp. 259-260.

*forma de conhecimento*<sup>25</sup>”. A viagem tem sido assim, mais do que fonte de conhecimento e informação, um método de investigação do mundo. E formadora de grande parte das idéias filosóficas, sobretudo no período da Ilustração, quando os viajantes “estavam a caminho de destruir, muitas vezes sem saber, o edifício do antigo regime<sup>26</sup>”. Mais do que “influenciados” pelos filósofos da ilustração, os viajantes lhes davam instrumentos para a formação de suas teorias, estando na base da formulação do conceito do bom selvagem ou da influência do clima nos costumes, por exemplo, ou no *Esprit des Lois*, de Montesquieu. O viajante “não era simplesmente uma fonte de informações, mas também de desenvolvimentos analíticos”, partindo da Europa geralmente “conscientes da existência de debates nos quais eles podiam contribuir<sup>27</sup>”.

É da composição textual da alteridade que desejo tratar neste trabalho, por meio das descrições das cidades luso-brasileiras realizadas por autores britânicos e franceses no período de 1783 a 1845. Esta escolha se deve à possibilidade de leitura dos textos na língua original e pela disputa colonial e cultural que havia entre estes países e os Reinos ibéricos neste momento. A primeira data, já descrita anteriormente; a segunda diz respeito à publicação do texto de Karl von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, na *Revista Trimestral de História e Geographia*. Tanto o livro de Volney quanto o texto de von Martius são reflexões metodológicas e teóricas sobre a viagem que a identificam cada vez mais à produção de um conhecimento histórico. Além disso, estão entre dois momentos imensamente importantes para a presença das cidades luso-brasileiras na literatura de viagem: o início de uma nova “técnica” de observação dos mundos exóticos, marcada pela postura científica e também histórica, já que para Volney o texto de Viagem é sobretudo uma reflexão histórica, na qual a meditação sobre as ruínas da humanidade nos projeta caminhos de futuro. É também o momento no qual se inicia a exploração científica da América portuguesa por meio da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, quando Portugal inicia um processo de abertura de seus territórios americanos, “forçado” pela verdadeira “febre” de viagens, explorações e novas descobertas. A América portuguesa não deixa de ser também uma nova descoberta a britânicos, os primeiros a chegar, e logo aos

---

<sup>25</sup> *Id., ibid.*, p. 120.

<sup>26</sup> ATKINSON, Geoffroy, *Les relations de Voyages du XVIIe siècle et l'Évolution des Idées*. Contribution à l'Étude de la Formation de l'Esprit du XVIIIe siècle. Paris: Édouard Champion, 1927, p. 36.

<sup>27</sup> RUBIÉS, Joan-Pau, Travel writing and ethnography. In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, p. 257.

franceses, um território pouco explorado por visitantes destes países e marcado por descrições e imagens míticas, por vezes utópicas, com uma indistinção mais ou menos clara entre a descrição objetiva do referente e o texto ficcional, de André Thevet, Jean de Léry, Hans Staden, Théodore de Bry. Uma redescoberta provocada por um interesse científico, por uma disputa colonial que opôs Inglaterra e França às antigas potências coloniais ibéricas, “decadentes” e “ciumentas” de suas possessões, e também pelo fato de que a viagem, antes do advento da História Natural e da viagem pitoresca, interessada em paisagens “naturais”, era eminentemente urbana, constituindo a cidade “a primeira ‘curiosidade turística’<sup>28</sup>”; sendo assim, a América, pouco urbanizada, ainda não atrai a atenção dos viajantes europeus como o Oriente ou a Itália. Já o texto de von Martius é publicado no momento em que já ocorreu a superação dos vínculos coloniais e se está criando um Estado Nacional brasileiro, que necessita de uma História Geral e Oficial, uma memória institucional que irá utilizar-se do método da viagem para a composição de sua narrativa, sistematizada no texto do naturalista bávaro, mas já discutida pelos membros do Instituto Histórico. Uma incorporação da viagem e de suas narrativas à construção da identidade da jovem nação, por meio da formação de um narrador de ficção que cartografa a paisagem da nação, bem como, com Varnhagen e o Instituto Histórico, da definição “de um perfil de historiador *nacional* para esse narrador-viajante em formação<sup>29</sup>”.

Trato da cidade luso-brasileira neste trabalho por considerar que as suas descrições são uns dos elementos mais importantes na construção das imagens de alteridade que estão na base desta literatura, definindo os contornos do *eu* europeu e do *outro* luso-brasileiro. Ao lado da paisagem natural, definidora deste *outro* americano, as suas cidades serão cenários nos quais se representa o texto da alteridade, em seu caráter muitas vezes indistinto, mescla excêntrica de civilização e barbárie, urbanidade e natureza, fisionomia estranha e indefinível. Uma alteridade mais complexa do que a encontrada nas selvas “tropicais”, justamente por conta desta “aparência” urbana que leva o viajante a duvidar se se encontra num espaço culto, de origem européia, ou nas profundezas da natureza inculta e terrífica dos “Trópicos”. Para Almarcegui, por exemplo, o homem ilustrado “não se encontrou frente ao Outro, mas com um eu interior, de tal forma que a viagem supôs um reencontro

---

<sup>28</sup> URBAIN, Jean-Didier, *op. cit.*, p. 182. Cf. BRILLI, Attilio, *Quand voyager était un art. Le roman du Grand Tour*. Trad. Marie-José Tramuta. Saint Pierre de Salerne: Gérard Monfort, 2001, p. 42.

<sup>29</sup> SÜSSEKIND, Flora, *op. cit.*, p. 187.

com a historicidade do viajante<sup>30</sup>”. Um viajante moderno, Lévi-Strauss, ainda que odiasse as viagens e os exploradores, chega ao fim do mundo, no distante Oriente, passando pelos desertos da América, também em busca da alteridade nos “países exóticos”, que lhe pareciam “como o avesso dos nossos, o termo de antípodas encontrava em meu pensamento um sentido mais rico e mais ingênuo que seu conteúdo literal”. Ele se espanta da mesma forma que os viajantes dos séculos XVIII e XIX, que certamente leu, de encontrar um mundo semelhante ao seu no Brasil, revelando nessa semelhança, por paradoxal que pareça, a evidência de um mundo às avessas. “Cada animal, cada árvore, cada talo de grama, devia ser radicalmente diferente, ostentar ao primeiro olhar sua natureza tropical<sup>31</sup>”. Na Índia, em Delhi, Calcutá, Karachi, a mesma reflexão que havia sido posta por Volney, comparando as civilizações da Europa e do Oriente: “Do ponto de vista dos aspectos materiais ao menos, uma parece ser o contrário da outra, uma foi sempre vencedora e a outra, perdedora<sup>32</sup>”. Buscando o *outro* nos “trópicos”, ele não encontra mais do que o *mesmo* na América, e a imagem do *eu* na Ásia, continente no qual ele vê, em sua decadência e explosão populacional, numa “desvalorização do homem pelo homem”, “a imagem de nosso futuro, por ela antecipado<sup>33</sup>”. Lévi-Strauss refaz o percurso de muitos de seus predecessores viajantes, buscando o *outro*, sua imagem invertida para cimentar sua identidade, ele chega ao “fim do mundo”, mas também, “e de maneira contraditória, é lá que ele encontra a si mesmo e as fontes de sua cultura<sup>34</sup>”.

A descrição dos mundos exóticos depende dos clichês para comunicar-se com seu público; a imagem deste mundo estranho e estrangeiro só pode ser tomada como “verossimilhante com a condição de se estabelecer sobre a base de uma convivência cultural onde os clichês e estereótipos são os seus índices<sup>35</sup>”. Dessa forma, meu objeto não são as cidades luso-brasileiras, mas a historicidade das representações textuais que viajantes britânicos e franceses elaboraram destas cidades; suas imagens conceituais que se colaram,

---

<sup>30</sup> ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia, El descubrimiento del Islam en los viajeros ilustrados europeos. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, \_\_\_\_\_. (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, p. 116.

<sup>31</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 2005, p. 47.

<sup>32</sup> *Id., ibid.*, p. 149.

<sup>33</sup> *Id., ibid.*, p. 171.

<sup>34</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins, Le parcours aventureux de Lévi-Strauss. France, Brésil, Asie – Une relecture de *Tristes Tropiques*. Comunicação apresentada ao Seminário Corps et Espace. Paris, Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, 8 févr., 2006, p. 3.

<sup>35</sup> MOURA, Jean-Marc. *Lire l'Exotisme*. Paris: Dunod, 1992, p. 101.

muitas vezes, na historiografia da cidade colonial brasileira como reflexos, imagens “fotográficas”, que restituíam estas cidades em instantâneos de vida, em momentos flagrados de seu cotidiano, tal como os corpos de pedra e gesso de Pompéia. Busca-se muitas vezes, tanto nas imagens dos viajantes quanto em seus textos, um “caráter *probatório*. A imagem urbana seria tanto mais ‘histórica’ quanto pudesse comprovar a coincidência de traços nela presentes com os desse real externo, objetivo, a cidade que lhe serviu de modelo<sup>36</sup>”. Uma visão “enormemente redutora”, diz Meneses, que também podemos encontrar no domínio da representação textual, da qual se ocupa este trabalho.

Trato também dos textos de viagem como livros, e da força da palavra impressa sobre o pensamento. Pois “metal algum pode cavar mais do que a pá da palavra, e poderás lavar, corroer ou cinzelar numa medida justa<sup>37</sup>”; a palavra é, assim, mais forte do que o metal para imprimir na consciência a forma das idéias, a imagem da narrativa ou a materialidade inconsútil da substância do mundo. Vivemos numa época que desconsidera muitas vezes a importância que a palavra escrita ainda tem, sobretudo nas três civilizações do Livro. Para Butor, a relação entre viagem e escritura é evidente: para mim, diz ele, “viajar, ao menos viajar de uma certa maneira, é escrever (e primeiro porque é ler), e escrever é viajar<sup>38</sup>”. No caso da literatura de viagem a palavra ao lado das imagens, que muitos destes livros possuem, mas que não funcionam sem o auxílio do texto, nos dão uma “ilusão de realidade” da descrição dos territórios exóticos. É como se o livro nos desse a “realidade” desta alteridade que ele procura constituir, por meio da força normativa da palavra e da representação. Parte desta “ilusão de realidade” é construída na figura da individualidade do autor e da experiência intransferível que este autor “reflete” em seu texto; há um *eu* que fala, que tem uma autoridade concedida pela impressão, no papel, da expressão de sua experiência e de sua interioridade. Num gênero de fronteira como a literatura de viagem, a definição de autoria como uma experiência individual, nascida da apreensão dos sentidos do indivíduo, é bastante problemática. Não apenas pelo que já demonstrou Foucault, em relação à questionável auto-evidência da noção de autor, uma função que ele considera “característica do modo de existência, de circulação e de

---

<sup>36</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*. São Paulo, (30): 144-155, jun./agos., 1996, p. 153.

<sup>37</sup> HILST, Hilda, *Ficções*. São Paulo: Quíron, 1977, p. 15.

<sup>38</sup> BUTOR, Michel, *Le voyage et l'écriture*. In: *Répertoires*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1974, v. IV, pp. 9-10.

funcionamento de certos discursos no interior da sociedade<sup>39</sup>”, que não é nem universal nem destituído de historicidade. No período do qual tratamos, é verdade que esta autoria, “referida a individualidade empírica responsável, como causa criadora, por objetos com a rubrica de um nome próprio, índice de sua autenticidade e propriedade<sup>40</sup>”, já está se configurando. Ainda assim, é problemático dar um caráter estritamente pessoal a estas narrativas. Mills argumenta que um dos problemas ao tratar dos livros de viagem escritos por mulheres é a insistência em considerá-los autobiográficos, ou “sinceras transcrições das vidas destas mulheres viajantes<sup>41</sup>”; o mesmo pode ser considerado para qualquer autor de narrativas de viagem, homem ou mulher.

Entretanto, sobretudo no final do século XVIII e início do XIX, os textos de viagem estão ainda longe de reproduzirem uma visão estreitamente pessoal e experimental de uma individualidade determinada, a de seu autor viajante. Muitos dos livros de viagem são baseados nos diários de bordo deste ou daquele capitão de navio ou cientista, que aparece nas bibliografias como sendo o autor do livro, mas que foram compilados por um editor, às vezes anônimo. No trabalho bibliográfico de Leslie Bethell sobre viajantes ingleses e irlandeses no Brasil, a *The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay* aparece como autoria de governador Arthur Phillip<sup>42</sup>. No entanto, o título completo da obra nos revela que a autoria não está indicada, e que o livro está baseado em diários diversos compilados pelo editor John Stockdale: *The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay; with an Account of the Establishment of the Colonies of Port Jackson & Norfolk Island compiled from Authentic Papers, which have been obtained from the several Departments, to which are added, The Journals of Lieuts. Shortland, Watts, Ball & Capt. Marshal, with an Account of their New Discoveries* (1789). E um dos casos mais famosos é o da edição das viagens de Byron, Cateret, Wallis e Cook, a cargo de John Hawkesworth, que promoveu modificações substanciais nos textos originais, eles próprios, como o de capitão Cook, baseados na

---

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel, Qu'est-ce qu'un auteur? In: *Dits et écrits*. 1954-1988. v. 1 (1954-1969). Éd. Daniel Defert, François Ewald. Paris: Gallimard, 1994, p. 798. Cf. Os comentários de HANSEN, João Adolfo, Autor. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da Crítica*. Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 11-43; e CHARTIER, Roger, Figures de l'auteur. In: *Culture écrite et société*. L'ordre des livres (XVIIe-XVIIIe siècle). Paris: Albin Michel, 1996, pp. 45-80.

<sup>40</sup> HANSEN, João Adolfo, *op. cit.*, p. 11.

<sup>41</sup> MILLS, Sara, *Discourses of Difference*. An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism. New ed. London, New York: Routledge, 1993, p. 36.

<sup>42</sup> BETHELL, Leslie, *Brazil by British and Irish Authors*. Oxford, UK: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003, p. 21.

experiência de diversos tripulantes, contadas oralmente ao capitão ou compulsadas a partir de seus diários. Estamos distantes ainda dos relatos personalizados, em primeira pessoa, desejosos de dar uma visão pessoal e autoral da experiência da viagem que serão a norma em meados do século XIX, sobretudo a partir da publicação do *Itinéraire de Paris à Jérusalem* de Chateaubriand, em 1811<sup>43</sup>. Para Bridges, a mudança mais importante deste século foi a “chegada de livros nos quais os viajantes e exploradores descreveram suas próprias proezas<sup>44</sup>”. Textos de bordo de navios, que geralmente eram a base de livros de viagem, são geralmente muito próximos, “fazendo supor uma redação mais ou menos comunitária”, ou em outros casos, “uma cópia pura e simples”, algumas vezes anunciada, quando o oficial que redige não participa de uma expedição à terra, por exemplo<sup>45</sup>. Moureau recorda que a publicação de uma viagem até o século XIX só se justificava por objetos “exteriores à personalidade do viajante: botânica, arqueologia, etnografia, apostolado etc.<sup>46</sup>” No auge da publicação destas narrativas de viagem, no século XVIII, o discurso de um autor individualizado é substituído “por um estilo bastante uniforme produto de uma verdadeira industrialização da escritura”; predomina uma “linguagem de convenções mesclando vocabulário técnico – para a cor local, se podemos dizer assim – a um pitoresco descritivo repousando sobre banalidades bem dominadas<sup>47</sup>”. Para este período anterior ao menos a Chateaubriand, a narrativa de viagem tem um discurso histórico, ligado assim à cronologia, erudito e objetivo, e não há uma relação forçosa entre “experiência pessoal – a “autópsia” – e o discurso que é construído da matéria viática”. Por isso André Thevet pode viajar e seu relato ser redigido por François de Belleforest, pois a narrativa de viagem “é um objeto em si, nutrido de referências eruditas que justificam o discurso<sup>48</sup>”.

Mesmo em trabalhos mais autorais como aqueles que se popularizam no século XIX, as interferências na publicação do manuscrito em livro não podem ser desprezadas. Chartier recorda que o processo de publicação de um livro “é sempre um processo coletivo

---

<sup>43</sup> Cf. GUYOT, Alain, LE HUENEN, Roland, *L’Itinéraire de Paris à Jérusalem de Chateaubriand. L’invention du voyage romantique*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006.

<sup>44</sup> BRIDGES, Roy, *Exploration and travel outside Europe (1720-1914)*. In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, p. 56.

<sup>45</sup> GANNIER, Odile, *La compilation et l’usage des journaux de bord dans l’histoire des idées et des sciences*. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes. Voyages et discours scientifiques*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2006, p. 74.

<sup>46</sup> MOUREAU, François, *Le Théâtre des Voyages. Une scénographie de l’Âge classique*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2005, p. 49.

<sup>47</sup> *Id., ibid.*, pp. 74-75.

que implica em numerosos atores e que não separa a materialidade do texto da textualidade do livro<sup>49</sup>”. Sendo assim não há sentido em buscar uma distinção entre a “substância essencial da obra, entendida como uma identidade permanente, e as variações acidentais do texto, consideradas como elementos sem importância para a sua significação<sup>50</sup>”. Tampouco uma essência pessoal ou uma relação da individualidade do autor com a percepção da substância da materialidade do mundo.

Pretendo, portanto, pensar a literatura de viagem e questionar o uso destes relatos enquanto descrições do “real” e do existente para além do texto, como se este “real” fosse algo tangível, apreensível pela observação e pela descrição, ou fosse possível “retirar” uma suposta camada de “ideologia” ou “interesse” destes relatos por meio do trabalho “desinteressado” ou “científico” do historiador. Procurar na alteridade do encontro dos homens *civilizados* da Ilustração com a natureza selvagem, pitoresca, por vezes terrível e sublime do Novo Mundo, a formação de um pensamento sobre a cidade luso-brasileira e o papel que ela tem na formação de um sentido da América, dos Trópicos e do Homem americano e sua relação com a formação de um pensamento urbanístico no século XIX. Choay indica uma possível relação entre esta literatura e a formação do urbanismo enquanto disciplina: afirma ela que a experiência da colonização “ao mesmo tempo que a numerosa literatura de viagens publicada a partir do século XVI, confrontou o século XVIII com o poder realizador que a utopia detém em potencial. Daí uma evolução da figura textual”; o advento da sociedade ideal “privilegia a descrição de um espaço-modelo” que se pretende “realizar efetivamente<sup>51</sup>”. Procuraremos compreender estes textos dentro de uma tradição retórica, ou uma retórica da alteridade como apontado por Hartog, ainda que inseparável de uma tentativa de conhecimento que possui formas fortemente codificadas e “conforma-se mais a uma tradição letrada que às exigências de uma observação ‘objetiva’<sup>52</sup>”. Pécora observa, sobre as cartas jesuíticas, um dos subgêneros da literatura de viagem, que elas não podem ser consideradas como efeito espontâneo das novas experiências dos inicianos na América; a preceptiva epistolar dos jesuítas, “amparada na

---

<sup>48</sup> *Id., ibid.*, p. 394.

<sup>49</sup> CHARTIER, Roger (ed.), *¿Qué es un texto?* Madrid: Círculo de Bellas Artes, 2006, p. 14.

<sup>50</sup> *Id., ibid.*

<sup>51</sup> CHOAY, Françoise, *A regra e o modelo*. Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. Trad. port. Geraldo Gérson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 238.

longa e profícua reflexão medieval e renascentista do gênero, de alguma forma previa ou esboçava retoricamente os contornos básicos de personagens, ações e caracteres que jamais haviam visto antes<sup>53</sup>”. Podemos dizer que com relação aos relatos de viagem eles refletem uma experiência de alteridade tanto quanto as cartas jesuíticas; as convenções retóricas e a tradição na qual eles se inserem também prevêm e esboçam os contornos básicos de sua narrativa, que se não exclui, determina muitos dos sentidos da descrição do que é observado empiricamente. Ou seja, o que aparentemente é neutro, fruto da observação e da experiência, pode indicar “muito mais os processos conceituais e técnicos do agente do discurso que propriamente algo empiricamente dado<sup>54</sup>”.

La Capra afirma que os historiadores tiveram sempre pouca atenção com sua própria retórica e com o peso que esta tem na constituição de sua disciplina. Para este autor, o modelo documental e objetivista da História fez com que ela não se interessasse por estas questões, de como a linguagem e a argumentação interferem na formação do conhecimento<sup>55</sup>. White também tratou das questões de estilo entre os historiadores e da linguagem como base do conhecimento; para ele devemos submeter o discurso histórico “a uma análise *retórica*, de molde a revelar a subestrutura poética do que pretende passar por uma modesta representação em prosa da realidade<sup>56</sup>”. Uma teoria tropológica do discurso nos ajuda a compreender “a continuidade existencial entre erro e verdade, ignorância e entendimento”, ou ainda entre “imaginação e pensamento<sup>57</sup>”. Partiremos deste princípio para buscar na literatura de viajantes não os fatos escondidos por trás da ideologia ou da imaginação, mas a continuidade entre esta imaginação e a produção de sentidos no contato entre estes escritores e um mundo tangível que, apesar de efetivamente observado, não é um dado neutro a ser simplesmente apreendido pelo viajante. Entender como o próprio discurso “serve de mediador entre a nossa apreensão destes aspectos da experiência que ainda nos são ‘estranhos’ e os aspectos dela que ‘compreendemos’ porque encontramos

---

<sup>52</sup> REVEL, Jacques, *A invenção da sociedade*. Trad. port. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, s.d., pp. 138-139.

<sup>53</sup> PÉCORA, Alcir, *Máquina de gêneros* novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001, p. 68.

<sup>54</sup> HANSEN, João Adolfo, O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista do IEB*, 38, 1995, p. 102.

<sup>55</sup> LA CAPRA, Dominick, *History & criticism*. Ithaca, NY, London: Cornell University Press, 1985, p. 16.

<sup>56</sup> WHITE, Hayden, *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. port. Alípio Correia Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994, p. 122.

<sup>57</sup> *Id., ibid.*, p. 35.

uma ordem de palavras adequada à sua familiarização<sup>58</sup>”. Insiste White que o *que se diz* é indissociável de *como se diz*<sup>59</sup>, e mesmo a descrição mais objetiva carrega dentro dela a *opção formal* pela qual se constituiu em linguagem. La Capra lembra-nos que uma análise retórica “ilumina o problema de como nós lemos os textos<sup>60</sup>”; ele ressalta como o historiador lê os textos e os documentos, que também são textos, mas que nem sempre são entendidos por ele dentro de sua dimensão textual. “Historiadores freqüentemente lêem textos apenas como fontes de informações no nível de análise de conteúdos<sup>61</sup>”.

Estes textos são entendidos como fenômenos de um processo, descrições de uma suposta “realidade” e não como produtores de sentido. É como *textos produtores de sentido* que pretendo ler os viajantes, como produtores de um sentido para a cidade colonial na América portuguesa e como meios de constituição de sentidos sobre a cidade e o urbanismo na historiografia que se ocupa destas fontes e deste tema. Nenhum texto, lembra Chartier, mesmo o mais aparentemente documental, “mantém uma relação transparente com a realidade que apreende”. O texto literário ou documental é constituído por “categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção”. O que se torna ainda mais complexo no caso de textos como as narrativas de viagem que se constroem na intersecção do literário e do documental. Sendo assim, a relação do texto com o “real”, ou com aquilo que “o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior”, constrói-se a partir de “modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação da escrita<sup>62</sup>”. O que torna qualquer “leitura positiva” de textos ou qualquer tipo de documento textual, bastante problemática.

Não dizemos, portanto, que os viajantes *mentem* em suas descrições, mas questionamos que elas, por serem baseadas na observação, ou pela posição de estrangeiros dos escritores, possam estar mais próximas de uma suposta “fidelidade objetiva”, ou uma coincidência do texto com o mundo. Tampouco que elas estão preferencialmente construídas apenas pela experiência observada; como convenção retórica elas obedecem a

---

<sup>58</sup> *Id., ibid.*

<sup>59</sup> *Id., ibid.*, p. 125.

<sup>60</sup> LA CAPRA, Dominick, *op. cit.*, p. 38.

<sup>61</sup> *Id., ibid.*

<sup>62</sup> CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Trad. port. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp. 62-63.

cânonos que estão além do observável e do vivido. Não é a boa ou má descrição que busco nas narrativas dos viajantes, nem uma imagem que recupere fielmente o que estas cidades eram em sua materialidade no momento no qual foram visitadas por eles, recuperando um sentido oculto nos textos, “escondido como pérola em ostra (sendo a crítica, desde logo, a operação que traz à luz do dia esse sentido oculto)<sup>63</sup>”. Minha intenção é compreender como se formam essas imagens conceituais sobre a cidade luso-brasileira, baseadas nas leituras, numa tradição discursiva e retórica do gênero, da experiência da viagem, bem como das teorias prévias que o viajante traz em sua bagagem.

No primeiro capítulo proponho algumas definições da literatura viática enquanto gênero. O termo viático vem do latim *viaticum*, o que é necessário a um deslocamento, e deriva de *via*, caminho, “que traduz bem a idéia de percurso<sup>64</sup>”. Significa ainda o sacramento da comunhão dado ao moribundo, no sentido que o viajante que parte nunca sabe se conseguirá voltar. Neste capítulo, busco por meio de uma discussão bibliográfica, definir os principais traços do gênero viático, necessários a uma leitura de suas descrições que dê conta dos sentidos que estes textos produzem, e das relações que estes textos estabelecem uns com os outros. Procuro deixar clara a relação complexa destes livros com o referente, a fronteira incerta que os coloca entre a ficção e a descrição documental e as relações deste gênero com a compreensão da alteridade dos “mundos exóticos”. Tento ainda situar a bibliografia brasileira sobre os viajantes que visitaram o nosso país, sobretudo nos pontos que considero mais problemáticos, como a abordagem da narrativa de viagem para a reconstituição das cidades luso-brasileiras, como se estes livros refletissem estas cidades de maneira “objetiva”, portanto “verdadeira” expressão da “experiência vivida”. Aqui procuro definir ainda minha abordagem desta fonte, como produtora de representações que serão fundamentais para a formação de uma identidade para a nação que se forma após a ruptura com Portugal, por meio da literatura de ficção e da formação de uma historiografia nacional.

No capítulo segundo, procuro situar uma nova sensibilidade ilustrada com relação à viagem, no bojo de uma “crise de consciência” do continente europeu, que teria buscado no deslocamento, na formação de uma nova idéia de temporalidade, logo de historicidade, uma

---

<sup>63</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 61.

<sup>64</sup> PAQUOT, Thierry, *L'autre comme ailleurs*. In: GRAS, Pierre, PAYEN, Catherine (dir.). *Villes, voyages, voyageurs*. Actes de la rencontre de Villeurbanne. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, p. 24.

forma de redefinir sua identidade por meio do espelho de suas antípodas. Nesta oposição de contrários, a América entra no centro do debate, numa querela que procura definir as bases da civilidade e o lugar dos continentes e dos povos no concerto da Razão. Destaco aqui a disputa política na qual os Reinos ibéricos disputam com as novas potências a primazia sobre suas colônias, até então escondidas ciumentamente, excluídas do comércio “livre” e da prática científica; um novo Novo Mundo, que é “redescoberto” pelos europeus do norte, atraídos por suas riquezas naturais desconhecidas e suas potencialidades coloniais. Definem-se aqui os “pecados de origem” lusitanos que explicam a ausência de civilização nos “Trópicos” portugueses pelo “vício de origem” que impediria a formação de uma sociedade polida.

O capítulo 3 trata das instruções de viagem que educam o olhar e os sentidos dos viajantes na descrição de suas viagens, funcionando também como “teorias” que propõem roteiros de visita e caminhos de escritura. Aqui podemos observar uma mudança substancial na forma de compreender a viagem e a cidade: as primeiras instruções, do século XVIII, pouco tratam da cidade, pelo menos diretamente, já que se ocupam da história natural, de um lado, e da economia e administração pública de outro. A partir do século XIX, uma sensibilidade pitoresca a arquitetura, a paisagem urbana e a sociabilidade cidadina definem-se como objetos descritíveis, formando um quadro vivo e animado, por meio da força das palavras, que dão vida à narrativa. Esta nova sensibilidade dará mais atenção às cidades luso-brasileiras, que terão, entretanto, suas preceptivas narrativas, seus guias de caminho, nas representações prévias das cidades “papistas” e “decadentes” de Portugal e sobretudo da Itália. Na cidade luso-brasileira, a literatura de viagem esteve atenta à ordem que “distribui e reparte, por assim dizer, os indivíduos no espaço das instituições do Antigo Regime, segundo seus títulos, suas condições, suas hierarquias, seus cargos, sua ordem<sup>65</sup>”. Esta distribuição espacial dos corpos aparece como índice da inadequação e da falta de decoro desta sociedade e da organização espacial de suas cidades, pelos costumes anacrônicos, presos ainda a uma etiqueta de Antigo Regime, a formas de convivência pouco civilizadas, uma incapacidade para a apreciação do belo e do bom gosto, a predominância de um espírito grosseiro.

---

<sup>65</sup> HAROCHE, Claudine, *Da palavra ao gesto*. Trad. port. Ana Montóia, Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998, p. 83.

O quarto capítulo trata mais diretamente da materialidade da cidade; inicialmente de sua paisagem e do caráter teatral de sua descrição, sobretudo do Rio de Janeiro e de Salvador. “Cidades-anfiteatro”, em descrições tributárias das imagens de Nápoles e Constantinopla, estas cidades são vistas como cenários cuja beleza esconde a desordem, a destruição e a morte. Esta desordem está configurada na sua própria materialidade, em suas ruas, casas, edifícios públicos, que “imitam” as formas européias, mas que possuem pouco de sua substância; em sua religiosidade anacrônica, de aparência, mistificadora e idólatra; e finalmente na inadequação dos corpos femininos, “ornamento da sociedade”, mas que no Brasil viviam isoladas do convívio social, e onde os padrões de beleza feminina eram no mais das vezes representados pelas negras e mulatas, incapazes, para os viajantes, de formar uma verdadeira sociabilidade; e a pecha da escravidão que se manifestava não tanto numa condenação à injustiça do trabalho escravo, mas numa avaliação moral de sua influência sobre os costumes, a inadequação do trabalho realizado pelos negros e a quase epidêmica preguiça dos luso-brasileiros.

Finalmente, num quinto e conclusivo capítulo, retomo algumas das idéias centrais deste trabalho, buscando a historicidade destes textos e as formas de apropriação da viagem pela historiografia, tanto européia quanto brasileira. Como ela se torna um método de trabalho e de interpretação para os membros do Instituto Histórico e Geográfico, e a relação destas narrativas de viagem com uma nova percepção da cidade européia, ela também um espaço de alteridade com suas classes perigosas, seus “bárbaros particulares”, sempre prontos a assaltarem a civilização. Se no século XVIII o interesse maior é dedicado à História Natural, ainda que ela não trate apenas da natureza, mas tenha uma abordagem já etnográfica, além de um interesse filantrópico, no século XIX surge uma sensibilidade à paisagem urbana e as formas de convívio. Em seu título, *Bibliotheca Mundi*, procuro ressaltar a forma como o livro, seja ele de viagem ou de história, procura dar conta da formação das identidades nacionais, por meio da comparação que esta literatura oferece, e de uma nova compreensão da cidade como fenômeno autônomo, como espaço privilegiado da política, que vai se tornando mais clara a partir do século XIX.

Ao tratar da literatura viática como um gênero constituído, e ressaltar as suas repetições e características mais evidentes, que o identificam ao leitor, respondendo a uma série de expectativas, a abordagem dos textos aparentemente uniformiza os autores. Evitei

também personalizar estes viajantes, ocupando-me pouco de dados biográficos, atendo-me ao estritamente necessário. Um trabalho deste escopo, que não privilegia um ou outro autor, mas propõe uma visão de conjunto, por amostragem, corre sempre o risco de alguma simplificação. A visão que se pode ter dos textos é mais ou menos a mesma que têm de nossas cidades muitos dos viajantes que passam por aqui alguns poucos dias ou semanas: superficial, mais ou menos uma imagem de vôo de pássaro, mas que de qualquer modo deixa marcas indeléveis. Não é na comparação entre viajantes que é possível encontrar as disparidades nas descrições, as particularidades, os traços da experiência, mas muito mais nas próprias contradições que cada viajante apresenta em seu texto, onde a experiência por vezes se rende à teoria, e algumas vezes a teoria é confrontada com a experiência.

Quanto a identificar como uma massa documental homogênea uma série de individualidades, onde muitas vezes nem as diferenças nacionais aparecem claramente, o que o autor espera que seja resultado de uma característica do gênero e não de uma “miopia metodológica”, observo que Saint-Hilaire, um dos autores que mereceria mais e melhores estudos, também refletiu sobre isso. Na cidade de Paranaguá, em 1820, ele encontra no porto um marinheiro espanhol que viajava em direção a Montevidéu, que lhe dá algumas informações úteis, apresentando-o a alguns operários e ao patrão-mor da barra. O naturalista francês reflete que, em meio aos habitantes do Brasil,

“que se parecem tão pouco aos povos da Europa, toda diferença de nação desaparece entre os europeus. O que aproxima os homens de nações diferentes em um país onde eles são igualmente estrangeiros, é também, se há de convir, o prazer que se tem em poder falar deste país com toda a liberdade e de se comunicar as suas reflexões, quase sempre maliciosas, freqüentemente bastante injustas<sup>66</sup>”.

Mesmo as diferenças de classe, entre os europeus, muitas vezes “tornavam-se fluidas”; eles eram “estrangeiros encontrando ambientes e culturas diversos daqueles da terra natal, o que conferia a esses indivíduos uma identidade comum dificilmente presente na metrópole<sup>67</sup>”. É esta experiência, tão bem descrita por Saint-Hilaire, que me interessou na literatura de

---

<sup>66</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine. Paris: Arthus Bertrand, 1851, v. 2, pp. 192-193.

<sup>67</sup> MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 17.

viagem: a vivência do deslocamento, do êxodo da viagem, do sentimento de travessia que dá ao viajante a consciência da diferença, que o coloca frente à experiência da alteridade e obriga-o a refletir sobre o que o constitui enquanto indivíduo e enquanto membro de um grupo e de uma sociedade; a refletir sobre o que o torna, dentro da humanidade, companheiro de uns, distante de outros; sobre o que o coloca, numa cidade, ao lado de uns e afastado de outros tantos homens.

A nossa opção foi de usar as edições originais, principalmente as primeiras edições. Se inicialmente a idéia era aproximar-se de um texto mais “original”, mais próximo das intenções do autor, isso se relativizou com a leitura de Roger Chartier, e principalmente com a participação de seu seminário *Culture écrite et littérature. Le texte entre collection et dissemination. Études de cas*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. Algumas questões sobre a publicação de livros de viagem, preparação de originais e autoria, sobretudo em textos compilados a partir de diários de marinheiros, deixaram mais claras algumas repetições que davam certa homogeneidade aos textos, e que se devem a características do gênero, que certamente aparecerão em nossa análise. Ainda assim mantive a opção pela leitura dos livros originais, sempre que possível, consultando algumas traduções, quando existiam. Todas as traduções, salvo indicação em contrário, foram realizadas pelo autor. As edições de livros de viagem foram utilizadas em suas versões originais, exceção feita à tradução francesa de Malte-Brun para o livro de John Barrowe a brasileira para Spix e Martius. As traduções brasileiras consultadas estão indicadas na bibliografia.

*“Como assim? Para saber o que diz um livro deveis ler outros?”*

*“Às vezes pode-se proceder assim. Frequentemente os livros falam de outros livros. Frequentemente um livro inócuo é como uma semente, que florescerá num livro perigoso, ou, ao contrário, é o fruto doce de uma raiz amarga. Não poderia, lendo Alberto, saber o que poderia ter dito Tomás? Ou lendo Tomás saber o que teria dito Averroes?”*

*“É verdade”, disse admirado. Até então pensara que todo livro falasse das coisas, humanas o divinas, que estão fora dos livros, ou seja, é como se falassem entre si. À luz dessa reflexão, a biblioteca pareceu-me ainda mais inquietante. Era então o lugar de um longo e secular sussurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminho e pergaminho, uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana, tesouro de segredos emanados de muitas mentes, e sobreviventes à morte daqueles que os produziram, ou os tinham utilizado.*

*“Mas então”, eu disse, “de que serve esconder os livros, se pelos livros acessíveis se pode chegar aos ocultos?”*

*Umberto Eco, O Nome da Rosa.*

## 1. Imago Mundi

*Les figures suivantes servent à l'exposition et à l'intelligence de l'image du monde bien qu'elles soient tracées en plan.*

*Pierre d'Ailly*<sup>68</sup>.

### 1.1 Definições de um Gênero Fugidio

*É por meio dos livros que os homens podem continuar a viagem pela terra que começaram em outros tempos.*

*Richard de Bury*<sup>69</sup>.

Um dos principais desafios da historiografia no uso da literatura de viagem como fonte é reconhecer que estes textos, embora tão diversificados e com uma multiplicidade tão grande de registros, constitui um gênero literário claramente constituído, “dotado de um estilo, de uma poética e de uma retórica que lhe são próprias<sup>70</sup>”. Ao constituir-se como um gênero específico, a composição dos relatos de viagem obedece a determinados parâmetros e expectativas; ou seja, “Convenções de gênero, e não o gosto pessoal, ordenam em grande medida o que o viajante diz<sup>71</sup>”. Para Batten, o historiador deve primeiro compreender o meio pelo qual os conceitos são expressos antes de examiná-los e interpretá-los. “Ao falhar na consideração do meio, ele facilmente confunde mudanças de idéias com mudanças nas formas retóricas de expressá-las<sup>72</sup>”. Dessa maneira, a forma como se escreve o relato, as tópicos presentes, as convenções retóricas determinam muito dos conteúdos e das descrições presentes neste tipo de fonte; portanto, para a compreensão destes conteúdos é preciso, antes, definir e compreender a sua constituição enquanto gênero<sup>73</sup>.

---

<sup>68</sup> *Ymago Mundi*. Éd. et trad. Edmond Buron. Paris: Librairie Orientale et américaine, Maisonneuve Frères, 1930, v. 1, p. 127.

<sup>69</sup> *Philobibliion*. Mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Trad. port., apres. e glossário Marcello Rollemborg. Cotia, SP: Ateliê, 2004, pp. 138-139.

<sup>70</sup> DOIRON, Normand, *L'art de voyager. Pour une définition du récit de voyage à l'époque classique. Poétique*. Paris: Seuil, 73, févr., 1988, p. 85. Este autor data o momento de constituição do gênero da viagem em 1632, ano de publicação de três relatos importantes, de Champlain, Lejeune e Sagard.

<sup>71</sup> BATTEN, JR., Charles L., *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth Century Travel Literature*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978, p.15.

<sup>72</sup> *Id., ibid.*, pp. 17-18

<sup>73</sup> Aceito a classificação da literatura de viagem enquanto gênero, mas sem desconsiderar a crítica que faz Pasquali, sobretudo a Doiron, do risco de uma essencialização do gênero. Para este autor, “o gênero não pode

Doiron afirma que, sobretudo a partir de 1632, pode-se apontar um “horizonte de expectativas”, fazendo com que o público identifique claramente o gênero do relato de viagem, bem como o seu lugar entre os demais gêneros da época, reconhecido tanto pelos leitores quanto pelos escritores de viagem<sup>74</sup>. Estas expectativas criam uma tradição descritiva, que veremos adiante é também teórica e interpretativa, que conformam a escritura dos textos de viagem; ainda que faça parte desta retórica afirmar a sua absoluta referencialidade, bem como a sua dependência da experiência vivida pelo narrador num espaço determinado, além de uma simplicidade de estilo que excluiria qualquer artifício retórico, identificado com a invenção e a mentira. A mediação da experiência pessoal seria uma das condições de veracidade da literatura de viagem, e são estes dois aspectos aparentemente antinômicos, “a fiabilidade e a liberdade do relatório, que dominam o gênero ao nível da retórica”. Ou seja, a organização do relato é determinada pelo itinerário da viagem “mas com toda licença para jogar com esta ordem aparentemente linear<sup>75</sup>”. Como textos retóricos, eles pretendem persuadir os leitores de certos aspectos dos locais descritos; para isso defendem “uma tese por meio de uma série de lugares comuns ou *topoi*<sup>76</sup>”.

Uma das principais características deste gênero, que faz com que sua classificação seja bastante problemática, é a sua enorme diversidade de registros e a sua grande permeabilidade. Do ponto de vista da forma, ele se apresenta de diversas maneiras: como diário de campo, cartas, relato, relatório científico, itinerário, relato de peregrinação; além de suas formas ficcionais, em prosa e poesia ou mesmo as utopias e viagens imaginárias, por vezes apresentadas como reais. Parte desta diversidade se dá pela necessidade de invenção de um léxico explicativo, no momento da descrição de uma nova “realidade” descoberta pelo viajante, que deve ser decodificada para o leitor que não esteve no local visitado. Daí o que Berthiaume chama de “bricolagem descritiva<sup>77</sup>”; esta bricolagem diz

---

ser tomado como uma categoria causal explicando a existência e as propriedades dos textos”. PASQUALI, Adrien, *Le tour des horizons. Critique et récits de voyages*. Paris: Klincksieck, 1994, pp. 97-98. Sobre este tema cf. também LE HUENEN, Roland, Qu'est-ce qu'un récit de voyage? *Littérales*. Nanterre: Centre de Recherche du Département de Français de Paris X-Nanterre, 7: 11-27, 1990, e RAJOTTE, Pierre, (avec Anne-Marie Carte et François Couture). Pour une typologie. In: *Le Récit de Voyage. Aux frontières du littéraire*. Montréal: Triptyque, 1997, pp. 51-82.

<sup>74</sup> DOIRON, Normand, *op. cit.*, p. 87.

<sup>75</sup> GANNIER, Odile, *La littérature de voyage*. Paris: Ellipses, 2001, p. 36.

<sup>76</sup> NOAKES, Susan, The rhetoric of travel: the French romantic myth of Naples. *Ethnohistory*. Durham: Duke University, 33(2), 1988, p. 141.

<sup>77</sup> BERTHIAUME, Pierre, *L'Aventure Américaine au XVIIIe Siècle*. Du voyage à l'écriture. Ottawa, Paris, Londres: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1990, p. 90.

respeito às estratégias narrativas de composição, por meio da analogia, da metáfora, da comparação, entre o objeto a ser descrito, novo e desconhecido, composto com elementos familiares ao narrador e ao leitor. Este autor lembra que a descrição se constrói a partir de um código conhecido, “resultante da experiência e do conhecimento”; se esta descrição é empírica em seu modo de acesso, o processo de decodificação desta bricolagem pelo leitor, integrando-a “pelo viés das similitudes, a categorias conhecidas”, produz “uma representação abstrata<sup>78</sup>”.

Bricolagem que Montalbetti irá chamar de “bricabraque de coisas lidas e de coisas vistas”, que forma o texto do viajante<sup>79</sup>; bricabraque, obviamente, composto tanto da experiência do mundo quanto das leituras e das idéias levadas na bagagem do viajante pois, com exceção dos relatos falsos ou apócrifos, o texto de viagem também está formado por uma recomposição da materialidade por meio da palavra escrita. De todo modo, esta composição da experiência vivida também se vale de uma tradição descritiva, por meio da leitura e da citação, referenciada ou não, de outros textos de viagem. O viajante que produz uma narração a partir de seus cadernos de viagem é também, afirma Pasquali, um grande leitor, e coloca-se “sob a autoridade de seus predecessores”; estas obras lidas podem “parasitar o relato, mascarar uma ignorância do real, ou de sua denominação precisa, por um conhecimento dos livros que instaura um fazer-crei<sup>80</sup>”. Descrevendo o que autores mais ilustres já haviam descrito antes, o viajante procura, por meio desta “repetição descritiva, inscrever-se numa tradição intertextual da viagem<sup>81</sup>”. Tanto nos relatos de viagem como nas obras de ficção que neles se baseiam, a representação de terras novas ou desconhecidas trai “numerosas reminiscências livrescas<sup>82</sup>”. É o que poderíamos chamar também da ação de uma “memória da biblioteca”, na feliz expressão de Montalbetti<sup>83</sup>, agindo como filtro e guia da descrição, onde cada texto é “o receptáculo de uma tradição que ele repete sem

---

<sup>78</sup> *Id., ibid.*, p. 91.

<sup>79</sup> MONTALBETTI, Christine, *Le Voyage, le Monde, et la Bibliothèque*. Paris: PUF, 1997, p. 35.

<sup>80</sup> PASQUALI, Adrien, *op. cit.*, p. 57.

<sup>81</sup> BERTY, Valérie, *Littérature et Voyage*. Un essai de typologie narrative des récits de voyage français en Orient au XIXe siècle. Paris, Montréal, Budapest, Torino: L’Harmattan, 2001, p. 126.

<sup>82</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *Espaces lointains, espaces rêvés* dans la fiction romanesque du Grand Siècle. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2007, p. 42.

<sup>83</sup> MONTALBETTI, Christine, *op. cit.*, p. 5. Para a noção de biblioteca na recepção e na leitura dos textos, cf. GOULEMOT, Jean-Marie, De la lecture comme production de sens. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, Rivages, 1993), pp. 115-127.

necessariamente reconhecê-la<sup>84</sup>”. Ou como afirma Berthiaume, tudo se passa como se “os viajantes que atravessam os mares levassem em suas bagagens toda a Europa com eles<sup>85</sup>”.

Ao viajar às terras do Novo Mundo, o europeu leva em sua bagagem, além de toda a Europa materializada em ideal, os cadernos onde vai relatar suas experiências vividas em terras estranhas, bem como a experiência e a autoridade de outros autores lidos antes de sua viagem, ou mesmo durante seu deslocamento, como guias de trajeto. Leva também os elementos de compreensão de sua cultura e as regras de verossimilhança da descrição. Se a discordância com outros viajantes pode, muitas vezes, provar que o autor esteve realmente no lugar que conta, pois viu o que outros não viram, por desleixo ou por não terem realmente viajado, ela pode se voltar contra seu autor se ele diferir muito da maioria dos testemunhos. Assim, o viajante deve “aderir” a uma tradição de “convenções reconhecidas da literatura de viagem<sup>86</sup>”. É o que Batten chama de “evidência interna” do relato de viagem; na descrição de cidades, espaços naturais, costumes, certo grau de similaridade entre duas ou mais obras “reforça a credibilidade de ambas”, pois se a descrição feita por dois viajantes distintos de uma cidade como Veneza, por exemplo, bem conhecida e largamente descrita, é discordante, isso faz com que o leitor “inevitavelmente suspeite que pelo menos um dos viajantes é inexato, se não desonesto<sup>87</sup>”. E como recorda Moureau, se o viajante nem sempre viaja com sua biblioteca na bagagem, como o faz Lamartine no Oriente, ele sempre “navega ou caminha com a sua cultura, seus *a priori*, seus medos e suas certezas, e com suas leituras também<sup>88</sup>”. Ou então, como no caso de Chateaubriand, o autor viaja “com e através dos livros<sup>89</sup>”. Todorov nos recorda que Chateaubriand, no prefácio dos *Natchez* não esconde sua influência da *Histoire de la Nouvelle France*, de Charlevoix: “ele se orgulhava de haver-se-lhe mantido fiel, e de ter apenas, enquanto poeta, ‘acrescido à verdade’. Sua principal fonte é assim, muito mais que os fatos observados na América, um

---

<sup>84</sup> MONTALBETTI, Christine, *op. cit.*, p. 17.

<sup>85</sup> BERTHIAUME, Pierre, *op. cit.*, p. 179.

<sup>86</sup> BATTEN, JR., Charles L., *op. cit.*, p. 59.

<sup>87</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 62.

<sup>88</sup> MOUREAU, François, *Le Théâtre des Voyages. Une scénographie de l'Âge classique*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, p. 18.

<sup>89</sup> ANTOINE, Philippe, Des Voyages de Chateaubriand aux *Mémoires D'Outre Tombe*. Survie ou disparition de la Relation de voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MOURGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Miroirs de textes. Récits de Voyage et Intertextualité*. Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines de Nice; Paris: CRLV, 1998, p. 273.

livro lido na França<sup>90</sup>”. Estes autores tributários da experiência de Chateaubriand, como Nerval, Lamartine, Gautier ou Flaubert, “viajam para escrever, e viajam escrevendo, mas é que para eles, a viagem mesmo é escritura<sup>91</sup>”. Se a visão é fundamental aos viajantes, aquele que visita a Terra Santa ou a Grécia moderna viaja também com os olhos postos “em uma edição de Pausânias ou de algum outro historiador antigo; a visão direta, a autópsia<sup>92</sup>, não lhe aporta nada mais do que uma nova sacralização do escrito; seu relato é propriamente uma reformulação do mesmo, uma escritura em palimpsesto<sup>93</sup>”. Pois Pausânias, ou qualquer outra fonte insuspeita, “é a verdade, enquanto as ruínas dão apenas a aparência das coisas<sup>94</sup>”.

Além de bricolagem descritiva, a literatura de viagem também pode ser considerada um “gênero sem lei”, fugidio, que resiste a toda classificação, justamente por sua característica compósita; “lugar de acolhimento de discursos de origem diversa que lhe percorrem e articulam”, como os do geógrafo, do naturalista, do etnólogo, do administrador e do militar, do missionário, do mercador, do historiador, entre outros<sup>95</sup>. Uma de suas principais características seria a “porosidade discursiva” e uma grande “capacidade integrativa<sup>96</sup>”. Apesar da programática neutralidade e simplicidade deste tipo de relato, ele não possui a transparência que deseja: ele é uma “construção, o resultado de um trabalho onde são investidos de uma maneira global valores preexistentes, culturais e ideológicos, que determina necessariamente toda apreensão do real<sup>97</sup>”. Donde esse movimento contraditório que, como aponta Le Huenen, preside a escritura da viagem: ao mesmo tempo uma “abertura para o real” e para a novidade, e uma “apreensão deste real por meio da analogia” como princípio regulador; o discurso do viajante “empenha-se em reconstruir o mundo segundo um modelo conhecido, reduzir as distâncias e as diferenças, e projetar sobre a nova realidade o molde de um sentido já conhecido<sup>98</sup>”. Para Pasquali, a novidade

---

<sup>90</sup> TODOROV, Tzvetan, *Nous et les autres*. Paris: Seuil, 2001, p. 396.

<sup>91</sup> BUTOR, Michel, *Le voyage et l'écriture*. In: *Répertoires*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1974, v. IV, p. 26.

<sup>92</sup> O termo autópsia, neste contexto, tem o sentido, em grego, de visão de primeira mão; em árabe significa observação direta. Cf. EUBEN, Roxanne L., *Journeys to the other shore*. Muslim and Western Travellers in Search of Knowledge. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2006, p. 16.

<sup>93</sup> MOUREAU, François, *op. cit.*, p. 20.

<sup>94</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 394.

<sup>95</sup> LE HUENEN, Roland, *op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>96</sup> MOUSSA, Sarga, *Le récit de voyage, genre « pluridisciplinaire »*. À propos des Voyages en Égypte au XIXe siècle. *Sociétés et Représentations*. Paris: ISOR/Cedhes, 21, avr., 2006, p. 247.

<sup>97</sup> LE HUENEN, Roland, *op. cit.*, p. 17.

<sup>98</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 17-18.

não é verdadeiramente constituinte do gênero; viajar, para ele, não é percorrer o mundo em busca de um olhar supostamente novo, mas é “verificar um texto anterior sobre o mundo”<sup>99</sup>.

Para o viajante, o mundo e a natureza são livros a serem lidos e desvendados, metáfora de uso corrente em toda a literatura viática; o mundo é, nos relatos de viagem, “um livro para o qual se deve encontrar o sentido”<sup>100</sup>. Inicialmente o mundo é um livro a ser lido, mas rapidamente ele passa a ser um texto ao qual se deve “escrever no espaço”<sup>101</sup>. O livro surge como metáfora também no encontro com o homem americano, a página em branco onde se vai escrever o texto do apostolado de Cristo, ser sem passado e, portanto, sem história e sem pecados. E o livro é também o que modela e decodifica a experiência do contato. Entre a experiência e a escritura “se interpõem os livros sem os quais seria impossível interpretar o mundo”<sup>102</sup>. Esta memória da biblioteca tem, no entanto, alguns riscos, ou obstáculos à composição dos relatos de viagem: de um lado, o risco da repetição, de dizer novamente o que já foi dito, duplicar uma idéia; por outro, o de modelização, onde o gênero constitui um filtro entre “a pluma e o mundo”, onde ele estrutura o relato da experiência, “fornecendo-lhe um desenho *a priori*”<sup>103</sup>. Essa dificuldade obriga ao autor a tratar o que vê pela primeira vez como “um objeto desconhecido do ponto de vista da retórica descritiva, mesmo que isso tenha sido descrito anteriormente por outros viajantes”<sup>104</sup>. Os autores de relatos de viagem são, em sua maioria, conscientes destes riscos, debatidos no interior do gênero incessantemente. Não há, pelo menos da parte deles, quase nenhuma inocência dos procedimentos retóricos necessários para se “captar a benevolência” dos leitores e de seus pares.

A experiência do mundo e a tradição descritiva são elementos de tensão que a todo o momento põem em xeque a fiabilidade do relato de viagem, a relação direta entre o objeto descrito e a exatidão de sua descrição. Esta tensão advém em grande parte das próprias opções do viajante, de que nada escape à sua solicitude, à sua pretensão empírica,

---

<sup>99</sup> PASQUALI, Adrien, *op. cit.*, p. 85.

<sup>100</sup> DOIRON, Normand, *L'Art de Voyager*. Le déplacement à l'époque classique. Sainte Foy: Les Presses de l'Université Laval; Paris: Klincksieck, 1995, p. 17.

<sup>101</sup> DOIRON, Normand, De l'épreuve de l'espace au lieu du texte. Le récit de voyage comme genre. In: BEUGNOT, Bernard (éd.). *Voyages: récits et imaginaires*. Actes de Montréal. Paris, Seattle, Tubingen: Wolfgang Leiner, 1984, p. 19.

<sup>102</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, *Écrire le voyage au XVIe siècle en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p. 33.

<sup>103</sup> MONTALBETTI, Christine, *op. cit.*, p. 54.

<sup>104</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, *op. cit.*, p. 86.

inclusive “o que ele não viu<sup>105</sup>”. Por isso este interesse marcado pela crítica, como observa Berthiaume, “é uma tendência a inserir suas observações no interior de quadros teóricos”, fazendo com que seu relato pareça “hipotecado por teorias que lhe orientam todo o seu conteúdo”. Pois para ele, não basta apenas fazer observações sobre a “realidade”, “é preciso também submetê-las à crítica<sup>106</sup>”. Os viajantes, lembra Berty, não “caminham em direção às coisas, mas em direção às imagens das coisas; isto é, em direção à coisa reduzida ao signo”. No processo de escritura-descoberta do mundo, os viajantes não apenas “lêem-se uns aos outros, selecionam o que querem ver, mas também conhecem a maneira de narrar sua experiência para satisfazer um público ávido de exotismo e informações práticas e úteis<sup>107</sup>”.

Sendo operação de decifração do mundo e da natureza, a literatura de viagem não pode prescindir da teoria e da interpretação, para a qual a descrição serve muitas vezes de suporte e evidência concreta, ainda que seja constantemente apresentada como o seu fim e objetivo principal. Não apenas um livro, o mundo é também um arquivo que contém a história da humanidade, seu passado, suas relíquias e curiosidades, além de projeções de futuro e projetos políticos. A descrição é uma primeira aproximação do documento do mundo, que lhe retira a pátina do tempo, dando-lhe o sentido que prepara a interpretação, principal objetivo da viagem e de seu relato, bem como a comprovação das teorias previamente estabelecidas que orientam a viagem. E esta característica histórica e crítica será cada vez mais acentuada a partir do século XVIII, com a transformação da viagem em etapa pedagógica do conhecimento do mundo e alavanca do progresso. No entanto, como vimos, trata-se de um gênero compósito, fronteiro, e esse desejo de clareza e veracidade deve-se, em muito, à proximidade que estes textos têm com a ficção, uma tensão que permeia toda a sua história e que colocava problemas difíceis de solucionar. Ainda que a retórica do gênero insista na “boa fé” e no “testemunho sincero”, onde o autor por vezes se apresenta como obrigado a descrever o que vê “unicamente para obedecer ao Rei<sup>108</sup>”, isso

---

<sup>105</sup> BERTHIAUME, Pierre, *op. cit.*, pp. 174-175.

<sup>106</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 178-179.

<sup>107</sup> BERTY, Valérie, *op. cit.*, p. 64.

<sup>108</sup> CHUPEAU, Jacques, Les récits de voyages aux lisières du roman. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*. Paris: CNRS, 3-4, mai/août, 1977, p. 540. Chupeau destaca o caso do acadêmico Charpentier, que é chamado a intervir na narrativa de Nicolas de Loir e de Jean Chardin. A colaboração deste escritor, diz ele, “mostra bem que ‘a benevolência dos temas’ que os sábios reclamam não são suficientes para satisfazer as

não passa, na maior parte das vezes de uma estrutura narrativa que deseja justificar-se frente às narrativas evidentemente mentirosas ou “ficcionalis” que se atribuíam aos viajantes.

## 1.2 Veracidade e Ficção

*Ceux qui croient que lire c'est une fuite sont à l'opposé de la vérité: lire, c'est être mis en présence du réel dans son état le plus concentré – ce qui, bizarrement, est moins effrayant que d'avoir affaire à ses perpétuelles dillutions.*  
*Amélie Nothomb<sup>109</sup>.*

Até o século das Luzes, o narrador do relato de viagem na maior parte das vezes esconde-se detrás de um quase anonimato, índice de sua objetividade e do controle das paixões e dos sentidos que aumentam a credibilidade e a verossimilhança do texto. O autor não fala por si, nem de si, mas apenas relata e descreve o que vê, contradição que sempre ocupou as justificativas dos prefácios de relatos de viagem e das críticas e resenhas. Os relatos tendem a transformar a experiência individual da descoberta em um discurso objetivo, “atribuindo ao ‘eu’ somente a esperada caução do testemunho<sup>110</sup>”. As viagens científicas transformam essa característica em método de conhecimento e de investigação onde a objetividade deve sobrepor-se aos preconceitos e idéias feitas do viajante naturalista. O viajante participa de um problema epistemológico e ontológico do século XVIII: “em virtude de sua profissão, ele questiona constantemente: o que é real<sup>111</sup>”. Confrontados com uma proliferação de novos “cenários”, como diz Stafford, os viajantes “em busca de substancialidade refletem sobre o problema de qual era o mais correto e menos distorcido ponto de vista a partir do qual escutar o mundo<sup>112</sup>”. Ao final deste século, temos um progressivo deslocamento do livro de ciência para a “intriga dos ‘eventos’, onde assistimos à emergência deste ‘eu’ narrador recusado a Defoe e Addison e que só entrevíamos nos

---

exigências de um público mundano que deseja encontrar também na narrativa de viagem os encantos de expressão ou, como escreve Chardin, ‘as belezas da estrutura’.”; pp. 549-550.

<sup>109</sup> *Antéchrista*. Paris: Albin Michel, 2003, p. 152.

<sup>110</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, *op. cit.*, p. 30.

<sup>111</sup> STAFFORD, Barbara Maria, *Voyage into Substance*. Art, Science, Nature, and the Illustrated Travel Account, 1760-1840. Cambridge, MA, London: MIT Press, 1984, p. 396.

<sup>112</sup> *Id., ibid.*, p. 399.

diários íntimos<sup>113</sup>”. Um eu narrador que teria aparecido com mais força a partir do romance de viagem de Laurence Sterne, *A Sentimental Journey Through France and Italy* (1768), que promove “uma ruptura nas convenções admitidas” pelo gênero, “colocando definitivamente o indivíduo no centro da mobilidade<sup>114</sup>”. A veracidade, neste momento, continua centrada no extraordinário, mas o invés deste extraordinário “estar no mundo, encontra-se cada vez mais no aventureiro, em sua *subjetividade*<sup>115</sup>”.

Oculto pela objetividade da observação impessoal, ou pela experiência íntima, o narrador é o responsável pela verossimilhança de seu texto, oscilando sempre nesta “ambivalência narrativo/descritiva<sup>116</sup>”. Tanto num como noutro tipo de narrador, que não se sobrepõem neste momento, mas convivem mais, ou quase sempre, menos harmoniosamente, a persuasão se dá pelo “ter estado lá”, “ter visto o que poucos viram”, “ter testemunhado realmente aquilo que se conta”, o que Iachello chama de “retórica do eu vi<sup>117</sup>”. Esta pretensão de veracidade não foi sempre um dado inquestionável da literatura de viagem, já que havia, ao contrário, uma tradição de considerar o viajante como um mentiroso, tanto quanto o autor de prosa de ficção. O viajante do século XVIII convive com essa contradição, de ter que incluir em seu relato uma relação detalhada de suas experiências, para provar que realmente esteve nos países e cidades que descreve, mas sem acrescentar muito, como diz Batten, sobre si mesmo ou suas aventuras. “Se a sua narrativa aparece muito circunstancial, ele pode ser acusado de ser egoísta; se ela parece muito engenhosa, ele será freqüentemente criticado como um escritor de ficção”, crítica grave que imputava uma acusação de mentira e engano, além de priorizar o entretenimento do seu leitor “à custa de sua instrução<sup>118</sup>”. A contradição das exigências da literatura de viagem decorre também do fato de que ela se funda sobre a crença de que “o texto pode representar o real”; este postulado, lembra Antoine, é compatível com “uma extrema consciência dos artifícios lingüísticos”, de que se usa freqüentemente a narrativa de viagem. Para este autor,

---

<sup>113</sup> BRILLI, Attilio, *Quand voyager était un art*. Le roman du Grand Tour. Trad. Marie-José Tramuta. Saint Pierre de Salerne: Gérard Monfort, 2001, p. 28.

<sup>114</sup> ROCHE, Daniel, *Humeurs vagabondes*. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2004, p. 176.

<sup>115</sup> SINDER, Valter, *Configurações da narrativa: verdade, literatura e etnografia*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2002, p. 61.

<sup>116</sup> PASQUALI, Adrien, *op. cit.*, p. 95.

<sup>117</sup> IACHELLO, Enrico, La représentation des villes siciliennes dans les récits des voyageurs français (XVIIIe. et XIXe. siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: Societé d'Histoire Moderne et Contemporaine. 40(4), oct./dec., 1993, p. 558.

a história da Viagem é também a busca “de uma adequação problemática da linguagem à verdade do mundo”<sup>119</sup>.”

À *beau mentir qui vient de loin*; mente à vontade quem vem de longe, o provérbio identifica o viajante com a mentira e a invenção. Até mesmo os dicionários fazem esta ressalva, como o de Furetière (1695), no qual o verbete *Menteur* (Mentiroso) afirma: “Os viajantes são freqüentemente *mentirosos* em seus relatos de viagem”; ainda que sejam fonte privilegiada de muitas das informações destes mesmos dicionários<sup>120</sup>. O viajante que vem de longe e relata suas andanças precisa convencer seus leitores e editores de que não mente e só diz a verdade, fazendo com que eles aceitem um “pacto de leitura”<sup>121</sup>. O leitor, por sua vez, a menos que tenha estado no mesmo local, tem condições limitadas de reconhecer a verdade e a mentira. Weber lembra-nos de que os únicos critérios de veracidade de que dispõem os leitores são critérios formais e temáticos: se o viajante vê o que outros viajantes antes dele viram e apresenta suas informações da mesma maneira; se ele supera os mesmos obstáculos que os seus antecessores, no mesmo local que eles os encontraram; se ele sublinha “os ecos de seu texto com aqueles dos sábios exploradores que o precederam”. A forma de crônica intelectual, a referência a outros textos e os lugares comuns da viagem “são ao mesmo tempo o que coloca a narrativa de viagem do lado do gênero ficcional sem referente e o que responde à exigência de veracidade dos leitores aos quais ela se destina”<sup>122</sup>.”

Adams demonstrou como as fronteiras entre veracidade e mentira, fato e ficção são tênues na literatura de viagem: pequenas ou grandes distorções, mentiras deliberadas, ficção com apelos de veracidade, obras inteiramente falsas ou copiadas de outros viajantes reais, tomadas como verdadeiras e originais. Isso não quer dizer que a fronteira não exista,

---

<sup>118</sup> BATTEN JR., Charles L., op. cit., p. 63.

<sup>119</sup> ANTOINE, Philippe, Préface. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2001, p. 6.

<sup>120</sup> *Apud* TURCAN, Isabelle, Références bibliographiques et emprunts aux textes de relations de voyage dans les dictionnaires français sur l’ancien régime. Diversité des motivations et démarches pré-scientifiques au service de savoirs à vocation de science. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes*. Voyages et discours scientifiques. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2006, pp. 89-90.

<sup>121</sup> BERCHET, Jean-Claude. La préface des récits de voyage au XIXème siècle. In: TVERDOTA, György (éd.). *Écrire le voyage*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994, p. 15.

<sup>122</sup> WEBER, Anne-Gaëlle, *À Beau Mentir qui Vient de Loin*. Savants, voyageurs et romanciers du XIXe siècle. Paris: Honoré Champion, 2004, p. 186.

mas que ela “está longe de ser precisamente traçada<sup>123</sup>”. Muitos destes relatos falsos influenciaram escritores, filósofos, governos e historiadores, antigos e modernos, e ainda hoje há muita controvérsia sobre alguns destes textos. Gigantes patagões, a passagem noroeste, ligando o Atlântico ao Pacífico pela América do Norte, o que Adams chama de “falsas topografias”, foram objeto de debates acalorados, declarações de certeza incontestáveis e desmentidos contundentes. “Essas mentiras se mesclam com a verdade para formar o retrato do mundo no século XVIII<sup>124</sup>”. Mesmo o relato falso deve jogar com os conceitos de verdade e mentira, baralhando-os para melhor convencer os leitores e a crítica de sua veracidade e boas intenções. Os mais convincentes, diz Adams, “conhecem o valor de mesclar pessoas e locais reais com pessoas e locais apócrifos”; no entanto, estas personagens reais estavam quase sempre já “mortas e incapazes de defenderem-se<sup>125</sup>”. A citação de viajantes originais também podia dar uma aura de veracidade e respeitabilidade ao texto de um falsário, se ele “ocasionalmente se referisse a viajantes reais e respeitados ou outras autoridades, quiçá para, audaciosamente, discordar deles<sup>126</sup>”. Da mesma forma que nos relatos originais, estas falsas topografias convenciam o público por meio de uma longa e latente tradição por trás delas<sup>127</sup>.

Viajantes que falsificavam seus relatos são chamados por Adams de *fireside travelers*, “viajantes de lareira”, ou “viajantes de gabinete”, que redigiam seus livros depois de voltarem a seus lares, “confortavelmente sentados em seu aquecido gabinete de trabalho”, ao pé de suas lareiras, onde o tempo passado desde a viagem e o conforto podiam fazer com que fossem acrescentados ou alterados alguns dados e informações. O viajante podia ainda ser vítima de um *fireside editor*, ou tradutor, que decidisse tornar o texto de viagem mais atrativo ao público, mudando o estilo ou mesmo as informações e aventuras vividas pelo autor. Mas o mais comum destes *fireside travelers*, era aquele que jamais havia deixado sua casa e o aconchego de sua lareira e, ainda assim, compunha diários de viagem totalmente imaginários. “Por conhecerem tão bem as técnicas e ingredientes da autêntica

---

<sup>123</sup> ANTOINE, Philippe, Préface. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage, op. cit.*, p. 6.

<sup>124</sup> ADAMS, Percy G., *Travelers and Travel Liars 1660-1800*. New ed. New York: Dover, 1980, p. 18. Cf. também WEIL, Françoise. La relation de voyage: document anthropologique ou texte littéraire? In: RUPP-EISENREICH, Britta (éd.). *Histoires de l'Anthropologie (XVIIe-XIXe siècles)*. Actes du Colloque La Pratique de l'Anthropologie Aujourd'hui. Paris: Klincksieck, 1984, pp. 55-65.

<sup>125</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 66.

<sup>126</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 230.

literatura de viagem, estes escritores foram freqüentemente bem sucedidos em ter suas falsificações aceitas como reais<sup>128</sup>”. O domínio do estilo, o conhecimento das tópicos mais comuns e das técnicas de composição do gênero, garante aos relatos de viagem falsos a eficácia da persuasão e a garantia de veracidade, sobretudo quando o objetivo do autor era enganar o público fazendo com que sua obra ficcional fosse tomada como verdadeira. Estas interferências, ou hibridações entre viagens imaginárias e autênticas, devem-se ao “estatuto incerto da literatura de viagem nesse período: pseudo-viagens recebidas como relatos verídicos, relatos verídicos lidos como romances<sup>129</sup>”.

Adams em outro trabalho, que é uma espécie de seqüência de seu *Travelers and Travel Liars*, destaca as relações da literatura de viagem não mais com a mentira, mas com uma de suas máscaras, a ficção. Ele define o objetivo de seu livro como sendo o de demonstrar que a narrativa de viagem não é apenas “um diário em primeira pessoa mantido por um viajante”; nem mesmo uma “fotografia em palavras do que um viajante observa”, como tomam alguns historiadores que têm nestes relatos algumas de suas fontes principais. Para ele, o viajante, assim como o novelista, ou romancista, tem “milhares de formas e fórmulas à escolha quando escreve o relato de uma viagem, independente de desejar publicá-lo ou não<sup>130</sup>”. Tanto viajantes quanto literatos, às vezes confundidos numa única *persona*, estavam sujeitos às demandas do público, ao mesmo tempo por diversão e utilidade, como já havia destacado Batten. Assim, tanto romancistas quanto viajantes corriam o “risco” de acrescentar detalhes prodigiosos à sua narrativa, atendendo às expectativas dos leitores, sendo cada uma destas formas literárias “em diversas proporções uma mistura de verdade e invenção<sup>131</sup>”. Para Adams esta relação está nos “princípios estruturais” destas duas formas de literatura, em sua tradição comum e cada uma “inspirando-se e aprendendo uma com a outra<sup>132</sup>”. Na estrutura narrativa, ambas se utilizam da figura de um “herói” e sua viagem em peregrinação ou em busca de conhecimento,

---

<sup>127</sup> *Id., ibid.*, p. 67.

<sup>128</sup> *Id., ibid.*, p. 80.

<sup>129</sup> RACAULT, Jean-Michel, Les jeux de la vérité et du mensonge dans les préfaces des récits de voyages imaginaires à la fin de l'Âge classique (1676-1726). In: MOUREAU, François (éd.). *Métamorphoses du récit de voyage*. Actes du Colloque de la Sorbonne et du Sénat (2 mars 1985). Paris: Champion; Genève: Slatkine, 1986, p. 93.

<sup>130</sup> ADAMS, Percy G., *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington: The University of Kentucky Press, 1983, p., p. ix.

<sup>131</sup> *Id., ibid.*, p. 100.

<sup>132</sup> *Id., ibid.*, p. 148.

crescimento, experiência, adquiridos depois de passar por perigos imensos, riscos inauditos, do qual Ulisses é um dos principais modelos. Duchet destaca ainda que Prévost, em seu *Histoire des Voyages*, remete o leitor ao relato falso de Robert Lade, uma vez que “não há fronteira para ele entre a fabulação e a narrativa histórica, já que as fontes são as mesmas<sup>133</sup>”. Como recorda Pomeau, “a filosofia das luzes faz coexistir os mitos e a crítica que arruína estes mitos<sup>134</sup>”.

Se de um lado a literatura de viagem se utiliza de recursos da ficção para cativar o leitor, se ambas as formas por vezes fazem as “mentiras auxiliarem a verdade ou a verdade auxiliar as mentiras<sup>135</sup>”, a literatura de ficção também se utiliza de estratégias descritivas e narrativas da viagem para renovar o gênero. Para Adams, e muitos outros críticos, autores como Georges e Madeleine de Scudéry, Aphra Behn, Alain Lesage, Daniel Defoe, o abade Prévost, Ann Radcliffe, Laurence Sterne, Johnathan Swift, Walter Scott, continuamente utilizam-se de viagens reais como “inspiração e cor local<sup>136</sup>”. E muitos, como Aphra Behn e Defoe, realizaram eles próprios suas viagens, experiências que utilizaram em suas obras ficcionais; uma tradição que continua durante todo o século XIX, com Chateaubriand, Nerval, Lamartine, Gautier ou Henry James, e mesmo no século XX, com Michel Butor ou Italo Calvino, que recria as viagens imaginárias a partir de Marco Polo, uma das figuras fundadoras da literatura de viagem. Até a viagem científica influencia a ficção, criando o gênero de “romance de viagem científica”, do qual Júlio Verne e Edgar Allan Poe são apenas alguns exemplos. Uma ficção de “segundo grau, que aspira à mesma verdade, ou mais exatamente, à mesma verossimilhança que a narrativa de viagem científica<sup>137</sup>”. Para Weber, não há diferença de natureza, por exemplo, “entre a narrativa histórica culta, ilustrada por Cook, e a viagem imaginária: as duas fornecem ao romancista tipos e situações romanescas<sup>138</sup>”.

---

<sup>133</sup> DUCHET, Michèle, *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 89.

<sup>134</sup> POMEAU, René, Voyage et lumières dans la littérature française du XVIIIe siècle. *Studies on Voltaire & the Eighteenth Century*. Oxford: Voltaire Foundation, 57(22), 1967, p. 1287.

<sup>135</sup> ADAMS, Percy G., *Travel literature...*, *op. cit.*, p. 102.

<sup>136</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 136. Cf. MOUREAU, François, Lire le voyage classique: inventaire et reconstruction. In: PARRA, Montserrat, FIGUEROLA, María Carme (eds.). *El viatge com a font de saber*. Lleida: Universitat de Lleida, Facultat de Lletres, 2002, p. 135.

<sup>137</sup> WEBER, Anne-Gaëlle, Le genre Romanesque du récit de voyage scientifique au XIXe siècle. *Sociétés et Représentations*. Paris: ISOR/Credhes, 21, avr., 2006, p. 73.

<sup>138</sup> *Id.*, *À Beau Mentir...*, *op. cit.*, p. 71.

Estes “novelistas paisagistas” do século XVIII, como define Adams, necessitavam das viagens para criar suas paisagens exóticas, suas ambiências sublimes, ou pitorescas, mas também para adquirir informações geográficas e históricas, um “estado das coisas” de países estrangeiros, usados para dar mais recursos à imaginação<sup>139</sup>. Sobretudo aqueles escritores que se dedicavam a tratar da educação sentimental ficcional, mais dependentes dos relatos de viagem para a descrição de “costumes, geografia, vida animal e vegetal em lugares distantes”, de Rousseau do *Emílio* e das *Confissões*, aos autores de textos infantis com preocupações educativas, tão importantes para ambos os gêneros em questão<sup>140</sup>. Ou ainda Diderot e seu célebre *Supplément au Voyage de Bougainville*, no qual, partindo de uma expedição verdadeira, um nativo torna-se porta-voz das críticas do filósofo à civilização, uma das principais tópicas da viagem no século XVIII. Pois não apenas Rousseau, Diderot, Voltaire nas *Lettres Persanes*, mas toda a filosofia do século se utiliza dos procedimentos da viagem para as suas exposições didáticas dos vícios da sociedade européia. Quando estes filósofos introduzem em seus livros um selvagem, lembra Chinard, é para se servir dele como “um porta-voz”; eles se ocupam pouco da “verossimilhança e da cor local, e terminada a diatribe, (...), nós veremos reaparecer o europeu, o civilizado, o filósofo<sup>141</sup>”. O nativo é, como diz Bitterli, um *alter ego* do europeu, tanto em suas qualidades quanto como “encarnação de sua má-consciência<sup>142</sup>. Atkinson recorda que os povos “selvagens”, ou semi-civilizados, forneceram aos viajantes, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, uma base material para o desenvolvimento da teoria do Bom Selvagem. Aqui a experiência e a memória da biblioteca se uniram na formação do mito e da idéia de uma república democrática: estes viajantes estavam, em sua maioria, “nutridos de Platão, de Thomas Morus, ou de Bacon. Eles estavam, assim, preparados, antes de viajarem, a “encontrar ‘repúblicas’ nestes países selvagens ou semicivilizados<sup>143</sup>”.

A diversidade deste gênero híbrido, multifacetado e de difícil classificação, facilita uma “interferência” mútua entre o relato de viagem e a ficção. “Montagem de gêneros, de

---

<sup>139</sup> ADAMS, Percy G., *Travel literature...*, *op. cit.*, pp. 138-139.

<sup>140</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 140.

<sup>141</sup> CHINARD, Gilbert, *L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVII et au XVIIIe siècle*. Paris: E. Droz, 1934, p. 367. Cf. BITTERLI, Urs, *Los “salvajes” y los “civilizados”*. El encuentro de Europa y Ultramar. Trad. Pablo Sorozábal. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 278.

<sup>142</sup> BITTERLI, Urs, *op. cit.* P. 517.

<sup>143</sup> ATKINSON, Geoffroy, *Les relations de Voyages du XVIIe siècle et l'Évolution des Idées*. Contribution à l'Étude de la Formation de l'Esprit du XVIIIe siècle. Paris: Édouard Champion, 1927, p. 47.

vozes, de textos, a Viagem está sempre pronta a acolher o conjunto de discursos do mundo<sup>144</sup>”. Adams nos recorda que o relato de viagem não pode ser considerado um gênero com uma definição fixa, tanto quanto a ficção, que também inclui variadas formas e conteúdos<sup>145</sup>. Gênero “*métuyen*”, a escritura de viagem “oscila entre a realidade e a imaginação”, e esta oscilação é “voluntária dado que deriva de uma verdadeira poética que entrecruza as regras viáticas com os procedimentos romanescos<sup>146</sup>”. Esta indefinição de ambos os gêneros fazia com que a relação entre eles fosse tensa e contraditória. Se a ficção utiliza os procedimentos da viagem para legitimar-se e dar a cor local que o público desejava, a narrativa de viagem procurava distanciar-se da ficção, na fórmula famosa de Volney em sua viagem ao Oriente, em finais do século XVIII, quando declara que a viagem pertence à História e não à ficção, colocando-se “sob a autoridade de uma disciplina que podia fornecer-lhe uma caução epistemológica<sup>147</sup>”. Talvez por saber tão estreita esta relação, Volney tenha insistido no afastamento epistemológico com relação às “mentiras” e “falsidades” do romance. Temos aqui uma tentativa de aproximação entre a viagem, “prática de compreensão do mundo sensível” e a viagem “discurso sobre essa compreensão”; a narrativa de viagem busca justamente “mascarar tanto quanto possível essa diferença de estatuto entre a experiência e sua relação”, baseado na crença de que “as palavras podem dar conta fielmente do mundo, ou das impressões resultantes de seu espetáculo sobre o viajante<sup>148</sup>”.

As relações entre literatura de viagem e a ficção são tão estreitas, que Requemora propõe sua periodização para o século XVII. No período de 1600 a 1640, a teoria da imitação prevalece e os romances barrocos imitam os gregos e os relatos de viagem imitam os relatos da Renascença; de 1640 a 1660 passa-se da imitação à história: seria a época do “Grande Romance” e da “viagem literária”; o terceiro período, entre os anos de 1650 a 1670 coloca questões de *mimesis* e de suas significações, por meio do “romance

---

<sup>144</sup> ANTOINE, Philippe, Préface. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*, op. cit. p. 5.

<sup>145</sup> ADAMS, Percy G., *Travel literature...* op. cit., p. 282.

<sup>146</sup> REQUEMORA, Sylvie, Du roman au récit, du récit au roman: le voyage comme genre « métuyen » au XVIIIe siècle, de Du Périer à Regnard. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.), *Roman et récit...*, op. cit., p. 35.

<sup>147</sup> HAFID-MARTIN, Nicole, *Voyage et connaissance au tournant des Lumières (1780-1820)*. Oxford, UK: Voltaire Foundation, 1995, p. 62.

<sup>148</sup> ANTOINE, Philippe, Ceci n'est pas un livre. Le récit de voyage et le refus de la littérature. *Sociétés et Représentations*. Paris: ISOR/Credhes, 21, avr., 2006, p. 45.

verdadeiro” e da viagem alegórica; e o período de 1670 a 1700, que vê o apogeu das aproximações entre a literatura e a viagem, com o desenvolvimento das viagens imaginárias e utópicas<sup>149</sup>. Podemos discordar desta apresentação tão esquemática do tema, mas não há como negar a maneira como a viagem e a literatura de ficção se relacionam e se oferecem modelos teóricos e retóricos uma à outra. A viagem, enquanto gênero “*métuyen*”, segundo esta autora, torna o romance verossímil, sendo “um excelente meio poético para passar do romance à história, e elevar a dignidade de um gênero menor”. A viagem autêntica permite, então, “dar pouco a pouco ao romance suas cartas de nobreza conferindo-lhe uma verossimilhança<sup>150</sup>”. Práticas de escrita tomadas de “empréstimo” de um gênero ao outro, ajudam a formar as tópicas retóricas de persuasão e convencimento, promovendo, para esta autora, uma valorização do romance e uma oscilação, do relato de viagem, entre a ficção e a história.

A presença da ficção nos relatos de viagem também pode ser entendida como uma necessidade do próprio gênero viático, para responder aos desafios que uma determinada materialidade descrita se lhe impõem; “a ficcionalização da experiência se torna uma maneira de responder à tenuidade do real, um modo de lhe reliteralizar<sup>151</sup>”. Daí a utilização da anedota como maneira de dar uma “impressão de verdade” ao relato, ao mesmo tempo em que o coloca na “via da literatura de ficção<sup>152</sup>”. A anedota é um artifício que prova a veracidade de uma experiência vivida num espaço distante, que pode ser de primeira mão, experimentada pelo narrador, ou que lhe foi contada por uma testemunha de primeira mão. O testemunho do viajante e a fiabilidade do informante são os únicos índices de veracidade de que dispõe o leitor, o que confere um “estado concentrado de realidade” à leitura. Esta estratégia narrativa permite, assim, ao viajante uma “ficcionalização de si, por meio da narração de anedotas totalmente imaginárias ou acontecidas a outros. A montagem permite, paradoxalmente, se chegar a mais verdade, a uma verdade talvez mais pessoal”; explicitando, assim, a “porosidade entre o gênero da viagem e o gênero romanesco”, e o

---

<sup>149</sup> REQUEMORA, Sylvie, *op. cit.*, p. 26.

<sup>150</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 30-31.

<sup>151</sup> MONTALBETTI, Christine, Les séductions de la fiction: enjeux épistémologiques. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage...*, *op. cit.*, p. 106.

<sup>152</sup> LINON-CHIPON, Sophie, *Certifiqata Loquor*. Le rôle de l’anecdote dans les récits de voyage (1658-1722). In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage...*, *op. cit.*, p. 193.

papel ambíguo da anedota como efeito literário de convencimento e demonstração da veracidade da narrativa<sup>153</sup>.

Desde o século XVII, o *Grand Siècle* francês, o romance buscava uma legitimidade, ou álibis como afirma Pioffet. “Considerado corruptor e frívolo, ele se vangloria, ao contrário, de ensinar a virtude, de prevenir o vício, e de oferecer uma janela para o mundo no qual ele vive<sup>154</sup>”. Esta janela para a materialidade e a substância do mundo se abre, o mais freqüentemente, por meio da literatura de viagem e seu desejo de retratar uma “realidade” da experiência sensível e intelectual. A narrativa, para não ser acusada de ser uma “distração fútil”, se dissimula sob “o véu da verdade histórica ou de confidências autobiográficas, subterfúgios de convenção explicitados no texto liminar ou nos subtítulos romanescos<sup>155</sup>”. O romance se apresenta, ainda que saído da imaginação, como não sendo apenas “fingimento e mentira”; ele se justifica ao reivindicar-se como sendo o resultado de “uma observação rigorosa da diversidade humana e topográfica, assim como de um conhecimento da História<sup>156</sup>”. O romance se alimenta, então, das informações coligidas na literatura de viagem e, de certa forma, substitui o texto referencial quando ele “exaure” a capacidade de criar novidades e maravilhas de um determinado espaço. A narrativa de viagem “com caráter propriamente literário nasce talvez quando um território não tem mais muitos segredos a desvendar<sup>157</sup>”.

A memória da biblioteca tem, assim, mão dupla: por um lado, cada livro de viagem refaz o caminho de outros livros, nos passos dos viajantes e em sua escritura; estes livros, tornados fontes renovadoras da história e do conhecimento do mundo, pavimentam caminhos descritivos e interpretativos para uma literatura de ficção que se propõe também seguir a divisa Horaciana do divertimento útil. Em sua *Arte Poética*, Horácio afirma: “Recebe sempre os votos, o que soube misturar o útil ao agradável, pois deleita e ao mesmo tempo ensina o leitor<sup>158</sup>”. E esta literatura, em alguns casos, também contribui na composição da bricolagem da literatura de viagem. Ortas demonstrou como as viagens à Espanha estão quase inteiramente marcadas pela leitura do *Quixote*, de Cervantes, que

---

<sup>153</sup> *Id., ibid.*, p. 204.

<sup>154</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *op. cit.*, p. 15.

<sup>155</sup> *Id., ibid.*

<sup>156</sup> *Id., ibid.*, p. 21.

<sup>157</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine. *Écrire le voyage...*, *op. cit.*, p. 40.

funciona como um itinerário e um guia de compreensão da Espanha nos séculos XVIII e XIX; efetivamente alguns viajantes usavam o livro como guia turístico do país. Personagens, locais, comportamentos, situações, as páginas do clássico cervantino são recriadas e reescritas nos textos dos viajantes como fórmulas de compreensão do outro; o *Quixote*, para alguns, define o caráter nacional espanhol. É o caso de Jean François Peyron, citado por Ortas, que viaja pela península entre 1777 e 1778; para ele, reproduzindo o que a autora considera já um lugar comum neste momento, as críticas de Cervantes em sua obra aos livros de cavalaria andante não haviam sido suficientes para debilitar “estes aspectos de heroísmo e grandeza que, para o viajante galo, formavam parte distintiva do caráter espanhol<sup>159</sup>”. A trama da ficção se transforma, nestas narrativas, em informação primária, ponto de “referência documental para um viajante que perseguia na realidade setecentista vestígios de elementos aludidos em uma obra de ficção à qual se via também como testemunho da realidade nacional<sup>160</sup>”. A definição do caráter nacional, tão importante para a literatura de viagem que se propõe a decifrar e compreender o mundo, é neste caso filtrada pela ficção que se transforma em modelo e referente, um espelho que reflete a substância do mundo e a identidade do outro, como se, por vezes, os recursos da ficção fossem os mais adequados para dar conta do espetáculo da diferença e para ilustrar o mundo especular da alteridade.

### *1.3 Deslocamento e Alteridade*

*Il semble que l'image du monde ou du moins la description qu'on peut faire du monde en le représentant comme dans un miroir, n'est pas sans utilité pour l'intelligence des saintes écritures qui en mentionnent si souvent les diverses parties et surtout celles de la terre habitable.*

*Pierre d'Ailly*<sup>161</sup>.

Há ainda outras características que quero ressaltar, como a dimensão espacial da viagem e sua situação de fronteira entre um mundo conhecido e um mundo desconhecido,

---

<sup>158</sup> HORÁCIO, *Arte poética*. Intr., trad. e comentários de R.M. Rosado Fernandes. 3. ed. Lisboa: Inquérito, 1984, v. 344-346.

<sup>159</sup> ORTAS DURAND, Esther, *Leer el camino*. Cervantes y el “Quijote” en los viajeros extranjeros por España (1701-1846). Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2006, p. 83.

<sup>160</sup> *Id., ibid.*, p. 121. Entre vários exemplos, a autora cita Gautier, autor para o qual o *Quixote* “se erigia em todo um compêndio do caráter hispânico”. 2006: 143.

<sup>161</sup> *Op. cit.*, p. 153.

que está na base da relação de alteridade, promovendo “procedimentos que permitem passar do mundo que se conta ao mundo em que se conta<sup>162</sup>”. Uma dimensão temporal que contrasta duas ou mais temporalidades convivendo na intersecção destes dois mundos, um mundo que vive no presente, vislumbrando o futuro, aquele no qual se conta, e outro, o que se conta, que vegeta num passado primitivo, primordial, estágio atrasado do desenvolvimento das faculdades do homem, inerte à ação do progresso. E, finalmente, como vimos antes, um pressuposto de veracidade que legitime a narrativa de viagem como procedimento de produção de conhecimento. Os viajantes sejam eles artistas, naturalistas ou apenas “homens do mundo”, reivindicam a legitimidade da experiência, “da *experiência do lugar* de onde falam e que descrevem em seus relatos<sup>163</sup>”.

Relato de fronteira, a literatura de viagem deve dizer o outro. E dizer o outro, lembra Hartog, “é enunciar-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*<sup>164</sup>”. A alteridade do mundo que se conta deve ser traduzida para os destinatários da narrativa, por meio de alguns procedimentos retóricos que dão inteligibilidade à diferença, tais como a inversão, a comparação, a analogia, a tradução, e pela ênfase na singularidade do descrito, de suas “maravilhas” e “curiosidades”. É preciso que o texto faça o leitor ver como se estivesse lá, que ele “pertença ao saber compartilhado pelas pessoas a quem se dirige o viajante<sup>165</sup>”. O mundo que se descreve é sempre uma imagem invertida, como um espelho, que ressalta a diferença do outro a partir da imagem espectral do mesmo. Na comparação, se faz ver ao descrever-se o que se vê como igual ao que se conhece, ou apontando a sua diferença (*a* é como *b*, ou *a* é diferente de *b*). Este procedimento pressupõe que se postule “uma simetria entre o norte e o sul do mundo habitado – e é a aplicação deste princípio que irá transformar a comparação em verdadeiro paralelo: o Nilo é no sul o que o Istro é no norte – ou, o Nilo é na Líbia o que o Istro é na Europa<sup>166</sup>”. Nesta simetria, não pode deixar de haver no além que se descreve, uma grande quantidade de maravilhas e curiosidades. Esta descrição das maravilhas do exótico, que Hartog denomina pela palavra grega *thôma*, se define a partir do olho do viajante em primeira pessoa: “sou eu que estimo

---

<sup>162</sup> HARTOG, François, *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. port. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 232.

<sup>163</sup> DOIRON, Normand, *L'art de voyager. Pour une définition...*, *op. cit.*, p. 89.

<sup>164</sup> HARTOG, François, *op. cit.*, p. 229.

<sup>165</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 240.

<sup>166</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 244.

que tal passagem ou tal construção é ‘admirável’ ou ‘extraordinária’<sup>167</sup>”. O *thôma* “produz um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro”; ele é finalmente “um procedimento para fazer crer, desenvolvido pela narrativa de viagem<sup>168</sup>”. Uma retórica da alteridade é, pois, uma “operação de tradução: visa a transportar o outro ao mesmo (*tradere*) – constituindo, portanto uma espécie de *transportador da diferença*<sup>169</sup>”. Há um desejo de conhecer o outro, e, por conseguinte, a si mesmo, além de um desejo mais geral de conhecimento do desconhecido. Tratando ainda das viagens na Antiguidade, Hartog lembra que “uma das palavras da época que melhor exprime esta atitude em relação ao mundo é *thêoria*, viajar para ver<sup>170</sup>”.

Este desejo de perscrutar outros mundos, sobretudo de forma mais “científica” a partir do século XVIII, teria nascido de uma consciência de si por parte da Europa, que para seu próprio estudo necessitava de comparações e descrições, de uma imagem de alteridade que lhe definisse a própria identidade. “O que importava, sobretudo era apresentar um homem distinto ao da civilizada Europa, base a partir da qual especular as vantagens e defeitos da própria cultura<sup>171</sup>”. Este interesse estaria matizado, para González, por um misto de exotismo, curiosidade científica e interesses materiais concretos por parte dos Estados europeus, naturalistas e viajantes. O espaço descrito, ao ser traduzido revela, também, o espaço daquele que vê e conta; sendo lugar além-fronteira o mundo que se conta reflete a diferença em relação ao mundo em que se conta, e quanto mais diferente e particular, quanto mais oposto e comparável por meio da inversão, mais verossímil será a sua descrição. A distância, constitutiva da viagem, é “uma categoria elementar da relação humana que instaura a possibilidade de comparação com as outras civilizações”; a mobilidade permite, assim, comparar e distinguir<sup>172</sup>.

O viajante, para Doiron, é paradoxalmente um ser sedentário que despreza os nômades, os povos sem cidades. “O deslocamento regrado dos viajantes modernos se definirá por oposição à vagabundagem dos selvagens que eles verão, com dois mil anos de

---

<sup>167</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 250.

<sup>168</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 251.

<sup>169</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 251-252.

<sup>170</sup> *Id.*, *Mémoire d’Ulysse*. Récits sur la frontière en Grèce ancienne. Paris: Gallimard, 1996, p. 98. Cf. EUBEN, Roxanne L., *op. cit.*, pp. 20 e ss.

<sup>171</sup> GONZÁLEZ MONTERO DE ESPINOSA, Marisa, *La ilustración y el hombre americano*. Descripciones etnológicas de la expedición Malaspina. Madrid: CSIC, 1992, p. 13.

intervalo, da mesma forma que Heródoto via os Cítas<sup>173</sup>”. Ou seja, pelo espelho da diferença, da oposição, da barbárie; não apenas os povos “selvagens”, vivendo em estado de natureza, ou as culturas “decaídas” do oriente ou da África do norte, imersas em suas ruínas, mas também as civilizações “mestiças” da América, incapazes de recriarem no Novo Mundo uma cópia fiel de sua matriz europeia. No entanto, este espelho desvelado pela literatura dos sábios viajantes oferece “menos um material bruto que as representações e os julgamentos que ela compartilha<sup>174</sup>”. Para Weber, a importância da descrição para o viajante das Luzes não é tanto “descrever precisamente as espécies desconhecidas para permitir ao sábio classificá-las”, como será tantas vezes recomendado nas instruções e artes apodêmicas, mas “representar o encontro com o desconhecido para *fazer ver*<sup>175</sup>”. Este desconhecido, espelho da identidade do viajante, é projetado em imagens que oscilam entre o inferno e o paraíso, ora exemplo de organização utópica e perfeita, ora espaço da barbárie, que deve ser conquistada e civilizada. O longínquo se constitui nesta literatura “um espaço oxímoro no qual a paisagem edênica dissimula às vezes um contrário insuportável<sup>176</sup>”. Para Duchet, as imagens do outro nestas narrativas dão um sentimento de “monotonia”, resultado não apenas de uma relativa pobreza de vocabulário, mas também pela “distância sempre igual que separa o observador de um mundo ao qual ele permanece exterior, e do qual não possui mais do que um conhecimento superficial<sup>177</sup>”. Uma das condições para o funcionamento do gênero é justamente esta homogeneidade, que organiza e ordena a diversidade e o “caos” do mundo empírico; pois ao contrário do que se costuma pensar, a literatura de viagem não reflete nem descreve a diversidade, mas procura codificá-la tornando-a inteligível, transformando o *outro* num *próximo*. É descrevendo o diferente de forma parecida a si mesmo, utilizando-se de comparações, metáforas e alegorias, que o viajante consegue dar inteligibilidade à alteridade, muito mais do que se fixando nas características distintivas desta diferença. Elas não são ignoradas, mas devem ser “traduzidas”, reordenadas e adaptadas ao texto de sua própria cultura.

---

<sup>172</sup> ROCHE, Daniel, *op. cit.*, p. 215.

<sup>173</sup> DOIRON, Normand, *L'art de voyager. Le déplacement...*, *op. cit.*, p. 7 ; cf. também p. 83. Cf. ROCHE, Daniel, *op. cit.*, p. 62: “A viagem de Ulisses impregna todo pensamento clássico que rejeita a errância sem ordem e o nomadismo sem ponto fixo”.

<sup>174</sup> ROCHE, Daniel, *op. cit.*, p. 215.

<sup>175</sup> WEBER, Anne-Gaëlle, *À Beau Mentir...*, *op. cit.*, p. 79.

<sup>176</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *op. cit.*, p. 34.

<sup>177</sup> DUCHET, Michèle, *op. cit.*, p. 112.

Esta imagem especular que o viajante descobre fora de sua pátria, por mais cosmopolita que seja a atividade da viagem, é comparada por Doiron a um luto, não exatamente um sentimento de exílio, mas um sentimento “da incrível desordem que reina no mundo. Afastando-se do centro, ele descobre a ruptura<sup>178</sup>”. A esta imagem da desordem do mundo, o viajante opõe a sua ordem, a sua classificação: “À dispersão, ele responde pelo agrupamento, pela reunião dos signos que tornam inteligível o seu trajeto<sup>179</sup>”. Para este autor, a alteridade na literatura de viagem não é mais do que “uma monstruosa retórica do mesmo: comparação, analogia, metáfora, antítese, hipérbole<sup>180</sup>”. Esta operação de inteligibilidade do espaço é o que Gomez-Géraud chama de “ordenação do mundo, a partir do itinerário que faz desfilar os lugares”, como sendo a principal preocupação do relato de viagem<sup>181</sup>. Ainda aqui observamos o caráter contraditório da literatura de viagem: seus autores buscam a crítica de sua própria civilização na comparação com outras sociedades, tentando encontrar em sua “infância” uma naturalidade e uma inocência que faltam à Europa polida, repleta de convenções e hierarquias, refletindo as idéias que Rousseau havia buscado em outros viajantes para desenvolver sua teoria do *bom selvagem*. Estes espaços, incluído o Brasil, constituem uma “renovação utópica” do pensamento europeu, da regeneração de sua cultura; “este sonho pacífico de uma América que seria o futuro da velha Europa corrompida e sangrenta<sup>182</sup>”. No entanto, seus textos devolvem muitas vezes não mais do que uma imagem idealizada de sua própria cultura, depurada pela pena moralizante e utópica do viajante e sua memória livresca. Um olhar, que apesar de consciente da alteridade, faz da diferença do outro uma tópica do discurso moralista ou polêmico do escritor, “não guardando de sua identidade mais do que elementos largamente estereotipados<sup>183</sup>”. Cabe ressaltar o que é observado por Pioffet, com relação ao romance do *Grand Siècle*, e sua relação com a literatura de viagem: o exotismo – neste caso, o chinês – é ditado muito mais por “imperativos históricos que geográficos”. A China apresentada pelos romances, “lugar espantosamente vazio, parece provir de uma convenção

---

<sup>178</sup> DOIRON, Normand, *L'art de voyager. Le déplacement...*, op. cit., p. 74.

<sup>179</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 75.

<sup>180</sup> *Id.*, *De l'épreuve de l'espace...*, op. cit., p. 24. Cf. HARTOG, François, *O espelho...*, op. cit., pp. 240 e ss.

<sup>181</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, op. cit., p. 45.

<sup>182</sup> MOUREAU, François, Paradojas brasileñas de las Luces francesas. In: LEAL Maria Luísa, FERNÁNDEZ, María Jesús, GARCÍA BENITO, Ana Belén (coords.). *Invitación al viaje*. Mérida: Junta de Extremadura, 2006, p. 127.

<sup>183</sup> GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, op. cit., p. 45.

retórica sem referente extra-textual<sup>184</sup>”. É claro que não podemos simplesmente apagar as diferenças entre o relato de viagem e o romance, embora suas relações sejam muito estreitas, como vimos. Mas muitas vezes, as projeções da América portuguesa lembram o espaço vazio, a página em branco chinesa da literatura do *Grand Siècle* francês. “O vazio da carta se apresenta ao viajante como uma página em branco a ser escrita<sup>185</sup>”; a página em branco não é, aqui, apenas metáfora ou posição epistemológica, é também a página do livro de viagem na qual se escreve o relato da alteridade; onde se projeta a imagem da identidade do viajante, onde se cristalizam os estereótipos com a liberdade que a criação literária permite, aliada às suas obrigações retóricas e a necessidade do convencimento do leitor de que se trata de um relato fiel e verdadeiro.

#### *1.4 Pitoresca Confusão*

- *Vous, j'aime vous écouter. Vos récits sont des voyages.*
- *Si c'est le cas, tout le mérite vous en revient. C'est l'auditeur qui forge la confiance. Si votre oreille ne me paraissait pas amie, elle ne m'inspirerait rien. Vous avez un talent rare, celui d'écouter.*
  - *Je ne suis pas la seule qui aimerait vous écouter.*
- *C'est possible, mais je ne crois pas que les autres le feraient aussi bien. Quand je suis avec vous, j'ai une impression très étrange: celle d'exister. Quando vous n'êtes pas là, c'est comme si je n'existais pas.*

*Amélie Nothomb<sup>186</sup>.*

A literatura de viagem constitui para a historiografia brasileira, para alguns períodos e temas, uma fonte de informações não apenas rica, mas por vezes, praticamente única. Sobretudo aos autores que tratam de cidades brasileiras, por vezes são as fontes mais utilizadas para temas ligados às atividades cotidianas, organização urbana ou vida íntima. No entanto, não são muitos os que tratam das definições do gênero, ou do estatuto da fonte; o caráter referencial dos textos de viagem raramente é questionado e há uma tendência a buscar uma objetividade escondida detrás do que se considera a “ideologia dominante” ou

---

<sup>184</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *op. cit.*, p. 172.

<sup>185</sup> SCHAEFFER, Alain, « Ce ne pas un livre que j'écris ». *Equipée* de Victor Segalen: le récit de voyage en question. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage...* *op. cit.*, p. 89.

<sup>186</sup> *Mercure*. Paris: Albin Michel, 1998, pp. 40-41.

dos “preconceitos” do viajante, que por vezes marcaria o seu discurso, mascarando a “realidade” que eles supostamente desejavam retratar. Ocorre também que questões referentes à literatura de viagem enquanto gênero são consideradas apenas como objeto de interesse dos estudos literários, não levando em conta que os gêneros também são constituídos historicamente. Embora ninguém negue o caráter de fonte das narrativas de viagem, a sua constituição interna, as suas formas discursivas, a sua estrutura própria e as estratégias com as quais produzem sentido, quase nunca são levadas em conta pelos historiadores. O que pretendo demonstrar é que, ao desconsiderar as formas de produção destas narrativas, é grande o risco de se reproduzir os lugares-comuns destes textos como se eles fossem pura descrição do referente, um espelho de uma suposta “realidade” resgatada por instantâneos de experiência de um sujeito que retrata aquilo que observa, com olhos privilegiados de estrangeiro. Uma sedução provocada por uma leitura que transporta ao texto de viagem uma espécie de “objetividade” e uma “inocência” às quais ele não se propunha. Um itinerário perigoso pelos caminhos destas narrativas, quando feito de ouvidos destapados e sem nenhuma amarra aos mastros da representação, com o risco inerente de tomá-la pelo referente, de reduzir a coisa à palavra.

A cidade luso-brasileira parece ter a estranha sensação de existir apenas espelhada nesta literatura, que reflete também a própria identidade brasileira; seu passado e, sobretudo, sua formação enquanto país independente tem nos viajantes um dos principais pontos de referência, aos quais a historiografia e os intérpretes da nação se apresentam como ouvintes confiantes. Aparentemente as questões tratadas até aqui não dizem respeito à historiografia, já que tratam sobretudo das características “literárias” das narrativas de viagem. No entanto, ao tratarmos de uma fonte de natureza tão fugidia e heterogênea, não é possível desconsiderar as relações tão claramente complexas destes textos, que são construídas historicamente e passam por profundas reformulações, sobretudo no período do qual tratamos neste trabalho. Eles são extremamente sedutores justamente por apresentarem uma ilusão de “realidade” e de “experiência vivida”, que parecem reconstituir o passado num instantâneo de vida que outras fontes, mais oficiais ou supostamente mais codificadas, não conseguiriam fazer com a mesma “autenticidade”. Com o interesse crescente pela história do cotidiano e da vida privada, estes textos deixaram o estatuto secundário que os estudos literários lhes davam, como uma literatura de segunda classe e de pouco interesse

criativo ou artístico, para alcançar o estatuto de fonte histórica privilegiada; suas pranchas e desenhos, também pouco valorizados pela história da arte, foram muitas vezes tratados como verdadeiros instantâneos fotográficos de um passado recuperado. Uma relação complexa é verdade, pois a mesma reação de encanto e decepção que os viajantes tinham com a natureza e a civilização dos “Trópicos”, a historiografia experimenta com os seus textos. Eles são considerados tão “fidedignos”, em sua maioria, mas por vezes tão “preconceituosos” e injustos com aqueles que os acolheram – e o próprio Saint-Hilaire se queixará daqueles colegas que pagaram a hospitalidade dos “três pães do conhecimento” com uma língua viperina e maledicente<sup>187</sup>.

A literatura de viagem está presente na historiografia brasileira desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico, do qual ainda trataremos adiante, e mesmo na América portuguesa Frei Gaspar da Madre de Deus irá polemizar com Charlevoix e outros viajantes. Gilberto Freyre, um dos principais autores a dar atenção à vida íntima na história do Brasil, fez muito uso destas fontes. Para o conhecimento de nossa história social, diz ele, “não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagem de estrangeiros”; mas impunha-se uma discriminação cuidadosa “entre os autores superficiais ou viciados por preconceitos”, como Thevet, Expilly ou Debadie, daqueles que o autor considera “os bons e honestos da marca de Léry, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tollenare, Gardner, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher<sup>188</sup>”. Freyre declara ter usado à larga este gênero, “não sei se diga de literatura”, afirma, em livros muitas vezes mal escritos, “porém deliciosos na sua candura quase infantil<sup>189</sup>”. A historiografia também possui suas tópicas, e Freyre apresenta aqui duas das principais: primeiro a separação entre viajantes “viciados pelos preconceitos”, que não podem ser críveis, e os outros, “bons e

---

<sup>187</sup> Ao chegar à Província de Minas Gerais, Saint-Hilaire comenta a recepção fria que recebera de um proprietário local. Seu companheiro, senhor Ildefonso, esclareceu a situação junto ao proprietário e explicou ao naturalista o motivo de sua frieza: “Alguns anos atrás, um habitante deste cantão havia hospedado um estrangeiro que, ao retornar à Europa, lhe havia retratado de maneira ridícula no relato de sua viagem; nosso hóspede temia que, sendo igualmente estrangeiros, nós nos conduzíssemos da mesma maneira com ele, e não havia sido capaz de esconder a desconfiança que lhe inspirávamos. É por isso que freqüentemente o viajante honesto recebeu a pena dos injustos que lhe haviam precedido, e talvez se evite hoje os estrangeiros em um país elogiado até pouco tempo por sua hospitalidade”. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbart et Dorez, 1830, v. 1, pp. 83-84.

<sup>188</sup> FREYRE, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o regime da Economia Patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. Prefácio à 1ª edição, p. lxxix.

<sup>189</sup> *Id.*, *ibid.*

honestos” porque dizem a verdade; e a segunda, a da ingenuidade do olhar que vê e descreve o mundo com esta “candura infantil”, portanto mais sincera, franca e sem artifícios que embelezem a escrita, mas que mascarem a “realidade”. Sua inépcia literária é um dos índices de sua fiabilidade, pois o desejo de seduzir o leitor com o canto sirênico da palavra pode esconder o desejo de enganá-lo.

Na utilização destas narrativas, Freyre opera uma apropriação e uma re-significação de seus conteúdos, reinterpretando estes relatos, “seja através de recortes que fazia deles, seja modificando os seus sentidos”, buscando construir uma interpretação “do papel das ‘três raças’ da forma como as vislumbrava<sup>190</sup>”. Apesar de exemplos que contradiziam suas teses sobre a escravidão no Brasil, como Richard Burton<sup>191</sup>, considerado por ele um autor “bom e honesto”, ele opera uma seleção que privilegia os testemunhos que corroboram a sua teoria, como dos reverendos americanos, Hamlet Clark e Walter Colton; relativizando a escravidão brasileira pela experiência norte-americana, estes viajantes concluem pela boa condição dos escravos no Brasil. “Dentro desta perspectiva, Freyre, por sua vez, constrói a idéia de um ‘éden racial brasileiro’ com base nos relatos estrangeiros<sup>192</sup>”. Mais do que fonte de informações, a viagem é para Freyre método de conhecimento; seu trabalho de antropólogo dá especial atenção à presença física do pesquisador no espaço que descreve, e seu início na vida intelectual se deu, como ele próprio destaca, por meio de um “exílio” nos Estados Unidos; essa experiência da viagem, em Freyre, “transcende a mera descoberta pessoal operando, por sua vez, fundamentalmente no âmbito da argumentação histórica<sup>193</sup>”.

Assim como os viajantes, historiadores também têm suas teorias e carregam sua própria memória da biblioteca em suas “viagens ao passado”. Há uma “tentação” que provoca os historiadores e os leitores, de “imaginar-se olhando através dos olhos dos escritores, ouvindo através de seus ouvidos e percebendo uma hoje remota cultura como realmente era”. A importância em não cair nesta tentação, diz Burke, não é o risco dos depoimentos divergentes entre viajantes, pois eles podem ser facilmente verificados, mas

---

<sup>190</sup> TUNA, Gustavo Henrique, *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2003, p. 113.

<sup>191</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 79.

<sup>192</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 67.

<sup>193</sup> NICOLAZZI, Fernando, Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. (Anais do Encontro de Historiografia e História Política, 10 e 11 de outubro de 2005, UFRJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 242.

sim “o aspecto retórico de suas descrições, em particular a importância dos lugares-comuns e dos esquemas<sup>194</sup>”. A noção de veracidade é complexa em qualquer documento, mas no caso da literatura de viagem esta complexidade é ainda maior, pois estamos diante de um texto que problematiza a sua própria identidade baseado nesta veracidade e nas fronteiras que procura estabelecer entre o “fato” e a “ficção”, às quais nem sempre o gênero desejou que fossem intransponíveis. No entanto, a leitura que muitas vezes faz a historiografia desta fonte privilegia apenas o “fato”, desprezando a fronteira móvel e incerta que existe em seu interior: o debate interno do gênero e o reconhecimento que este tem de sua mobilidade, de suas contradições, das interferências que o constituem, não são levadas em conta. Enquanto os viajantes problematizavam a presença da biblioteca, da criação literária, da interferência do “eu” narrador e da subjetividade, a historiografia pretende expurgar estas interposições, dividindo estes textos em fiáveis e enganosos, não respeitando a fronteira.

A bibliografia apresentada aqui é muito variada e trata, sobretudo, de diversos aspectos da história brasileira por meio dos textos dos viajantes, ou da obra de um determinado autor. Muitos autores balizam a fiabilidade dos viajantes de acordo com a empatia que tiveram com o Brasil; os mais fiáveis seriam aqueles que “souberam sentir e compreender o Brasil”, ao contrário de outros “que não tiveram senão má vontade para com as nossas coisas e não souberam ver senão o lado negativo de nossa cultura”. Destes últimos, valeriam em nossos dias “como simples curiosidade<sup>195</sup>”. Aqueles menos afortunados em suas visitas teriam tido menos boa vontade para com o país, cabendo aos historiadores, para Matos, distinguir “o que neles é verdade daquilo que é resultado da simples má fé<sup>196</sup>”. Este autor destaca como característica da literatura de viagem, “a fantasia e a invencionice, tão comuns nos viajantes coloniais”, que obrigaria aos comentadores “a procurar a verdade, separando o joio do trigo<sup>197</sup>”. Ao justificar a escolha

---

<sup>194</sup> BURKE, Peter, O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII. In: *Variadas de história cultural*. Trad. port. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 139.

<sup>195</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, A Literatura dos Viajantes Estrangeiros Como Fonte Para a Nossa História. Separata *Memórias da I Semana da História*. Franca, SP: Unesp, 1979, p. 269.

<sup>196</sup> *Id., ibid.*, p. 270.

<sup>197</sup> *Id., ibid.*, p. 271.

de Saint-Hilaire, Silva destaca, por exemplo, que o que mais lhe chamou a atenção “foi a sua simpatia e compreensão pelos brasileiros, a sua afeição a nosso país<sup>198</sup>”.

Mesgravis inicia seu trabalho afirmando seu objetivo no uso desta documentação, que explica em parte o interesse que ela suscita, não apenas na historiografia brasileira. Seu método consiste em “longas citações das fontes” que, aproveitando-se do que denomina “a reconquista da narração”, tenta “transmitir ao leitor a magia do relato puro e simples das experiências vividas<sup>199</sup>”. O seu interesse vem, aqui, do aspecto narrativo da literatura de viagem, e seu caráter de experiência pessoal, mais próxima do “real” e do “cotidiano”, devolvendo-nos o passado em suas anedotas e pequenos acontecimentos, inexistentes em outros relatos mais oficiais. E é justamente o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro que esta autora pretende recuperar por meio da literatura viática. Para ela, apesar dos preconceitos e das incompreensões dos estrangeiros com relação à sociedade brasileira, tão marcada ainda pelas instituições do Antigo Regime e da escravidão, sua visão é útil por dar “o testemunho daquele olhar surpreendido e atento à novidade que representavam<sup>200</sup>”. Um olhar eivado de preconceitos, idéias feitas, comprometido ideologicamente, mas ao mesmo tempo considerado mais objetivo, atento, um olhar “virgem” e mais propenso a desvelar os meandros ocultos do cotidiano, introjetados pelos nacionais, incapazes muitas vezes de perceber as suas contradições. Temos aqui a seqüência da condição contraditória desta fonte, que já havia apontado antes, na qual a verdade e a mentira, a objetividade e a impostura, se mesclam a todo instante, às vezes confundindo a própria crítica. A mesma autora, apesar de destacar este olhar mais “ingênuo” do viajante é obrigada a reconhecer que muitas de suas assertivas são apenas a “incorporação de conceitos e opiniões de brasileiros ou habitantes do país que se superpõem, até aos dados da observação e experiência do viajante”. Seria o caso de visitantes que chegam anti-escravagistas e que acabam defendendo uma abolição lenta e gradual, como desejavam os proprietários locais, e concluindo pela “inferioridade racial dos negros e sua incapacidade para a civilização<sup>201</sup>”.

---

<sup>198</sup> SILVA, Dinair Andrade da, *Viajante estrangeiro, cultura e relações internacionais: Auguste de Saint-Hilaire no Brasil, 1816-1822*. Brasília: Casa das Musas, 2006, p. 34.

<sup>199</sup> MESGRAVIS, Laima, *O viajante e a cidade (A vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX)*. Tese (Livre-Docência em História). USP, São Paulo, 1987, p. 10.

<sup>200</sup> *Id., ibid.*, pp. 313-314.

<sup>201</sup> *Id., ibid.*

Muitas vezes a maior objetividade dos viajantes é resultado de condições subjetivas, não muito claras ou definidas. Por exemplo, para um autor, a solidão proporciona “o desenvolvimento da acuidade e do raciocínio”; no caso do viajante que, segundo ele, convivia em muitos momentos com a solidão, tinha “a possibilidade de fazer uma leitura muito profunda da realidade que observa<sup>202</sup>”. É claro que, seguindo uma tópica da historiografia que trata do tema, em seguida vem a advertência de que a leitura desta fonte, apesar de sua descrição mais acurada do mundo observado, deve levar em conta as *interferências* que podem distorcê-las: “Sobretudo pela força que assume nele o exótico, o relato tem de ser examinado criticamente, sob pena de ocultar uma visão mais adequada da realidade que se pretende estudar através dele<sup>203</sup>”. Outra autora, que trata da escravidão por meio das narrativas de viagem, destaca o enfoque “etnocêntrico e discriminador” dos viajantes, sobre o qual seria possível aproveitar as suas informações “mediante pesquisa, reflexão e crítica”. Seria necessário “filtrar”, diz ela, “o preconceito, recuperar essas fontes no que elas possuem de caráter documental sobre a vida dos escravos e ex-escravos do século XIX<sup>204</sup>”. No mesmo caminho segue Duviols, considerando que o aporte mais original da literatura de viagem, “o essencial de seu charme”, é a restituição de “fatias da vida cotidiana”, mas apenas se considerada em conjunto, já que cada viajante tem um grau diferente de perspicácia. A “soma de testemunhos, com suas tomadas de posição e suas contradições, nos propõem um retrato bastante fiel da vida nas colônias americanas<sup>205</sup>”. Ou para outro autor, o *Diário* de Maria Graham, por exemplo, constitui “um manancial de evidências sobre questões ligadas à vida privada da sociedade (...)”<sup>206</sup>.

Hall é outro autor a discutir a objetividade dos viajantes, quase sempre acusados, recorda, de serem observadores superficiais e inexatos. Aponta a contradição de que embora poucos autores neguem as vantagens do olhar de estrangeiro na compreensão dos países visitados, os viajantes “freqüentemente parecem limitar-se à superfície dos acontecimentos, sem compreender as profundas relações e significações”. O que nos

---

<sup>202</sup> SILVA, Dinair Andrade da, *op. cit.*, pp. 32-33.

<sup>203</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 33.

<sup>204</sup> LEITE, Ilka Boaventura, *Antropologia da viagem. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 156.

<sup>205</sup> DUVIOLS, Jean-Paul, *Voyageurs français en Amérique (colonies espagnoles et portugaises)*. Paris: Bordas, 1978, p. 26.

<sup>206</sup> CERDAN, Marcelo Alves, Maria Graham e a escravidão no Brasil. Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX. *História Social*. Campinas: Unicamp, 10, 2003, p. 122.

obriga, diz o autor, a tratar as narrativas de viagem com “o mesmo espírito crítico como com qualquer outra fonte<sup>207</sup>”. Podemos pensar também que esta contradição entre desejo de objetividade e repetição de lugares-comuns, seja uma limitação do gênero e, também, da real capacidade de compreensão que o olhar estrangeiro tem sobre o espelho da alteridade que representam os países “exóticos”, do qual tratarei nos capítulos seguintes. Uma constante tensão entre a objetividade da observação desinteressada e a visão pessoal do narrador em primeira pessoa, entre a disposição a encarar a novidade e a alteridade do mundo descoberto e as tópicos repetidas, necessárias à composição do gênero e à sua inteligibilidade para o leitor. Uma contradição evidente aos autores e leitores das narrativas de viagem, mas nem sempre reconhecida pela historiografia, que muitas vezes toma estes textos como informações “de primeira mão, que costumam transpirar a fidelidade e espontaneidade da impressão direta<sup>208</sup>”.

Moreira Leite também destaca esta característica dos viajantes, que por sua qualidade de estrangeiros podiam perceber “aspectos, incoerências e contradições” que o habitante local, “ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber<sup>209</sup>”. Estes estrangeiros podiam, assim, “observar, descrever e classificar em termos ordenados de acordo com ideais científicos de coerência, consistência e consequência analítica” questões que para os locais não constituíam, por serem cotidianas, “objeto de reflexão sistemática<sup>210</sup>”. A contradição desta condição também é lembrada por esta autora, que observa que apesar deste olhar ingênuo do viajante, era distinta para cada viajante a capacidade de desprender-se “de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada”, limitação que precisa, em sua opinião, ser levada em conta por quem se utiliza deste tipo de fonte<sup>211</sup>. Moreira Leite, com extensa produção sobre o tema, observa algo importante, já destacado pela crítica internacional, mas pouco considerado pela historiografia brasileira: de que não é possível considerar cada livro de viagem “como uma unidade”. Para ela, a literatura de viagem constitui-se por uma constelação de autores,

---

<sup>207</sup> HALL, Michael, Some considerations on accounts of travel to Brazil in the nineteenth and twentieth Centuries. *Colloque International “Voyageurs et images du Brésil”*. Paris, 2003, p. 3. Disponível em <http://www.chairesergiobuarque.msh-paris.fr/colloquevoyageurs.html>. Consultado em outubro de 2007.

<sup>208</sup> MARTÍNEZ SHAW, Carlos, El llibre de viatges com a font històrica. *L’Avenç. Revista d’Història*. Barcelona, 51, jul., 1982, p. 48.

<sup>209</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira, *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, pp. 9-10.

<sup>210</sup> *Id., ibid.*, p. 162.

<sup>211</sup> *Id., ibid.*, p. 10

“onde uma obra matriz dá origem a inúmeras outras, com uma seqüência de partes idênticas, ou focalizando os mesmos aspectos em momentos diferentes<sup>212</sup>”. Galvão segue o mesmo caminho, com o qual concordamos, ao afirmar que cada viajante, “a despeito de sua inegável singularidade, pode ser pensado como a síntese de todos os outros, de todas as viagens que servem de espelho para a sua própria<sup>213</sup>”.

O trabalho de Moreira Leite, em diversos títulos, marca um avanço grande no trabalho com esta fonte, procurando rever alguns mitos freqüentes na historiografia que se utilizou predominantemente da literatura de viagem, sobretudo com relação às imagens da mulher, marcada por estereótipos de reclusão, passividade ou a sensualidade desbragada da negra e da mulata, que passavam de forma acrítica dos viajantes aos historiadores. Muitas das representações da condição feminina, do cotidiano e da sociedade brasileira foram elaboradas no interior do gênero de viagens, sobretudo a da reclusão da mulher, a brandura do trabalho escravo, a condição civilizadora da escravidão, a hospitalidade e a indolência do brasileiro<sup>214</sup>. De todo modo, ainda pesa sobre ele a dualidade mal resolvida do texto viático, uma fonte ao mesmo tempo fiável por seu caráter de testemunho direto, mas também problemática por conta dos preconceitos que de certa forma “mascaram” uma suposta “realidade” que o texto deveria restituir por meio da descrição e da narrativa.

Quintaneiro igualmente se ocupa das imagens da mulher na literatura de viagem. Esta autora também ressalta a “percepção de elementos explícitos ou subjacentes à realidade brasileira” que os viajantes, por seu “distanciamento cultural” podiam perceber, ainda que esta percepção não esteja livre de ser “desfigurada pelos preconceitos<sup>215</sup>”. Ainda assim, assume a tópica freqüente nesta fonte do costume dos portugueses “de esconder as mulheres da vista dos forasteiros” como comum a todas as classes<sup>216</sup>. Por vezes a autora parece “colar” as imagens dos viajantes em sua interpretação, como ao afirmar o desconhecimento dos brasileiros sobre países estrangeiros “como consequência tanto da privação de contatos devida ao isolamento colonial, quanto por ser a classe proprietária em

---

<sup>212</sup> *Id., ibid.*, p. 13.

<sup>213</sup> GALVÃO, Cristina Carrijo, *A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2001, p. 22.

<sup>214</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (org.), *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Hucitec, Edusp; Brasília: INL, 1984, p. 31. Cf. *Livros de Viagem...*, *op. cit.*, p. 22.

<sup>215</sup> QUINTANEIRO, Tânia, *Retratos de mulher: a brasileira vista por viajantes ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 24.

geral pouco instruída”, além do fato de as mulheres serem, em sua maioria, analfabetas ou privadas do acesso às obras literárias<sup>217</sup>. Apesar disso não deixa, no entanto, de apontar as contradições de seu discurso na percepção da condição feminina no Brasil novecentista e de reconhecer que os viajantes, ao tratarem do Brasil, “situavam-se a si mesmos, expressando, reafirmando ou colocando em questão sua própria cultura”, o que podia fazer com que mal interpretassem as mensagens que recebiam “atribuindo-lhes outros sentidos<sup>218</sup>”.

Marson, ao tratar das imagens da condição feminina em Henry Koster, busca na teoria que o autor elabora sobre a sociedade brasileira a chave para a compreensão de suas descrições sobre as mulheres. Nesta abordagem, a teoria não está desligada da narrativa e da descrição, mas é parte constitutiva da elaboração da experiência concreta do viajante no país. Na prática da escravidão, o autor identifica os traços definidores de uma sociedade anacrônica e feudal. “Suas características essenciais eram o despotismo dos proprietários de terras e escravos; a reclusão, a violência, a ignorância e a ociosidade<sup>219</sup>”. O despotismo e a reclusão e a ignorância são, assim, os traços definidores da sociedade brasileira, que definem também a condição da mulher nessa sociedade. A autora demonstra como Koster seleciona os exemplos localizados de mulheres confinadas por maridos ciumentos, ignorando experiências com as quais se defrontou, para corroborar a sua tese inicial, privilegiando outras necessárias “à construção de um determinado conceito de feudalismo, de sociedade ‘semi-civilizada e feudal’, e à crítica do tráfico de escravos, da escravidão e do sistema colonial<sup>220</sup>”. Assim, Koster “argumentou a partir de situações idealizadas, que não poderiam dar inteligibilidade ao intrincado jogo de comportamentos com o qual se defrontou<sup>221</sup>”.

Muitos autores procuram na historiografia dados que possam corroborar ou negar as imagens da literatura de viagem sobre diversos temas, assim como os próprios viajantes buscavam em suas experiências concretas dados para conformar suas teses iniciais. Seco, por exemplo, aponta o desinteresse pela leitura e pela educação ao longo do século XIX,

---

<sup>216</sup> *Id., ibid.*, p. 33.

<sup>217</sup> *Id., ibid.*, pp. 211-212.

<sup>218</sup> *Id., ibid.*, pp. 23-24.

<sup>219</sup> MARSON, Izabel Andrade, *Imagens da condição feminina em “Travels in Brazil” de Henry Koster. Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, 4, 1995, p. 225.

<sup>220</sup> *Id., ibid.*, p. 231.

presente na maior parte dos viajantes de sua bibliografia. Ela pode inferir que estas imagens podiam estar corretas apontando que “nossa cultura colonial nunca favoreceu o florescimento do gosto ou mesmo da prática da leitura<sup>222</sup>”. A imagem negativa da administração portuguesa no Brasil serve de base para as descrições dos viajantes e para a sua aceitação como descrições fiéis de uma suposta “realidade”; dessa forma, a colonização portuguesa explica que “tanto o ensino como a cultura escolar não eram vistos como prioridades no período colonial”; a descrição dos viajantes ilustra que tenham continuado “a não ser por um longo período de nossa história<sup>223</sup>”. Os viajantes servem de fonte, assim, para uma explicação das mazelas do Brasil contemporâneo, a partir das principais sugestões de reformas sugeridas por esses “curiosos impertinentes”: das relações sociais, baseadas num despotismo oriental que impedia o acesso das mulheres à esfera pública e social; das relações comerciais, ainda fechadas até a chegada da família real em 1808; da escravidão, que pervertia a ética do trabalho e os costumes; da educação, que impedia o acesso às tecnologias de produção e às normas polidas de civilidade. Em alguns trechos, temos dúvida de quem fala, se a autora ou algum de seus viajantes: como neste em que se afirma que “uma visão de mundo pré-científica era característica da maioria dos brasileiros em meados do século XIX. Entre as classes baixas, fetichismo, misturado com um catolicismo mal compreendido, era regra geral”. Já entre a elite, o progresso e a modernização tinham seus adeptos, céticos “quanto às pregações do clero”, mas o seu interesse pela ciência “limitava-se a ser um tema de conversação para após o jantar<sup>224</sup>”. Aqui, falam por meio da autora tanto os viajantes, como Koster, que faz parte de suas referências, como Saint-Hilaire e tantos outros, além de muitos dos intérpretes do Brasil, que condenavam a “religiosidade de superfície” dos brasileiros<sup>225</sup>, símbolo e causa do seu atraso científico. Estas imagens são tão fortes que se sobrepõem às freqüentes advertências de que devem ser tomadas com cuidado por serem guiadas “pelos referenciais culturais de seus autores<sup>226</sup>”.

---

<sup>221</sup> *Id.*, Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no *Travels in Brazil* de Henry Koster. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE, 16, 1996, p. 105.

<sup>222</sup> SECO, Ana Paula, *História da educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2004, p. 98.

<sup>223</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 102.

<sup>224</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 167.

<sup>225</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 111.

<sup>226</sup> SECO, Ana Paula, *op. cit.*, p. 177.

Vianna nega esta objetividade do viajante, reclamada por eles mesmos em seus prefácios. Para ela, a suposta objetividade deste olhar noviço do estrangeiro, que se defronta com um novo mundo material, mais aberto às novidades e mais sensível a captar aspectos que os naturais, imersos na convivência cotidiana, teriam mais dificuldades em perceber, não era garantia de um olhar mais acurado. Por sua permanência transitória, “raramente reuniriam, de fato, condições para superar uma visão impressionista”; a tendência seria, assim, “reproduzir em seus relatos as informações e depoimentos recolhidos em situações esporádicas. Portanto, esses dados seriam não só insuficientes como problemáticos para se conhecer a sociedade<sup>227</sup>”. É verdade que reconhece, no caso de Tollenare, por exemplo, que este moderno viajante burguês, de “olhar ilustrado”, pragmático, “busca conhecer esta sociedade [luso-brasileira] em sua complexidade”, para além dos estereótipos, até porque, “a apreensão distorcida dos fatos só o desarmaria em seus empreendimentos comerciais<sup>228</sup>”. No entanto, Tollenare apesar de seu desejo de ser fiel a uma “realidade” que pretende descrever em suas notas, sua profissão de fé em ser verdadeiro “encontra limites em sua própria atividade, pois entre a ‘intenção e o gesto’, permeia a forma histórica de apreensão do real<sup>229</sup>”. O que outro autor chamará de “espelho de Clio”, ou seja, a “própria cultura, a marca civilizadora que define a ‘humanidade’, o olhar histórico que se detém sobre o objeto e o analisa, pensa, vê sob a luz de conjunto de informações culturais (...)”<sup>230</sup>.

Ao tratarmos dos textos de viagem, tratamos das descrições que eles elaboram, sejam elas resultado de uma observação empírica, sejam elaborações a partir da memória da biblioteca, mas também deste ponto de partida do qual se elabora a narrativa, como bem

---

<sup>227</sup> VIANNA, Elizabeth de Camargo, *O espetáculo do Reino Unido*. Visão do viajante Tollenare sobre a crise lusa e a Revolução de 1817. (Tese de Doutorado em História). Unesp. Assis, 1999, p. 24. A autora se baseia em Condorcet para sua crítica à pretensão de objetividade do viajante, para quem “os viajantes são quase sempre observadores inexatos; eles vêem os objetos com muita rapidez, através dos prejuízos de seus países, e freqüentemente através dos olhos dos homens da região que eles percorrem. Eles consultam aqueles com quem o acaso os ligou”. CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquês de, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. port. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 1993, p. 174.

<sup>228</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 175.

<sup>229</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 25. Esta forma histórica é a da vinculação entre a literatura de viagem e a burguesia mercantil, e dos viajantes como agentes do capital, apontada também pela autora em outra obra. MENDES, Elizabeth de Camargo, *Os viajantes no Brasil: 1808-1822*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1981, pp. 46-47.

<sup>230</sup> SILVA, Danuzio Gil Bernardino da, *O espelho de Clio: olhares em choque sobre o Novo Mundo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2002, pp. 201-202.

demonstrou Lisboa: “Ao mesmo tempo em que o viajante fala do lugar visitado, reelabora seu próprio lugar de origem, permanecendo em constante diálogo com as suas referências, que podem ser revistas, negadas ou reiteradas<sup>231</sup>”. Potelet, por outro lado, destaca o caráter desmistificador da literatura de viagem, que desmontaria uma série de lugares-comuns, passando, segundo esta autora, de “um conhecimento geral e superficial, fundado sobre idéias feitas, a um conhecimento mais verdadeiro, da realidade concreta, em sua relatividade<sup>232</sup>”. Isso se daria pela montagem, no século XIX, de uma civilização científica e burguesa, que buscava uma verdade exata. E pela influência do romantismo, que se engajaria nessa busca de realismo pelo “seu gosto em destacar o particular do geral, pelo novo interesse que ele dedica à cor local e ao exotismo, a tudo o que é típico, excepcional e mesmo anormal, bizarro e conseqüentemente *pitoresco*<sup>233</sup>”.

Solução aparentemente simples, mas a mesma Potelet aponta como a obra de Debret é marcada por uma tensão interna, provocada por esse desejo de retratar a “realidade” de maneira veraz e as convenções do pitoresco<sup>234</sup>. Ainda assim, a experiência concreta serviria para desfazer as idéias feitas, no contato direto do europeu com as populações brasileiras, como os índios, negros ou mestiços. Alguns deles, como D’Orbigny ou Saint-Hilaire, teriam revisto preconceitos ao tomar contato com estes homens. O contato direto do viajante com as “realidades da terra e dos homens” era a “ascese que franqueava o espírito das idéias feitas e dos preconceitos, e lhe dava a liberdade de compreender<sup>235</sup>”. Ou ainda mais enfática, a humanidade americana teria sido liberta dos “lugares-comuns, numa visão *científica, clarividente e sensível* dos viajantes<sup>236</sup>”. A proposição de veracidade dos relatos de viagem, muitas vezes não leva em conta o que Campos denomina “esboços imaginários” que a Europa utiliza para decodificar a realidade brasileira, ou americana. Imaginário que,

---

<sup>231</sup> LISBOA, Karen Macknow, *Viajantes de língua alemã no Brasil*. Olhares sobre a sociedade e a cultura (1893-1942). Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2002, p. 48.

<sup>232</sup> POTELET, Jeanine, *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840*. Témoignages et images. Paris: L’Harmattan, 1993, p. 196.

<sup>233</sup> *Id., ibid.*, p. 208.

<sup>234</sup> *Id., ibid.*, p. 209. Outra autora ressalta essas mesmas aparentes contradições, ou uma tensão, entre o texto e as imagens de Debret. SILVA, Emília Maria Ferreira da, *Representações da sociedade escravista brasileira na Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2001, p. 63. Cf. também p. 92, e MOUREAU, François, *Le Théâtre des Voyages...*, *op. cit.*, p. 290; e SCHIAVINATTO, Iara Lis, *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, p. 620.

<sup>235</sup> POTELET, Jeanine, *op. cit.*, p. 311.

<sup>236</sup> *Id., ibid.*, p. 410. Destaques meus.

recorda o autor, seria fundamental para cristalizar as imagens que este continente elaborava sobre o Novo Mundo, mesmo aquelas resultantes da experiência empírica dos viajantes<sup>237</sup>. A literatura de viagem oscila, assim, entre a ficção e os procedimentos científicos, como já observei; ela é “um texto de observação assombrado por este Outro, o imaginário<sup>238</sup>”.

Assim como Mendes, Barreiro se ocupa menos, ou não exclusivamente, das descrições dos viajantes e na reconstituição das práticas cotidianas, que da forma como essas descrições são construídas, dos “pressupostos” a partir dos quais os viajantes estrangeiros “procuravam demonstrar que no Brasil as classes subalternas viviam ainda a sua ‘menoridade’ (para tomar de empréstimo a expressão usada por Kant), em plena época das luzes<sup>239</sup>”. Pressupostos que formam o que o autor denomina imaginário dos viajantes, fortemente calcado na ideologia liberal, baseada nos conceitos de propriedade e trabalho<sup>240</sup>, ocasionando uma incompatibilidade entre estes ideais e a forma como a sociedade brasileira estava organizada. Barreiro identifica, assim, as representações de ócio e pobreza na dicotomia entre a ideologia liberal e o trabalho assistemático que, “vinculado ao artesanato e à subsistência, é associado pelos viajantes estrangeiros à idéia de escassez e pobreza<sup>241</sup>”. Dessa forma, a operosidade e a criação são consideradas atributos próprios do europeu civilizado e polido, enquanto o americano, seja ele nativo, negro, de origem européia ou mestiço, encontra-se num estágio primitivo de desenvolvimento ou em plena decadência. O liberalismo, para Barreiro, ou a antropologia das Luzes, para Pessoa, contribuem para “tornar o homem civilizado o ser mais interessante da criação”; ao homem selvagem e ao americano, decadentes e atrasados, opõe-se “a figura triunfante do homem europeu, que desafiando a natureza, torna-se seu senhor<sup>242</sup>”.

Jean-Baptiste Debret é um autor privilegiado para a discussão da veracidade e da verossimilhança na literatura de viagem sobre o Brasil por tratar-se de um pintor de telas históricas, que buscavam projetar imagens de acontecimentos históricos importantes da

---

<sup>237</sup> CAMPOS, Pedro Moacyr, *Imagens do Brasil no Velho Mundo*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 1. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 42.

<sup>238</sup> CERTEAU, Michel de, *Travel narratives of the French to Brazil: Sixteenth to Eighteenth Centuries*. Trad. Katharine Streip. *Representations*. Berkeley: University of California. 33, special issue, winter, 1991, p. 225.

<sup>239</sup> BARREIRO, José Carlos, *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 15.

<sup>240</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 18.

<sup>241</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 45.

nova monarquia americana, bem como da descrição pitoresca de seu cotidiano. Para Duviols, as suas cenas de vida colonial, “ao mesmo tempo precisas e naturais, dão a ver o Brasil mestiço em toda a sua diversidade, com seu brilho e seu charme<sup>243</sup>”. As litografias da edição original aliam, para este autor, “ao cuidado constante de precisão etnográfica o da composição estética<sup>244</sup>”. A pretensão etnográfica e histórica que a historiografia atribui a Debret, faz com que seu estatuto de autor seja questionado. Para Dias, a sua formação neoclássica em Paris, com Jacques-Louis David, a criação “de cenários e situações que transmitiam a verossimilhança dos fatos<sup>245</sup>”, faz com que seu estatuto de viajante não seja claro. Esta autora prefere tomá-lo não como “um viajante que realizou ilustrações da corte brasileira, mas como um pintor francês aqui residente, que se adaptou à sociedade brasileira, vivenciando-a” e procurando nos quinze anos que viveu no país, “realizar uma fiel representação das personalidades políticas e dos eventos comemorativos aqui ocorridos, construindo a imagem do Brasil através da ‘pintura de história’(...)”<sup>246</sup>. A autora assume, assim, que Debret efetivamente realizou seu projeto de uma representação fiel da história brasileira: discordando da crítica de Almeida Prado aos retratos de Carlota Joaquina e Maria Leopoldina, cuja feiúra seria resultado de sua aversão aos Bourbons e Habsburgos, Dias afirma que estes retratos, e o de D. João VI, eram “extremamente fiéis àquilo que os representados *eram de fato*<sup>247</sup>”.

Posição parecida tem Lima, para quem seu *Voyage Pittoresque et Historique* foi pensado inicialmente como uma obra histórica, cuja publicação como livro de viagem visava apenas “garantir o interesse de um mercado já constituído, além de possibilitar explorar a iconografia de que dispunha<sup>248</sup>”. Para ela, Debret “avança um passo” em relação

---

<sup>242</sup> PESSOA, Lilian de Abreu, *A imagem do Brasil na literatura de viagem alemã do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras Modernas). São Paulo: USP, 1991, p. 34.

<sup>243</sup> DUVIOLS, Jean-Paul, Le Brésil de Jean-Baptiste Debret (1815-1831). *Les Langues Néo-Latines (Revue des Langues Vivantes Romanes)*. Paris: Société des Langues Néo-Latines, 82<sup>e</sup>. année. 2(265), 1988, pp. 9-10.

<sup>244</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 8.

<sup>245</sup> DIAS, Elaine Cristina, *Debret, a pintura de história e as ilustrações de Corte de “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2001, p. 4.

<sup>246</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 15.

<sup>247</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 60. Destaque meu.

<sup>248</sup> LIMA, Valéria, *J.-B. Debret, Historiador e Pintor*. A Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1816-1839). Campinas: Unicamp, 2007, p. 32. Na publicação de sua tese, que se intitulava *A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura* (2003), a autora reforça sua posição em classificar o texto de Debret como historiográfico mais do que literatura de viagem; a *Viagem* passa do título, na tese, para o subtítulo no livro, que acrescenta um *Historiador*. Sobre o estatuto de viajante de Debret, cf. TORRÃO FILHO, Amílcar,

aos inventários de naturalistas, no sentido de “submeter seu levantamento a um processo de re-elaboração”, afastando-o “de um simples exercício compilador e descritivo<sup>249</sup>”. Para corroborar sua tese, que tenta definir se o livro de Debret é ou não literatura de viagem, Lima destaca a intenção do pintor francês em “fazer de seu testemunho, ou melhor, de sua interpretação, uma fonte histórica a respeito do país<sup>250</sup>”; além disso, Debret teria vindo ao país na condição de professor de arte e pintor oficial, ou seja, havia chegado ao Brasil “para *informá-lo* e não para *informar-se*”, ao contrário dos naturalistas<sup>251</sup>. Isso pode ser verdade para um determinado tipo de viajante, embora nem todo naturalista chegasse ao Brasil sem nenhum conhecimento do que iria encontrar, sobretudo depois da publicação das obras de Saint-Hilaire e D’Orbigny. Como veremos ainda, mesmo sem conhecimento prévio do local visitado, o que geralmente não passa de justificativa retórica da “ingenuidade” de seu olhar noviço, todo viajante, com seu “olhar providencial e (re)formador<sup>252</sup>”, crê que tem algo a ensinar sobre e para o país que visita. Seu texto é também um texto político e argumentativo, possuindo um forte caráter “de *projetos* de intervenção na sociedade de seu tempo<sup>253</sup>”. Ele é também um exercício de observação que procura “estabelecer juízos críticos, propor reformas, condenar práticas incivilizadas”, e o viajante funcionava, muitas vezes, para as novas nações que buscavam “polir-se”, como uma espécie de “auditor”<sup>254</sup>. E também não podemos nos esquecer que o texto de Debret compartilha com a literatura de viagem não apenas seu título, mas um procedimento que realça a relação de alteridade entre aquele que fala e o espaço descrito.

Nem sempre a observação *in loco* era o que pautava o trabalho descritivo dos viajantes, tanto em seus textos como em suas imagens. Muitas vezes esta observação era “filtrada”, ou “matizada” pela tradição pictórica e descritiva à qual se filiavam: Rugendas, por exemplo, em suas pranchas sobre a escravidão e sobre o tráfico tinha como fontes as

---

Narrativas de viagem: cruzamentos de espaços, saberes e temporalidades. Séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*. Franca, SP: Unesp, 12(1), 2005, pp. 131-132.

<sup>249</sup> LIMA, Valéria, *op. cit.*, pp.135-136.

<sup>250</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 140.

<sup>251</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 176.

<sup>252</sup> LISBOA, Karen Macknow, Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 291.

<sup>253</sup> GALVÃO, Cristina Carrijo, *op. cit.*, p. 17.

gravuras dos *Icones Biblicae* de Merian, Rubens, Rafael, e os evangelhos de S. Mateus e S. Marcos. Na construção de suas imagens alegóricas ele não se baseava apenas na “realidade de uma vista tomada ‘da natureza’<sup>255</sup>”. Identificando os negros a Cristo e Abraão, como demonstra Slenes, Rugendas “mobiliza a simpatia de seu público para o sofrimento dos escravos, ao mesmo tempo em que o absolve de qualquer culpa<sup>256</sup>”. Sua descrição daquilo que é observado é transformada por uma estratégia retórica e pictórica que mostra muito mais um dado teórico do que empírico, “real” ou “verdadeiro” no sentido de “espelhos da realidade”. Sobre Rugendas, Slenes afirma que seu trabalho, longe de ser “um retrato isento, ‘tomado’ no Brasil, desenvolve como projeto central uma tese a respeito da formação da nação brasileira<sup>257</sup>”. Não seria um espelho do real tal qual ele é, ou apenas “empíria”, que este trabalho representaria, mas ele articula “um ponto de vista teórico<sup>258</sup>”.

Percorrendo caminho semelhante a Slenes, Belluzzo afirma que se o olhar do viajante equivale a um olhar desacostumado do meio, “predisposto a maior visibilidade que a do habitante”, na maioria das vezes este mesmo viajante possui “um olhar educado, não se devendo subestimar os desejos e as expectativas que estão associados à evasão e à distração provocadas pela viagem<sup>259</sup>”. Este olhar educado, por outros livros de viagem, por imagens, instruções de viagem, guias, e a própria educação formal que à qual o autor era submetido, serve de filtro pelo qual ele vê, compreende e descreve o mundo exótico.

Valéria Piccoli da Silva, tratando também de Debret, questiona a vinculação de sua *Viagem Pitoresca* ao seu trabalho de pintura histórica ou ao neoclassicismo, ou a uma visão folclórica do pitoresco, como se ela “fosse, de fato, a verdade sobre o Brasil observado pelos viajantes, e não um filtro através do qual o viajante observa a realidade<sup>260</sup>”. Os álbuns ilustrados, como o de Debret, têm sido encarados como “instantâneos anteriores á

---

<sup>254</sup> COSTA, Wilma Peres, Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Élide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 69. Cf. p. 79.

<sup>255</sup> SLENES, Robert W., As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de J.M. Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: Unicamp, 2, 1995-1996, p. 293. Cf. do mesmo autor, African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. *Slavery & Abolition*. London: Frank Cass & Co., 23(2): 147-168, aug., 2002.

<sup>256</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 294.

<sup>257</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 273.

<sup>258</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 277.

<sup>259</sup> *Id.*, *ibid.*, v. 3, p. 20.

<sup>260</sup> SILVA, Valéria Piccoli Gabriel da, “A pátria de minhas saudades”: o Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Paulo: FAU-USP, 2001, p. 33.

fotografia”, e muitos autores procuram aí uma “suposta veracidade dos registros veiculados por esses livros”; entretanto, a autora recorda que eles são “orientados por tradições visuais de há muito estabelecidas, menos ‘verdadeiros’, portanto, do que seria de se esperar<sup>261</sup>”. Apesar de tratar do Debret pintor, a autora recupera o caráter narrativo de seus três volumes, demonstrando como o autor antecipa uma tópica importante da interpretação do Brasil, sistematizada por von Martius em 1844: da contribuição das três raças formadoras do país no caminho de sua civilização. Assim, se o primeiro volume trata do indígena e a primeira etapa do progresso, quando as “tendências instintivas” dos nativos “foram domesticadas” pela adoção “dos hábitos dos colonos portugueses<sup>262</sup>”, o segundo centra-se no trabalho do africano, “cuja condição escrava é necessária, embora desumana<sup>263</sup>”. E, finalmente, o terceiro volume apresenta os entraves deste processo de civilização: o “exagero” e o “grotesco” de uma religiosidade sem conteúdo, uma administração corrupta herdada dos portugueses, responsáveis por “práticas arcaicas que visavam sempre impedir o desenvolvimento do Brasil<sup>264</sup>”. O livro de Debret tem origem “no confronto do artista com o mundo real”, como lembra a autora; no entanto, “não há naturalismo em Debret. Sua obra se situa num entrecruzamento de tradições e convenções figurativas, e é imprescindível encará-la no plano da representação<sup>265</sup>”. As tradições figurativas e as convenções artísticas são fundamentais para esta compreensão, mas não são os únicos aspectos, como a própria autora indica em seu texto, ao tratá-lo como “pintor-filósofo”<sup>266</sup>. Vemos que ele também possuía um projeto intelectual e político ao tratar do Brasil em seu livro, que descreve uma experiência de contato, mas não prescinde de sua teoria.

Debret também foi objeto de pesquisa antropológica, que se debruçou sobre as imagens do negro em suas estampas e em seu texto. Heloísa Lima chama a atenção para o fato de estas imagens terem sido percebidas como se carregassem “uma legitimidade na representação da sociedade brasileira”, sobretudo as figuras representando negros e escravos; e para o excesso com que foram reproduzidas, embora tenham sido pouco

---

<sup>261</sup> *Id., ibid.*, p. 53.

<sup>262</sup> *Id., ibid.*, p. 69.

<sup>263</sup> *Id., ibid.*, p. 84.

<sup>264</sup> *Id., ibid.*, pp. 103-104.

<sup>265</sup> *Id., ibid.*, p. 107.

<sup>266</sup> *Id., ibid.*, p. 113.

problematizadas, aparentando “formar uma espécie de emblema naturalizado<sup>267</sup>”. Em suas imagens e em seus textos, o negro não possui individualidade ou nome, na comparação com os trabalhadores europeus, sobretudo os franceses. Ele defende uma tese, a de que os negros podem ser aperfeiçoados e civilizados, e de que a França, que é um centro que “reúne todas as qualidades da escala civilizatória humana”, pode representar um papel importante nesse processo<sup>268</sup>. O “orientalismo”, presente em suas imagens, além de um caráter pitoresco às suas cenas, serve também à crítica que faz à colonização portuguesa<sup>269</sup>. Dessa forma, ao contrário de uma “fiel representação dos fatos” observados no Brasil, as imagens e o texto de Debret são entendidos como produtores de sentido, representações do mundo que o artista viajante elabora a partir, mas não somente, de sua experiência material.

Sela questiona o uso destes relatos a partir de uma “instrumentalização de fragmentos narrativos daquelas fontes como transparência do real”, num procedimento que ignora “a opacidade cultural, os códigos, os juízos e preconceitos contidos nos excertos dos viajantes, que foram incorporados acriticamente, no afã de demonstrar certas teses<sup>270</sup>”. Assim como Cristina Galvão já havia alertado antes, Sela chama a atenção para o fato de que tantos viajantes – e seu *corpus* documental é imenso – de diferentes profissões, nacionalidades, tempo de permanência, pontos de vista políticos, culturais, “foram capazes de produzir materiais bastante convergentes”. Não se trata, diz a autora, de classificá-los como autores de ficção, mas “investigar de que formas eles mediarão e cristalizaram – consciente ou inconscientemente, e seguindo várias regras e tradições de representação – um universo social estranho com o qual travaram contato<sup>271</sup>”. Estas duas autoras, mesmo sem terem utilizado nossa bibliografia de crítica de gênero da literatura de viagem, chegaram à idéia da “memória da biblioteca” e das “reminiscências livrescas”, por conta das semelhanças que acabam construindo textos muito próximos em situações muito distintas; sem interpretar esse fato como cópia ou plágio, mas como procedimentos de

---

<sup>267</sup> LIMA, Heloísa Pires, *Negros debretianos: representações culturais presentes na obra Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1816 a 1839). Tese (Doutorado em Antropologia Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2005, pp. 20-21.

<sup>268</sup> *Id., ibid.*, p. 221.

<sup>269</sup> *Id., ibid.*, pp. 247-250.

<sup>270</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante, *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus* (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850). Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2006.

<sup>271</sup> *Id., ibid.*, p. 103.

representação, nas quais as “práticas discursivas são, antes de tudo, práticas sociais nas quais os sujeitos mais diversos estão em constantes embates, convergências e apropriações<sup>272</sup>”.

Dessa forma, Sela aponta a presença de diversas tópicas sobre a escravidão presentes nestas narrativas: o universo do trabalho; o tráfico e o comércio de escravos; os impactos do primeiro olhar, ou do primeiro contato com os negros; a desproporção da população negra em relação à branca, fonte de angústia e receio de rebeliões e violência; a feiúra do negro, representada sobretudo pelas tatuagens e escarificações faciais; o grotesco de suas danças e músicas. Ela destaca as escolhas por cenários pitorescos para compreender como se formam as imagens do negro na iconografia e nos textos dos viajantes, que “selecionou elementos e situações específicas (tópicas) para marcar um mundo não europeu colonial e escravista”. Estes registros, segundo ela, “não deixam de ser etnográficos”, mas marcam uma escolha por uma representação que procura “caracterizar emblematicamente – e, no mais das vezes, desqualificar – uma civilização diversa em sua organização e costumes sociais quase sempre ditados e maculados pela escravidão negra<sup>273</sup>”.

Spix e Martius, a despeito de sua importância, não foram tema de muitos trabalhos além do de Lisboa. Esta autora trata da relação entre natureza e civilização na obra dos dois naturalistas bávaros, e sua relação com o Romantismo novecentista. Natureza e cultura são tratadas como parte de uma mesma indagação, sintetizada pelos naturalistas em sua *Viagem pelo Brasil*, mas constantes em todos os viajantes que estiveram no Brasil, ou seja, a preocupação em investigar “o estado da ‘civilização’ dos habitantes” da América portuguesa<sup>274</sup>. A viagem de Spix e Martius estaria inserida numa mudança importante operada pela obra de Humboldt, que conseguiu unir duas tendências marcantes da viagem do século XVIII: “a missão científica, representada pelos relatos ancorados no pensamento enciclopedista, e a viagem sentimental, na linha do que Sterne propusera<sup>275</sup>”. No século XIX, marcado por esta influência de Humboldt, o relato de viagem irá oscilar entre o espírito classificador das Luzes e a subjetividade descritiva da narrativa romântica. A autora recorda que, na construção da imagem de alteridade, a construção do “outro”, do

---

<sup>272</sup> *Id., ibid.*, p. 231.

<sup>273</sup> *Id., ibid.*, pp. 131-132.

<sup>274</sup> LISBOA, Karen Macknow, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 23.

<sup>275</sup> *Id., ibid.*, p. 41.

“desconhecido”, depende sempre da existência do “mesmo”, do “conhecido”, como referência. “Por isso mesmo, o relato do viajante, apesar de estruturar-se em torno da observação de uma cultura declarada estrangeira, acaba por oferecer amplas evidências da cultura de origem<sup>276</sup>”. Dentro do escopo “eurocêntrico” dos autores, a arte “não é obra humana mas criação da natureza”, uma paisagem idílica, pitoresca, que integra o europeu ao Novo Mundo, ainda que às vezes possa apresentar-se “infernial, ameaçadora, insalubre<sup>277</sup>”, sublime em seu quadro sombrio e áspero. A civilização, no entanto, só teria começado na América com a chegada e conquista dos europeus. “O período anterior é um tempo historicamente vazio<sup>278</sup>”. Ao menos no caso de Martius, o desejo de construir projetos de civilização que todo viajante tinha ao visitar o exótico, se concretizou, ao propor seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil*. Apesar de destoar de sua obra etnográfica, resultado possível de uma interferência do Instituto Histórico e Geográfico<sup>279</sup>, este pequeno ensaio teria uma vida longa e próspera.

#### 1.4.1 Espaço e Descrição

*L'Amérique a ceci de formidable: dès qu'on quitte la ville, on est aussitôt nulle part; deux secondes plus tard il n'y a plus rien. La nature était incroyablement livrée à elle même. Rien ne la balisait. On débarquait dans le néant, avec l'impression d'être à mille miles de toute forme de civilisation.*

*Amélie Nothomb*<sup>280</sup>.

Além de trabalhos monográficos, sobre a vida ou a obra de um determinado viajante, de temas mais presentes nas narrativas, como as questões de gênero, a escravidão, o imperialismo, ou as imagens produzidas por artistas viajantes, há uma questão que não passou despercebida pela historiografia brasileira, que é o caráter espacial do deslocamento do viajante. Se muitos dos trabalhos buscam a temporalidade da viagem, tentando reconstituir um fragmento da história captado pela pena – mais ou menos – competente do

---

<sup>276</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 46.

<sup>277</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 124-125.

<sup>278</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 137.

<sup>279</sup> *Id.*, *ibid.*, p.205.

viajante, outros reconstituem o itinerário, no todo ou em parte, deste deslocamento. Trata-se de trabalhos que tratam da visão de um ou mais viajantes sobre uma determinada cidade ou região do país, em geral o que forma, hoje, um estado determinado do Brasil. Certamente o Rio de Janeiro, como cidade mais visitada por nossos “curiosos impertinentes”, tem a maior parte de trabalhos dedicados a essas visitas, embora não seja a única cidade a merecer a atenção curiosa dos estrangeiros.

Um dos primeiros trabalhos a tratar deste tema é dedicado à Bahia por Augel. Também ela ressalta a vantagem que o olhar do estrangeiro tem, ao comparar as novas experiências da viagem com suas vivências anteriores, “fazendo sobressair o diferente, a novidade, aplaudindo-as, registrando-as ou rejeitando-as”. Evidentemente há o risco de generalizações; para sanar essa limitação, a autora sugere “o método crítico do historiador”, que deverá esforçar-se por “distinguir e separar a descrição dos fatos da inferência do informante<sup>281</sup>”. O limite também se dá na transposição, feita pelo observador, de seu “sistema de valores pessoal, vigente em sua camada social e em seu país de origem, deformando inevitavelmente a objetividade da realidade observada”, levando a conclusões unilaterais, enfatizando certos aspectos, “levando a conclusões se não errôneas, muitas vezes por demais unilaterais<sup>282</sup>”. Augel destaca as diferentes reações que há na chegada marítima a Salvador, onde o espetáculo oferecido pela visão da baía maravilha o visitante, e o posterior desapontamento com a chegada às ruas e praças da cidade. Nos diversos graus deste desapontamento, a autora sugere a possibilidade de deduzir “o grau de objetividade, da imparcialidade de seu testemunho, da carga de etnocentrismo ou de emotividade de suas observações<sup>283</sup>”. O grau de irritação do viajante com a cidade, a sujeira e a balbúrdia, indicam para muitos estudiosos o grau de sua objetividade: aparentemente, quanto maior esta irritação, menos confiável será seu depoimento. Como exemplo, a autora destaca Ferdinand Denis, que em correspondência à família declara ser a Rua da Praia “o lugar mais feio da terra”. Quinze anos depois, em 1837, em seu livro *Le Brésil*, Denis se limita a uma “descrição mais objetiva da cidade, sem sequer referir-se ao estado de limpeza local”. A explicação para esta mudança seria o fato de ser este livro “obra de gabinete, elaboração

---

<sup>280</sup> *Biographie de la faim*. Paris: Albin Michel, 2004, p. 122.

<sup>281</sup> AUGEL, Moema Parente, *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980, p. 15.

<sup>282</sup> *Id., ibid.*, p. 18.

refletiva e erudita de homem maduro, e conseqüentemente desprovida da espontaneidade de um relato de viagem de um jovem de menos de vinte anos<sup>284</sup>”. Vemos aqui um trabalho de depuração da narrativa, retirando dela os excessos da subjetividade, as reações emocionais e a adjetivação da cidade. Para construir “uma visão topográfica” de Salvador, a autora deixa de lado o que chama de “reações afetivas”, buscando uma descrição mais exata, ou ideal, do espaço urbano<sup>285</sup>. Uma busca que será freqüente, como se a descrição do viajante fosse a mais adequada para a reconstituição da vida cotidiana do Brasil do passado, mas apenas quando fosse destituída de sua carga pessoal. Se a experiência direta é valorizada nesta narrativa, espera-se que a reflexão, seja do próprio viajante, reescrevendo seu texto, ou do historiador, decodificando-o, nos forneça uma imagem justa.

Valéria de Souza trata da paisagem urbana num escopo mais amplo e comparativo, ocupando-se de três grandes cidades americanas no século XIX: Buenos Aires, Rio de Janeiro e México. Assim como Stafford e Belluzzo, ela dá atenção às categorias da arte européia utilizadas na composição das paisagens que descrevem lugares reais, ou seja, na forma como a particularidade do local subordina-se à linguagem visual<sup>286</sup>. A autora destaca na arte da paisagem urbana dos viajantes, o recurso formal de representação “no qual unem-se cartografia e arte<sup>287</sup>”. Assim como nas descrições textuais, as imagens de cidades na literatura de viagem obedecem à mesma divisa Horaciana, de divertimento útil: informar sobre a situação geral do lugar, sua composição geográfica, topográfica, mas também provocar deleite por meio de uma composição artística. A preferência por uma descrição pitoresca da cidade americana se deveu, segundo esta autora, pela possibilidade de produzir imagens de espaços, ou “formas de vida que se distanciavam da riqueza produzida, do progresso”, ou seja, cidades que se afastavam, na visão dos viajantes, “de um ideal capitalista de produção e consumo que se afirmava como superior<sup>288</sup>”. Por isso a escolha de uma técnica que, na Europa, era mais freqüente na descrição visual do campo, do inculto e

---

<sup>283</sup> *Id., ibid.*, p. 142. Destaque meu.

<sup>284</sup> *Id., ibid.*, p. 143, nota 24.

<sup>285</sup> *Id., ibid.*, p. 145.

<sup>286</sup> SOUZA, Valéria Salgueiro de, *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus: Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1995, p. xvii. Cf. da mesma autora, SALGUEIRO, Valéria, *Paisagens de sonho e verdade*. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México nos álbuns ilustrados de oito artistas viajantes. Rio de Janeiro: Fraiha, 1998.

<sup>287</sup> *Id., Gosto, sensibilidade..., op. cit.*, p. 78.

<sup>288</sup> *Id., ibid.*, p. 293.

do marginal; seria também por não diferenciarem, na América, o urbano do rural, com uma tendência a “ver tudo como um grande campo, onde a vida ‘civilizada’ nos moldes europeus ainda não havia chegado, e onde se estava ainda na ‘infância’ da civilização<sup>289</sup>”. Este “artista topógrafo” é movido por um desejo romântico de fugir de sua realidade por meio da viagem e do registro de cidades americanas, buscando “no mundo exótico novos parâmetros de entendimento de si próprio<sup>290</sup>”. Dessa forma, as descrições de cidades americanas, sejam pictóricas ou textuais, dizem igualmente sobre as cidades européias, ou mais ainda, das expectativas e projeções que estes viajantes europeus tinham da cidade.

Outra autora, que utiliza as narrativas de viagem para restituir do passado o cotidiano e a vida da cidade do Rio de Janeiro, justifica sua escolha, além da já propalada maior objetividade do observador estrangeiro, pelo fato de que eles constituem um “contraponto às fontes oficiais, quase sempre compromissadas com a visão de poder e o seu discurso<sup>291</sup>”. Justificativa que assume tópica da literatura de viagem, sobretudo a partir de Chateaubriand, de uma visão única e original desta narrativa, saída da individualidade do viajante, cujas opiniões e formas de ver a seriam inimitáveis, personalizadas e intransferíveis. Posição difícil de ser confirmada pelo menos em dois dos viajantes utilizados pela autora, o pintor oficial Debret e a preceptora da princesa Maria da Glória, Maria Graham. Ainda assim, há a ressalva de que esta fonte deve ser analisada “de forma crítica, para tornar válida a sua contribuição<sup>292</sup>”. O que causa um problema difícil de ser solucionado, a necessidade de separar o descritivo do interpretativo, ou seja, “distinguir as simples narrativas daquelas que encerram opiniões pessoais ou ideológicas<sup>293</sup>”. Não apenas uma visão subjetiva capacita o viajante para entender melhor o espaço estrangeiro, mas a sua suposta capacidade de “olhar as coisas como se fosse a primeira vez<sup>294</sup>”. O desejo de tábula rasa do viajante romântico, de fazer cre que sua descrição tem o frescor da novidade, do descoberto e do descrito pela primeira vez, é concretizada na historiografia, que muitas vezes se recusa a reconhecer na narrativa os passos de outros viajantes que informam os

---

<sup>289</sup> *Id., ibid.*, p. 298.

<sup>290</sup> *Id., ibid.*, p. 316.

<sup>291</sup> LIMA, Madalena Quaresma de, *Aspectos da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p. 7.

<sup>292</sup> *Id., ibid.*, p. 10.

<sup>293</sup> *Id., ibid.*, p. 47.

<sup>294</sup> *Id., ibid.*, p. 46-47.

que lhes seguem. A própria autora questiona sua hipótese ao afirmar que os viajantes traziam “toda uma carga de informações sobre a escravidão” que influenciava a sua visão a respeito deste tema, o que dificilmente poderia livrar suas observações “da influência de idéias preconcebidas, suas próprias ou de seus informantes<sup>295</sup>”.

Marcelo da Silva, que trata da paisagem geográfica da cidade de São Paulo na literatura de viagem, também insiste na qualidade privilegiada do olhar do viajante sobre a terra estrangeira, argumentando que a escolha do viajante utilizado deve ser feita com cuidado, e que o que é realmente significativo “acaba sendo deduzido da repetição de testemunhos coincidentes<sup>296</sup>”. É curioso que um pouco adiante o autor observa uma prática comum na literatura de viagem que questiona a sua hipótese da repetição: afirma que Kidder descreve a serra em São Paulo a partir da descrição de Simão de Vasconcelos, “para compensar o leitor do fato de estar encoberta pela neblina quando de sua viagem<sup>297</sup>”. A repetição aqui não pode ser considerada uma garantia de veracidade, ou de uma descrição fiel, mas uma técnica comum do gênero, que complementa com a memória da biblioteca as informações que não podem ser colhidas no local. A repetição pode ser encontrada também na utilização de determinados temas dos viajantes, freqüentes na historiografia sobre São Paulo. O autor destaca visão recorrente nestas narrativas, que aponta a especificidade da experiência histórica dos paulistas, do seu dinamismo, sua indústria, sua atividade, “própria da zona temperada<sup>298</sup>”. Apesar da confiança em suas fontes, este autor chama a atenção para o fato de que as descrições que os viajantes apresentam da paisagem urbana “é o de uma cidade estática, faltam pessoas, ‘causos’, em uma interpretação que se explica talvez pela busca de cientificidade<sup>299</sup>”. Salgueiro de Souza havia chamado a atenção para o caráter pouco urbano de uma abordagem pitoresca da cidade em suas pinturas de paisagens de cidades americanas, como forma de “melhorar” a imagem, adequá-la às expectativas do público culto europeu<sup>300</sup>. Marcelo Silva aposta na cientificidade do naturalista, mais

---

<sup>295</sup> *Id., ibid.*, p. 136.

<sup>296</sup> SILVA, Marcelo Werner da, *A paisagem urbana da cidade de São Paulo na visão de viajantes estrangeiros, 1808-1858*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Claro: Instituto de Geociências da Unesp, 2002, p. 28.

<sup>297</sup> *Id., ibid.*, p. 46.

<sup>298</sup> *Id., ibid.*, pp. 117-118.

<sup>299</sup> *Id., ibid.*, p. 187.

<sup>300</sup> SOUZA, Valéria Salgueiro de, *Gosto, sensibilidade...*, *op. cit.*, pp. 156 e 301.

preocupados com o mundo natural do que com a paisagem urbana e seus habitantes<sup>301</sup>. No entanto, como veremos adiante, para os naturalistas ilustrados, o homem é parte integrante do mundo natural, devendo ser igualmente observado, classificado e estudado em todos os meios nos quais ele vive.

A grande mobilidade espacial dos viajantes faz com que Borges procure “reconstituir os dois mundos, rural e urbano, em suas dinâmicas e em suas características<sup>302</sup>”, na capitania de São Paulo. A limitação desta fonte, para o autor, não está em seu olhar etnocêntrico ou enviesado, como apontado por outros historiadores, mas no fato de que a maioria de suas observações era feita de passagem, “e o que se registrava era fragmentado, parcial e omissos”, como no caso da ausência de questionamento da escravidão<sup>303</sup>. Apesar desta advertência, as imagens típicas das narrativas de viagem parecem incorporar-se ao texto, como a falta de instrução e a rudeza dos comerciantes, constantemente em viagem e sem tempo para instruírem-se<sup>304</sup>. Ou então na religiosidade de fachada do brasileiro, idéia fincada aqui em Saint-Hilaire e Buarque de Holanda, fazendo com que em plena quinta-feira santa, na presença do bispo, todos os presentes conversassem desatentos à comunhão. “Não havia compenetração do espírito da festa. Os homens mais distintos tomavam parte por força do hábito e o povo como um grande divertimento<sup>305</sup>”.

O atual estado de Santa Catarina é o espaço escolhido por Rossato para seu estudo. Esta autora parte do princípio, a partir de Chartier, de que os relatos de viagem são “representações sobre a cultura visitada”, o que exige buscar a sua historicidade, ou seja, “como eles produzem sentidos<sup>306</sup>”. Aqui já não se trata mais a descrição da narrativa de viagem como “espelho do real”, mas como uma “representação” culta da experiência de contato com o mundo americano. Embora trate majoritariamente de viajantes naturalistas, Rossato observa que um dos conceitos chave para as representações destes autores sobre a América era o de civilização: ainda que necessitassem de áreas naturais intocadas para as

---

<sup>301</sup> SILVA, Marcelo Werner da, *op. cit.*, p. 187.

<sup>302</sup> BORGES, José Adalberto, *Campo e cidade na Província de São Paulo na visão dos viajantes na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Unesp. Franca, 1997, p. 6.

<sup>303</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 31.

<sup>304</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>305</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 40-41.

suas coletas e pesquisas, “a cultura opunha-se e era superior à natureza”. Civilização, para estes viajantes, “era a natureza transformada pelo homem”. E mesmo em locais onde havia uma natureza transformada, campos, vilas, cidades, estes espaços nunca reproduziam, “muito menos se igualavam com o que eles estavam habituados a ver em seus países de origem<sup>307</sup>”. Ou podemos pensar também, seguindo o raciocínio da autora, que a descrição destes locais, bem como a comparação com seus países natais, obedecia a uma construção discursiva que participava de uma determinada concepção prévia dos autores, a sua “teoria” trazida na bagagem, além de uma mais ou menos consciente formação de identidade nacional. Pois como recorda autora, mais do que reproduzir o desconhecido, “estas obras reproduzem o ‘já-conhecido’. O diferente vai ser trabalhado nos relatos de uma forma a serem incorporados aos padrões europeus<sup>308</sup>”.

Tratando das imagens sobre Goiás, Ribeiro parte do princípio de que as imagens negativas sobre a capitania expostas pelos viajantes coincidem com as opiniões dos contemporâneos nacionais; este “olhar nativo” também estaria marcado pelas imagens de preguiça e indolência detectada pelos naturalistas europeus<sup>309</sup>. Este autor realça a relação ente os viajantes e as elites locais, que funcionavam como parceiros com os quais estabeleciam diálogo, “influenciando os homens letrados brasileiros na forma de pensar o país. De outro lado, esses homens letrados locais funcionavam como informantes privilegiados sobre a região<sup>310</sup>”. Neste processo de influências recíprocas, a literatura de viagem estaria na base do “processo de construção política do Brasil”, bem como da origem “do pensamento histórico brasileiro e das primeiras representações que os brasileiros elaboraram a respeito de si mesmos”; portanto, não haveria um completo estranhamento do viajante nos trópicos<sup>311</sup>. Apesar deste desejo evidente de aproximação do exótico, as imagens criadas revelam que estas “impressões da natureza” não eram “fruto apenas dos dados imediatos da experiência<sup>312</sup>”. Esta contradição evidente, já destacada antes, pode

---

<sup>306</sup> ROSSATO, Luciana, *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Univali, 2007, p. 22.

<sup>307</sup> *Id., ibid.*, p. 184.

<sup>308</sup> *Id., ibid.*, pp. 270-271.

<sup>309</sup> RIBEIRO, José Eustáquio, *Viagens, viajantes e livros de viagem*. Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850). Dissertação (Mestrado em História). Unesp, Franca, 2004, p. 30.

<sup>310</sup> *Id., ibid.*

<sup>311</sup> *Id., ibid.*, p. 34.

<sup>312</sup> *Id., ibid.*, pp. 112-113.

estar na base da contradição apontada pelo autor na própria historiografia que pretende criticar os viajantes em sua visão de mundo, distorcida por uma “miopia inerente à cultura européia” que os impedia de ver a “realidade sem preconceitos”, mas que pretende construir uma “leitura alternativa da realidade a partir daquilo mesmo que os viajantes disseram<sup>313</sup>”.

Uma historiografia que poucas vezes problematizou esta “realidade”, tratada como um dado objetivo, concreto e palpável, à qual o viajante deveria narrar e descrever da maneira mais objetiva e próxima da sua experiência com o mundo visitado, desde que o fizesse sem as amarras do preconceito e da “ideologia”, que poderiam distorcer a sua descrição. Caso contrário caberia ao historiador, observador neutro da fonte, depurar o texto do viajante destas distorções e “ruídos” que impedem uma reconstituição da experiência vivida pelo estrangeiro. Não se reconhece, nesse caso, o caráter arbitrário do conceito de “realidade”, nem sua evidente, porém problemática relação com o mundo tangível e a experiência sensorial. Muitas vezes, as perguntas feitas aos viajantes já são formuladas com a resposta pronta, e quando a fonte não reconhece esta resposta esperada, será porque reformulou e “distorceu” o “real” que havia observado.

A paisagem privilegiada do Rio de Janeiro também foi o tema de Luciana Martins, ou os modos de ver dos viajantes britânicos sobre a paisagem da cidade. Mas aqui, não se pretende reconstituir a paisagem e sim interrogar a natureza deste olhar; o que transforma a cidade em paisagem, diz a autora, “é o observador, que emoldura a vista, que seleciona, ilumina ou sombreia os elementos que a compõem, conferindo-lhe sentido<sup>314</sup>”. Temos aqui uma inflexão na questão colocada pela pesquisadora ao tratar da narrativa de viagem: ela não se pergunta sobre a “realidade” da vida cotidiana resgatada pelo texto do viajante, mas como se constitui este olhar viajante que transforma a experiência da cidade em paisagem e em narrativa, ou seja, como se constrói o sentido desta narrativa. Nesta perspectiva, a alteridade, ou o que a autora chama de “encontro cultural” é um conceito importante para decifrar a composição destas imagens<sup>315</sup>. Interessado nas representações da cidade, que a torna reconhecível, este trabalho vai se interrogar sobre o processo que envolve o

---

<sup>313</sup> *Id., ibid.*, p. 162.

<sup>314</sup> MARTINS, Luciana de Lima, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 16.

<sup>315</sup> *Id., ibid.*, p. 33.

aprendizado destes “códigos de reconhecimento, o alfabeto visual que permite a comunicação<sup>316</sup>”. Em nosso caso, interrogamos os códigos de representação textuais, que em muitos sentidos compartilham procedimentos com as artes visuais, sendo também procedimentos de decifração da paisagem, construção de sentido e decodificação da experiência. Se o escritor viajante carrega consigo sua biblioteca, real ou metafórica, o artista viajante também estabelece uma constante negociação entre as imagens que “carregavam em suas mentes com as paisagens que se lhes apresentavam aos olhos”, sendo capaz de “estabelecer uma mediação entre o totalmente novo e aquilo que lhe é familiar, atribuindo sentido ao vivenciado<sup>317</sup>”.

#### 1.4.2 A Viagem em direção ao Brasil

Rouanet refaz a relação da literatura de viagem com o Novo Mundo, mais especificamente o Brasil, sobretudo a partir de finais do século XVIII e o século XIX, a partir da trajetória de Ferdinand Denis, viajante e estudioso das coisas brasileiras, que atraiu a curiosidade de muito poucos pesquisadores. A partir deste autor paradigmático e grande erudito, Rouanet refaz a relação dupla que une Europa e Novo Mundo brasileiro; aquela se propõe a tarefa de estabelecer os padrões de conduta que devem levar a jovem nação ao desenvolvimento e à civilização, revelar a paisagem brasileira e as bases de sua identidade. Assim, aquele mundo que se definia por “não ser a Europa” deveria ser visto como aquele que “ainda” não o era. Do ponto de vista do Brasil, insistir que “já era *quase* uma Europa”, podendo até vir a superá-la. “Desta maneira, no vaivém de viajantes de todos os tipos, estava-se escrevendo a pedagogia do Novo Mundo; e se, como todo jovem, o país precisava ser educado, era aí que se deviam buscar os fundamentos de sua formação<sup>318</sup>”. Temos, portanto, uma via de mão dupla nesta relação, servindo os relatos de viajantes para a formação da identidade e de uma literatura nacional, validadas pela opinião competente destes visitantes do norte. Visitantes divididos, a partir de então, “em dois segmentos

---

<sup>316</sup> *Id., ibid.*, p. 75.

<sup>317</sup> *Id., ibid.*, p. 166.

<sup>318</sup> ROUANET, Maria Helena, *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 121.

distintos: os *amigos* e os *detratores*<sup>319</sup>”, os primeiros confirmando as expectativas positivas, os últimos negando-as, pelos sempre alegados motivos de má vontade, preconceito, olhar enviesado etc. Daí a figura emblemática de Ferdinand Denis, um dos autores mais citados quando se escreve sobre o Brasil, transformado não apenas em *fonte* sobre o país, mas “uma *autoridade* em matéria de Brasil<sup>320</sup>”. Para Rouanet, Denis teria conseguido sua posição de destaque no pensamento brasileiro, inclusive entre seus contemporâneos, por “ter indicado, e legitimado, enquanto europeu, a possibilidade de existência de uma literatura nacional<sup>321</sup>”. Denis seria o responsável por estabelecer, como diz a autora, a “separação de corpos entre as literaturas de Portugal e do Brasil”, determinando o caminho de sua originalidade; teria, assim, dado forma a um pensamento cujo terreno fora preparado “por todos os viajantes que o antecederam e que foram, pouco a pouco, instituindo um padrão de realidade americana ao qual nossa própria visão iria se conformar<sup>322</sup>”. Um nativismo “feito de pitoresco, de cor local e, acima de tudo, de exotismo<sup>323</sup>”.

Quase na mesma época do livro de Rouanet e que de certa forma o complementa, outro trabalho, de Süsskind, também tratou das relações dos textos de viagem com a formação de uma literatura brasileira, mais especificamente procurando “investigar e datar a constituição de um narrador de ficção na prosa brasileira<sup>324</sup>”. Sobretudo a partir do diálogo existente entre esta prosa e os relatos de viajantes, principalmente da primeira metade do século XIX, e o desejo de compor as origens desta literatura que busca a originalidade do país. Nesta ficção, a paisagem tropical, pitoresca e a descrição geográfica entram não como parte ou fundamento da trama narrativa, mas para indicar a proximidade ao lugar ao qual se quer pertencer. Para estes primeiros autores, a originalidade implica na descrição desta natureza paradisíaca, de modo que seus relatos possam servir como “guias seguros, museus de tudo, mapas imaginários – mas construídos segundo o modelo dos ‘itinerários’ e das ‘notícias descritivas’ dos viajantes – por meio dos quais se fixem marcos e fundações para uma literatura, uma história e uma história literária<sup>325</sup>”. Cabe a este

---

<sup>319</sup> *Id., ibid.*, p. 122.

<sup>320</sup> *Id., ibid.*, p. 143.

<sup>321</sup> *Id., ibid.*, p. 185.

<sup>322</sup> *Id., ibid.*, p. 192.

<sup>323</sup> *Id., ibid.*, p. 193.

<sup>324</sup> SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 7.

<sup>325</sup> *Id., ibid.*, p. 34.

narrador-descobridor, calcado na literatura de viagem, fundar uma paisagem imaginária que desse uma identidade à jovem nação independente. Este diálogo se dá não apenas com os viajantes artistas, autores de álbuns pitorescos sobre o Brasil, mas também com os viajantes naturalistas, observador da natureza com um olhar sábio, desinteressado e confiável, necessitando precisamente “do olhar armado do naturalista para um ‘abrasileiramento’ de cenários<sup>326</sup>”. Esta preferência pelo viajante se dá na medida em que se busca uma “paisagem útil”, além de um “uma reiterada afirmação de verdade e confiabilidade do narrador”, encontrada nos viajantes<sup>327</sup>.

Este narrador do Brasil, assim como o viajante, possui “a mesma tarefa descritiva incessante”; esta descrição que define e delimita a paisagem Brasil, sua identidade, busca a “afirmação de uma *literatura nacional* e a viagem obrigatória em direção a um ‘Brasil’ que se deve dizer logo ali<sup>328</sup>”. Tarefa da qual um outro narrador também se ocupará, o narrador-historiador que buscará as origens históricas da nação, tarefa que coube ao Visconde de Porto Seguro, cujo olhar, “a meio caminho entre ficção e não-ficção”, diz a autora, empresta projeto similar ao deste narrador de ficção da primeira metade do século XIX: “a ordenação de fisionomias e paisagens em mapas e descrições à imagem e semelhança do que se faz nos relatos de viagem<sup>329</sup>”. Se antes a narrativa buscava a origem, a gênese, numa imagem idealizada de uma natureza primordial, agora o narrador-cronista-historiador tem que delimitar o “esboço histórico”, os marcos fundadores, os fatos originários. Aqui já temos a necessidade de uma aproximação ao Brasil via testemunho alheio, mas também “a ‘crítica severa’ – com ‘olhos de historiador’ – desses cronistas que escreveram no calor da hora<sup>330</sup>”.

Naxara trata das narrativas de viagem de forma mais ou menos análoga a Rouanet e Süsskind, mas fixando-se na historiografia e nos intérpretes do Brasil. A autora trata da historiografia e da literatura “assumindo papel importante para conferir sentido e construir mitos, histórias e origens nas quais ancorar certezas<sup>331</sup>”. Entretanto, a busca das origens e

---

<sup>326</sup> *Id., ibid.*, p. 123.

<sup>327</sup> *Id., ibid.*, p. 129

<sup>328</sup> *Id., ibid.*, p. 179

<sup>329</sup> *Id., ibid.*, p. 186

<sup>330</sup> *Id., ibid.*, p. 194.

<sup>331</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari, *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004, p. 80.

da identidade é também um de seus temas centrais; a preocupação constante do pensamento sobre o Brasil no século XIX de tornar “a nova nação parte da civilização, ao lado das demais nações ‘civilizadas’<sup>332</sup>”. E nesta imagem de civilidade, as projeções da cidade como “espaço da intervenção do homem”, de exercício da urbanidade, e o campo como “símbolo da rusticidade”, do não civilizado, “espaço intermediário entre a civilização e o mundo natural<sup>333</sup>”. Literatura, história e descrição se unem no discurso dos viajantes, que vão, por vezes, “além do olhar”, recriando em seus textos e imagens não apenas o que é visto, mas “do que já se ouviu falar e que, portanto, deve existir, ou do que é pressentido e incorporado à narrativa pela imaginação, para complementar a realidade de um ponto de vista ideal<sup>334</sup>”. A autora destaca uma tópica bastante freqüente na literatura de viagem, que ela estende aos escritos sobre o Brasil do século XIX, que provavelmente se nutriram destes textos largamente: a facilidade com que brasileiros e estrangeiros se encantaram com a natureza brasileira, ao mesmo tempo em que “nutriram um sentimento contrário em relação à população que a habitava”, levando a outra tópica comum do pensamento sobre o país: de pensá-lo somente como possibilidade, como “futuro potencial”, quando finalmente ocorresse “um ajustamento entre esse majestoso ambiente natural, latente de possibilidades, e o potencial humano. Uma natureza magnificada, uma história desencantada<sup>335</sup>”.

Percebemos na historiografia que tratou dos viajantes no Brasil, uma oscilação entre uma posição crédula na veracidade do relato e uma mais crítica. Não que aqueles autores que acreditem na referencialidade do texto de viagem não tenham uma atitude crítica, mas há algumas diferenças na forma como esta crítica é pensada. De um lado há o desejo de separar os relatos fiáveis dos falsos, ou que devem ser considerados com o cuidado de se separar a narrativa da interpretação, que muitas vezes poderia distorcer, pelo preconceito ou má vontade, a descrição da experiência “realmente vivida”. Estes autores também desejam uma leitura crítica destes relatos; mas o que chamam algumas vezes de método crítico, como Augel, por exemplo, é um padrão de verossimilhança, pelo qual o relato de viagem deve ser submetido ao crivo de uma similitude. Dessa forma, a cidade brasileira não pode ser ordenada, uma vez que os portugueses não construía cidades ordenadas; sendo assim

---

<sup>332</sup> *Id., ibid.*, p. 22.

<sup>333</sup> *Id., ibid.*, p. 26.

<sup>334</sup> *Id., ibid.*, p. 155.

<sup>335</sup> *Id., ibid.*, p. 294

as descrições de cidades caóticas são verossímeis; da mesma forma, os portugueses eram “ciumentos” de suas possessões, pois estavam presos ainda ao mercantilismo, não adaptados ao moderno capitalismo, supostamente baseado no comércio livre. Quando cumpre estas expectativas, a descrição dos viajantes é verossímil e pode ser fiável. Outros trabalhos, como os Vianna, Lisboa ou Moreira Leite, por exemplo, não tomam a crítica aos textos apenas como discriminar a objetividade da descrição da relatividade da interpretação, mas preocupam-se com a forma como esses textos foram produzidos e lidos pelos historiadores. Os textos de viagem não são lidos como “fotografias do real”, mas como indícios que revelam ao mesmo tempo a experiência, o contato do viajante com o “mundo tangível” bem como as suas idiossincrasias.

Já os trabalhos sobre as imagens dos viajantes, como os de Belluzzo, Salgueiro de Souza, Piccoli da Silva ou Martins, menos preocupados com a referencialidade das descrições ou uma reconstituição “fotográfica” das cidades luso-americanas, trouxeram como contribuição um destaque maior às suas formas de produção, em sua historicidade e dentro de uma tradição pictórica que leva em conta, assim como os trabalhos de estudos literários, as convenções de gênero que explicam como as imagens são criadas a partir da experiência do mundo tangível. Nesse sentido, embora tratem da produção visual, estas análises servem de base importante para pensar também a produção dos textos de viagem. Martins aponta esta similitude de método de análise ao afirmar que “o ato de descrever (em palavras ou imagens gráficas) pode ser, ele próprio, entendido como um processo de transculturação, e não, meramente, uma tradução de experiências do campo<sup>336</sup>”. A inflexão que havia apontado com relação a este trabalho, é que a paisagem descrita deixa de ser o seu objeto, o qual passa a ser a produção desta paisagem, em sua complexidade, formada também a partir das convenções de representação, científicas e artísticas, do observador, mas sobretudo de “uma constante negociação entre as imagens que os viajantes carregavam em suas mentes com as paisagens que se lhes apresentavam aos olhos, pelas quais eles viajavam através, com as quais eles tinham de travar um contato físico<sup>337</sup>”. Meu objetivo é demonstrar como a descrição textual das cidades na literatura de viagem obedece a certas convenções e a uma “teoria” trazida na bagagem do viajante, aos quais o historiador não

---

<sup>336</sup> MARTINS, Luciana de Lima, *op. cit.*, p. 23.

<sup>337</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 165.

pode desprezar ao utilizar-se de uma fonte tão rica de informações e, ao mesmo tempo, tão complexa em sua estrutura.

Sem desprezar a contribuição da historiografia como um todo, o trabalho de Martins, bem como os de os de Rouanet, Süssekind e Naxara, funcionarão como guias de trajeto para a abordagem das relações da literatura de viagem com a literatura, a história e a cidade luso-brasileira, indicando alguns dos caminhos que irei seguir na condução deste texto. De um lado, a preocupação em como se formam as “paisagens tropicais” e caóticas das cidades luso-americanas, no encontro da teoria dos viajantes e o “contato físico” com as cidades; de como se constitui este viés de interpretação da cidade colonial e da civilização que nela se desenvolve no momento em que ela se constituirá como espaço de construção de uma nova nacionalidade. E de outro, as relações estreitas e complexas das narrativas de viagem com a literatura e a historiografia brasileiras no momento de formação e criação da Nação e de sua historicidade. A partir desta nova chave interpretativa posso pensar a produção das imagens conceituais sobre a cidade brasileira e seus desdobramentos na construção de um sentido para o Brasil e de uma interpretação para o seu passado e para a formação de suas cidades e sua civilização.

## 2. Querelas do Brasil

*Enfim, para levá-los ao reino dos querubins, os conduzimos à casa do amigo, em cuja porta golpearam fortemente para receber os três pães do conhecimento, que é a meta final de todo viajante.*

*Richard de Bury*<sup>338</sup>.

### 2.1 Consciência viajora

*“Por pouco tempo a luz está entre vós.  
Caminhai enquanto tendes luz,  
para que as trevas não vos apreendam:  
quem caminha nas trevas não sabe para onde vai!  
Enquanto tendes luz, crede na luz,  
para vos tornardes filhos da luz”.*  
*João, 12, 35-36.*

Para Hazard, a passagem do século XVII para o XVIII é não apenas um momento de “crise da consciência européia”, mas, sobretudo o momento no qual “chegou a hora da dúvida<sup>339</sup>”. Esta dúvida significava, no bojo desta crise de consciência, rever os conceitos tidos até então como inquestionáveis, o que do ponto de vista da história significava a necessidade de refazê-la sob novos parâmetros, novas fontes, uma nova teoria e um novo olhar sobre o passado. A forma pela qual ela seria refeita seria por meio da erudição:

“Um povo inteiro de eruditos trabalhava dedicado a tarefas ingratas: a editar textos, a decifrar documentos, a raspar pedras, a esfregar moedas. (...) procuravam estabelecer certezas, importantes ou menores, mas inabaláveis; e sem interpretações apressadas, sem preconceitos, sem arte deformadora, exumando materiais sólidos adquiridos para sempre<sup>340</sup>”.

Em outro trabalho, Hazard afirma que o século XVIII é a era da Razão e da Crítica: “É a crítica universal (...); ela é a alma desta era querelante<sup>341</sup>”. Temos então que a querela, para Hazard, é uma das principais características desta época; tratarei adiante de uma célebre

---

<sup>338</sup> *Philobiblion*. Mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Trad. port., apes. e glossário Marcello Rollemberg. Cotia, SP: Ateliê, 2004, p. 44.

<sup>339</sup> HAZARD, Paul, *La crise de la conscience européenne* (1680-1715). Paris: Fayard, s.d., p. 43.

<sup>340</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 52-53.

querela, que opôs a América a seus detratores, detalhadamente descrita por Gerbi. Uma outra querela está na base desta crise descrita por Hazard, que é aquela também célebre disputa entre antigos e modernos, que se origina da emergência de uma nova historicidade, que opõe não um território a outro, como na disputa do Novo Mundo, mas duas temporalidades. Nesta disputa, “tudo funciona na temporalidade. Ela traduz, para uma cultura, uma das formas de sua relação com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, próximo ou longínquo, de atribuir-lhe um lugar sem deixar-lhe todo o lugar<sup>342</sup>”.

Para que seja possível a distinção e a oposição entre antigos e modernos é necessário que se estabeleça uma consciência temporal que pense a ruptura entre o passado e o presente, ou seja, “uma representação da história estável e repetitiva pela imagem do tempo como veículo de criação de diferenças culturais irreduzíveis<sup>343</sup>”. Pois até o momento de emergência desta querela, “Presente e passado se encontravam, assim, englobados em um só e mesmo horizonte histórico<sup>344</sup>”. Estabelecida esta consciência da ruptura e da alteridade temporal, é necessário, para que haja a querela, que também ocorra uma consciência de diferença qualitativa, na qual a Antiguidade para alguns, não será mais um modelo de imitação e emulação a ser seguido para a manutenção da ordem no Universo e a continuidade da obra criativa do Homem. “Se impõe, por outro lado, a idéia da diferença dos tempos por conta da perfectibilidade e do progresso. Por esta dupla razão, de princípio (o passado não é imitável) e de fato (não há realmente nada a imitar), a Antiguidade não é, não deve ser mais um modelo<sup>345</sup>”. A historicidade possibilita o contraponto: continuidade ou ruptura torna-se necessário pensar a relação tempo-dos-antigos/tempo-dos-modernos enquanto diferença e alteridade. Neste contraponto estaria aberta a possibilidade, segundo Duchet, a partir do padre Lafitau e seu *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps* (1724), de que “o homem europeu pode se reconhecer e aprender a se conhecer: basta abrir o espaço de sua própria história, e fazer figurar o *homo sylvestris* entre os seus ancestrais<sup>346</sup>”. Neste sentido, a viagem ilustrada é um deslocamento

---

<sup>341</sup> *Id.*, *La pensée européenne au XVIIIème siècle*. De Montesquieu à Lessing. Paris: Fayard, s.d., p. 18.

<sup>342</sup> HARTOG, François, *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2005, p. 28.

<sup>343</sup> LACERDA, Sonia, *Metamorfoses de Homero*. História e antropologia na crítica setecentista da poesia épica. Brasília: UnB, 2003, pp. 49-50.

<sup>344</sup> KOSELLECK, Reinhart, *Le futur passé*. Contribution à la sémantique des temps historiques. Trad. Jochen Hoock, Marie-Claire Hoock. Paris: EHESS, 1990, p. 20.

<sup>345</sup> HARTOG, François, *op. cit.*, p. 62.

<sup>346</sup> DUCHET, Michèle, *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995., p. 15.

no espaço, algumas vezes da civilização à barbárie, mas também no tempo, na condição primeva, e primitiva do homem, pensado logicamente, como um homem universal.

Este processo de historização do mundo, ou seja, de uma tomada de consciência da distância que separava o presente do passado, implica também uma laicização da experiência do mundo, da própria história e do tempo: “a gênese do Estado Moderno se acompanha de uma luta incessante contra as profecias religiosas e políticas de toda ordem. O Estado se arroga o monopólio do domínio do futuro, reprimindo toda interrogação apocalíptica e astrológica<sup>347</sup>”. Vive-se num tempo novo, com a consciência de vivê-lo<sup>348</sup>, e neste tempo novo, cabe ao Estado, por meio de seus representantes, “programar” o futuro, utilizando-se do empirismo da técnica e pelo bom uso do passado a partir de uma História laica e politicamente responsável. Esta consciência da especificidade do tempo presente, do tempo vivido, não significa, assim, a negação do passado ou o desprezo pelas formas da tradição e da emulação. O passado, lembra Hartog, “é como uma língua materna que se deve ‘esquecer’ para se apropriar do espírito do presente: para não mais traduzir (ou imitar) mas criar<sup>349</sup>”. Ou ainda, ele deve ser reescrito de acordo com os novos princípios de historicidade que se estabelecem nesta ruptura entre o tempo presente e o passado.

Esta nova consciência temporal tem como premissa importante a idéia da universalidade do homem e de que a felicidade se conquista por meio do progresso e da liberdade. A idéia de que existe um único projeto de felicidade para humanidade pressupõe, não apenas que todos os homens são iguais, mas que todos eles são aptos a desfrutar da felicidade e da liberdade. Condorcet expõe os progressos da humanidade regidos por “leis gerais”, inexoráveis; se tomarmos, diz Condorcet, os indivíduos que existem numa mesma época e espaço, e os seguirmos em seu desenvolvimento de gerações em gerações, teremos o quadro dos progressos do espírito humano. “Este progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado deste desenvolvimento, considerado ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos em sociedades”. Cada indivíduo carrega em si as potencialidades da humanidade para o progresso, e a História se faz numa marcha progressiva, pois “o resultado que cada instante apresenta depende daquele que os instantes precedentes

---

<sup>347</sup> KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 25.

<sup>348</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 27.

<sup>349</sup> HARTOG, François, *Anciens, modernes, sauvages...*, *op. cit.*, p. 70.

ofereciam; ele influi naquele dos instantes que devem segui-lo<sup>350</sup>”. Este progresso renova a humanidade seguindo a sua marcha “em direção à verdade e à felicidade”, criando em si mesma os meios de assegurar e acelerar novos progressos<sup>351</sup>. Este aperfeiçoamento das faculdades do homem indica a sua perfectibilidade, que é indefinida, e que “os progressos desta perfectibilidade, doravante independentes da vontade daqueles que desejariam detê-los, não têm outros termos senão a duração do globo onde a natureza nos lançou”. A marcha deste progresso pode ser mais ou menos rápida, mas para Condorcet é sempre contínua e nunca retrógrada<sup>352</sup>. O presente, diz Voltaire, “partureja o futuro”. Os acontecimentos “estão encadeados uns nos outros por uma fatalidade invencível: é o Destino que, em Homero, está acima do próprio Júpiter”. Pois se apenas um fato de uma cadeia de acontecimento tivesse acontecido de maneira diferente, para “que um outro universo resultasse daí<sup>353</sup>”.

Se a humanidade é igual enquanto espécie, não o é enquanto indivíduo, portanto cada contrato dependerá do grau de perfectibilidade que cada grupo de indivíduos, ou cada sociedade, conseguiu alcançar. Entre desiguais, os civilizados e os selvagens, por exemplo, cria-se uma dependência necessária à marcha da humanidade, com os primeiros “ora desaparecendo sob a espada dos conquistadores, confundindo-se com as nações novas ou subsistindo na escravidão, enfim, recebendo luzes de um povo mais esclarecido para transmiti-la a outras nações”, formando uma cadeia ininterrupta desde “o começo dos tempos históricos<sup>354</sup>”. Nem sempre este contato leva a um aperfeiçoamento, e Condorcet tem às vezes que relativizar a sua confiança na marcha inelutável do progresso, quando os bárbaros, apesar dos contatos com os civilizadores, que lhes deram “alguns conhecimentos, alguma indústria e, sobretudo muitos vícios”, ainda assim “não puderam tirá-los desta espécie de imobilidade”. Imobilidade provocada pelo apego natural às opiniões recebidas, aversão da ignorância para qualquer novidade, preguiça, pouca curiosidade, superstição, além dos próprios vícios e corrupção dos conquistadores<sup>355</sup>.

---

<sup>350</sup> CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquês de, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 1993, p. 20.

<sup>351</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>352</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 20-21.

<sup>353</sup> VOLTAIRE, *Dicionário filosófico*. Trad. port. Bruno da Ponte, João Lopes Alves, Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 30. Verbetes Cadeia dos Acontecimentos.

<sup>354</sup> CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquês de, *op. cit.*, p. 24.

<sup>355</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 38.

Pois apesar dos progressos do espírito humano, quanto ao caráter vicioso ou ignorante dos indivíduos ou sociedades, pouco se pode fazer. “Podemos aperfeiçoar, burilar, esconder as virtudes e defeitos com o que a natureza nos dotou: nada mais<sup>356</sup>”. A capacidade de se aperfeiçoar é o que determina a liberdade e superioridade do homem, e esta capacidade depende do uso que se faz da Razão. “A razão é uma faculdade de nossa alma. Quanto mais nossa alma se determina pela razão, mais ela se determina por ela mesma e mais ela é livre”. Por isto, os brutos “são inteiramente escravos<sup>357</sup>”. Condorcet substituiu uma visão teológica do mundo por outra teleológica; ele cria, como seus contemporâneos, na vigência imutável das leis naturais, na perfectibilidade do homem, na felicidade como meta e destino da humanidade<sup>358</sup>. Mas algo da teologia ainda ecoava em seu pensamento, e não apenas no dos autores ibéricos: a consciência da “missão civilizadora”, ainda que seja uma versão secularizada da missão cristã, que determinou, segundo Bitterli, “a atitude de muitos viajantes, sobretudo franceses, com respeito ao colonialismo<sup>359</sup>”.

Nesta nova consciência temporal, cobra vulto uma questão importante para a historiografia, que é a da veracidade, ou o que Costa Lima chama de “veto à própria ficção<sup>360</sup>”. Contra este campo, da ficção e da “mentira”, “ergue-se o *lugar* do historiador, lugar definido como o da declaração da verdade”, uma verdade que não busca cantos, fascínio ou enganos; a razão constitui-se, assim, “adversária da opinião e do canto”. Se escolhermos falar a verdade, “a opção está pré-traçada<sup>361</sup>”; e esta opção é pela história, e uma história pensada enquanto campo da veracidade isento da sedução da poesia. Pioffet, tratando da concepção de criação literária de Madeleine de Scudéry, representativa do século XVII, afirma que nela nenhuma história de ficção “pode esperar obter qualquer dignidade se não for se impondo como espelho da realidade”. Considerado corruptor e

---

<sup>356</sup> VOLTAIRE, *op. cit.*, p. 33. Verbete Caráter.

<sup>357</sup> CASTILLON, Jean de, *Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes*. Pour servir de réponse au discours que M. Rousseau, citoyen de Genève, a publié sur le même sujet. Amsterdam, J.F. Jolly, 1756, p. 45. Adiante o autor acrescenta: “A besta se difere do homem, primeiramente, pelo entendimento, depois pela liberdade que dele advém”, p. 46.

<sup>358</sup> BITTERLI, Urs, *Los “salvajes” y los “civilizados”*. El encuentro de Europa y Ultramar. Trad. Pablo Sorozábal. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 346.

<sup>359</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 355.

<sup>360</sup> LIMA, Luiz Costa, *O controle do imaginário*. Razão e imaginação nos Tempos Modernos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 14. A tese de seu livro é, segundo o autor, de que “a teoria clássica do poético tinha de partir do veto ao ficcional”, p. 24.

<sup>361</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 20-21.

frívolo, o romance busca legitimidade dissimulando-se “sob o véu da verdade histórica ou das confidências autobiográficas<sup>362</sup>”. Assim, a narrativa de viagem estará na base da renovação tanto do romance quanto da história, fornecendo-lhes dados geográficos e históricos, a cor local dos locais exóticos, bem como a renovação dos dados da história e da natureza, com as informações trazidas pelos viajantes naturalistas europeus, alimentando as exigências cada vez maiores na ficção de um realismo geográfico e de um exotismo de convenção<sup>363</sup>.

Burke também demonstrou como eram instáveis as fronteiras entre história e ficção, desde a antiguidade; fronteiras que segundo ele são contraditórias, pois ao mesmo tempo funcionam como “obstáculos à comunicação e também regiões de encontro<sup>364</sup>”. Para este autor, o mesmo debate que na passagem do século XVII para o XVIII, crucial para o romance, também foi importante para “a história da história”, e sobre a possibilidade de se conhecer o passado” que, parafraseando Hazard, chama de “crise da consciência histórica”. Teria havido, no século XVIII, um fechamento da “fronteira entre os gêneros” na segunda metade do Setecentos, ou um divórcio entre história e ficção<sup>365</sup>. No século XIX, era do Romance Histórico, a ficção e a história transitam uma na outra, mas a fronteira era ainda nítida, com funções bem delimitadas e respeitadas de cada lado<sup>366</sup>.

Costa Lima busca na obra de Fernão Lopes, a quem considera o primeiro historiador europeu, uma das primeiras abordagens da historiografia da veracidade, na qual o narrador se retira da posição de onisciente e “limita seu papel ao de transmissor fiel dos fatos sucedidos e deixa ao encargo da subjetividade de cada um a conclusão que lhe pareça mais adequada<sup>367</sup>”. Temos, então, que neste Portugal da primeira metade do século XV, a subjetividade já está subordinada a uma hierarquia de empregos possíveis. “Ela pode ser utilizada como desserviço da verdade – pelo que a sacrifica pelo canto – ou dar ensejo ao choque de opiniões ou, enfim, em favor da *razão*, praticada pelos que sabem examinar e

---

<sup>362</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *Espaces lointains, espaces rêvés* dans la fiction romanesque du Grand Siècle. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2007, p. 15.

<sup>363</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 39.

<sup>364</sup> BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e Ficção. In: AGUIAR, Flávio, MEIHY, José C.S.B., VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs.). *Gêneros de fronteira*. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, p. 108.

<sup>365</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 110-111.

<sup>366</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 111-112.

<sup>367</sup> LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, p. 20.

ordenar ‘o que os antigos notaram por escrito’<sup>368</sup>’. Fernão Lopes seria assim, lembra o autor, uma exceção antecipadora em meio a uma historiografia renascentista na qual o critério de verdade “não se fundava na lógica do fato, mas na demonstração verbal, retórica, tendo por cúpula a eloquência. Por isso a História permaneceu ainda irmanada à poesia, como parte dos *studia humanitatis*<sup>369</sup>. Antecipadora de uma posição que marcará uma nova querela em meio à “crise da consciência europeia”, que oporá uma historiografia portuguesa acadêmica, erudita, factual a uma história filosófica, ambas facetadas, ao mesmo tempo intelectuais e políticas, das mesmas Luzes. Está em jogo não apenas um conceito de civilização, mas uma disputa política, na qual são julgadas duas formas de colonização: uma ilustrada, moderna e racional, realizada pelas nações do Norte da Europa, e outra ultrapassada, mesquinha e predatória, representada pelos países ibéricos.

## 2.2 Inventários do Exótico

*Conhece muitas coisas aquele que muito viajou,  
aquele que tem muita experiência fala com inteligência.*

*Quem não foi provado conhece poucas coisas,  
Mas quem muito viaja aumenta a sua sagacidade.*

*Muita coisa vi em minhas viagens,  
meu conhecimento é maior que muitas palavras.*

*Muitas vezes estive em perigo de morte,  
eis como fui salvo (...)  
Eclesiástico, 34, 9-13.*

*A noite avançou e o dia se aproxima. Portanto, deixemos as obras das trevas e vistamos a armadura  
da luz.*

*Romanos, 13, 12.*

A partir do século XVIII, as viagens científicas e ilustradas tornam-se cada vez mais importantes no contexto não apenas científico, mas político dos Estados europeus. Estas expedições de fins do século, patrocinadas por estes estados, são missões de pesquisa, que

---

<sup>368</sup> *Id., ibid.*, p. 21.

<sup>369</sup> *Id., ibid.*, p. 45.

buscam promover “a transmutação da natureza em objeto científico<sup>370</sup>”. O viajante-naturalista é um instrumento importante da “Europa polida” para promover o controle da natureza e, subseqüentemente, promover a felicidade da humanidade por meio do progresso, do enriquecimento dos povos e do acrescentamento do saber. Sua relação com a Razão, escrita assim em maiúscula, é evidente: o livro de viagem, diz Gómez de la Serna, surge como gênero nas Letras européias “bailando o minueto setecentista de mãos dadas com a *emperucada* Razão<sup>371</sup>”. As viagens têm, assim, uma utilidade moral e material, representando o amor à humanidade e à pátria, daí a necessidade de uma precisão a mais exata possível daquilo que é descoberto e descrito<sup>372</sup>. Dessa forma, as viagens científicas também terão uma multiplicidade de interesses e objetivos: elas misturam “utopia, ciência, proveito pessoal, utilidade pública e espírito de conquista”. Entre seus objetivos constavam interesses comerciais, bem como verificar os limites de poder dos países rivais e os recursos naturais que poderiam ser explorados nos “Trópicos”<sup>373</sup>; além disso, a literatura de viagem, os filósofos e moralistas ao longo dos séculos XVIII e XIX, realçam as relações existentes “entre o estudo da natureza e a felicidade da humanidade<sup>374</sup>”. As viagens do século XVIII estão, como vimos com Hazard, na base desta crise de consciência européia, fornecendo “provas novas, frescas e brilhantes” à crítica do conhecimento estabelecido<sup>375</sup>. A Enciclopédia destaca em seu verbete *Voyage*, a sua condição como a de “melhor escola da vida”, na qual o homem pode aprender “a diversidade de tantas outras vidas, onde se encontra sempre uma nova lição neste grande livro do mundo; e onde a mudança de ares com o exercício são proveitosos ao corpo e ao espírito<sup>376</sup>”.

Atkinson demonstrou como estas narrativas foram importantes para a formação dos principais temas filosóficos do século, tais como liberdade, igualdade e fraternidade. Para ele, a partir do século XVII, assim como no XVIII, os viajantes estavam a ponto de

---

<sup>370</sup> KURY, Lorelai, *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris, Montréal, Budapest, Torino: L’Harmattan, p. 140.

<sup>371</sup> GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar. *Los viajeros de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1974, p. 11.

<sup>372</sup> KURY, Lorelai, Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). *Revue d’Histoire des Sciences*. Paris, 51(1), p. 67.

<sup>373</sup> *Id.*, *Histoire naturelle...*, *op. cit.*, pp. 147-148.

<sup>374</sup> *Id.*, *ibid.*, 38.

<sup>375</sup> HAZARD, Paul, *La crise de la conscience...*, *op. cit.*, p. 21.

<sup>376</sup> *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers*. Nouvelle impression en facsimilé de la première édition de 1751-1780. Stuttgart – Bad Canstatt: Friederich Frommann Verlag (Günther Holzboog), v. 17, 1967.

“destruir, freqüentemente sem o saber, o edifício do antigo regime<sup>377</sup>”. O contato com os povos “selvagens” ofereceu, a muitos viajantes e filósofos, a imagem de povos vivendo em liberdade e igualdade, sem fé, nem lei, nem Rei, na fórmula mais do que conhecida, fornecendo uma “prova experimental de uma teoria política e utópica da possibilidade de uma vida social fundada sobre a igualdade<sup>378</sup>”. Funcionam estes relatos num movimento de autocrítica dos europeus, que vêem nos povos distantes, no bom selvagem, com suas leis sábias e sua bondade natural, uma prova do estado de corrupção da Europa<sup>379</sup>. A eficácia da viagem funciona numa ação dupla: “a crítica do país visitado se reflete num efeito de retorno sobre o país de origem do viajante<sup>380</sup>”; ou seja, a crítica ao espaço que se visita serve também para reformular as imagens que se têm da própria nação. O gênero teria tido também uma importância “no processo que conduz à formação de uma opinião pública”, como o “estranhamento” do viajante em relação à sociedade política que descreve e, sobretudo, “a assunção da experiência da pessoa ‘razoável’ (e útil) como universal opinião crítica dos costumes de toda uma sociedade<sup>381</sup>”.

Trata-se de uma “ambição curiosa” que impele estes viajantes a descobrirem e desvendarem novas terras, vestidos com a “armadura da luz”, além de uma “confiança na utilidade do conhecimento”, que caracterizam uma época “que quer aliar comércio, ciência e progresso<sup>382</sup>”. Uma confiança ainda no cosmopolitismo e na internacionalização da ciência e do conhecimento, e uma necessidade de expansão para novos mundos desconhecidos. Neste sentido, as viagens são instrumentos do progresso da humanidade e da ciência, pois constituem “abertura, desencravamento, primeira forma da circulação e do comércio”, representando ainda uma “aliança ideal da ciência e da política, do comércio e da filantropia<sup>383</sup>”. A viagem e a observação são, assim, “para o conhecimento científico da

---

<sup>377</sup> ATKINSON, Geoffroy, *Les relations de Voyages du XVIIe siècle et l'Évolution des Idées*. Contribution à l'Étude de la Formation de l'Esprit du XVIIIe siècle. Paris: Édouard Champion, 1927, p. 36.

<sup>378</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 40.

<sup>379</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 102-103.

<sup>380</sup> POMEAU, René, Voyage et lumières dans la littérature française du XVIIIe siècle. *Studies on Voltaire & the Eighteenth Century*. Oxford: Voltaire Foundation, 57(22), 1967, p. 1276.

<sup>381</sup> COMPARATO, Vittor Ivo, Viaggiatori inglesi in Italia tra Sei e Settecento: la formazione di un modelo interpretativo. *Quaderni Storici*. Ancona, 42, sett./dic., 1979, p. 878. Cf. também para o caso francês, HANCOCK, Claire, Ville et espace publique: la théorie habermasienne et le cas de la capitale française à la fin du XVIIIe siècle. *Espace et Sociétés*. Paris: L'Harmattan, 86 : 127-143, 1996.

<sup>382</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle, L'explorateur. In: VOVELLE, Michel (dir.). *L'homme des Lumières*. Paris: Seuil, 1996, p. 285.

<sup>383</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 293.

natureza o mesmo que são o laboratório e o experimento para as ciências físicas: o lugar onde se constrói e se prova o conhecimento<sup>384</sup>”. Para a Enciclopédia, a observação e a experiência, uma das bases da viagem, são “os únicos caminhos que nós possuímos para o conhecimento, se nós reconhecermos a verdade deste axioma: não há nada no entendimento que não tenha sido anteriormente apreendido pelos sentidos<sup>385</sup>”. Claro que este internacionalismo não exclui o sentimento de pertencimento à nação, ao contrário: a “afirmação nacional passa pelo prestígio da ciência<sup>386</sup>”, ainda que nem sempre os interesses da ciência, das narrativas de viagem e dos impérios andassem no mesmo passo. Está presente a idéia imperialista de que os objetos de história natural, vindos da “periferia”, só se tornavam “fatos” científicos no “centro”, ou seja, na Europa<sup>387</sup>.

Ocorrem nesse momento um desencantamento do mundo e uma substancialização da realidade, dos quais o viajante é um espectador privilegiado, promovendo uma ruptura na forma de entendimento do mundo, com a “emergência de uma ética da precisão e da exatidão”. Esta ética da exatidão pressupõe que os dados coletados na viagem possam ser apreendidos como “um conjunto coerente de dados, em relação uns com os outros<sup>388</sup>”. Para Stafford, no período da Ilustração, o empreendimento do viajante explorador e do cientista, “estava baseado na crença de que ele podia descobrir um mundo tangível (e não ilusório) exuberante em detalhes e animado com individualidades que iriam opor resistência aos modelos habituais, generalizações ou esquematizações.<sup>389</sup>”. Se com Moureau vimos a imagem da viagem como autópsia, para Hafid-Martin o viajante das Luzes é como um “arqueólogo exumando da terra objetos milenares”. Nesta escavação narrativa, o viajante “vê bruscamente a história materializar-se”; ele reescreve as fontes tradicionais, preenchendo as suas lacunas e exprime também “o local ideal de uma junção entre passado e presente”. A viagem passa a ser um traço de união “entre a memória constituída dos

---

<sup>384</sup> *Id.*, La collecte du monde: Voyage et histoire naturelle (fin XVIIème siècle – début XVIIIème siècle). In: BLANCKAERT, Claude, COHEN, Claudine, CORSI, Pietro, FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: MNHN, 1997, p. 173.

<sup>385</sup> *Encyclopédie ... op. cit.*, v. 11, 1988, verbete *Observation*.

<sup>386</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle, *L’explorateur*, *op. cit.*, p. 294.

<sup>387</sup> BROWNE, Janet, *L’histoire naturelle britannique et les voyages d’exploration de Banks à Darwin*. Voyage et histoire naturelle (fin XVIIème siècle – début XVIIIème siècle). In: BLANCKAERT, Claude, COHEN, Claudine, CORSI, Pietro, FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Muséum...*, *op. cit.*, p. 205.

<sup>388</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle, LICOPPE, Christian, *Voyages, mesures et instruments*. Une nouvelle expérience du monde au Siècle des lumières. *Annales HSS*, 5, sep./oct., 1997, p. 1120.

<sup>389</sup> STAFFORD, Barbara Maria, *Voyage into Substance*. Art, Science, Nature, and the Illustrated Travel Account, 1760-1840. Cambridge, MA, London: MIT Press, 1984, pp. 1-2.

homens e esta parte inacabada do presente no qual ela se compõe<sup>390</sup>”. Estamos diante de uma mudança que afeta a narrativa de viagem e também a história, que Cañizares-Esguerra qualifica como a emergência de uma nova “arte da leitura<sup>391</sup>”, na qual o verdadeiro viajante filosófico deveria estar “precauído das inadequações da percepção humana”, além de duvidar do “testemunho dos sentidos”, confiando menos neles do que na lógica<sup>392</sup>.

O texto de viagem adquire o estatuto de fonte para a investigação científica, de interesse direto dos governos europeus, além de divulgador, para um público maior, das descobertas científicas e das curiosidades dos territórios “exóticos” e “tropicais”. Na adaptação dos principais relatos de viagem realizada por J.B.J. de Chantal, em seu *Beautés de l’histoire des voyages les plus fameux du monde*, de 1836, destaca-se a importância das viagens para a educação do homem. Como poucas pessoas possuíam meios necessários para prover suas famílias deste método dispendioso de educação, seria necessário

“colocar nas mãos das crianças livros nos quais elas pudessem aprender a conhecer os habitantes de diferentes regiões do globo sobre o qual vivemos, os diversos caracteres nacionais, as instituições e as causas que lhe deram lugar, as produções do solo, os monumentos, as artes, as curiosidades e os fenômenos da natureza, os traços históricos ou anedóticos de um povo, os usos singulares e às vezes bizarros de algumas regiões, os hábitos dos animais particulares a algumas outras: em uma palavra tudo o que possa servir para fazer conhecer a história física e moral de todos os países<sup>393</sup>”.

As narrativas de viagem adquirem, então, um estatuto de confiabilidade que tenta afastá-las cada vez mais da literatura de ficção, buscando uma maior fiabilidade do que os romances. Freycinet marca muito bem a diferença de seu relato, com relação ao que a tradição até então definia como relato de viagem. Afirma que La Harpe, em seu resumo da obra monumental de abade Prévost, *Histoire générale des voyages*, definira os relatos de viagem como menos destinados à instrução do que à distração das “pessoas mundanas”, o que o obrigara a retirar da obra original a “secura” dos “detalhes minuciosos da ciência”,

---

<sup>390</sup> HAFID-MARTIN, Nicole, *Voyage et connaissance au tournant des Lumières (1780-1820)*. Oxford, UK: Voltaire Foundation, 1995, p. 124.

<sup>391</sup> CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, *How to Write the History of the New World. Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 22.

<sup>392</sup> *Id., ibid.*, p. 29.

tudo o que fosse “muito científico”, deixando apenas aquilo que provocasse prazer no leitor. Já o texto apresentado por Freycinet, ao contrário, apresentaria um “resumo de todas as observações náuticas e hidrográficas”, bem como um Atlas, destinado tanto a marinheiros quanto a geógrafos. É preciso, diz ele, que a exatidão seja o seu principal mérito<sup>394</sup>. No volume histórico de sua narrativa, afirma que desejava apresentar aos leitores “um mérito mais sólido e mais verdadeiro do que aquele da novidade<sup>395</sup>”. Também D’Orbigny releva o caráter de seriedade de sua narrativa:

“As viagens não estão mais, como há pouco tempo, relegadas ao canto mais obscuro das bibliotecas, entre os romances e as obras de pura imaginação; e sem haver cessado de fornecer uma distração agradável ao homem mundano, que não deseja mais do que se distrair em seus prazeres, a leitura se tornou uma necessidade ao homem grave, que procura distrair-se de seus estudos, e para o sábio, sempre ávido de aumentar a massa de seus conhecimentos; donde se segue que as viagens entram realmente, hoje em dia, no domínio de todas as classes ilustradas, e são (...) o indispensável complemento de toda educação liberal<sup>396</sup>”.

D’Orbigny se justifica afirmando que sua viagem não é nem como um romance, obra de pura imaginação, logo de nenhuma verdade, nem uma viagem que utilize alguns de seus artifícios frívolos. O viajante cientista parece resistir ao novo literato viajante que aparece no século XIX, e que logo se tornará quase hegemônico, clamando a atenção dos leitores “graves e sábios”, a quem se destina seu texto.

Saint-Hilaire também adverte ao seu leitor que encontrará muito menos as suas opiniões pessoais do que a exata descrição do que foi visto: “Eu me permitirei poucas

---

<sup>393</sup> CHANTAL, J.B.J. de, *Beautés de l’histoire des voyages les plus fameux du monde et dans les deux hémisphères*. Paris: Fruger et Brunet, 1836, deux. partie, t. 1, p. viii.

<sup>394</sup> FREYCINET, Louis, *Voyage de découverte aux terres australes*, exécuté sur les corvettes Le Géographe, Le Naturaliste, et la goëlette Le Casuarina, pendant les années 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804. Paris: Imprimerie Royale, 1815. Navigation et Géographie, p. v.

<sup>395</sup> *Id.*, *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi*. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d’État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l’*Oranie* et la *Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825. V. Historique, p. v.

<sup>396</sup> D’ORBIGNY, Alcide, *Voyage dans l’Amérique méridionale* (Le Brésil, la République Orientale de l’Uruguay, La République Argentine, la Patagonie, la République du Chili, la République du Pérou), exécuté pendant les années 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832 et 1833. Paris: Pitois-Levrault et Cie., 1835, t. 1, p. 1.

reflexões; eu direi o que eu vi; eu me esforçarei por apresentar os fatos sob o seu verdadeiro aspecto, no mais das vezes eu deixarei ao leitor tirar suas conclusões<sup>397</sup>”. Acrescenta em seguida que, para isso, estará menos interessado em tornar o seu estilo “mais correto do que pintar fielmente o que eu tiver observado<sup>398</sup>”. Em sua correspondência, Saint-Hilaire discute o trabalho do viajante naturalista, justificando seus pedidos de uma pensão do governo por seus serviços prestados. Primeiramente, a novidade de seu trabalho por tratar-se de explorar para o Rei as “riquezas vegetais do Brasil, até então desconhecidas dos naturalistas”, ao qual percorreu numa extensão realmente admirável. Além da novidade de um trabalho inédito, havia o perigo enfrentado e “todo o gênero de privações”, em mais de seis anos de uma “penosa viagem”, cujo resultado foi uma coleção de mais ou menos seis mil espécies de plantas. Mas Saint-Hilaire recorda que ele não era só um viajante coletor, pois não se contentou em apenas recolher este material; ele foi analisado nos locais, as plantas e seus órgãos frescos e não num herbário; apesar de botânico, não deixou de recolher também espécies animais, como insetos, pássaros e quadrúpedes. Todos estes esforços lhe custaram a saúde pelos “sofrimentos constantes” que penou em suas viagens pelo interior do Brasil, que lhe impediu de continuar seu trabalho, obrigando-o a buscar um clima mais ameno no centro da França<sup>399</sup>. A novidade do Brasil prometia não apenas aumento dos conhecimentos de botânica como utilidade para “as artes e o comércio”, pela produção que havia no país de plantas próprias à tintura e a facilidade em aclimatar as plantas européias em suas terras meridionais<sup>400</sup>; o Brasil, ainda pouco conhecido dos naturalistas, prometia “às suas pesquisas uma colheita abundante<sup>401</sup>”. Em outra carta, acrescenta que na França havia publicado “grandes obras destinadas a apresentar os resultados principais” de suas pesquisas, acrescentando ainda que seu último sacrifício fora

---

<sup>397</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830, v. 1, p. ix.

<sup>398</sup> *Id.*, *ibid.*, p. x.

<sup>399</sup> Archives Nationales (Paris), Ms. F17-3977. Sobre esta documentação e as viagens de Saint-Hilaire, cf. KURY, Lorelai, La politique des voyages et la culture scientifique d'Auguste de Saont-Hilaire (1779-1853). In: LAISSUS, Yves (éd.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe XIXe siècles*. Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques (118º; Pau, octobre 1993). Paris: CTHS, 1995, pp. 235-245, e Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus*. Rio de Janeiro: UERJ, II(1), 2002. Disponível em [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus). Consultado em novembro de 2005.

<sup>400</sup> Archives Nationales (Paris), Ms. F17-1543. Carta escrita pelos diretores do *Muséum d'Histoire Naturelle* ao Ministro Secretário de Estado do Departamento do Interior, sugerindo o nome de Saint-Hilaire para acompanhar o duque de Luxemburgo ao Brasil, 17 de janeiro de 1816.

<sup>401</sup> *Ibid.*

abandonar “a outras mãos os materiais imensos destinados a minha principal obra, a *Flora Brasiliae Meridionalis*”, prova definitiva de seu desprendimento e interesse pela divulgação da ciência<sup>402</sup>. O zelo, devotamento e os sacrifícios de sua vida de cientista são destacados no pedido de sua pensão, deixando claro o caráter desinteressado e filantrópico das viagens dos naturalistas, uma missão à qual se incumbe de aumentar os conhecimentos e a civilização por meio das riquezas naturais. Em todas as cartas às autoridades, Saint-Hilaire ressalta além dos sacrifícios imensos e a dedicação à botânica, o caráter de protetor da ciência que tinha o Rei e seus Ministros, que sempre encorajaram as ciências e protegeram os que a cultivam<sup>403</sup>”, colocando-se como um servidor do Reino e representante da civilização francesa nas terras tropicais do Brasil.

Entretanto, a narrativa de viagem não se afasta tão facilmente da ficção como desejaram alguns de seus escritores e de toda a retórica de veracidade e confiabilidade que eles buscavam construir. Para Guentner, é justamente no século XVIII que a narrativa de viagem “adquire um estatuto propriamente literário”, discutido nos prefaciadores de coletâneas de viagens, como Prévost e La Harpe, por exemplo, que em seus comentários aos textos “fixam novos ‘modelos de escritura’ e ‘horizontes de expectativas’<sup>404</sup>”. As narrativas de viagem serão, neste século, “um dos modelos de base da ficção, à qual fornece um repertório de esquemas narrativos e de motivos<sup>405</sup>”. Por isso, no primeiro número de seu *Annales des Voyages, de la Géographie et de l’Histoire*, Malte-Brun terá que afirmar que o título de muitas viagens apresentadas por seu periódico poderia supor uma tendência à frivolidade, mas adverte à classe de leitores atraídos por este tipo de relato, “respeitável, mas pouco numerosa”, que as traduções e análises de viagens apresentadas por ele serão sempre entremeadas de “memórias sobre diversas questões de Geografia física e política<sup>406</sup>”. Seu objetivo é a “Ciência verdadeira, as pesquisas sérias, os Conhecimentos positivos”, que “não visam outros interesses além daqueles do gênero humano<sup>407</sup>”.

---

<sup>402</sup> *Ibid.*, Ms. F17-3977. Carta de 12 de fevereiro de 1824.

<sup>403</sup> *Ibid.*, carta de 12 de fevereiro de 1824 ao Diretor de Sciences et Beaux-Arts.

<sup>404</sup> GUENTNER, Wendelin A., Comment le récit de voyage français devient littéraire au XVIIIe siècle. *Studies on Voltaire & the Eighteenth Century*. Oxford: Voltaire Foundation, 296, 1992, p. 67.

<sup>405</sup> VIVIÈS, Jean, Gulliver contre Robinson: aperçus du récit de voyage au XVIIIe siècle. In: DUPEYRON-LAFAY, Françoise (dir.). *Le voyage dans la littérature anglo-saxonne*. Ivry-sur-Seine: Éditions A3, Université de Paris XII – Val de Marne, 2003, p. 43.

<sup>406</sup> MALTE-BRUN, Discours préliminaire sur la nature et le but de cet ouvrage. *Annales des Voyages, de la Géographie et de l’Histoire*. Paris: Buisson, 1: 3-14, 1807, p. 12.

<sup>407</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 15.

De Gérando, em uma memória escrita em 1794, e apresentada por seu filho à Academia Imperial de Metz em 1854, também destaca a utilidade das viagens para o avanço do conhecimento sobre o homem. Para ele, o deslocamento da viagem promove uma mudança significativa na maneira de ver o mundo; quando, por meio dela, nos transportamos “para um teatro novo para nós, nossa imaginação será forçada a criar regras novas para nos conduzir, e a riqueza dos espetáculos que lhe são oferecidas a tornará mais fecunda<sup>408</sup>”. A viagem liberta o espírito da “escravidão na qual ele enlanguescia”; sendo obrigado a conviver com opiniões contrárias, sistemas diferentes, devemos “procurar no estudo da verdade, e não nos exemplos daqueles que nos precederam, os motivos dos nossos julgamentos, tornar-nos estrangeiros a todos os partidos, e aprender a examinar as relações que nos são apresentadas, antes de admiti-las<sup>409</sup>”. A viagem serve para refinar o conhecimento de gabinete, afastando o sábio de “especulações vãs” ou mesmo “falsas”; ou ainda de julgamentos incompletos ou errôneos. “Os homens que viram muito e estudaram muito são reservados em suas afirmações; é que eles sabem quantos lados diversos as coisas podem oferecer, e sua reserva vem precisamente da extensão de suas luzes<sup>410</sup>”.

Contudo, assim como Malte-Brun, de Gérando adverte que nem todo tipo de viajante está apto a transformar sua viagem em fonte de conhecimento e de mudança interior para uma maior compreensão do homem e da sociedade. Não é suficiente, por exemplo, “ver um país da janela de sua carruagem, é preciso visitá-lo, entrar em todos os seus detalhes e deter-se suficientemente sobre cada objeto digno de nossa atenção”. O viajante que queira instruir-se deve, assim, reservar em meio a suas distrações “momentos de silêncio e de repouso para meditar e para escrever. Ele deve se voltar para o que viu, e se lhe apropriar por meio da reflexão<sup>411</sup>”. Para os homens que só possuem “faculdades vulgares, quase nenhuma preparação de espírito”, as viagens são inúteis, pois eles são incapazes de se conduzir nelas “como seria necessário fazê-lo<sup>412</sup>”. Este tipo de viajante era aquele capaz de agradar ao leitor que Malte-Brun desejava afastar de seu periódico, frívolo e ignorante, que “tomava por verdadeiras as observações vagas e imperfeitas que havia

---

<sup>408</sup> GÉRANDO, Joseph-Marie de, *Mémoire sur l'utilité des voyages. Mémoires de l'Académie Impériale de Metz*. Metz, 43<sup>e</sup> année, 2<sup>e</sup> série, 10<sup>e</sup> année, 1861-1862, p. 593.

<sup>409</sup> *Id., ibid.*

<sup>410</sup> *Id., ibid.*, p. 594.

<sup>411</sup> *Id., ibid.*, p. 600.

<sup>412</sup> *Id., ibid.*, p. 601.

recolhido”; um viajante para o qual melhor lhe teria valido “manter-se para sempre ignorante”. Um viajante superficial, cujo “tom afirmativo”, “ar de superioridade” e “saber aparente que afetam em sociedade” seduziam com facilidade “os espíritos superficiais que julgam tudo pelas aparências”, mas no qual o observador judicioso e de olhar penetrante não vê nada além do “fútil e do insignificante<sup>413</sup>”. Para de Gérando e Malte-Brun a feição pedagógica e científica da viagem era evidente, mas ela dependia da educação do olhar do viajante e da capacidade de julgamento e discernimento do leitor. Assim, a viagem era benéfica não a todo aquele que viajava, mas àqueles que viajavam com seus olhares muito bem educados.

Mesmo um literato, como Ferdinand Denis, preocupa-se em separar a mentira da verdade nos relatos de viagem. Ao tratar dos “verdadeiros Robinsons”, em sua história dos naufrágios escrita com Victor Chauvin, os autores justificam seu texto e sua antologia como exclusivamente verídicos, agregando o valor da veracidade à sua coletânea. Sem negar o charme, dizem eles, de certas ficções, “devemos afastar a ficção de nossos relatos; ela deu lugar a um interesse poderoso, que encontramos sempre na verdade<sup>414</sup>”. O interesse por esses naufragos era o “espetáculo tocante” que ofereciam estes homens – e alguma mulher – que isolados, sofrendo misérias em “inteira solidão”, não podendo falar a seus semelhantes, falam “a Deus diretamente”; e encontra consolo, não na sociedade, mas neste diálogo direto com o Criador. O que teria compreendido Defoe, em seu *Robinson Crusoe*, cuja celebridade não deveria fazer ignorar que estava baseado em narrativas autênticas e aventuras reais. A antologia destas fontes deveria servir para “emocionar, unicamente porque nós teremos dito a verdade<sup>415</sup>”. O naufrago refaz uma tópica bíblica, do homem sozinho, em contato com Deus, ou sofrendo provações na solidão, como Jonas e sua metafórica baleia, ou Cristo vagando quarenta dias pelo deserto. O salmo 107 trata do homem perdido encontrando a redenção, que personifica o Êxodo e o encontro da Terra Prometida: “Eles erravam pelo deserto solitário,/ sem achar caminho para uma cidade habitada;/ estavam famintos e sedentos,/ a vida já os abandonava./ E gritaram a Iahweh na sua aflição:/ ele os livrou de suas angústias/ e os encaminhou pelo caminho certo,/ para

---

<sup>413</sup> *Id., ibid.*, p. 603.

<sup>414</sup> DENIS, Ferdinand, CHAUVIN, Victor, *Les vrais Robinsons*. Naufrages, Solitudes, Voyages. Paris: Librairie du Magasin Pittoresque, 1863, p. 1.

<sup>415</sup> *Id., ibid.*, p. 2.

irem a uma cidade habitada<sup>416</sup>”. A cidade é o porto seguro do viajante, embora no Brasil, muitas vezes, esta cidade, habitada por bárbaros e homens selvagens, não passa de um simulacro, uma ilusão que se desfaz com os primeiros passos em suas ruas mal traçadas e pitorescas. O homem solitário e perdido pode, assim, alcançar a Deus mais facilmente, daí também que o viajante, em sua solidão no lugar que ele conta, pode contá-lo de maneira mais crível. Ora, este texto baseado na veracidade do realmente vivido, pode ensinar mais do que a ficção, e um ensinamento ao qual “ninguém poderá contestar o valor, pois está baseado em fontes verdadeiras, cuja certeza fortifica a ação real e direta<sup>417</sup>”. No entanto, o apelo ficcional, do qual a própria idéia do texto e seu título, que transmuta o náufrago “real” no Robinson Crusóe fictício de Defoe, está claramente colocado no trabalho de Denis e Chauvin. É a força da ficção desta personagem paradigmática que é apresentada sob a “máscara” da veracidade, o que não deixa de ser um lugar-comum tanto da literatura de viagem quanto da ficção.

Essa “objetividade científica” constitui-se, também, como uma estratégia retórica de descrição dos mundos desconhecidos, que impõe uma maneira de olhar e narrar esta geografia da alteridade. Se esta é uma visão experimental e empírica, isso não impede que uma tradição científica e descritiva seja aceita e solicitada, que o livro da ciência seja uma fonte para a escritura dos novos mundos e da natureza. Há também uma tradição estética que é chamada a auxiliar esse processo de decifração do mundo. É claro que, como lembra Stafford, estas tradições são constantemente transfiguradas pela experiência da viagem. A viagem acrescenta à percepção da paisagem, para esta autora, “o componente insubstituível da experiência vivida e do contato comprometido com substâncias materiais registradas por aquelas sombrias figuras que raramente emergem da obscuridade na qual seu papel transcritivo as joga<sup>418</sup>”. Imagem e texto estão unidos no desvelamento do mundo no programa da viagem ilustrada, já que este se funda na “fidelidade da visão e na veracidade da escritura<sup>419</sup>”. Esse desejo de transparência seria uma mudança epistemológica que daria mais importância à experiência, à visão e à descoberta, em detrimento unicamente da tradição. Contrariamente a um método indutivo, que impunha “às ciências experimentais

---

<sup>416</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Salmos, 107, 4-7.

<sup>417</sup> DENIS, Ferdinand, CHAUVIN, Victor, *Les vrais Robinsons...*, *op. cit.*, p. 2.

<sup>418</sup> STAFFORD, Barbara Maria, *op. cit.*, p. 29.

<sup>419</sup> PIMENTEL, Juan, *Testigos del Mundo*. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, p. 60.

irem do fato particular à lei geral, aqui é a conjectura que vem primeiro, e exige ser verificada pela experiência<sup>420</sup>”. Ou seja, a substância material e tangível do mundo, embora seja matéria fundamental da experiência e do relato, não se dá a descrever em sua “essência” compreensível, ela deve ser interpretada pelo crivo da conjectura, ou seja, da teoria que antecede à experiência.

Ainda assim, as regras de descrição textual e pictórica servem também como guias do olhar do viajante; a própria viagem “é uma educação do olhar<sup>421</sup>”. O pitoresco, forma estética preferida para a figuração dos novos mundos, é para Wolfzettel muito mais um modo de ver do que uma “qualidade intrínseca dos objetos”. Sendo assim, no limite, “não é o objeto enquanto tal que conta, mas são os ‘belos efeitos’ que o viajante deriva de uma perspectiva particular<sup>422</sup>”. Ou dito de outro modo, o pitoresco conforma “um *ponto de vista*, que se torna uma espécie de *a priori* para a existência do quadro, da *vista* a ser erigida<sup>423</sup>”. Apesar da pretensão retórica de ver o mundo com olhos “ingênuos”, que vêem uma realidade pela primeira vez e a descrevem sem artifícios maiores do que os da própria realidade descrita, que apenas trazem à tona o objeto em sua essência e substância original, O viajante ilustrado do século XVIII organiza seu relato por meio de “uma série de fontes livrescas”, cujo conteúdo ele busca confirmar na viagem; assim, “se deslocou em busca do lido e a viagem serviu para verificar que o mundo era tal como se havia descrito”, num itinerário “marcado por um pré-texto<sup>424</sup>”. E apesar do já citado desencantamento promovido pelo século XVIII, a religião, como veremos adiante, não deixa de ser uma fonte para a literatura de viagem, moral, espiritual e mesmo retórica. Pois na memória da biblioteca não deixa de estar o Livro dos Livros; na primeira epístola de São João, o apóstolo oferece um

---

<sup>420</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle, Voyage, mer et science au XVIIIème siècle. *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Supplément à la *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. 44. Paris, 1-2, 1997, p. 41.

<sup>421</sup> SCHAEFFNER, Alain. « Ce ne pas un livre que j'écris ». *Equipée* de Victor Segalen: le récit de voyage en question. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, p. 89.

<sup>422</sup> WOLFZETTEL, Friedrich. *Le discours du voyageur*. Pour une histoire littéraire du récit de voyage en France, du Moyen Âge au XVIIIe. Siècle. Paris: PUF, 1996, pp. 236-237.

<sup>423</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, p. 620. A autora trata aqui das imagens visuais do pitoresco, mas sua observação pode ser estendida também às imagens textuais do pitoresco.

<sup>424</sup> ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia, El descubrimiento del Islam en los viajeros ilustrados europeos. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, \_\_\_\_\_. (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, p. 110.

modelo à atividade do viajante: “o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos, e o que nossas mãos apalparam do Verbo da vida (...) nós a vimos e vos damos testemunho<sup>425</sup>”. João é o verdadeiro apóstolo do testemunho direto, recomendado a todo viajante que deseje ser levado a sério, como Cristo reivindica para si: “Em verdade, em verdade, te digo: falamos do que sabemos e damos testemunho do que vimos<sup>426</sup>”.

Para Hafid-Martin, apesar de este conhecimento estabelecer-se numa base empírica, nenhum viajante apresenta seus resultados sem um exame racional; a decifração do real

“só adquire seu caráter objetivo após a passagem à abstração, ou ao menos pela verificação dos dados da experiência. A razão é um órgão de controle que permite desmascarar os erros de origem sensorial ou afetiva (...) e dar aos fatos a sua transparência<sup>427</sup>”.

Isso não quer dizer que a descrição apenas repita a memória da biblioteca de outros textos que trilharam os mesmos caminhos do viajante, ou reescreva uma tradição clássica de descrição. A narrativa leva em conta, obviamente, o que é visto e experimentado, mas este empirismo racional privilegia “a indução como modelo discursivo: o raciocínio se apóia nos fatos particulares, previamente analisados, para encontrar as leis gerais às quais eles estão submetidos<sup>428</sup>”. A viagem, diz Moureau, tem como função provar que “a realidade se adequa à erudição que se tem”; ela não é mais descoberta, mas confirmação das fontes, uma montagem onde “o *eu vi* significa evidentemente um *eu li*<sup>429</sup>”.

A viagem científica recria o mundo como livro; agora é o livro da natureza que se abre ao conhecimento dos naturalistas. Para isso, a narrativa de viagem mantém o seu caráter de desvelamento e conhecimento, dos quais a viagem será uma metáfora corrente até os nossos dias. O sábio-viajante busca “uma escritura do mundo que quer ser apenas leitura fidedigna e imparcial dos fatos naturais<sup>430</sup>”. A memória da biblioteca e as reminiscências livrescas criam uma espécie de impasse a uma literatura que se pretende imagem do referente e realista, espelho da realidade e decifração da verdade do mundo. Por

---

<sup>425</sup> *Bíblia de Jerusalém*, 1João, 1, 1-3.

<sup>426</sup> *Ibid.*, João, 3, 11.

<sup>427</sup> HAFID-MARTIN, Nicole, *op. cit.*, p. 184.

<sup>428</sup> HAFID-MARTIN, Nicole, *op. cit.*, p. 186.

<sup>429</sup> MOUREAU, François, *L’imaginaire vrai*. In: \_\_\_\_\_ . (éd.). *Métamorphoses du récit de voyage*. Actes du Colloque de la Sorbonne et du Sénat (2 mars 1985). Paris: Champion; Génève: Slatkine, 1986, p. 166.

<sup>430</sup> PIMENTEL, Juan, *Escrituras del mundo y de la vida*. (Ciencia, novela y viajes en el siglo XVIII). *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260, ene. 2003, p. 64.

isso o crescente apelo dos autores no século XVIII, em seus prefácios e introduções, “ao testemunho direto, à verdade e à ciência, ao gênero humano, ao progresso, à nação como equivalente da autenticidade de um testemunho”; e também no final do século, ao ideal cosmopolita como garantia de veracidade<sup>431</sup>.

No século XVIII, o livro torna-se ainda mais central na experiência da viagem; o desejo de “consignar, recolher e transmitir por escrito o observado se converte em justificação, às vezes mais do que suficiente, da viagem<sup>432</sup>”. Até que com Chateaubriand e com Laurence Sterne, a experiência pessoal, intransferível, seja tomada, mais do que a Razão, como índice de veracidade. Este viajante moderno se “renuncia a ligar-se a uma verdade geral, insiste ao contrário, de bom grado no detalhe vivido, por meio do qual se manifesta esta autenticidade do particular que ele vai reivindicar a partir de então como sua especialidade<sup>433</sup>”. Esta tensão no interior do gênero era freqüente: ao mesmo tempo um desejo de instruir e uma necessidade de distrair; um chamado à objetividade, com a supressão do eu subjetivo, e um caráter altamente autobiográfico, necessário inclusive na construção de sua fiabilidade baseada na experiência e na anedota; a descoberta do novo, da alteridade, narrados com o auxílio da tradição; e um pêndulo sempre latente entre a “verdade objetiva”, concreta, verificável, e os enganos e mentiras da sedutora ficção. Sempre marcada por essa contradição, a literatura de viagem oscila entre a objetividade verossímil e a individualidade do narrador, pois é inevitável que aquele “que sai para descobrir, leva a si mesmo consigo<sup>434</sup>”. Uma necessidade de crítica, “de confrontar os mitos e as realidades”, mas uma crítica que deve ser narrada “no quadro de um horizonte de expectativas já construído e informado por discursos precedentes<sup>435</sup>”. Uma “contradição” que talvez não seja mais do que uma característica intrínseca de um gênero que problematiza a relação da palavra com o mundo material, a experiência vivida e uma específica tradição literária, que não deveria ser lido como um desejo consciente de

---

<sup>431</sup> *Id.*, *Testigos del Mundo*, *op. cit.*, p. 64.

<sup>432</sup> GONZÁLEZ TROYANO, Alberto, Del viajero ilustrado al paseo literario. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, p. 151.

<sup>433</sup> BERCHET, Jean-Claude, La préface des récits de voyage au XIXème siècle. In: TVERDOTA, György (éd.). *Écrire le voyage*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994, p. 11.

<sup>434</sup> BITTERLI, Urs, *op. cit.*, p. 89.

<sup>435</sup> SYLVOS, Françoise. Vénus et le Syncretisme Poétique dans *Voyage en Orient* de Nerval. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines. Récits de voyage et religion*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, p. 296.

reconstrução da materialidade, sem a interferência da imaginação e do texto previamente lido.

### 2.3 Pecados de Origem

*Alguns navios – e idéias – às vezes são tão fortes que não necessitam de tripulação para cruzar um oceano.*

*Amyr Klink, Paratii.*

Uma outra querela, tributária das citadas anteriormente, que opõe uma Ilustração refinada, européia, laica e filosófica a uma Península Ibérica submergida nas trevas da ignorância e da superstição, ou então, numa visão menos radical, uma Ilustração Católica, portanto de segunda linha, inferior, deslocada, quase uma “idéia fora do lugar”. O caráter ibérico transforma os povos da península, e seus territórios de ultramar, em espaço do exotismo e da desordem. As Canárias, escala entre a Europa e o hemisfério sul, para alguns autores é também ponto de passagem da civilização à barbárie. Apesar da identificação com as ilhas Afortunadas, ou mesmo com a Atlântida, as Canárias são uma promessa paradisíaca que não se efetua, uma visão idílica à distância, uma realidade grotesca no desembarque, provocando no viajante “uma mescla de expectativa e desencanto<sup>436</sup>”. Para John White, que visita o arquipélago em 1787 na esquadra do governador de Nova Gales do Sul, Arthur Phillip, a população pobre de Laguna se parecia muito aos habitantes de algumas ilhas do Pacífico recentemente descobertas, cheios de ferocidade, preguiçosos, e “os mais inoportunos mendigos do mundo”. E a sarna era tão comum entre eles, e tinha alcançado tal grau de virulência, que só se podia crer que tinha se tornado epidêmica<sup>437</sup>. Quanto às mulheres, não há meias palavras em sua descrição: elas eram tão “dissolutas e desavergonhadas” que seria uma injustiça compará-las às prostitutas das ruas de Londres<sup>438</sup>. Para John Hunter, que também acompanhou o governador Phillip, as ruas de Laguna eram mais regulares do que as encontradas em Portugal e Espanha, possuindo até mesmo

---

<sup>436</sup> URIARTE, Cristina G. de, *Literatura de viajes y Canarias*. Tenerife en los relatos de viajeros franceses del siglo XVIII. Madrid: CSIC, 2006, p. 146.

<sup>437</sup> WHITE, John, *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. London: J. Debrett, 1790, p. 19.

<sup>438</sup> *Id.*, *ibid.*

algumas com ângulos retos. Já Santa Cruz era extremamente irregular, sua rua principal era larga, mais com a aparência de uma praça que de uma rua. A residência do governador tinha uma aparência mesquinha, mais de uma “estalagem no campo do que do palácio de um governador”. E seus arrabaldes eram mais “um lugar deserto e em ruínas do que um local de comércio”, com casas construídas pela metade ou ruinosas<sup>439</sup>.

Santa Cruz pareceu do ponto de vista de suas ruas, melhor construída a Abel Du Petit Thouars, em 1836: elas eram bem feitas e tinham ângulos retos, havendo ainda uma praça agradável, com bancos esculpidos, para que os habitantes “viessem tomar a fresca”. Algumas casas eram bem construídas, mas em geral eram pequenas e térreas. Mas acabava aí, para o autor, qualquer traço de distinção, pois ela se parecia a uma pequena cidade espanhola, com “população dispersa, muito miserável, vestida em costumes espanhóis e espalhada pelas ruas”. O que mais chocava, neste caráter espanhol, era a miséria, que era “a principal habitante deste grupo de ilhas, que tinha um nome tão rico<sup>440</sup>”. Gibraltar era outro espaço limiar entre a civilização e a barbárie, “escavado entre a Espanha abastardada e a África selvagem”, com seu “pavilhão dominante, seus uniformes vermelhos, seus judeus cosmopolitas e sua miséria orgulhosa<sup>441</sup>”.

Na visão destes visitantes do Norte, Portugal não escapava à decadência e ao abastardamento que assolava a Espanha e, basicamente, toda a Europa mediterrânea. Tollenare passou algum tempo em várias cidades de Portugal, em 1816. O Porto, embora tivesse uma atividade portuária intensa, o mesmo não se podia dizer de sua vida cultural. O balé do teatro, apesar de dirigido por um francês, o que deveria garantir-lhe um mínimo de qualidade, era de tal mau gosto como só havia encontrado na Itália (outra nação decadente e abastardada da Europa). Nenhuma comparação com a França seria possível e, assim como na Itália, se admira muito o grotesco, que não agradava aos “delicados espectadores de

---

<sup>439</sup> HUNTER, John, *An Historical Journal of the Transactions at Port Jackson and Norfolk Island, with the Discoveries which have been made in New South Wales and in the Southern Ocean, since the publication of Phillip's Voyage, compiled from the Official Papers; Including the Journal's of Governors Phillip and King, and of Lieut. Ball, And the Voyages From the First Sailing of the Sirius in 1787, to the Return of that Ship's Company to England in 1792*. London: John Stockdale, 1795, pp. 11-13.

<sup>440</sup> DU PETIT THOUARS, Abel, *Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus, pendant les années 1836-1839*. Paris: Gide, 1840, p. 20.

<sup>441</sup> LE GUILLOU, Élie, *Voyage autour du monde de l'Astrolabe et la Zélée, sous les ordres Du contre-amiral Dumont-d'Urville, pendant les années 1837, 38, 39 et 40*. Mis en ordre par J. Arago. 2. ed. Paris: Berquet et Pétiou, 1843, v. 1, p. 3.

Paris<sup>442</sup>”. Já em Lisboa, não deixa de observar que, apesar das ruas largas e desenhadas a cordel que saíam da Praça do Comércio, elas eram sempre extremamente sujas, onde as pessoas jogavam todas as imundícies, provocando um “odor nauseabundo<sup>443</sup>”. A linha reta de parte da cidade não impedia que ela fosse utilizada por um povo que prezava muito mais o caminho vacilante das “mulas”, “cabeça oca e distraída” do que o “caminho dos homens”, ordenado e objetivo<sup>444</sup>. Com relação à arquitetura da cidade, observa que a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, dita da Estrela, tinha uma fachada elegante, apesar de sua arquitetura medíocre, “segundo nossas idéias modernas que só toleram a linha reta e sem gretas dos edifícios gregos<sup>445</sup>”.

Espanha e Portugal são descritos como países decadentes, abastardados, demasiado próximos da África, não apenas geograficamente, mas do ponto de vista de uma cartografia civilizacional que os punha abaixo dos países europeus mais educados, de “costumes delicados” e de “fórmulas obsequiosas<sup>446</sup>”. Desde o século XVII a Europa buscava repensar seu passado para erigir modelos e definir quais países estavam em condições de exercer a hegemonia militar e comercial, além de controlar os impérios das nações decadentes, Portugal e Espanha. Em 1687, a publicação do famoso *Histoire de l’Inquisition de Goa*, livro de viagem de Dellon, contribuiu para criar a legenda negra da “intolerância religiosa e decadência econômica” de Portugal e seu ultramar<sup>447</sup>. Esta reinterpretação do passado europeu serviu para “conceitualizar uma Europa moderna, constituída por França, Inglaterra e Alemanha, na qual o ibérico foi deslocado para uma periferia não-moderna<sup>448</sup>”.

---

<sup>442</sup> TOLLENARE, Louis-François, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, Fondation Calouste Gulbenkian, v. 1, 1971, p. 22.

<sup>443</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 147

<sup>444</sup> LE CORBUSIER, *Urbanismo*, 2. ed. Trad. port. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 6-7. Cf. TORRÃO FILHO, Amílcar, *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007, pp. 242-243.

<sup>445</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, p. 176.

<sup>446</sup> SPIX, Johan Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. port. Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, v. 1, pp. 41-42.

<sup>447</sup> CURTO, Diogo Ramada. As práticas de escrita. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, v. 3, O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 461. Cf. CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, CASTELO BRANCO, Fernando, Goa vista por alguns viajantes estrangeiros (de seiscentos e oitocentos). *Stvdia*. Lisboa, 49, 1989, p. 147.

<sup>448</sup> PÉREZ MAGALLÓN, Jesús, Modernidades divergentes: la cultura de los novatores. In: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.). *Fénix de España*. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766). (Actas del congreso internacional en homenaje a Antonio Mestre Sanchís, Madrid, noviembre de 2004). Madrid: Marcial Pons, Universidad Autónoma de Madrid, Universitat d’Alacant, Casa de Velásquez, 2006, p. 48.

É no bojo desta disputa colonial e cultural que se deve entender a legenda negra que se estende sobre as cidades ibéricas na Europa e na América; cidades que deveriam ser as pontas de lança da civilização europeia nos “Trópicos”, mas que não passavam de espaços transitórios, “aduanas” da barbárie, fronteiras incertas da selvajaria americana. O papel que se reserva à Espanha, e aos territórios ibéricos, é o de “lugar exótico, porém próximo, exaltando a subalternidade periférica com a etiqueta de seu romantismo histórico essencial<sup>449</sup>”. Um império espúrio, dominado por uma monarquia “baseada na clerocracia e no fanatismo religioso”, além de tudo profundamente “contrária aos benefícios civilizadores do comércio<sup>450</sup>”. A crítica civilizadora, ou modernizadora dos europeus “polidos” em relação aos países ibéricos era também “uma arma de propaganda contra um país que do ponto de vista de seus vizinhos europeus, possuía mais do que podia administrar bem, e que se negava a abrir suas colônias ao comércio com as potências marítimas<sup>451</sup>”. Argumentos idênticos eram usados também com relação a Portugal e suas possessões ultramarinas.

Tollenare, em Lisboa, depois de visitar a biblioteca pública e consultar a obra de Margraf e Pison, impressionado com as riquezas naturais descritas neste livro, sintetiza o pensamento “europeu” com relação a Portugal e seus territórios ultramarinos: “No espaço de duzentos anos, os portugueses não promoveram um só avanço na ciência, apesar dos brilhantes recursos que lhe ofereciam suas vastas colônias”. Como se ainda não tivesse sido suficientemente claro, acrescenta que com a inevitável independência brasileira, Portugal teria seus belos dias deixados no passado. Já estavam os portugueses, assim como os romanos, “reduzidos a falar de sua história antiga e a acusar, eles mesmos, a sua degeneração”, e era claro que a manutenção de territórios como o Brasil não passava de um anacronismo que não tardaria a ser ultrapassado. De resto, a sua era uma glória ancorada na “conquista e na rapina. Tal base não podia sustentar por muito tempo tal edifício<sup>452</sup>”.

Barrow, em sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1792, chama a atenção para a extrema sujeira dos portugueses, característica que a maior parte dos viajantes estabelece

---

<sup>449</sup> *Id., ibid.*, p. 49.

<sup>450</sup> PORTILLO VALDÉS, José M., “Americanos españoles”. *Historiografía, identidad y patriotismo en el Atlántico hispano*. In: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.). *Fénix de España, op. cit.*, p. 327.

<sup>451</sup> GARCÍA BLANCO-CICERÓN, Jacobo, *Viajeros angloparlantes por la Galicia de la segunda mitad del siglo XVIII*. Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2006, p. 31.

<sup>452</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, v. 1, p. 222.

como própria das cidades ibéricas; afirma que felizmente, ao desembarcar no Rio, ele e sua tripulação haviam levado seus leitos, o que lhes garantiu um mínimo de comodidade e asseio, coisas difíceis de encontrar, diz ele, em terras portuguesas<sup>453</sup>. Chama-lhe a atenção também a grande quantidade de insetos e outros animais verminosos, que “se deve atribuir muito mais à extrema sujeira dos portugueses do que ao calor do clima”. O que explica que, segundo ele, poucas pessoas não sejam afetadas por doenças de pele, “que vemos entre nós como efeito da miséria e da falta de asseio<sup>454</sup>”. Além da sujeira, os serviços disponíveis aos estrangeiros no momento da visita de Barrow não têm nenhuma “delicadeza”, nem há albergues ou hotéis, o que seria inútil, diz ele, já que o governo lusitano, “fraco, e talvez por causa disso invejoso”, acentua a inospitalidade ao ponto de proibir que os estrangeiros fiquem em terra após o cair do sol e, durante o dia, não os permite andar pelas ruas desacompanhados de uma escolta<sup>455</sup>.

Esta é uma tópica importante da literatura de viagem ou da propaganda antiibérica, como diz Jacobo García, que é o ciúme dos portugueses com relação a seu ultramar, que impediria o livre fluxo de estrangeiros, do comércio, e do avanço do conhecimento da história natural. Os viajantes não se cansavam de queixar-se da “postura xenófoba e lacônica<sup>456</sup>” dos portugueses, que silenciavam sobre suas riquezas e impediam, pelo menos até o início do século XIX, o acesso ao Brasil, sobretudo. O pequeno Reino ibérico teria procurado “por três séculos, esconder ciumentamente sua principal colônia da cobiça das nações mercantes<sup>457</sup>”. Saint-Hilaire, mesmo depois da “abertura dos portos” no século XIX, se queixa, em carta de 5 de outubro de 1818, de que o governo português autorizava a presença de estrangeiros em seu território americano com “uma extrema dificuldade”. O distrito dos diamantes havia sido interdito ao secretário da Legação Prussiana, o Pará aos naturalistas bávaros, e o Rio Grande aos austríacos. Fui muito favorecido, diz ele, já que “permitiram-me entrar na Província na qual outros foram proibidos, como a do Rio Grande.

---

<sup>453</sup> BARROW, John, *Voyage à la Cochinchine, par les îles de Madère, de Tenerife et du Cap Verd, le Brésil et l'île de Java*, contenant des reinsegnements nouveaux et autentiques sur l'État naturel et civil de ces divers pays; Accompagné de la Relation officielle d'un Voyage au Pays des Boushouanas, dans l'intérieur de l'Afrique australe. Trad. Malte-Brun. Paris: F. Buisson, 1807, t. 1, p. 115.

<sup>454</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 117-118.

<sup>455</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 112.

<sup>456</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, *Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII*. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 15, set./dez., 2000, p. 8.

<sup>457</sup> AUGEL, Moema Parente, *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980, p. 6.

Só me foi proibida a Capitania do Mato Grosso, e o ministro acompanhou sua recusa de todas as gentilezas possíveis<sup>458</sup>”.

Apesar destas “gentilezas, o colono português é, ainda, a “grande *mácula* que o viajante europeu detectou no paraíso terrestre dos trópicos<sup>459</sup>”. O colonialismo ibérico era questionado pela Enciclopédia bem como pela *Histoire des Deux Indes*, de abade Raynal e Diderot, e por quase todos os viajantes<sup>460</sup>. Destaca-se a crueldade da conquista, o orgulho injustificado deste povo “pobre e soberbo”, baseado numa glória passada e num presente de decadência a atraso. Propunha-se uma colonização moderna e produtiva, em teoria não escravista, “da qual a prática ibérica não era certamente o modelo<sup>461</sup>”. O verbete *Espagne*, da Enciclopédia, redigido pelo Cavalheiro de Jaucourt, define o país à época de Filipe III como um “vasto corpo sem substância, que tinha mais reputação do que força”; destaca ainda o poder da inquisição e dos padres, a “altivez ociosa de seus habitantes”, sua pobreza e fraqueza, nenhuma indústria, apensar dos “presentes da natureza” de seu território; e era ainda uma benesse para os outros países europeus que terras tão ricas quanto o México, o Peru, ou o Chile, fossem possessões de “uma nação tão preguiçosa<sup>462</sup>”. Do ponto de vista da utilidade e qualidade dos textos de viagem, Raynal também questiona as narrativas sobre a América, até então escritas por “soldados ignorantes e clérigos”, além de tudo, espanhóis e portugueses. Seria necessário o envio de “viajantes filósofos” para se ter uma imagem mais verossímil do Novo Mundo. Estes argumentos de Raynal, seguidos também por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*, constituía uma “nova forma de leitura das fontes”, segundo Cañizares-Esguerra, na qual o testemunho direto já não era tão importante: este testemunho deveria ser julgado “pela sua consistência interna, não pela posição social ou pela erudição da testemunha”, emergindo aí a *persona* do viajante filósofo<sup>463</sup>. Aquilo que, como vimos anteriormente, Batten chama de evidência interna do relato, que lhe dá a verossimilhança e atesta a sua veracidade<sup>464</sup>.

---

<sup>458</sup> MNHN (Paris), Ms. 2673, Lettre 17.

<sup>459</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, *op. cit.*, p. 11.

<sup>460</sup> DUCHET, Michèle, *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 194.

<sup>461</sup> MOUREAU, François, O Brasil das Luzes francesas. Trad. port. Jean Briant. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA. 13(36), 1999, p. 169.

<sup>462</sup> *Encyclopédie...*, *op. cit.*, v. 5, 1995.

<sup>463</sup> CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, *op. cit.*, pp. 12-13.

<sup>464</sup> BATTEN, JR., Charles L., *Pleasurable Instruction*. Form and Convention in Eighteenth Century Travel Literature. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978, p. 62.

Se o dado referencial, as dificuldades da viagem, os incômodos pelos quais passava o viajante, a falta de estrutura, são dados que podem ser resultado da experiência realmente vivida dos autores, a interpretação destes incômodos, como um dado inerente à desordem dos países ibéricos, à sua decadência, depende de algo anterior à própria viagem. Problemas como funcionários de alfândega corruptos, donos de estalagem mesquinhos, empregados desonestos faziam “parte da viagem na Europa nesta época”, não havendo grande diferença da Espanha, ou de Portugal, com relação aos países do *Grand Tour*, por exemplo, estas imagens se devem, assim, a “uma percepção da Espanha como um país atrasado<sup>465</sup>”, ou mesmo um problema de “modas e de prestígios culturais<sup>466</sup>”. O que aparece como algo intrínseco a estes países abastardados, comum às imagens da América e da península, era o tédio causado por nações que não tinham, na visão destes viajantes, nenhum tipo de divertimento e cujas manifestações artísticas e culturais eram vistas com reservas, sobretudo a arquitetura, a arte e as festas religiosas<sup>467</sup>. O interesse pela Espanha teria aumentado, segundo Freixa, quando os homens do século XVIII começaram a “cansar-se do artifício dos palácios e da cultura dos salões e começaram a buscar algo que eles consideravam mais simples e espontâneo<sup>468</sup>”. Neste momento, a Espanha já passaria a ser vista como “menos africana e mais européia<sup>469</sup>”. Mas ainda assim exótica e pitoresca em seu atraso, muito mais próxima da maneira como eram descritos os povos selvagens da África ou as colônias decadentes da América. Sánchez observa a decepção dos viajantes românticos que visitavam a Catalunha, região mais modernizada e industrializada, que não possuiria os traços característicos da Espanha, com pouco espaço para o “pitoresco e o peculiar”. Estes viajantes comentam “que a Catalunha mais do que uma região da Espanha é uma prolongação da Europa<sup>470</sup>”; o que se esperava da Espanha, e de Portugal, era o

---

<sup>465</sup> SHAW, Michael Crozier, ‘A tour no man will attempt twice’: traveling in Spain in the eighteenth century. In: CONROY, Jane (ed.), *Cross-Cultural Travel*. (Papers from the Royal Irish Academy Symposium on Literature and Travel. National University of Ireland, Galway, November 2002). New York: Peter Lang, 2003, p. 57.

<sup>466</sup> FREIXA, Consol, *Los Ingleses y el Arte de Viajar*. Una visión de las ciudades españolas en el siglo XVIII. Barcelona Serbal, 1993, p. 21.

<sup>467</sup> SHAW, Michael Crozier, *op. cit.*, p. 58.

<sup>468</sup> FREIXA, Consol, *op. cit.*, p. 24. Cf. ABBADIE, Christian, Le voyage en Espagne, entre le rêve et la réalité. In: PARRA, Montserrat, FIGUEROLA, María Carme (eds.). *El viatge com a font de saber*. Lleida: Universitat de Lleida, Facultat de Lletres, 2002, p. 23.

<sup>469</sup> FERNÁNDEZ, Roberto, Els observadors de la Il·lustració. *L’Avenç. Revista d’Història*. Barcelona, 51, jul., 1982, p. 64

<sup>470</sup> *Id., ibid.*, p. 69.

“manancial de exotismo” de suas classes populares, seu caráter não-europeu, pois eram, como “se dizia de tudo o que era obsoleto e rude: *góticos*<sup>471</sup>”. Os escritores que transformam o país em destino de suas viagens e espaço de seus sonhos de deslocamento, como George Sand, Gautier, Victor Hugo, Merimée, estavam interessados pelo caráter romântico, aventureiro, insólito, em tudo tão diferente do resto da Europa, uma alteridade tão próxima e, portanto, tão complexa. Ou seja, mesmo pertencendo a uma mesma cultura cristã e européia, britânicos e franceses tendem a ver nas culturas do sul o oposto caótico de sua própria identidade; assim, por exemplo, os “napolitanos são ‘orientalizados’, descritos como o Outro (...) nos guias de viagem<sup>472</sup>”.

Pretendo tratar destas querelas e de suas relações, e de que forma estas disputas se refletem nas imagens da América portuguesa e de suas cidades numa perspectiva européia, na literatura de viagem, entendida como parte da constituição de um campo conceitual sobre o Novo Mundo e as suas possíveis analogias e comparações com o Velho Continente, além de uma disputa política entre as potências européias em torno de seus espaços coloniais. E se há crítica na historiografia ao atraso ibérico, haverá também a apologia. Para um autor, a curta permanência dos viajantes em Portugal, o desconhecimento da língua, “não lhes permitiriam conhecer o país em sua extensão e a gente portuguesa com suficiente intimidade, por forma a poderem dar uma imagem autêntica do país e de sua gente<sup>473</sup>”. Está implícito, mas não menos claro, que a imagem autêntica de Portugal e de seu povo que se espera aqui é, obviamente, uma imagem positiva e simpática; se ela não aparece nos relatos, só pode ter por causa a falta de compreensão do viajante, nunca uma característica efetivamente percebida pelo estrangeiro.

Araújo assume como real a posição “periférica” das Luzes na Península Ibérica, marcada pela permanência da Segunda Escolástica e de uma forte censura, com a presença sempre insidiosa da Inquisição. Apesar de uma base de pensamento comum em Portugal neste período, ela aponta a afirmação de “dois modelos paralelos de socialização do saber e duas lógicas diferentes de aprofundamento do catolicismo, uma de base filosófica e

---

<sup>471</sup> CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projeção européia*. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 12.

<sup>472</sup> CALARESU, Melissa. Looking for Virgil’s Tomb: The End of the Grand Tour and the Cosmopolitan Ideal in Europe. In: ELSNER, Jaś, RUBIÉS, Joan-Pau (eds.). *Voyages & Visions*. Towards a Cultural History of Travel. London: Reaktion Books, 1999, p. 152.

<sup>473</sup> CHAVES, Castelo Branco, *op. cit.*, p. 13.

teológica (Verney), outra de cunho vincadamente apologético (Teodoro de Almeida)<sup>474</sup>. Mestre Sanchís aponta na Espanha a existência de uma apologética crítica, uma dualidade que marcaria o pensamento e a atitude crítica da Ilustração, que Hazard já havia apontado. Em alguns casos, diz Mestre, “a crítica degenerou em detração, ao ver a decadência econômica ou cultural em relação com outros países<sup>475</sup>”. Tanto num país quanto no outro, o empirismo e o racionalismo sedimentam “novas linhas de sensibilidade e de compromisso entre a razão e a fé<sup>476</sup>”. Esta posição reflete mesmo um desejo de preservar a fé católica desvencilhando-a pouco a pouco da filosofia peripatética e escolástica. “Nesse sentido, trata-se de um ecletismo, de uma tentativa de firmar em bases sólidas a própria teologia<sup>477</sup>”. Um “ecletismo” que podia promover, simultaneamente, “a *mudança* e a *tradição*, ou melhor, fazia desta última a via de encaminhamento da primeira, num processo fecundado pelo reformismo pombalino<sup>478</sup>”. “Ecletismo” ou, como denomina Cunha, uma “Ilustração de Compromisso<sup>479</sup>”. Vemos que a querela segue em nossos dias, uma disputa pelo “local” que a Ilustração ibérica ocuparia no mapa das Luzes européias, uma insistência na espacialização das idéias, que repõe, talvez sem desejar, um debate do século XVIII no qual a geografia, o clima ou a latitude definiam o “grau” de civilização possível. E uma idéia que parte de um suposto “centro”, sobretudo França e Inglaterra, que irradia as idéias ilustradas, que chegam emaciadas à “periferia”, aos países ibéricos e suas mais distantes e “selvagens” possessões americanas. Aqui ainda se pensa, no fundo, a Ilustração ibérica como inferior, e não como uma das diversas ilustrações possíveis e existentes. Assume-se uma visão muito próxima da literatura de viagem européia, que se pensa como um discurso que parte do “centro” e que “necessita continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e os outros<sup>480</sup>”.

---

<sup>474</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal*. Temas e problemas, Lisboa, Horizonte, 2003, p. 15.

<sup>475</sup> MESTRE SANCHÍS, Antonio, *Apología y crítica de España en el siglo XVIII*. Madrid: Marcial Pons, 2003, p. 16.

<sup>476</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, *op.cit.*, p. 18.

<sup>477</sup> FALCON, Francisco José Calazans, *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada), São Paulo: Ática, 1982, p. 332.

<sup>478</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da, A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777, *Revista Intellectus*. Rio de Janeiro: UERJ, 2(II), 2003, p. 26. Disponível em [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus). Consultado em setembro de 2005.

<sup>479</sup> CUNHA, Norberto Ferreira da, *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000, p. 8.

<sup>480</sup> PRATT, Mary Louise, *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Trad. port. Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999, p. 31. Cf. LISBOA, Karen Macknow, *Viagens, imagens e relações: o*

Os apologistas de Espanha defrontam-se com dois inimigos, os imobilistas de dentro e os depreciadores de fora, aqueles que apontavam o atraso e o predomínio da ignorância nos países ibéricos. Estes ilustrados

“pretenderão manter uma atitude de apologia da cultura nacional que lhes sirva de defesa diante dos partidários da tradição hispânica e, ao mesmo tempo, demonstre aos estrangeiros que houve um momento histórico – não muito distante, por certo – no qual os espanhóis estavam na vanguarda intelectual européia<sup>481</sup>”.

Daí o que aponta o autor, uma história crítica, de abandono dos “falsos *cronicones*”, que buscará, sem negar a tradição católica e as prerrogativas do Estado, depurar esta tradição das falsidades e exageros, atualizando a história espanhola, e portuguesa, de acordo com princípios do conhecimento empírico e mesmo filosófico. Não se trata obviamente de negar os dogmas da religião católica, mas de um processo de “progressiva secularização da mensagem cristã<sup>482</sup>”.

Mota aponta neste momento, em que é criada a real Academia de História de Portugal, a emergência do historiador enquanto autor-proprietário de sua obra, mais do que apenas o veículo de idéias recebidas por meio da tradição, baseada na “procura e descoberta dos documentos conseqüentemente da verdade”, o que Costa Lima já havia observado em relação a Fernão Lopes, como vimos. O autor de história surge, dessa forma, “com a sua declaração de intenções: verdade e rigor. Assim, há uma imbricação decisiva do novo método histórico com o aparecimento do autor-historiador”. Este autor-historiador a partir de agora “procura documentos e constrói a verdade<sup>483</sup>”; constrói, dessa forma, uma historiografia baseada em “um ceticismo metódico e sistemático<sup>484</sup>” e na submissão das fontes a uma leitura e análise críticas. Esta história acadêmica era uma história edificante, mas na qual o fato “devia subalternizar-se à idéia, a informação à formação, a descrição à prescrição e onde a verdade devia ceder passo ou, pelo menos compagnar-se com a

---

*Brasil, a América e as regiões de idioma alemão na Europa*. Seminários de Pesquisa, Curso de História. Texto de Discussão. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, s.d., p. 19. Disponível em <http://humanas.unifesp.br/karen.pdf>. Consultado em novembro de 2007. Agradeço à autora a autorização para a citação de seu texto ainda provisório.

<sup>481</sup> MESTRE SANCHÍS, Antonio, *op. cit.*, p. 48.

<sup>482</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, *op.cit.*, p. 59.

<sup>483</sup> MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real de História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII, Coimbra: MinervaCoimbra, 2003, p. 214.

moralidade (...) <sup>485</sup>. Este interesse pelas fontes faz com que no início do século XVIII, como lembra Cunha, se tenha procurado facilitar a consulta aos arquivos, em especial o Arquivo da Torre do Tombo, bem como por decreto de 1721 se tenha impedido às câmaras e vilas do Reino e pessoas de qualquer estado ou condição, “de destruir, em parte ou no todo, qualquer edifício antigo, ainda que parcialmente arruinado, e o mesmo se aplicava a esculturas, medalhas, moedas ou qualquer documento epigráfico que contivesse inscrições fenícias, gregas, romanas, góticas ou árabes”. Desta forma, observa o autor, a “verdade estava, pois – inclusive por decreto régio –, infusa no documento (e não na autoridade ou na tradição)”. Ou seja, a verdade tinha como medida o valor do documento, que dava fiabilidade à tradição (e não o contrário), e o juízo do historiador <sup>486</sup>.

O mesmo se passa na Espanha, onde os novatores desejavam acabar com uma história mítica e cujo critério era a busca da verdade por meio de um método “que permitisse estabelecer com rigor a diferença entre a verdade e a ficção <sup>487</sup>”, tudo isso por meio de testemunhos documentais bem selecionados e criticados, além da criação do célebre Arquivo das Índias, que deveria ser a base de uma resposta às obras detratoras da colonização espanhola <sup>488</sup>. A existência de uma esfera pública mais ou menos infensa à censura prévia, teria possibilitado o desenvolvimento desta historiografia crítica e racional e uma rede de sociabilidade entre intelectuais que teria colaborado na difusão de fontes e textos. Velasco demonstra como o privilégio de impressão dado à Real Academia de la Historia espanhola, ainda que contestada e limitada, implicava uma certa autonomia de pensamento. Autonomia que, logicamente, deveria adaptar-se às necessidades da Coroa: a maior facilidade para a consecução de seus projetos dependeria “da correlação de forças, de sua capacidade de negociação própria ou por via interposta, e de sua identificação com uns valores e fins concretos <sup>489</sup>”. Ramada Curto também destaca a existência neste período em Portugal de um interesse pelo passado e pela ciência, formador das academias, além de

---

<sup>484</sup> CUNHA, Norberto Ferreira da, *op. cit.*, p. 13.

<sup>485</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 17.

<sup>486</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 35-36.

<sup>487</sup> MESTRE SANCHÍS, Antonio, *op. cit.*, p. 77.

<sup>488</sup> SOLANO, Francisco de, El archivo general de las Indias y la promoción del americanismo científico, *In* SELLÉS, Manuel, PESET, José Luis, LAFUENTE, Antonio (comps.). *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1988, p. 285.

<sup>489</sup> VELASCO MORENO, Eva, *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII*. Una institución de sociabilidad. Madrid: Boletín Oficial del Estado, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000, p. 189.

“manifestações simbólicas e cerimoniais, que configuram uma esfera pública de representação”, ou seja, “um espaço cada vez mais alargado de formação de uma opinião pública<sup>490</sup>”. Um interesse em rever a própria história sobre bases mais modernas, que também responde a um questionamento desta história por parte dos demais países da chamada “República das Letras”, que punham em jogo a credibilidade das narrativas ibéricas sobre o Novo Mundo, uma vez que nenhuma outra testemunha europeia tinha tido acesso aos seus domínios americanos<sup>491</sup>.

Esta revisão da própria história implica uma clara determinação política, num momento de disputa de poder entre as potências europeias; há na criação da Academia Real de História Portuguesa uma “feição geopolítica”, uma necessidade de Portugal “municipiar-se com documentação comprobatória, investindo suas fichas numa política oficial de construção da memória histórica de seus domínios ultramarinos<sup>492</sup>”. Uma história baseada na crítica das fontes, e nos documentos, seria uma resposta a “este século atravessado por tantas ‘histórias filosóficas’”, nas quais os Reinos ibéricos e suas colônias eram “colocados numa espécie de hierarquia inferior à civilização central da Europa das Luzes”; a prática desta “história baseada em documentos sugere um diferente modo de conceber o passado<sup>493</sup>”. Busca-se, por meio de uma reinterpretação da história de uma nova leitura crítica das fontes, a elaboração de um discurso coerente e unificado sobre a ocupação dos territórios ultramarinos: “uma reflexão mais global sobre o Império e suas articulações internas começava a ser esboçada pelos acadêmicos<sup>494</sup>”. As academias formavam toda uma rede de correspondentes e participantes, característica da idéia de República das Letras tão cara à Ilustração europeia. Na América as Academias também serviram a propósitos políticos, dando maior visibilidade às elites locais e servindo como meio de propaganda e de se obter privilégios do Rei, tornando-se a escrita da história uma “moeda e barganha no

---

<sup>490</sup> CURTO, Diogo Ramada, *As práticas de escrita*, *op. cit.*, p. 445.

<sup>491</sup> CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, *op. cit.*, p. 11.

<sup>492</sup> KANTOR, Iris, *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004b, p. 19.

<sup>493</sup> CURTO, Diogo Ramada, *As práticas de escrita*, *op. cit.*, p. 458. Ainda aqui a noção espacial das idéias se impõe, com uma Europa “central” que “exporta” suas idéias para uma outra “periférica”.

<sup>494</sup> *Id., ibid.*, p. 58. O mesmo processo ocorre na Espanha. Os novatores querem “utilizar seu passado glorioso, tanto político como cultural, para superar seus complexos e alcançar o nível europeu. Em seu estudo do passado encontram uma chaga: os falsos *crônicas*, que tentaram superar com a história crítica”. MESTRE SANCHÍS, Antonio, *op. cit.*, p. 94.

jogo político entre os colonos e os poderes centrais<sup>495</sup>”; ou ainda, uma forma de vice-reis, governadores e uma “nobreza literária” poder “mais facilmente inventar e acomodar modelos culturais a usos locais<sup>496</sup>”.

Da mesma forma que ocorre na Europa, a produção ilustrada da História na América portuguesa obedece também a uma necessidade apologética, seja da colonização portuguesa seja da atuação valorosa dos colonos, empenhando suas vidas e fazendas na defesa da terra. Frei Gaspar da Madre de Deus responde à legenda negra dos paulistas formulada, segundo ele, pelos jesuítas, aqueles que verdadeiramente escravizavam os índios, bem como por cronistas europeus desinformados sobre a realidade americana, confiando em informações de segunda mão. Contra estas opiniões ele opõe a exatidão dos fatos extraídos dos documentos e dos arquivos, além de sua própria experiência no Brasil. Diz ele que os portugueses jamais saberiam a verdadeira história do Brasil por meio dos livros de historiadores estrangeiros. “Confesso ingenuamente”, diz ele, embora não possamos realmente acreditar em sua ingenuidade,

“que não posso conter o riso, quando leio as notícias de alguns viajantes modernos, que passaram pelo *Brasil*, e desconfio de todas as suas notícias, por estar vendo com meus olhos o contrário do que eles afirmam a respeito da terra onde eu tenho morado: pois não devo fiar-me em que não fala a verdade sobre todos os assuntos, que posso averiguar, ou tenho presenciado<sup>497</sup>”.

A necessidade desta apologia se justifica na Península Ibérica como resposta à legenda negra da colonização da América, que foi amplamente divulgada pelas narrativas de viajantes à Península Ibérica e aos territórios coloniais de Portugal e Espanha. Trata-se de uma querela política na qual as potências europeias disputam a primazia colonial do ultramar, não mais apenas pelas armas, mas agora pelo comércio, pela ciência, pelo grau de civilização alcançado por cada país; e também por meio de livros de viagem. Justificando-se pela missão civilizadora, o “fardo do homem branco” frente às terras e homens bárbaros, as “Luzes” são uma moeda de troca importante nesta disputa. Do ponto de vista dos americanos, será necessário responder também a uma outra legenda negra, podemos dizer

---

<sup>495</sup> *Id., ibid.*, p. 98.

<sup>496</sup> CURTO, Diogo Ramada, *op. cit.*, p. 447.

<sup>497</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975, p. 128.

que, em certo sentido, tributária daquela, que será a polêmica do Novo Mundo, que procurou situar o Hemisfério Ocidental no plano da Natureza.

#### 2.4 *Novo Novo Mundo*

*Co ouro e a prata das Américas poderíase erguer unha catedral maxestosa, queimada en soberba apoteose pólos raios longos, horizontais, verdes de mar no solpor, do quieto sol da monarquía do dereito divino.*

*Ramón Otero Pedrayo*<sup>498</sup>.

Apesar da referência de Otero Pedrayo ao ouro e a prata americanos construindo a catedral majestosa e metafórica das monarquias ibéricas, esta riqueza ou importe material, e mesmo cultural, que animou estes bons Reis, “de pouco talento e nenhuma genialidade<sup>499</sup>”, esta influência benéfica não é percebida por todos os contemporâneos. Tanto é assim, que o abade Raynal oferece em 1787 um prêmio de 1200 libras à Academia de Ciências de Lião sobre as conseqüências da descoberta da América, se teriam sido benéficas ou não. Três trabalhos são apresentados, além de outros que não postulavam o prêmio, mas nenhum é laureado. As opiniões se dividem no que diz respeito aos benefícios ou males da descoberta do Novo Continente. Para Mandrillon, por exemplo, a descoberta foi um mal, e a independência das Treze Colônias um triunfo da liberdade sobre um monopólio tirânico<sup>500</sup>. Por outro lado, o cidadão identificado como antigo síndico da Câmara de Comércio de Lião não acredita que os males tenham sido maiores do que as virtudes deste encontro. Se os vícios da Europa seguiram com os conquistadores, “quantas virtudes, de que a língua peruana não tinha nem expressão para designá-las, foram então conhecidas e praticadas”, como a formação de cidades e o luxo, que faz florescer o comércio, as artes e as ciências<sup>501</sup>. Para Bitterli, o encontro cultural do europeu com outros povos não resultou num esforço sério para “investigar objetivamente a cultura alheia”, mas sim numa condenação geral ao indígena – e mais tarde, a todos os habitantes dos “Trópicos” – tendo sido aquele “desqualificado de uma vez por todas como ‘bárbaro’ e ‘selvagem’”. Isso deu um caráter

---

<sup>498</sup> OTERO PEDRAYO, Ramón, *Ensaio histórico sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia, 1982, p. 197.

<sup>499</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 195.

<sup>500</sup> ZAVALA, Silvio, *América en el espíritu francés del siglo XVIII*. México: Colegio Nacional, 1949, p. 37.

<sup>501</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 56.

normativo à cultura européia, catalogando como “inferior e pervertido todo aquele que se afastava desta norma”, além de promover uma separação ente cultura e natureza, que não estava, segundo o autor, baseada em nenhum “tipo de consideração científica”, identificando os não europeus “como parte da natureza e a si próprios como senhores da Criação<sup>502</sup>”. Ou dito de outra maneira, o viajante “caminha pelas extremidades, desloca-se nas margens”. Seu itinerário marca uma “fronteira”, na qual ele “jamais acede ao desconhecido, ao outro”, ele não faz mais do que “aumentar seu território<sup>503</sup>”.

É desta polêmica que trata Gerbi, ou das formas de apreensão da natureza e da sociedade americanas na produção científica e polemista da Europa das Luzes. Ele apresenta as principais teses de Buffon sobre o continente, que teriam dado início à polêmica: a inexistência de grandes animais selvagens na América, degenerescência dos animais domésticos, natureza hostil, impotência do selvagem, fria umidade do ambiente (ambiente encharcado, saído tardiamente do Dilúvio, onde tudo enlanguesce e se corrompe, podendo apenas nutrir homens frios e animais débeis)<sup>504</sup>. A Europa, consciente, ou convencida, de sua missão civilizadora e sua superioridade, “dava-se conta da necessidade de enquadrar em seus esquemas aquele mundo transoceânico que ela havia retirado das trevas<sup>505</sup>”. A polêmica encontra seu viés mais violento com a obra de Cornelius De Pauw, que segue as idéias de Buffon acrescentando, além da contundência dos argumentos a idéia de degeneração da natureza e do homem americanos. Para Buffon o americano primitivo era o “imperfeito, o imaturo, quase o abortado”, enquanto que para De Pauw, numa “contradição paradoxal”, como aponta Gerbi, ele era o degenerado<sup>506</sup>. Imaturo ou decaído, embora conceitos antitéticos, estão ancorados num mesmo campo de conhecimento, que vê na natureza americana as causas de uma inferioridade que, no decorrer da polêmica, migrará da natureza para a sociedade. O ambiente e o clima insalubre colaboravam para formar uma humanidade inferior, fossem os indígenas ou mesmo os crioulos. “A terra que

---

<sup>502</sup> BITTERLI, Urs, *op. cit.*, pp. 94-95.

<sup>503</sup> DOIRON, Normand, De l'épreuve de l'espace au lieu du texte. Le récit de voyage comme genre. In: BEUGNOT, Bernard (éd.). *Voyages: récits et imaginaires*. Actes de Montréal. Paris, Seattle, Tubingen: Wolfgang Leiner, 1984, p. 23.

<sup>504</sup> GERBI, Antonello, *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. Trad. port. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22.

<sup>505</sup> *Id., ibid.*, p. 132.

<sup>506</sup> *Id., ibid.*, p. 141.

os gerara pesava sobre estes últimos como uma condenação, cancelava qualquer privilégio conquistado ou herdado<sup>507</sup>”.

Justamente a natureza que servirá como base de uma reivindicação de opulência e distinção do Novo Continente, será na polêmica a causadora de sua inferioridade; portanto, será um dos pontos de defesa das novas elites, sobretudo dos recém independentes Estados Unidos. “O europeu desprezava o crioulo. Mas o crioulo, ressentido, exaltava-se no entusiasmo por sua terra. Seu patriotismo nascia assim, em legítima reação, sobre pressupostos naturalistas, como apego ao ‘país’, mais à terra que às tradições, como orgulho telúrico americano<sup>508</sup>”. O patriotismo americano, gerado nestas disputas entre reinóis e crioulos, e com a expulsão dos jesuítas das terras americanas vai, assim, exaltar a sua natureza, os méritos físicos do país mais do que a sua herança histórica ou uma antiguidade mítica e, nesse sentido serão, segundo Gerbi, aliados involuntários de De Pauw e Buffon, ainda que pretendam argumentar com a “objetividade” da pesquisa empírica e da experiência. Essa foi uma das armas contra a legenda negra da colonização ibérica, depois utilizada também pelas elites crioulas.

No entanto, não podemos nos esquecer de que apesar de uma distinção de método, tanto apologistas quanto detratores da América estão inseridos num mesmo campo conceitual, que crê numa superioridade da Razão à Natureza, de que um dos continentes teria realmente uma natureza inferior ou de que os argumentos dos detratores estavam errados não por partirem de pressupostos inadequados, mas porque não se confirmavam na realidade empírica da experiência. O que permitirá, por exemplo, que o padre Gilij afirme que o solo americano é fertilíssimo e se não rende mais não é sua culpa, mas da preguiça dos indígenas<sup>509</sup>. Contra os detratores, o mesmo Gilij afirma terem eles confundido duas Américas que estão separadas, não são a mesma coisa: “uma a selvagem, onde estão os índios, e outra, a civilizada, onde os indígenas convivem com os espanhóis<sup>510</sup>”. A resposta de Thomas Jefferson, em suas *Notes on Virginia*, também percorre o terreno pavimentado por Buffon e De Pauw: ele não nega a superioridade dos animais maiores sobre os menores, nega apenas que os grandes animais não tenham existido, e ainda existissem, no continente

---

<sup>507</sup> *Id., ibid.*, p. 151.

<sup>508</sup> *Id., ibid.*

<sup>509</sup> *Id., ibid.*, p. 179.

<sup>510</sup> *Id., ibid.*, p. 183.

caluniado<sup>511</sup>. Um dado importante desta polêmica, que não pode ser desdenhado, é de que estes escritos de Buffon, de Pauw, Raynal e Robertson, não são apenas “diatribes contra a América tropical, mas também propostas metodológicas e epistemológicas”, partilhadas igualmente pelo outro lado da disputa<sup>512</sup>.

Ainda que esta polêmica chegue até os nossos dias, como demonstra Gerbi, aos poucos a natureza americana foi sendo absolvida das acusações de imaturidade e decadência. Ao contrário, ela será um dos grandes temas científicos da passagem do século XVIII para o XIX, sobretudo depois da influência romântica e estetizante de Humboldt, “que construía a ciência tanto por meio da descrição de dados coletados, vistos e intuídos quanto por meio de imagens, *símbolos* de idéias<sup>513</sup>”, representada no Brasil sobretudo pela obra de Spix e Martius. A natureza brasileira é “integrada numa proposta estética que representa a própria natureza européia”; esta “poetização”, ou “estetização” da natureza torna-se um “argumento a favor do Novo Mundo, segundo o qual sua natureza equipara-se com a do Velho Mundo, e, em alguns momentos, supera-a<sup>514</sup>”. Não que a polêmica tenha deixado de existir ou se amainado. Ela mudou de foco: de um mundo natural decadente, passamos a uma humanidade degradada, a sociedades incompletas, deslocadas no tempo e no espaço, construtoras de cidades desordenadas, caóticas, pitorescas.

A natureza e a especulação científica não apenas se interessam pela América portuguesa como interessam à própria América portuguesa, com a fundação de um Jardim botânico no Rio de Janeiro em fins do século XVIII, bem como o grande número de estudantes brasileiros em Coimbra dedicando-se às ciências naturais<sup>515</sup>, e as Academias dos Esquecidos e Renascidos, ou mesmo a Sociedade Científica do Rio de Janeiro, fundada em 1772, criada pelo vice-rei, o marquês do Lavradio, com o objetivo principal de estudar a botânica e o desenvolvimento de técnicas agrícolas<sup>516</sup>. A Coroa portuguesa se apropriava, “em benefício da reestruturação do império português, do ângulo de visão oferecido pela

---

<sup>511</sup> *Id., ibid.*, pp. 197-207.

<sup>512</sup> CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, *op. cit.*, 235.

<sup>513</sup> RICOTTA, Lúcia, *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 22.

<sup>514</sup> LISBOA, Karen Macknow, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 107.

<sup>515</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva, Aspectos da Ilustração no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 278, jan./mar., 1968, pp. 127 e 116.

<sup>516</sup> MARCHANT, Alexander, Aspects of the Enlightenment in Brazil. In: WHITAKER, Arthur (ed.). *Latin America and the Enlightenment*. New York, London: D. Appleton-Century Company, 1942, p. 103.

sua Colônia, política evidenciada, sobretudo pelo incentivo às carreiras dos nascidos na América<sup>517</sup>”. Da mesma forma, Kury aponta uma politização da ação destes homens de ciência na América, com a “crítica do modelo português, a exaltação de outros sistemas de colonização e a valorização da experiência brasileira e tropical<sup>518</sup>”. Acrescenta a autora que a relação destes homens de ciência com o Iluminismo internacional “não foi passiva, apesar de tratar-se claramente de um caso de hegemonia dos modelos francês e inglês<sup>519</sup>”. E as terras americanas estavam progressivamente sendo abertas aos estrangeiros, mesmo as terras dos “ciumentos” portugueses, resultado de uma série de expedições científicas e de exploração que se multiplicam no século iluminado pelos archotes da razão.

Além do caráter utilitário e reformista da viagem ilustrada, que começa na própria Europa, quando os administradores ilustrados viajam por seus países para conhecer a realidade dos problemas da nação, sobretudo daquelas em evidente “atraso” em relação às demais nações polidas, como os Reinos ibéricos<sup>520</sup>, e do evidente interesse científico que o século dedica à exploração, há também a pressão das potências européias pela divulgação das riquezas naturais dos domínios ultramarinos. Como resultado destas pressões, os embaixadores espanhóis solicitam à Coroa “que faça manifestação pública do acervo natural de suas colônias como prova de soberania<sup>521</sup>”. O pedido de Turgot em 1776, para a realização de uma expedição científica ao Vice-Reino do Peru inscreve-se nesta pressão internacional em dar publicidade às riquezas escondidas, cuja única reação possível era a realização de uma expedição conjunta<sup>522</sup>. A partir de agora se tornava necessário tomar posse intelectual e cientificamente de seus territórios, sobretudo Portugal e Espanha que tinham sua soberania ultramarina constantemente contestada, o que claramente explica a posição de reserva e sigilo adotada por tanto tempo. Isso não quer dizer que Portugal e

---

<sup>517</sup> KANTOR, Iris, *Ciência & império: trajetórias de ilustrados lusoamericanos na segunda metade do século XVIII*. In: *Laboratório do Mundo*. Idéias e saberes do século XVIII. Catálogo de Exposição, São Paulo: Pinacoteca, Imprensa Oficial, 2004, pp. 250-251.

<sup>518</sup> KURY, Lorelai, *Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 11(suplemento1), 2004, p. 122.

<sup>519</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 124.

<sup>520</sup> GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar, *op. cit.*, pp. 81-83.

<sup>521</sup> PUERTO SARMIENTO, F.J., GONZÁLEZ BUENO, A., *Política científica y expediciones botánicas en el programa colonial español ilustrado*. In: LAFUENTE A., ELENA, A., ORTEGA, M.L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Actas del Congreso Internacional “Ciencia, descubrimiento y mundo colonial”. Madrid: Doce Calles, Universidad Autónoma de Madrid, 1993, p. 332.

<sup>522</sup> GOODMAN, Edward J., *The Explorers of South America*. Norman, London: University of Oklahoma Press, 1992, p. 227.

Espanha não tenham tido um interesse pelas drogas e plantas das terras descobertas até então, mas que agora estes dois países entravam num circuito internacional de exploração científica das terras “tropicais”.

Em Portugal organiza-se em 1783 a célebre expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira ao interior do Brasil, com o propósito de tomar posse intelectual de seus domínios americanos, mas também justificar a posse física de territórios disputados com a Espanha<sup>523</sup>. Além de Ferreira, Simon destaca a atuação de seus colegas brasileiros e naturalistas de Coimbra, Manuel Galvão da Silva em Moçambique e Joaquim José da Silva em Angola, além de João da Silva Feijó em Cabo Verde<sup>524</sup>. Nas expedições científicas do Setecentos, embora a botânica seja aspecto central das investigações há um interesse global pelos territórios visitados: era preciso observar a natureza, as ruínas de civilizações perdidas, restos arqueológicos, o comércio, a produção, as cidades, os costumes e os homens, civilizados ou selvagens. Carvalho Jr. aponta o especial interesse de Ferreira pelos índios, sobretudo a crítica que ele faz aos sábios europeus, a quem usa como referência, que afirmavam a indolência e imbecilidade dos nativos. Seu contato teria lhe dado a sensibilidade de criticar estas visões negativas, afirmando que embora estivessem em outro estágio de sociedade, isso se devia ao pouco esforço espiritual e corporal que sua vida em natureza lhes exigia, afirmando que, quando estimulados, respondiam muitas vezes com espertezas dignas de admiração. “Essa valorização que faz de alguns atributos desses índios foi, antes de tudo, resultado de sua convivência nesta zona de contato”, embora o autor recorde que o índio que lhe foi dado ver “foi o nativo inserido na ordem civilizadora, foi o nativo doméstico<sup>525</sup>”.

Voltamos assim a uma de nossas querelas: a que constrói uma imagem de alteridade a partir do selvagem, em contraponto com a civilidade européia. Nem sempre, como vimos, o selvagem é apresentado como negativo, ele muitas vezes aparece como contraponto dos defeitos e características negativas do europeu, como na obra de Lafitau e em Alexandre

---

<sup>523</sup> Cf. SIMON, William Joel, *Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late Eighteenth Century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 48.

<sup>524</sup> Cf. além de SIMON, CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da, As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *Histórias: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, 36: 61-98, 2002.

Ferreira, por exemplo, embora seja, em geral, um selvagem idealizado ou visto como um ser em processo de civilização. Mesmo que estes autores reclamem a veracidade da experiência, com a qual procuram responder às obras de intelectuais, universitários e teólogos que jamais haviam visto um indígena, mas os descreviam com suas categorias e referências, “isso não impede que em suas articulações essenciais sua linguagem e suas categorias tenham sido forjadas neste meio de teólogos<sup>526</sup>”. Se a natureza vai sendo absolvida das calúnias que havia sofrido durante o século XVIII, cada vez mais envolvida por uma teoria estética da paisagem que a transforma não apenas em objeto de estudo, mas de fruição, isso não se dá com os homens que habitam esta natureza, não apenas os “selvagens”, mas os supostamente civilizados habitantes das cidades, que falham em converter este mundo natural em espaço civilizado. Este olhar que se volta para os mundos exóticos coloca-se, assim, como um olhar de fora, “superior, que toma o Novo Mundo – natureza e sociedade – como objeto de conhecimento<sup>527</sup>”.

A viagem ao Brasil, para muitos autores, é não apenas um deslocamento no espaço, um trespasse de fronteiras culturais e um cruzamento de mares, mas também uma viagem no tempo, a um passado representado pela infância da humanidade, pelo primitivismo de povos que ainda não alcançaram o grau de desenvolvimento dos europeus e que devem, portanto, ser trazidos ao “presente da civilidade” por estes. A superioridade dos europeus é não apenas material como cultural e civilizatória, de etapas vencidas em direção ao futuro e ao progresso. Doiron afirma que a História e a viagem compartilham uma semelhança de método, enquanto esta última se desloca no espaço, a primeira se desloca no tempo<sup>528</sup>. No entanto, a semelhança vai mais além, pois o deslocamento realizado no espaço pelo viajante pressupõe muitas vezes um deslocamento temporal, na história deste espaço e na decifração de sua própria temporalidade, única e diversa, de quem conta. Ette chama a atenção como os relatos de viagem, sobretudo no século XIX, são também uma viagem através do tempo: “assim, viajar aos Estados Unidos, a partir do século de Hegel e da viagem de Tocqueville,

---

<sup>525</sup> CARVALHO JR., Almir Diniz de, *Do índio imaginado ao índio inexistente*. (A construção da imagem do índio na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira). Dissertação (Mestrado em História). Unicamp: Campinas, pp. 116-118.

<sup>526</sup> HARTOG, François, *Anciens, modernes, sauvages*, op. cit., p. 38

<sup>527</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari, *Cientificismo e sensibilidade romântica*: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004, p. 149.

<sup>528</sup> DOIRON, Normand, *L'art de voyager. Pour une définition du récit de voyage à l'époque classique. Poétique*. Paris: Seuil, 73, févr, 1988, p. 87.

é viajar pelo ‘continente do futuro’, enquanto as viagens ao mundo hispano-americano [e luso-brasileiro] muitas vezes se projetam como viagens ao passado da humanidade<sup>529</sup>”. Este deslocamento na História pode confirmar o atraso em relação ao europeu, bem como indicar o caminho a ser seguido em direção ao futuro.

Entendo estas querelas envolvendo, de um lado uma Ilustração considerada “periférica” na Europa, e por parte da historiografia, e de outro a América com sua natureza e homens exóticos, como parte da formação de uma noção de alteridade e de um campo conceitual que procura entender o Novo e o Velho Mundo a partir de uma perspectiva laicizada, embora não isenta de suas bases teológicas. Como recorda Stepan, “a natureza não é dada diretamente pela percepção, mas é constituída historicamente e discursivamente”, ou seja, “a natureza não é ‘natural’ mas criada *como se fosse* natural<sup>530</sup>”. O conhecimento da natureza, para esta autora, não é dado pela percepção do mundo tangível, como desejavam os naturalistas ilustrados, mas é um procedimento intelectual que dá forma e substância a uma determinada concepção de natureza, na qual como já vimos com Bourguet anteriormente, a conjectura é que deve ser verificada pela experiência. Este conhecimento é assim uma “produção discursiva dos trópicos como locais próprios para serem desenvolvidos pelos europeus<sup>531</sup>”. Se a natureza não se dá a conhecer em sua transparência, como lembra-nos Stepan, tampouco a cidade americana se revela em sua substância ao viajante. Não há porque supor que o conhecimento produzido pelo relato de viagem não seja uma produção discursiva assim como o produzido pela história natural, ainda que seja resultado de uma experiência real autêntica do narrador no mundo que conta. Assim, as descrições da natureza americana e de suas sociedades inserem-se também nesta construção de alteridade: a descrição traz em si a marca da diferença; a natureza transformada em paisagem, em reflexo da criação divina, em quintessência da beleza, acolhe uma sociedade que não merece o paraíso que lhe é ofertado gratuitamente, sem nenhum esforço, imagem presente também em parte de nossa historiografia, para a qual

---

<sup>529</sup> ETTE, Ottmar, Los caminos del deseo: coreografías en la literatura de viajes. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 102-115, ene, 2003, pp. 106-107.

<sup>530</sup> STEPAN, Nancy Leys, Tropical nature as a way of writing. In: LAFUENTE, A., ELENA, A., ORTEGA, M.L. (eds.), *op. cit.*, p. 495.

<sup>531</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 498.

algumas vezes “o desencanto relativo às características do português somou-se à força do meio amolecedor, em nada favorável à formação de homens rijos e combativos<sup>532</sup>”.

Balandier trata do mundo contemporâneo e suas mudanças incessantes como um novo Novo Mundo, no qual convivem “universos saídos de saberes novos”, com os quais o homem ainda convive confusamente<sup>533</sup>; a “supermodernidade mundializante engendra continuamente universos até então desconhecidos, territórios do inédito, num mundo onde o inventário do planeta, em sua diversidade geográfica e humana, parece quase acabado<sup>534</sup>”. Diferentemente dos novos mundos da era moderna, não possuímos mais o distanciamento que compelia à descoberta do exótico, “somos ao mesmo tempo os indígenas e os estrangeiros de nós mesmos<sup>535</sup>”. No século das Luzes, a América portuguesa não deixava também de ser um novo Novo Mundo, e até a península ibérica constituía um *outro* para os países da Europa autodenominada culta; e mesmo no século XX, o Brasil, ou a sua visão misteriosa, representada pela Amazônia, aparece como espaço misterioso, a ser descoberto, “uma parte plena de mistérios<sup>536</sup>”. O Brasil aparece então como um novo mundo redescoberto por uma Europa “polida”, que estivera até então afastada da corrida pelas riquezas americanas e sua natureza exótica e pitoresca, reivindicando agora os seus direitos de conquista, não mais, ou não apenas, militar, mas agora também científica e estética. Misto de território já cartografado e terra exótica, desconhecida, espaço nu e vazio a ser preenchido pela Razão curiosa dos europeus, este novo Novo Mundo é ao mesmo tempo próximo e distante, espelho da alteridade que apresenta o exótico na mesma medida em que reflete a imagem distorcida do europeu, seu inverso, imagem em negativo que constitui sua identidade na mesma medida em que teoriza o próprio conceito da diferença.

---

<sup>532</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins, *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2005, p. 93. A autora trata neste trecho de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>533</sup> BALANDIER, Georges, *Le grand système*. Paris: Fayard, 2001, p. 9. Cf. do mesmo autor, *Le Grand Dérangement*. Paris: P.U.F., 2005.

<sup>534</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 7.

<sup>535</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>536</sup> CHAMBOLLE, Monique, *Les voyageurs français au Brésil au XIXe. Siècle*. Mémoire de fin d'études pour l'obtention du Diplôme d'Institut National des Techniques de la Documentation. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, s.d., pp. II-III.

### 3. As Belas Dormentes

*Nos antigos mapas aparecían zonas en branco. Eran terras incógnitas que os cartógrafos non podían describir e que chamaban belas dormentes. Ese branco, máis que dar por rematado o asunto, era un claro desafío para a mirada. Xa non importaba, xa non importa, o debuxado, o descuberto. A ansia de construír a realidade concéntrase no excitante reclamo das belas dormentes, ás que hai que poboar de formas e cores, de paisaxes e criaturas. A mirada engaiolada, presa, uniformada, tenderá a encher o baleiro con variantes do xá visto.*

*Manuel Rivas*<sup>537</sup>.

*J'avais faim de pays. La clarté des cartes m'éblouissait.*

*Amélie Nothomb*<sup>538</sup>.

#### 3.1 Modos de ver, formas de narrar

*Eu tinha a certeza de existir, simplesmente porque podia contar de noite o que me acontecia de manhã.*

*Umberto Eco*<sup>539</sup>.

Se tratamos até aquí a literatura de viagem como um gênero literário, na fronteira entre a ficção e a experiência do referente, é natural que este gênero também tenha constituído uma série de regras de estilo, uma verdadeira preceptiva, que são as instruções de viagem. Estas instruções eram documentos variados, manuscritos ou impressos, públicos ou secretos, oficiais ou não, que aparecem com força no século XVII; mas sobretudo no século XVIII, organizam as formas de ver e as maneiras de narrar a experiência da viagem, ensinando aos “europeus como ver o mundo<sup>540</sup>”, fazendo com que a experiência individual da viagem seja transformada em “patrimônio cognitivo de uma comunidade inteira<sup>541</sup>”. As instruções estão ligadas à necessidade de criação de um método para a viagem, para torná-la mais adequada ao desejo de cientificidade e objetividade, num momento no qual a forma

---

<sup>537</sup> *Muller no baño*. Vigo: Xerais, 2002, p. 65.

<sup>538</sup> *Biographie de la faim*. Paris: Albin Michel, 2004, p. 83.

<sup>539</sup> *Baudolino*. Trad. port. Marco Luchesi. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001, p. 17.

<sup>540</sup> RUBIÉS, Joan-Pau, Instructions for travellers: teaching the eye to see. *History and Anthropology*. Cambridge: King's College, 9(2-3), 1996, p. 140.

<sup>541</sup> COLLINI, Silvia, VANNONI, Antonella (éds.). *Les instructions scientifiques pour les voyageurs* (XVIIe-XIXe siècles). Trad. Marc Rives. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, p. 19.

de adquirir conhecimento já não era mais a aceitação pura e simples das formas tradicionais, mas sim por meio de práticas e reflexão, e uma “técnica abstrata e universal que pudesse ser aprendida e usada por um sujeito autônomo e capaz<sup>542</sup>”. Trata-se de uma nova maneira de conceber o conhecimento, que se reflete na forma como as viagens devem ser pensadas, realizadas e narradas; a publicidade do conhecimento adquirido por meio da viagem torna-se cada vez mais importante, seja na forma de livros, memórias apresentadas às academias científicas ou notícias na imprensa. “A *forma* do conhecimento torna-se mais importante do que sua *substância*; o método eclipsou o material; o conhecimento empírico deixou de ser arranjado sincronicamente, mas era disposto em sucessão, em séries temporais<sup>543</sup>”.

Ao final do século XVIII, as instruções já representam uma especialização maior do trabalho do viajante naturalista, uma divisão do trabalho na qual este recolhe materiais e escreve sua narrativa de acordo com as prescrições recebidas, que serão trabalhadas pelos sábios dos gabinetes e academias, encarregados de transformar os dados colhidos em conhecimento. Mas também uma noção utilitária das viagens, na qual o patriotismo e a filantropia exigem que qualquer viajante, profissional ou não, bem como colonos e administradores coloniais, pense em tornar pública a experiência de sua viagem, contribuindo com o aumento do conhecimento, como um “empenho moral a favor da própria sociedade<sup>544</sup>”. As instruções servem para munir “os viajantes de boa vontade<sup>545</sup>” de um “aparelho conceitual, de uma bagagem de aptidões práticas e teóricas tão indispensáveis quanto a bagagem material era para o bom termo de sua viagem<sup>546</sup>”. Elas impõem um duplo objetivo, educar e “dirigir o olhar dos viajantes, de um lado; regular os seus gestos e os seus modos de ação, de outro<sup>547</sup>”. Não apenas os gestos e modos de ação, mas também a própria escritura da narrativa de viagem é codificada por estas normativas; por isso, não sigo

---

<sup>542</sup> RUBIÉS, Joan-Pau, *op. cit.*, p. 151.

<sup>543</sup> STAGL, Justin, *A History of Curiosity. The Theory of Travel 1550-1800*. Reprint. London, New York: Routledge, 2006, p. 87.

<sup>544</sup> BOSSI, Maurizio, La virtù dell’osservazione. In: \_\_\_\_\_, GREPPI, Claudio (eds.), *Viaggi et Scienza. Le istruzioni scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX*. Firenze: Leo S. Olschki, 2005, p. X.

<sup>545</sup> BLANCKAERT, Claude, Il fatto e il vapore. Discipline dell’osservazione nelle istruzioni etnografiche (secoli XVIII-XIX). In: BOSSI, Maurizio, GREPPI, Claudio (eds.), *Viaggi et Scienza...*, *op. cit.*, p. 283.

<sup>546</sup> COLLINI, Silvia, VANNONI, Antonella (éds.), *op. cit.*, p. 22.

<sup>547</sup> BOURGUET, Marie-Noëlle, La collecte du monde: Voyage et histoire naturelle (fin XVIIème siècle – début XVIIIème siècle). In: BLANCKAERT, Claude, COHEN, Claudine, CORSI, Pietro, FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: MNHN, 1997, p. 171.

Bourguet quando esta autora toma as instruções como um gênero em si<sup>548</sup>, mas considero-as como uma preceptiva, uma série de normas e sugestões que dizem respeito a um gênero específico que é a literatura de viagem, sobretudo em sua vertente científica, uma das mais evidentes neste final de século XVIII<sup>549</sup>.

As instruções podem ser pensadas também como um desdobramento do próprio gênero, uma “reflexão teórica” que já estaria presente desde o século XVI em “textos liminares, epístolas ou prefácios, depois sob a forma de verdadeiros tratados<sup>550</sup>”. A rota seguida na Natureza servirá, “para definir a *ordem natural* do discurso clássico. O mundo e o livro são, então, contidos em um mesmo espaço<sup>551</sup>”. Para Doiron, com Descartes e seu *Discurso do Método*, escrito na forma de uma narrativa de viagem, a arte de viajar se torna um modelo discursivo, um método de conhecimento guiado apenas pela razão, no qual as “regras de uma poética do deslocamento se tornam as regras para a direção do espírito<sup>552</sup>”. A ambição destas regras é de controlar “uma realidade tão fluida que ela pode, a cada instante, resvalar para a errância sem controle e autorizar todo tipo de desvio<sup>553</sup>”. A autoridade do conhecimento não está mais nos livros de papel, nos escritos dos antigos, mas na experiência do mundo, uma experiência ao mesmo tempo sensível e racional, uma ambivalência que retorna a autoridade do saber ao livro, de onde aparentemente havia saído. Pois o viajante, guiado por normas e preceitos, vai verificar o livro do mundo, “verificar em campo um texto anterior, sob a condição de constatar em seguida a sua inadequação e corrigi-la, consertá-la<sup>554</sup>”; e esta correção será, em seguida, publicada num livro que constituirá uma nova autoridade. Uma verificação que necessita de um olhar arguto e treinado, para o qual os sábios parecem não confiar demasiado no viajante, retomando o seu estereótipo de mentiroso e observador superficial, “incapaz de manter o

---

<sup>548</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 167, n. 10.

<sup>549</sup> Pasquali também não aceita tomar as instruções como um gênero a parte: “A diferença entre narrativa de viagem e ‘arte de viajar’ seria de ordem retórica; não é certo que isso seja suficiente para decretar globalmente uma diferença genérica”. PASQUALI, Adrien, *Le Tour des Horizons*. Critique et récits de voyage. Paris: Klincksieck, 1994, p. 99.

<sup>550</sup> DOIRON, Normand, *L’Art de Voyager*. Le déplacement à l’époque classique. Sainte Foy: Les Presses de l’Université Laval; Paris: Klincksieck, 1995, p. 61.

<sup>551</sup> *Id.*, *L’art de voyager*. Pour une définition du récit de voyage à l’époque classique. *Poétique*. Paris: Seuil, 73, févr., 1988, p. 86.

<sup>552</sup> *Id.*, *L’Art de Voyager*. Le déplacement..., *op. cit.*, p. 64.

<sup>553</sup> ROCHE, Daniel, *Humeurs vagabondes*. De la circulation des hommes et de l’utilité des voyages. Paris: Fayard, 2004, p. 53.

<sup>554</sup> PASQUALI, Adrien, *op. cit.*, pp. 52-53.

foco da atenção, pronto a dar juízos sem nuances sobre argumentos os mais delicados, privado de espírito sistemático em sua aproximação dos fenômenos. O viajante é, em suma, ‘apaixonado’<sup>555</sup>. O viajante assim, se torna filosófico apenas quando “à observação útil, ele sabe acrescentar a capacidade de análise<sup>556</sup>”. Vítima de suas paixões, o viajante deve ser guiado corretamente, ensinado a ler o espaço e decodificar a realidade. Guia cada vez mais necessário desde que, como observa a instrução do *Muséum d’Histoire Naturelle* de Paris, se abandonaram os “sistemas para se limitar a observar os fatos e a comparar as observações, desde que se renunciou a decifrar a origem das coisas para conhecer bem seu estado atual”, desde enfim, que se procurou deixar o domínio da imaginação para se “tomar a marcha das ciências exatas<sup>557</sup>”.

Vários autores dedicaram-se a instruir o olhar dos viajantes, desde o Renascimento. Em nosso período, começaremos com Josiah Tucker (1713-1799), escritor de obras políticas, sobre economia, a emancipação das colônias americanas, sobre o que polemizou com Edmund Burke, e a emancipação de minorias religiosas como os judeus. A comparação entre nações era algo importante em seu pensamento, o que fica claro em uma de suas obras mais conhecidas, *A Brief Essay on the Advantages and Disadvantages, which Respectively Attend France and Great Britain, with regard to Trade*, de 1749. Seu *Instructions for Travellers* é de 1758 e inicia-se como um plano para o aprimoramento moral e político na Teoria do Comércio e Impostos, por meio da viagem<sup>558</sup>. O deão Tucker tem em mente um tipo específico de viajante, que será o alvo da maior parte das instruções que veremos a seguir. Geralmente, diz ele, uma pessoa viaja com um ou mais destes objetivos: fazer coleções de objetos curiosos, como filósofos naturais, apreciadores de arte [virtuosos] ou antiquários; para aperfeiçoar-se em pintura, estatuária, arquitetura ou música; para obter a reputação de ser um homem de *Vertù* e de gosto elegante; para adquirir ares estrangeiros, e adornar suas “queridas pessoas” de roupas finas e novas modas, e sua

---

<sup>555</sup> BLANCKAERT, Claude, *op. cit.*, p. 267.

<sup>556</sup> ROCHE, Daniel, *op. cit.*, p. 109.

<sup>557</sup> MUSÉUM ROYAL D’HISTOIRE NATURELLE, *Instruction pour les voyageurs et pour les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d’envoyer les objets d’Histoire Naturelle*. Rédigé sur l’invitation de son Excellence le Ministre de la Marine et des Colonies, par l’Administration du Muséum Royal d’Histoire Naturelle. Paris: A. Belin, 1824, p. 34. Sobre as instruções do Muséum, cf. KURY, Lorelai, Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). *Revue d’Histoire des Sciences*. Paris, 51(1): 65-91, 1998. E da mesma autora *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris, Montréal, Budapest, Torino: L’Harmattan, 2001, pp.91-145.

<sup>558</sup> TUCKER, Josiah, *Instructions for Travellers*. Dublin: William Watson, 1758, p. 1.

conversação de novas frases; ou ainda, para extirpar preconceitos locais e adquirir esta “visão alargada e imparcial do homem e das coisas” que não pode ser adquirido em um único país. Este último objetivo é o mais adequado a um viajante moderno e é a quem se destinam suas instruções<sup>559</sup>.

Para este autor, a viagem é um método de estudo da sociedade, não apenas do mundo natural ou dos homens “selvagens”. Ou dito de outra forma, ela não serve exatamente para adquirir os rudimentos do conhecimento, mas é uma oportunidade para “fazer uma judiciosa aplicação de conhecimentos precedentes<sup>560</sup>”. As sociedades do mundo são, assim, laboratórios nos quais o viajante pode testar as suas teorias e o seu conhecimento prévio, por isso a necessidade de preparação do viajante, para a qual Tucker apresenta uma selecionada biblioteca de textos sobre religião, ética, lei, governança, peculiaridades da Constituição inglesa, estabelecimento da Igreja na Inglaterra e tolerância religiosa, política externa, comércio e impostos. Os temas de sua biblioteca deixam clara a sua teoria.

Seu objetivo é descrever os efeitos e conseqüências dos vários sistemas de religião, governo e comércio no mundo, e como eles operam “em povos diferentes, ou no mesmo povo em diferentes períodos”. Ou ainda, como estes povos aumentam ou contraem os “poderes ativos da Natureza humana, ou se eles tornam esses poderes mais úteis, ou perniciosos à Sociedade<sup>561</sup>”. Inicia com a religião, pois esta é algo que o viajante deve ter muito claro antes de sua partida, pois se ele sai de seu país sem firmeza em seus princípios religiosos, corre o risco de voltar sem nenhum ou converter-se a uma má religião, ou seja, tornar-se um papista. Pois o objetivo da viagem não é que ele conheça novas religiões, mas que o contato com elas reforce as suas convicções protestantes por meio da comparação e o reconhecimento das suas maiores qualidades em relação às demais, fazendo-o “indiferente a todas elas”, sobretudo os “artifícios e falsidades da Igreja de *Roma*”, que podem tentá-lo em algum momento<sup>562</sup>. Vemos que a viagem serve em Tucker para consolidar um conhecimento prévio e as convicções religiosas, não exatamente para propiciar uma comparação e, dela, uma síntese que corresponda a um novo conhecimento. A viagem

---

<sup>559</sup> *Id., ibid.*

<sup>560</sup> *Id., ibid.*, p. 6.

<sup>561</sup> *Id., ibid.*, pp. 4-5.

<sup>562</sup> *Id., ibid.*, pp. 7-8.

confirma, reforça e exemplifica a teoria daí a importância das leituras prévias, que devem instrumentalizar o olhar do viajante para uma compreensão adequada do mundo. Parte das instruções de Tucker se ocupa da discussão desta “biblioteca”, que aqui não tem mais o caráter fugidio de uma *memória*, mas a força prescritiva de um modelo.

Próximos da religião, e fazendo parte dela, embora nem sempre considerados assim, segundo o autor, estão a Ética, a Lei Civil e a Governança em geral. Pois se trata de formar os futuros legisladores da nação e esta instrução, assim como a anterior, dá sua própria conclusão em seu enunciado: Tucker pode considerar que seus jovens viajantes são legisladores em potencial porque “numa Constituição como a nossa”, diz o autor, não é improvável que estes jovens, um dia, venham a participar da produção das leis “pelo Bem de seu País”. Sendo assim, ele deve conhecer alguma coisa de sua natureza e do espírito da Constituição britânica<sup>563</sup>. Ao contrário de outras nações, e a viagem serve para ensinar isso ao jovem educando, “cada Criatura é um Político; e formou em sua própria Mente o melhor Sistema igualmente para a Paz e para a Guerra<sup>564</sup>”. Ao adquirir um conhecimento adequado das leis britânicas, o futuro legislador pode então compará-los com os dos demais países que venha a visitar, e em seu retorno, formar um “Juízo verdadeiro” de suas próprias leis, sabendo quais são mais ou menos adequadas<sup>565</sup>. Diferentemente da religião, com relação às leis e à governança, Tucker reconhece a possibilidade de que o viajante encontre exemplos mais adequados em outras nações, que possam ser aproveitados pelos ingleses.

O artigo seguinte trata do estabelecimento legal da Igreja na Inglaterra, e a tolerância religiosa. Um viajante de “educação liberal”, ao conhecer outros países, deve ter claro como a Igreja se estabelece legalmente e em que medida são tolerados aqueles cujas consciências não seguem a maioria nacional<sup>566</sup>. O item seguinte, Política Externa e Balanço do Poder, não tem mais do que um pequeno parágrafo, que remete ao trabalho de Dr. Campbell, *Present State of Europe*, cuja leitura é suficiente para preparar o viajante para o tema. E finalmente o último item, Comércio e Impostos, cuja comparação deve servir para determinar se o país visitado, de acordo com sua política de taxaço, pode tornar-se importante no mundo do comércio, das artes e da indústria<sup>567</sup>.

---

<sup>563</sup> *Id., ibid.*, pp. 10-11.

<sup>564</sup> *Id., ibid.*, p. 66.

<sup>565</sup> *Id., ibid.*, p. 11.

<sup>566</sup> *Id., ibid.*, p. 12.

<sup>567</sup> *Id., ibid.*, p. 14.

Estas instruções servirão, assim, para que o viajante possa observar o aspecto, números e comportamento do povo, sua vestimenta, alimentação, moradia, suas realizações em agricultura, manufaturas, artes, e ciências, e os efeitos e conseqüências de suas determinadas causas, às quais ele foi “particularmente enviado para investigar e descobrir<sup>568</sup>”. A despeito de qualquer causa pessoal que determine a viagem deste ou daquele viajante, o próprio ato de viajar e um país estrangeiro deve ser entendido como uma missão à qual o jovem é enviado por sua nação, para contribuir, por meio de seu aprendizado e pelos exemplos que ele possa trazer e dividir com seus compatriotas, para o engrandecimento de sua nação. Pois estas instruções pressupõem uma série de leituras, preparação e questões que devem ser feitas pelo viajante no local visitado, que posteriormente se transformarão em um relato detalhado desta experiência. Pois para Tucker, e os demais produtores de artes apodêmicas, ou artes de viajar, e também os viajantes escritores, o livro é responsável pela criação e disseminação das idéias e uma arma poderosa de avanço político e econômico, possuindo uma força civilizatória inegável; a viagem serve como reprodutora de livros e idéias, por isso a necessidade de guias adequados.

Seguem-se várias questões, que já vêm acompanhadas de respostas; a maior parte delas não diz respeito aos países visitados, mas à própria Inglaterra, sua própria nação, que afinal é o objeto de toda viagem ao exterior realizada com o método patriótico de Tucker. Esta educação do olhar, dos sentidos e da mente deve fazer do viajante um observador atento, prevenido contra as “opiniões equivocadas do Populacho desvairado<sup>569</sup>”, pois dele depende a afirmação das virtudes inglesas e a correção dos caminhos errados. Tucker reconhece que as questões são muitas e os temas demasiado variados para que possam ser alvo da atenção de cada viajante. Portanto, um viajante judicioso deve atentar ao que seja realmente “*singular*, curioso ou extraordinário”, ao que deverá dar maior atenção. As questões então, servirão para fixar a sua atenção no que seja notável, no que possa ilustrar ou esclarecer pontos importantes dos temas observados, permitindo que “aperfeiçoe seu Raciocínio, ordene seus Pensamentos e Idéias em sua Ordem conveniente<sup>570</sup>”. Assim, se a Inglaterra é uma nação livre, na qual bens e riquezas adquiridos pelo comércio não são uma

---

<sup>568</sup> *Id., ibid.*, p. 15.

<sup>569</sup> *Id., ibid.*, p.32.

<sup>570</sup> *Id., ibid.*, pp. 22-23,

desonra, onde a propriedade é resguardada das prerrogativas de príncipes ou nobres e onde qualquer pessoa pode ostentar sua fortuna sem ser taxado por talha ou capitação<sup>571</sup>, era natural que o que deveria ser observado em outros países era quando esse sistema não era utilizado, ilustrando as desvantagens que isso acarretava ao país em questão, quase sempre mais pobre do que a Inglaterra, onde essa pobreza poderia ser explicada pelo mau uso dos recursos do sistema. O mesmo para as nações católicas, onde as suas mistificações deveriam ser destacadas para fortalecer a relação de harmonia da religião com o Estado e a sociedade na Inglaterra. Por exemplo, deveria o viajante atentar nos países papistas qual a proporção de feriados e procissões “pomposas”, tornadas supérfluas na Inglaterra depois da “feliz Reforma”, e quais as suas conseqüências – pois é um dado indiscutível que há conseqüências – sobre a indústria e a moral do povo. Uma das conseqüências, que deveria ser notada, era a quantidade de ordens religiosas, e se elas inculcavam no povo o celibato e uma vida monástica e solitária, preferentemente a uma “vida ativa e industriosa<sup>572</sup>”.

A cidade não deve escapar à atenção do viajante, e na verdade ela está presente todo o momento nas instruções, como espaço onde pode ser observado o comércio, a indústria e política locais. É preciso observar se os habitantes ocupam casas separadas ou se muitas famílias vivem atulhadas num único espaço, e se isso ocorre por pobreza ou não. Se a maioria da população decora ou não a parte externa de suas casas, se ornamenta seus jardins, pois isso indica que não vivem em circunstâncias miseráveis, já que o “exterior é neste caso, uma prova segura do interior<sup>573</sup>”. Além disso, esta decoração indica uma considerável “quantidade de trabalho”. Em caso contrário, é preciso que o viajante observe para além da aparência miserável e decadente, se ela indica que os habitantes “nunca sentiram a benção da prosperidade ou se a perderam<sup>574</sup>”. Este dado, mesmo para os viajantes que não tenham lido Tucker e suas instruções, era claro aos britânicos que visitaram as cidades luso-brasileiras, e lhes dava uma mensuração da miséria destas cidades, desprovidas de ornamentos e jardins, ao menos nos moldes ingleses.

Desta destacada harmonia entre religião e Estado, resulta a tolerância de que tratava Tucker no início de seu texto, que é inerente segundo ele aos princípios da religião

---

<sup>571</sup> *Id., ibid.*, p. 39.

<sup>572</sup> *Id., ibid.*, pp. 84-85.

<sup>573</sup> *Id., ibid.*, p. 92.

<sup>574</sup> *Id., ibid.*, p. 93.

protestante, fundada no “direito ao julgamento pessoal”, sem o qual, acrescenta, os primeiros reformadores não poderiam justificar sua separação da Igreja de Roma<sup>575</sup>. Se a viagem a países católicos serve para afastar o jovem da idolatria bárbara da igreja romana, a visita a um país protestante como a Holanda pode servir para renovar as qualidades intrínsecas da reforma, que porventura pudessem estar esquecidas na Inglaterra. Tucker, habilmente, argumenta que os holandeses foram os primeiros a incorporar a tolerância religiosa à sua constituição civil, ainda que seus motivos tenham sido mais comerciais do que religiosos. A insistência na afirmação de que esta doutrina era adequada às leis civis e às normas religiosas da Inglaterra e a menção à Holanda, fazem supor que Tucker esteja argumentando que esta tolerância, que como vimos ele vindicava aos judeus, precisasse ser recordada por meio dos exemplos que poderiam vir de fora, mas que representassem um retorno às raízes verdadeiras da Grã-Bretanha, que poderiam ser questionadas, ainda que fosse por “algumas poucas pessoas preconceituosas, porventura de um temperamento malevolente”, tão insignificantes que não mereciam a atenção do público<sup>576</sup>. A apologia à Grã-Bretanha, neste autor, às vezes sutilmente se transforma em crítica. Esta primeira instrução que destacamos mostra bem como a viagem é uma rota pré-traçada por uma teoria bem estabelecida, mas que não deixa também de ser um instrumento de crítica e questionamento da própria sociedade; ainda que a partir de pressupostos claros e definidos.

O trabalho de John Coakley Lettsom é voltado especificamente aos viajantes naturalistas e dedicado ao “grande Lineu”. Parte do pressuposto de que não há melhor método para aumentar os conhecimentos de história natural do que visitar países estrangeiros, prestando atenção aos diferentes objetos que eles produzem, “com mais ou menos deleite por sua novidade e variedade”. Mas esta pesquisa não deve levar em conta apenas a uma “gratificação pessoal”, pois ela deve obedecer a um dever racional: “ser útil à sociedade por meio da repartição da felicidade entre nossos semelhantes”. A história natural aqui não é pensada de maneira isolada ou estanque: a repartição de felicidade que ela pode promover está intimamente ligada à informação sobre os diversos costumes e opiniões das diversas sociedades, sua agricultura, manufaturas, comércio, estado das artes, do conhecimento e das leis de diferentes nações que, quando corretamente investigadas, podem “aumentar o conhecimento humano e tornar os indivíduos sábios, melhores e

---

<sup>575</sup> *Id., ibid.*, p. 83.

felizes<sup>577</sup>”. Temos aqui uma visão da história natural que não se limita ao mundo natural apenas, mas às formas de organização social das diversas sociedades humanas, “civilizadas” ou “selvagens”. A natureza não interessa por si só, mas na medida em que pode contribuir para o progresso do homem e da sociedade, portanto as descrições urbanas deverão ser objeto de atenção também do viajante naturalista. Na primeira parte de seu trabalho, destaca as observações e questões sobre conhecimento, antiguidades, ritos religiosos e artes: costumes, festas e cerimônias religiosas; arquitetura tanto exterior quanto interior de seus templos religiosos, dos edifícios públicos e privados; imagens, nomes e genealogias dos deuses e ídolos; utensílios sagrados e domésticos, castas e classes dos habitantes, por exemplo<sup>578</sup>. A seção 2 do texto dedica-se ao comércio, manufaturas, artes e comércio, aproximando-se aqui um pouco de Josiah Tucker. A seção 3 é dedicada a observações meteorológicas, alimentação, forma de vida, “economia animal”. Este interesse pela natureza não exclui o homem de seus interesses, ao contrário; a natureza é, aqui, “o modelo da perfeição moral”, e se seu estudo se autonomiza em relação ao homem, “a natureza continua sendo ‘humanizada’ e se constitui enquanto espelho da sociedade. A busca da virtude social é também a das leis naturais<sup>579</sup>”.

Texto muito mais ambicioso será o do conde austríaco Leopold Berchtold. Este viajante, herdeiro de enorme fortuna, foi um grande representante de um pensamento patriótico e filantrópico do século XVIII, entusiasta da causa da libertação de escravos cristãos no norte da África, da educação dos pobres e assistência hospitalar. Seu texto será influenciado pelos trabalhos de Tucker e Lettsom, e por sua vez será decisivo para a redação do texto de Volney, do qual tratarei a seguir. São dois volumes, o primeiro uma série impressionante de 2443 questões divididas em 37 seções, e o segundo uma coletânea de diversos viajantes. Uma quantidade assustadora de temas e questões, um questionário cuja ambição é “de exaurir o mundo<sup>580</sup>”; Berchtold está convencido, segundo Stagl, de que

---

<sup>576</sup> *Id., ibid.*, p. 84.

<sup>577</sup> LETTSOM, John Coakley, *The Naturalist's and Traveler's Companion, Containing Instructions for collecting & Preserving Objects of Natural History, and for promoting Inquiries after Human Knowledge in General*. 2. ed. corrected & Enlarged. London: C. Dilly, 1774, pp. vii-viii.

<sup>578</sup> *Id., ibid.*, p. 68.

<sup>579</sup> KURY, Lorelai, *Histoire naturelle...*, *op. cit.*, p. 44.

<sup>580</sup> BLANCKAERT, Claude, *op. cit.*, p. 275.

“o interesse do indivíduo, de seu país e da humanidade coincidem<sup>581</sup>”, portanto o bem estar de todos eles deve ser o objetivo final de toda viagem. Ainda segundo Stagl, o texto de Berchtold é uma “curiosa mistura de perspicácia e ingenuidade<sup>582</sup>”; e realmente, embora seja um trabalho de fôlego, ele não tem a objetividade precisa e técnica de Lettsom, ou a acuidade e densidade de Tucker. Ele é muito mais um “manual utilitário ligando educação, conhecimento e engajamento político. Viajar é primeiramente prever; em seguida organizar o tempo para controlar o espaço; é enfim definir um caminho intelectual<sup>583</sup>”.

A viagem para o conde Berchtold é praticamente uma obrigação do homem educado; para ele, uma pessoa que tivesse tido um conhecimento adequado de seu próprio país deveria, por meio de uma “prévia instrução e atenção bem orientada”, estar preparada para viajar e, assim, prestar “os mais essenciais serviços à humanidade em geral e a seu país em particular<sup>584</sup>”. Diferentemente de Tucker, a biblioteca para ele é um auxílio importante para determinar os objetos dignos de atenção, mas ela não substitui a “experiência, o primeiro dos guias”, que lhe fornece o que “nem os livros ou o estudo podem ensinar<sup>585</sup>”. O viajante não deve confiar apenas na informação de terceiros, exceto na impossibilidade de aceder a ela diretamente; pois somos “freqüentemente iludidos por nossos próprios olhos, e ainda mais, se negligenciamos examinar as coisas nós mesmos<sup>586</sup>”. Curiosamente o autor em seguida subverte a própria teoria; se a experiência é a maior das mestras, a que melhor pode oferecer ao viajante um itinerário do olhar, ele deve, se não desprezar o que pode ser aprendido pela conversação com “homens de experiência e entendimento”, preferir instruções escritas. Porque “um *escritor*”, e o viajante é sempre um escritor em potencial, “tem mais oportunidade do que um *narrador*, de refletir os verdadeiros interesses de seus semelhantes, e a memória, ao mesmo tempo, será auxiliada<sup>587</sup>”. Na verdade, sua opção

---

<sup>581</sup> STAGL, Justin, *op. cit.*, pp. 223; Cf. CHEVALLIER, Elisabeth, Une méthode universelle pour voyager avec profit par le comte Léopold Berchtold. *Dix-Huitième Siècle*. Paris, 22: 13-23, 1990.

<sup>582</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 225

<sup>583</sup> ROCHE, Daniel, *op. cit.*, p. 71.

<sup>584</sup> BERCHTOLD, Leopold, *Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers; with further observations on the Means of preserving the Life, Health, & Property of the unexperienced in their Journals by Land and Seas...* London: Printed by the Author, 1789, v. 1, p. v.

<sup>585</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 2.

<sup>586</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 34. Apesar desta advertência, sugere, assim como outras instruções também fazem, que o viajante estabeleça contato com os homens mais sábios e célebres por seus serviços públicos, para aprender suas descobertas bem como informá-los de suas próprias por meio de “uma correspondência epistolar e uma ligação amigável com eles”. *Ibid.*, p. 37.

<sup>587</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 2-3.

preferencial pela instrução escrita, mais do que a memória do homem sábio e experiente, é coerente com o objetivo de seu livro: a criação de uma série de preceitos viáticos, com o objetivo de estabelecer um roteiro de observação que só terá efeito, realmente, se transformado num livro, um guia, manual de conhecimento e de decifração da alteridade e de constituição da própria identidade.

Suas instruções vão desde questões práticas como a vantagem de se saber nadar, desenhar, conhecimento de perspectiva, geografia, navegação, história natural, domínio de línguas, sobretudo das línguas dos locais visitados, até conhecimentos mais teóricos que auxiliem a decodificação do mundo visitado, sobretudo um conhecimento da humanidade e do estado de sua própria nação. A viagem deveria iniciar-se pelo seu próprio país, em companhia de “um amigo bem informado e inquisitivo<sup>588</sup>”. Um conhecimento prévio do país a ser visitado também era fundamental para uma viagem bem sucedida; o conhecimento de suas histórias passadas e presentes, dos relatos de outros viajantes, deveria ser comparado com suas observações para se poder fazer um diagnóstico das causas de sua prosperidade ou decadência, sua estrutura, seus recursos, poder etc., destacando o que até então não tivesse sido convenientemente observado<sup>589</sup>. O viajante filosófico deve olhar para a sua pátria, diz Berchtold, “como um amigo doente, para cujo socorro ele pede conselho a todo o mundo<sup>590</sup>”.

As informações mais importantes são aquelas que têm uma evidente utilidade pública, e que pudessem contribuir para “a felicidade da raça humana”; em seguida, tudo aquilo que pudesse estender a prosperidade da nação do viajante e o bem-estar de toda a humanidade; em terceiro lugar, aquilo que provocasse um aperfeiçoamento pessoal para o próprio viajante<sup>591</sup>. A primeira atenção deve ser com relação às instituições de caridade e de filantropia, que auxiliassem na defesa do bem mais importante do homem, que é a preservação da vida, sobretudo da “classe mais desprezada dos habitantes”, ou seja, os mais pobres. Trata-se também de ter especial atenção às formas de se “ocupar os vigorosos, porém indolentes pobres<sup>592</sup>”. A pobreza é uma das suas principais preocupações, e deve ser especialmente observada pelo viajante, pois sem se conhecer seu estado, as leis que a

---

<sup>588</sup> *Id., ibid.*, pp. 14-15.

<sup>589</sup> *Id., ibid.*, p. 17.

<sup>590</sup> *Id., ibid.*, p. 85.

<sup>591</sup> *Id., ibid.*, pp. 19-20.

<sup>592</sup> *Id., ibid.*, p. 25.

regulam, “é impossível julgar com alguma certeza o grau de riqueza e poder de uma nação<sup>593</sup>”. Veremos adiante, que uma das principais preocupações dos viajantes na América portuguesa será observar justamente o grau de ociosidade e preguiça das populações pobres, tanto do campo quanto das cidades visitadas, sempre pensados como um índice de desenvolvimento e um pré-requisito indispensável na marcha da civilização.

Assim como as demais instruções e artes apodêmicas, Berchtold dá especial atenção ao desenvolvimento da agricultura, do comércio, em especial entre o país visitado e aquele de onde vem o viajante, e à administração das finanças, à legislação e administração da justiça. A educação, uma grande preocupação do conde austríaco, deveria ser atentamente observada, pois além dos exemplos que pudessem ser úteis à sua própria nação, era uma maneira fácil de se julgar “o caráter nacional” do país visitado. Pois os homens, em geral, “adotam o caráter e os costumes aos quais a educação e o hábito energicamente lhes imprime<sup>594</sup>”. Berchtold incentiva a visita de províncias afastadas das capitais para aquele viajante que estivesse interessado em conhecer “o espírito, hábitos e costumes de uma nação”, que seriam mais facilmente encontráveis em sua forma original nestes locais mais distantes. Da mesma forma, nestes locais, seria mais fácil observar os bons ou maus efeitos da administração pública, do que naquelas províncias “mais próximas das metrópoles” e do centro do poder<sup>595</sup>. Apesar disso, a visita às principais cidades era necessária, já que um dos objetivos da viagem deveria ser a observação das manufaturas e do mercado local, para informar-se das necessidades de mercadorias que o país visitado tinha, para que o país do visitante pudesse enviar as mercadorias mais adaptadas às necessidades locais<sup>596</sup>. Com relação ao texto, Berchtold recomenda que as observações de tudo o que seja notável, que tenha sido ouvido, lido ou sentido, sejam anotadas no local, e o mais rápido possível, e diariamente. O diário deve ser escrito de maneira a permitir que notas sejam anexadas, e em seu texto a verdade deve ser “religiosamente aplicada, e a elegância de estilo banida se ela for, por pouco que seja, desfavorável à veracidade<sup>597</sup>”.

Sobre a cidade, Berchtold trata dela indiretamente, com relação à organização da sociedade em geral, do comércio, produção e administração. Mas há questões relativas ao

---

<sup>593</sup> *Id., ibid.*, p. 26.

<sup>594</sup> *Id., ibid.*, p. 33.

<sup>595</sup> *Id., ibid.*, p. 38.

<sup>596</sup> *Id., ibid.*, pp. 41-41.

<sup>597</sup> *Id., ibid.*, p. 44.

tamanho das principais cidades e portos, e à frequência com a qual elas são mantidas limpas e o ar saudável. Sobre o suprimento de água, e os meios de abastecimento; os meios de tornar a cidade agradável ao visitante estrangeiro e as diversões oferecidas, já que a atração de estrangeiros era um índice de seu esplendor<sup>598</sup>. Deve estar atento, o viajante, para as iniciativas em tornar a cidade mais sã e agradável por meio de passeios públicos, jardins, termas, e “divertimentos inocentes e agradáveis”; se a “polícia”, ou seja, a administração pública, estava atenta às apresentações teatrais e se “a moral dos habitantes não sofria dano com elas<sup>599</sup>”. A qualidade das estalagens e das vias de transporte era um critério para definir o grau de desenvolvimento e de riqueza da nação visitada: quanto mais movimentadas as rotas de viajantes e mercadorias, mais prospero era este país<sup>600</sup>. Estabelecimentos de caridade para os pobres, doentes e crianças deveriam ser observados também, assim como as ações para minimizar os efeitos da prostituição e encorajar os casamentos legítimos, o trabalho, os exercícios físicos e a educação<sup>601</sup>.

Do ponto de vista material, dever-se-ia atentar para a forma de construção dos edifícios, se a forma da arquitetura era “sólida e elegante” e a distribuição dos cômodos conveniente. Se o mobiliário das casas era abundante ou escasso, simples ou elegante, cômodo ou caro<sup>602</sup>. As cerimônias e festas públicas, os casamentos e divertimentos também eram objeto de observação para o viajante filosófico, e um item especial era a educação e as leis concernentes às mulheres, até mesmo se havia algum tipo de exercício físico para elas, e se recebiam usualmente “mais do que uma instrução medíocre em economia doméstica”, e o quanto se estendia a educação das damas de qualidade<sup>603</sup>. Os estabelecimentos religiosos eram uma preocupação importante de nosso autor, assim como dos demais autores britânicos e protestantes. Era necessário, segundo ele, ter uma idéia da história do estabelecimento da religião no país visitado, da tolerância religiosa que pudesse existir, das medidas que o governo tinha nos países católicos romanos para prevenir que o clero “adquirisse grandes propriedades fundiárias”, ou que as ordens religiosas se tornassem excessivamente ricas; como o governo utilizava os monges de maneira mais útil, e que tipo

---

<sup>598</sup> *Id., ibid.*, pp. 382-383.

<sup>599</sup> *Id., ibid.*, pp. 383-384.

<sup>600</sup> *Id., ibid.*, p. 523. Esta questão é formulada também por Tucker.

<sup>601</sup> *Id., ibid.*, p. 403.

<sup>602</sup> *Id., ibid.*, p. 421.

<sup>603</sup> *Id., ibid.*, p. 424.

de assistência elas davam à conversão ao Cristianismo, ao auxílio dos pobres e à redenção dos cativos na Barbária<sup>604</sup>. Assim como Tucker, Berchtold se ocupa da decoração e da limpeza das casas e dos jardins, que indicam uma quantidade de trabalho despendida, índice da capacidade produtiva deste povo<sup>605</sup>.

É verdade que o método de Berchtold é impossível de ser seguido por um único viajante, dada a quantidade absurda de questões de seu trabalho, um “exaustivo *tour de force*, quase uma monstruosidade na qual a pesquisa social moderna atingiu o seu limite mais extremo<sup>606</sup>”. Seu maior impacto foi a resposta simplificadora de Volney em suas *Questões de Estatística*, que não nega a sua importância, mas se propõe muito mais aplicável e sensata. O *Patriotic Traveller*, se não encontrou um impacto maior devido à sua qualidade pouco pragmática, não foi de todo um fracasso; ele leva ao limite, como observou Stagl, um método de observação que já estava em pleno uso na passagem do século XVIII para o XIX, desenvolvendo trabalhos anteriores, de Tucker e Lettsom, por exemplo, ou indicando o caminho para Volney. Se atentarmos às questões referentes à cidade e à administração pública, veremos que elas estão postas na maior parte das descrições das cidades luso-brasileiras neste período. O método de Berchtold talvez não tenha tido o impacto que desejava porque já estava introjetado na prática descritiva da maior parte dos viajantes.

Já vimos anteriormente que a viagem ao Brasil, e aos novos Novos Mundos, são vistas muitas vezes como viagens ao passado primitivo da humanidade. O viajante reconhece, no Novo Mundo, a própria infância de sua civilização. E é justamente a metáfora da infância que usará Volney para diferenciar o bom do mal pesquisador, ou o bom do mal viajante. Para ele, a arte de questionar é a arte de se instruir; as crianças são grandes questionadoras, afirma, mas como são ignorantes, suas questões são mal colocadas ou mal dirigidas. No mundo dos sábios, uma classe essencialmente questionadora é a dos viajantes, e para que eles se tornem bons sábios, é necessário que abandonem a infância passem a questionar o próprio ato de viajar enquanto processo de conhecimento<sup>607</sup>. Daí a

---

<sup>604</sup> *Id., ibid.*, pp. 434-436.

<sup>605</sup> *Id., ibid.*, p. 525.

<sup>606</sup> STAGL, Justin, *op. cit.*, p. 227.

<sup>607</sup> VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de, Questions de statistique à l'usage des voyageurs. In: *Oeuvres*. 2. éd., Paris: Parmentier, Froment, 1825, t. VII, p. 377. A metáfora da infância é igualmente usada por Kant, em sua resposta à questão sobre o que é o Esclarecimento, publicada em 1783:

publicação em 1795 de seu *Questions de statistique à l'usage des voyageurs*, no *Magasin Encyclopédique*<sup>608</sup>, obviamente influenciado e em resposta ao trabalho exaustivo de Berchtold. Para Volney, ver bem é fundamental para o estabelecimento da verdade e do conhecimento, pois “toda verdade, sobretudo na governança, não é mais do que o resultado de uma longa experiência, isto é, de muitos fatos bem vistos e judiciosamente comparados”. A comparação, judiciosa e meditada, das observações feitas pelos viajantes ajudaria aos governos a estabelecerem “seja verdades novas, seja a confirmação de verdades conhecidas, seja enfim a refutação de erros adotados<sup>609</sup>”. Todas essas verdades reconhecidas tendem a fins de “utilidade pública e social”, mesmo as informações mais científicas ou abstratas.

As questões de estatística propostas por Volney, dizem respeito ao Estado físico e político do país, ao clima, ao estado do solo, aos produtos naturais, à população, à agricultura, que tem o maior número de questões, à indústria, ao comércio e ao governo e administração. Baseado nas questões do conde Berchtold, Volney reduziu-as ao número de apenas 135, de acordo com um método já posto em prática na sua *Voyage en Syrie et en Égypte*, publicada em 1787. Neste texto ele afirma que, à maioria dos viajantes, havia faltado o tempo e o domínio da língua local para o verdadeiro conhecimento do país visitado. Sem a língua não se pode apreciar o gênio e o caráter de um país. “Sem o tempo”, diz ele, “não podemos julgar judiciosamente; pois o primeiro aspecto dos objetos novos nos espanta, e faz brotar a desordem em nosso espírito; é necessário esperar que o primeiro tumulto seja acalmado, e é preciso voltar mais de uma vez à observação para se assegurar

---

“Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem”. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? In: *Textos Seletos*. Trad. port. Raimundo Vier, Floriano de Sousa Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100.

<sup>608</sup> Em 1795, o texto publicado no *Magasin Encyclopédique* se intitulava *Questions d'économie politique*. Ele será republicado em 1813, como uma brochura, com o título com o qual ficou conhecido. Cf. STAGL, Justin, *op. cit.*, p. 277. Inicialmente, foi escrito a pedido do Ministério de Assuntos Estrangeiros do Diretório para auxiliar aos agentes do governo no estrangeiro, chamados “viajantes diplomáticos e comerciais”. Cf. DENBY, David. Enlightenment travel accounts: Constantine de Volney. In: CONROY, Jane (ed.). *Cross-Cultural Travel*. (Papers from the Royal Irish Academy Symposium on Literature and Travel. National University of Ireland, Galway, November 2002). New York: Peter Lang, 2003, pp. 103.104. Cf. KURY, Lorelai, *Histoire naturelle et voyages scientifiques... op. cit.*, pp. 107-108.

<sup>609</sup> VOLNEY, Constantine-François de Chasseboeuf, conde de, *op. cit.*, p. 380.

de sua exatidão<sup>610</sup>”. Seu método pressupõe um amor imparcial da verdade, impedindo “todo quadro de imaginação, ainda que eu não ignore as vantagens da ilusão para a maioria dos leitores; mas eu penso que o gênero de viagens pertence à História, e não aos Romances<sup>611</sup>”. A viagem é para ele uma parte da construção do conhecimento histórico, uma maneira de questionar as fontes e ter acesso às fontes vivas, os monumentos, as ruínas, a diversidade de povos, culturas e formas de administração existentes no mundo. Volney exclui, também, a viagem apenas por divertimento: o patriotismo e o amor à humanidade exigem que o viajante esteja capacitado a reportar o que viu da maneira mais correta possível, para que as suas informações possam ser úteis ao seu país e ao gênero humano, no que mantém a tese principal de Berchtold, da viagem como instrumento da filantropia e da repartição da felicidade entre o gênero humano. A continuidade entre “a escritura histórica e a viagem, em Volney, vai além da semelhança de estilo. Os conteúdos se aproximam, uma vez que a reflexão sobre o passado nasce da experiência da viagem<sup>612</sup>”. Uma desconfiança cartesiana com relação aos sentidos, ainda que afirme que é em vão que se prepare, pela leitura dos livros, “ao espetáculo dos usos e costumes das Nações”, pois “o efeito dos relatos sobre o espírito” está sempre distante do efeito “dos objetos sobre os sentidos<sup>613</sup>”. Ainda assim, para o autor francês, ao se buscar a verdade deve-se renunciar à predominância dos sentidos.

Como afirma Lepetit: “Ver bem e reportar o que se viu: o método de Volney é baseado na observação direta. Às falsas imagens pintadas pelos relatos enganadores, ele opõe a experiência sensorial do mundo<sup>614</sup>”. E se o mundo “impõe aos sentidos a evidência dos objetos que o compõem, a descrição deve apoiar-se num princípio seletivo: deve buscar-se menos a exaustividade do que a exemplaridade do traço que constitui o indício<sup>615</sup>”. Para Chinard, a originalidade científica de Volney é ter sido o primeiro a ter “criado e aplicado um método exato ao estudo de um país determinado”, no que se afasta

---

<sup>610</sup> *Id.*, *Voyage en Syrie et en Egypte pendant les années 1783, 1784 & 1785*. Paris: Volland, 1787, t. 1, p. vi.

<sup>611</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. vii-viii.

<sup>612</sup> PUGLIESE, Genny, *Voyager avec les idéologues: Constantin-François Chasseboeuf de Volney*. *Revue Française*. Pietermaritzburg: Université de Natal. N° spécial électronique, s.d., p. 4. Disponível em <http://revuefrancaise.free.fr/Pugliese.htm>. Consultado em novembro de 2007.

<sup>613</sup> VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de, *Voyage en Syrie et en Egypte...*, *op. cit.*, p. 1.

<sup>614</sup> LEPETIT, Bernard, *Por uma nova história urbana*. Org. Heliana Angotti Salgueiro. Trad. port. Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001, p. 93.

<sup>615</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 97.

de “todos os viajantes que o precederam<sup>616</sup>”. Seriam os elementos de “um verdadeiro discurso do método – teoria e prática – da viagem<sup>617</sup>”. Para Pugliese, Volney teria criado um método mais apto a “assimilar o discurso da alteridade com relação ao cosmopolitismo filosófico, pela demonstração de teses pré-estabelecidas<sup>618</sup>”. Se nas questões de estatística há um peso muito grande dado à produção agrícola, como bom fisiocrata que era, na *Voyage* a cidade aparece como principal local da alteridade, espaço da exemplaridade que dá imagem e substância ao mundo que se conta. Mesmo marcado por uma sensibilidade pitoresca, sua descrição privilegia menos a “particularidade dos locais”, como diz Lepetit, do que os “princípios da organização social”; em seu texto, a organização do espaço “e a organização da sociedade são exatamente redutíveis uma à outra. Dizer uma é dizer a outra, e o mapa é exatamente uma redundância da descrição analítica da sociedade<sup>619</sup>”.

Para Stagl, a obra de Volney faz parte de um desejo de fundar uma ciência do homem, cujo “óbvio alicerce empírico” era a “viagem<sup>620</sup>”. Neste sentido ele está bem próximo da *Société des Observateurs de l’Homme* e de de Gérando, um de seus membros mais ativos e conhecidos, cujo texto *Considérations sur les divers méthodes à suivre dans l’observation de peuples sauvages* é de 1800 e foi escrito para orientar a expedição de Baudin às terras austrais. Suas considerações se dirigem ao “viajante filosófico que navega em direção às extremidades da terra”, além de “atravessar, com efeito, a sucessão das épocas; ele viaja pelo passado; cada passo que ele dá é um século que ele transpõe. Estas ilhas desconhecidas às quais ele atinge, são para ele o berço da sociedade humana<sup>621</sup>”. Assim como em Volney, a viagem desvela a infância do mundo, nos quais os homens e civilizações encontrados são monumentos da origem do homem, documentos de sua evolução e, às vezes, ruínas de sua decadência. O objetivo de suas instruções, assim como

---

<sup>616</sup> CHINARD, Gilbert, *Volney et l’Amérique* d’après des documents inédits et sa correspondance avec Jefferson. Baltimore: The Johns Hopkins Press; Paris: Presses Universitaires de France, 1923, v. 1, p. 144.

<sup>617</sup> DOMENECH, Jacques, Volney Voyageur Moraliste. L’interaction entre discours des Lumières et Récit de voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MORGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Récits de Voyage et Intertextualité*. (Onzième Colloque du CRLV. Nice, 5-7 sept. 1997). Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences de Nice; Paris: CRLV, 1998, p. 246.

<sup>618</sup> PUGLIESE, Genny, *op. cit.*, p. 5.

<sup>619</sup> LEPETIT, Bernard, *op. cit.*, pp. 100-101.

<sup>620</sup> STAGL, Justin, *op. cit.*, p. 269.

<sup>621</sup> GÉRANDO, Joseph-Marie de, *Considérations sur les divers méthodes à suivre dans l’observation de peuples sauvages*. In: COPANS, Jean, JAMIN, Jean (éds.). *Aux origines de l’Anthropologie Française*. Les Mémoires de la Société des Observateurs de l’Homme en l’an VII. Paris: Le Sycomore, 1978, p. 131. Este texto também está publicado em COLLINI, Silvia, VANNONI, Antonella (éds.), *op. cit.*, pp. 161-171.

as *Questions* de Volney, era disciplinar a curiosidade “de novidades que impressionam os sentidos” do homem curioso, por meio de “instruções direcionadas à sua razão<sup>622</sup>”. Pois as curiosidades dão à narrativa uma série de “descrições bizarras”, que divertem, mas não fornecem “nenhuma instrução útil ao espírito do filósofo<sup>623</sup>”. Estes homens que se deslocam pelo mundo, num “longo exílio” voluntário ao qual são condenados, cheios de privações, estes ilustres “mensageiros da filosofia, pacíficos heróis<sup>624</sup>”, devem ser louvados, mas nunca deixados à sua própria curiosidade. Suas narrativas devem obedecer às normas dos sábios, para que possam ser transformadas em verdadeiro conhecimento. Este viajante amigo da filosofia é bem diferente, por exemplo, daqueles que Colombo jogou na América, nada mais do que “ávidos conquistadores”; os viajantes filosóficos vão aos povos do “sul” na qualidade de pacificadores e amigos”. Enquanto os aventureiros espanhóis não deixaram diante deles mais do que “destruição”, estes novos viajantes-sábios devem levar-lhes benefícios e felicidade<sup>625</sup>.

Mais do que relações de comércio e de administração, de Gérando está preocupado com a linguagem, os gestos, sensações, formas de educação física e moral, “opiniões e julgamentos”, “faculdades da imaginação”, memória, vida doméstica, amor, casamento, vida religiosa, virtudes, afetos etc. Trata-se de um conhecimento antropológico e etnológico do homem selvagem, mas que possui uma estrutura que será utilizada também para a descrição do homem “semi-civilizado” dos “Trópicos”, os colonos decadentes e os mestiços degenerados da América portuguesa, eles também representantes de um passado da humanidade que insistia em não ser transposto. Para Blanckaert, “a predeterminação do objeto é colocada implicitamente na base mesma do questionário”, havendo uma contradição entre a declaração de intenções de observar o mundo “sem idéias pré-concebidas” e a montagem das questões nas quais “a hipótese tem um papel preliminar seletivo”, deixando entender que o autor ao formulá-las conhece já os resultados<sup>626</sup>. De Gérando já sabe, por exemplo, que entre os benefícios, fontes de felicidade, que os viajantes-sábios devem levar aos povos selvagens, estão as condições para que eles abandonem o nomadismo e passem à condição de pastores ou agricultores, abrindo-se-lhes,

---

<sup>622</sup> *Id., ibid.*, p. 133.

<sup>623</sup> *Id., ibid.*, p. 137.

<sup>624</sup> *Id., ibid.*, p. 167.

<sup>625</sup> *Id., ibid.*, p. 169.

<sup>626</sup> BLANCKAERT, Claude, *op. cit.*, p. 281.

assim, “a via mais segura que pudesse conduzir-lhes às vantagens da civilização<sup>627</sup>”. Por meio destes deslocamentos de sábios europeus, um “mundo novo” se formaria nas “extremidades da terra; o globo inteiro coberto de habitantes mais felizes e mais sábios<sup>628</sup>”. Para isso, bastava que se seguissem à risca as instruções formuladas anteriormente para garantir o processo civilizatório, objetivo tão ou mais importante do que a obtenção de conhecimentos e informações nos novos Novos Mundos descobertos, ou redescobertos, pelos sábios ilustrados.

Esta necessidade de ordenar o olhar do viajante já estava colocada em toda a discussão sobre viagens do século XVIII. Na célebre expedição de Entrecasteaux, de busca do desaparecido La Pérouse, são elaboradas diversas instruções não apenas para o resgate do navegador desaparecido, inicialmente o que justificava a expedição, mas também para novas observações e descobertas<sup>629</sup>. Elas são justificadas com o objetivo de saldar uma dívida para com os homens devotados ao interesse público e “vítimas de seu zelo”, os que desapareceram junto a La Pérouse, assim como a utilidade de descobrir novas e imensas riquezas naturais do mundo<sup>630</sup>. Numa instrução parcial, lida à *Société d’Histoire Naturelle* em 18 de fevereiro de 1791, o cidadão e naturalista Richard salienta que o “tumulto da navegação, o incômodo da leitura e a precipitação forçada na observação”, além de todas as preparações necessárias e “outras dificuldades inseparáveis das viagens de longa distância”, podiam expor os naturalistas a diversos esquecimentos; seriam então imprescindíveis instruções bem detalhadas, fazendo com que a sua leitura, em algumas poucas páginas (bem diferente da proposta de Berchtold), pudesse colocar a “memória em guarda contra estes esquecimentos<sup>631</sup>”. Embora o título desta instrução diga respeito à mineralogia, o texto trata de zoologia, das interações do homem com a natureza e da própria atividade da viagem filosófica. A instrução insiste sobre a necessidade de se observar a constituição física dos animais, mas também suas “qualidades morais; tais como a audácia, a timidez”,

---

<sup>627</sup> GÉRANDO, Joseph-Marie de, *op. cit.*, p. 162.

<sup>628</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 168.

<sup>629</sup> Sobre a malograda viagem de La Pérouse, cf. GAZIELLO, Catherine, *L’expédition de Lapérouse. 1785-1788. Réplique française aux voyages de Cook*. Paris: CTHS, 1984. Sobre a expedição de Entrecasteaux, RICHARD, Hélène, *Une grande expédition scientifique au temps de la Révolution française: Le voyage d’Entrecasteaux à la Recherche de Lapérouse*. Paris: CTHS, 1986.

<sup>630</sup> MNHN (Paris), Ms 46, Dossier I, Doc. 1. Observations générales de la Société d’Histoire Naturelle sur le voyage à entreprendre pour aller à la recherche M. de La Pérouse.

<sup>631</sup> MNHN (Paris), Ms. 46, Dossier VI. Instruction partielle pour les voyageurs naturalistes. Minéralogie. 18/12/1791.

bem como a expressão de “suas paixões”. E sobretudo, numa seção intitulada *Réflexions*, chama a atenção à necessidade de não se negligenciar o estudo do ser “orgulhoso de sua superioridade sobre os outros”; uma superioridade que não pode ser mais bem demonstrada do que “pela faculdade que ele tem de penetrar o mecanismo de todos” os outros seres<sup>632</sup>.

Nas instruções<sup>633</sup> dadas a Alexandre Rodrigues Ferreira há todo um roteiro do olhar sobre a América que deve ser seguido. Deve-se ter atenção às observações meteorológicas, aos minerais, às águas, marés e correntes, aos animais de todas as espécies e variedades, não apenas a sua fisiologia mas o “o seu instinto, e sustento, habitação, e multiplicação”; os vegetais e também o estado presente das povoações “tanto sujeitas, como livres, e indagar quanto é possível a sua História antiga, a Religião, ou Costumes, as Artes, a Economia, o Comércio, os Alimentos, a Medicina, o Vestido, as habitações, as Armas, Guerras, Funerais”. A observação deve ser feita com todo aquele “espírito de indagação tão necessário nestes Sacrários da Natureza”. Da mesma forma, devem ser feitas as reflexões convenientes “sobre o modo de tirar alguma utilidade de tão vastos Sertões”. Alexandre Rodrigues Ferreira dá muita atenção às povoações e vilas, na medida em que elas serviriam de barreira ao avanço de estrangeiros, mas também como pólos a partir dos quais se desenvolveria um melhor conhecimento dos recursos do sertão, “e serviriam no apoio à prática de ‘descimento’ dos índios para locais estratégicos, promovendo a aculturação dos povos nativos e solidificando a colonização e a apropriação territorial<sup>634</sup>”.

Entrado o século XIX, uma mundação muito grande ocorre com estas instruções. O trabalho do naturalista ou do viajante filosófico já não precisava mais de instruções nem de guias de trajeto, que eram agora enviadas diretamente aos comandantes das expedições em forma de cartas. A partir de agora, é necessário instruir-se um novo olhar, para um viajante pitoresco, interessado em formar um quadro vivo da natureza e dos progressos da civilização dos povos exóticos. O narrador deve se tornar, então um pintor da palavra.

---

<sup>632</sup> *Id.*, *ibid.* Na terceira edição das Instruções do *Muséum d’Histoire Naturelle* de Paris, um suplemento é adicionado, tratando especificamente da história natural do homem. MUSÉUM ROYAL D’HISTOIRE NATURELLE, *Instruction pour les voyageurs et pour les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d’envoyer les objets d’Histoire Naturelle*. Rédigé sur l’invitation de son Excellence le Ministre de la Marine et des Colonies. 3. ed., Paris: A. Belin, 1829, pp. 63-66.

<sup>633</sup> IEB, *Instruções ao naturalista Alexandre Ferreira sobre o roteiro de viagem entre o Pará e Mato Grosso pelos rios Amazonas...* Coleção Lamego. Ms. 123, s.l., s.d. COL. ML, 101.

<sup>634</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho, *Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: a confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a 1784*, Dissertação (Mestrado em Geociências). Campinas: Unicamp, 2001, p. 173.

### 3.2 Um olhar pitoresco

*Je me suis plu à tracer tableau d'après de figures vivantes. Assez d'autres ont peint avec complaisance les siècles passés; je me suis occupé de la génération actuelle et de la physionomie de mon siècle, parce qu'il est bien plus intéressant pour moi que l'histoire incertaine des Phéniciens et des Égyptiens. Ce qui m'environne a des droits particuliers à mon attention.*  
Louis-Sébastien Mercier<sup>635</sup>.

No século XIX, uma mudança substancial ocorre na preceptiva da viagem: ela não pretende mais orientar a atividade e a narrativa do viajante cientista, mas indicar as formas de descrição de uma paisagem pitoresca, cujo objetivo é atrair a atenção de um público que não se interessava por uma ciência “seca e desinteressante”. Esta mudança se refletirá, como veremos adiante, na forma como os livros de viagem descrevem as cidades lusobrasileiras nesta mesma época. A descrição pitoresca, para Julian R. Jackson, poderia ser um “acessório atraente” na divulgação da geografia; se os leitores de obras de geografia eram infinitamente menores do que as “multidões” que “devoravam avidamente as narrativas de viagem”, esse número seria ainda menor se os autores não admitissem em suas descrições de locais “os retratos vivos pintados” pelos viajantes<sup>636</sup>. O coronel Jackson recomenda que os viajantes, para interessarem ao leitor comum tenham “especial atenção ao pitoresco em suas descrições de hábitos, costumes, e sentimentos”. Sentimentos e ações, diz o autor, podem não ser assuntos aparentemente apropriados do pitoresco, mas qualquer tópico moral “é suscetível de ser representado por uma pintura verbal<sup>637</sup>”. Esta imagem retórica tão forte, de uma *pintura verbal* que nos reproduz as ações morais dos homens e seus sentimentos, está de acordo com o que diz Burke em seu conhecido trabalho sobre o Belo e o Sublime, sobre a força das palavras sobre a imaginação e as sensações. Para ele, objetos naturais, a pintura e a arquitetura nos imprimem uma impressão e afetam nossos sentidos; mas as palavras, diz ele, “nos afetam de uma maneira diferente”, pois elas “excitam as idéias de beleza e sublimidade tão bem como qualquer destas coisas, e às

---

<sup>635</sup> *Tableau de Paris*. Paris: Pagnerre, V. Lecou, 1853, pp. 4-5.

<sup>636</sup> JACKSON, Colonel, On Picturesque Description in Books of Travels. *The Journal of the Royal Geographical Society*. London: John Murray, 5, 1835, p. 381.

<sup>637</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 382.

vezes, muito mais do que elas<sup>638</sup>”. Outro autor que confiava no poder das palavras era o conde de Buffon, para quem sempre “houve homens que souberam mandar nos demais pelo poder das palavras”, mas apenas em séculos ilustrados “se escreveu bem e se falou bem<sup>639</sup>”. Se a oratória era útil ao exercício do poder, a boa escrita, a palavra bem colocada expressando a eloquência do pensamento, apenas em eras sábias foi possível. Trato aqui justamente da força expressiva das palavras que descreveram as cidades luso-brasileiras e sua força interpretativa, e é dela que tratam Burke e Jackson. Este último percebeu como ela podia ser útil na decifração e divulgação dos mundos exóticos e da diversidade de grupos humanos; pois para ele, esta paisagem não é apenas natural, mas também humana. É uma descrição “objetiva”, no sentido que os sábios do século XVIII davam, já não é mais útil para esta necessidade de empatia com um público mais amplo. É claro que Jackson não está alheio a uma tradição descritiva: ele recupera a idéia da Viagem Pitoresca, desta vez não apenas como divulgadora de belas imagens para deleite de leitores capazes de pagar os altos preços dos álbuns ilustrados, mas utilizando a técnica do pitoresco adaptada à palavra escrita, levar o *utile dulci* Horaciano a um público mais amplo.

Por isso, o “detalhe frio” dos usos e costumes de diferentes nações só responde à necessidade de utilidade, mas não tem o mesmo resultado de quando as “personagens falam e agem, como se estivessem em nossa presença imediata”. No primeiro caso, há algo de “vago e indefinido que nos deixa estranhos às motivações secretas dos homens, mantendo-nos indiferentes às ações às quais não vemos nem a causa nem o efeito, sem o grau de abstração ao qual poucos são capazes”. Já quando assistimos e nos tornamos atores nas “várias cenas de hábitos estrangeiros, quando conversamos com os nativos de diversos climas, nos sentamos em seus círculos familiares, dormimos sob seus tetos”, quando participamos de suas caçadas, de suas cerimônias públicas e domésticas, dançamos com eles em seus momentos de alegria, “nos misturamos às suas lágrimas em seus momentos de tristeza”; só assim podemos verdadeiramente “admirar, afligir-nos, simpatizar ou execrar os costumes e sentimentos que testemunhamos<sup>640</sup>”. A partir daí seria então possível distinguir o que é nacional do que é adventício, verificar os verdadeiros efeitos dos vários climas

---

<sup>638</sup> BURKE, Edmund, *A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the Sublime and Beautiful*. Ed. by James T. Boulton. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1990, p. 163.

<sup>639</sup> BUFFON, Georges-Louis Leclerc, conde de, *Discurso sobre el estilo*. Trad. Alí Chumacero. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004, p. 18.

<sup>640</sup> JACKSON, Colonel, *On Picturesque Description...*, *op. cit.*, p. 382.

sobre as leis, instituições, religiões e costumes, e só então ser bem sucedidos em “civilizar ou aperfeiçoar o que é defeituoso no povo ao qual examinamos, ou ainda afiançar aquelas relações de amizade que sejam de nosso interesse cultivar<sup>641</sup>”. Jackson propõe neste pequeno, porém denso, texto, um método de aproximação às sociedades exóticas por meio de uma descrição pitoresca, emprestando um conceito inicialmente proposto para a pintura, para provocar uma empatia do leitor para com as sociedades descritas, assegurando uma eficácia ao texto na persuasão e exatidão do “quadro” descrito, contribuindo para uma compreensão mais acurada dos povos visitados e descritos.

A simples descrição de costumes e disposições dos vários povos, a denominação de cruéis ou humanos, bravos ou covardes, alegres ou sérios, francos ou reservados, indolentes ou industriosos, tolerantes ou fanáticos, inteligentes ou estúpidos, não é suficiente para formar um juízo correto destes mesmos povos; para isso, é necessário “fazer-nos assistir como atores, ou ao menos como espectadores, nas cenas mais calculadas para dar-nos uma familiaridade íntima com as pessoas sobre quem nós lemos”. Isso requer muito mais do viajante: muito mais “arte e talento de uma ordem superior, para a qual nestes casos o narrador deve ser freqüentemente também um ator”, mas evitando um pecado ao qual muitos viajantes sucumbiram, de fazer “deles mesmos a principal personagem de suas histórias<sup>642</sup>”.

Jackson reconhece que para descrever alguns “objetos materiais” as pinturas ou pranchas eram mais convenientes, pois num olhar rápido se poderia perceber mais do que na mais acurada descrição. No entanto, muitas vezes o preço destas imagens impedia que elas fossem feitas. De todo modo, para ele, os desenhos de um livro de viagem deveriam servir apenas para dar uma “idéia mais correta dos objetos mencionados no texto. Às pranchas falta vida e movimento. É tarefa do texto animar a cena, dar vivacidade à paisagem, fazer as figuras moverem-se e falarem<sup>643</sup>”. A descrição será mais precisa quanto

---

<sup>641</sup> *Id., ibid.*

<sup>642</sup> *Id., ibid.*, p. 383.

<sup>643</sup> *Id., ibid.* Luciana Martins, citando este trecho, afirma que “Jackson recomenda que escritores deveriam ‘pintar ao invés de descrever; pinturas ou pranchas reais exprimem mais e melhor em apenas um olhar do que a descrição mais exata’”. MARTINS, Luciana de Lima, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 60-61. Não é exatamente isso o que diz o autor. Para ele, apesar de alguns objetos serem mais bem descritos em imagens, eles devem ser submetidos às palavras, que são o que realmente dá vida e movimento às cenas descritas. O trecho original é o que segue: “It is true that for many objects of the material kind real pictures or plates convey more and better at a single glance than the most accurate description, and the want of these is frequently a defect in many books of travels; but they are

mais puder capturar “a peculiaridade mais notável da paisagem, seja resultado de causas naturais, seja da indústria humana”. E contrariamente às instruções de Volney, Jackson acredita que esta peculiaridade seria mais bem captada “na primeira impressão produzida pelo primeiro olhar<sup>644</sup>”. Esta elaboração se prestava à “construção figurativa dos costumes da população local, de seus hábitos, com trajés, comes e bebes, festejos e muitas vezes em meio a paisagens<sup>645</sup>”, que Schiavinatto vê em viajantes como Debret, von Martius, Rugendas ou Florence.

A visão do pitoresco de Jackson é mais ampla do que a maior parte dos autores que, segundo ele, crêem que o pitoresco só se aplica aos objetos que podem ser pintados; o viajante deve buscar a descrição pitoresca que tenha um significado maior do que a imagem, em cenas que serão “melhor descritas por meio dos sentimentos morais que elas inspiram<sup>646</sup>”. Imagens de “cenários” que sejam apenas “jogadas” nos livros de viagem para “ocupar espaço ou entreter a imaginação”, têm pouco valor; sobretudo considerando que seu objetivo é instigar nossa “simpatia pelas desvantagens naturais sob as quais vivem certas nações, ou destacar os peculiares benefícios que uma nação admirável produz, juntamente com a influência moral em ambos os casos sobre as mentes, disposições e caráter dos homens”, além de adicionar “vigoroso interesse à narrativa do viajante<sup>647</sup>”. Nunca esquecendo, é claro, que estas “cenas” e “pinturas da vida” devem ser protegidas da verdadeira “infecção” que era o exagero do sentimento e da “originalidade a qualquer preço”: as viagens deviam tratar de “fatos, e dos louváveis esforços para interessar e distrair ao mesmo tempo em que instrui”, não se esquecendo nunca sua missão, ou condescendendo em “sacrificar a verdade e elegância para as absurdas exigências de um gosto corrompido<sup>648</sup>”. A descrição, para Jackson, tem também um caráter pedagógico como tinha em Tucker ou Berchtold, por exemplo, não tanto para a decifração do livro do mundo, mas

---

attended with considerable expense, particularly if coloured, which it were to be wished that such objects always were. Moreover, the drawings of a work should be intended only to assist in giving a more correct idea of objects mentioned in the text. Plates are wanting in life and movement. It is the business of the text to animate the scene, to warm the landscape, to make the figures move and speak”.

<sup>644</sup> *Id., ibid.*, p. 384.

<sup>645</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis, *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, p. 622.

<sup>646</sup> JACKSON, Colonel, *On Picturesque Description...*, *op. cit.*, p. 385

<sup>647</sup> *Id., ibid.*, pp. 385-386.

<sup>648</sup> *Id., ibid.*, pp. 386-387. Esse gosto corrompido de que fala Jackson era representado pelo fato de qualquer turista ser induzido a publicar suas experiências de viagem, inúteis para os seus propósitos pedagógicos e morais.

para a educação moral do indivíduo e do cidadão. Nesse sentido, as paisagens tropicais são um cenário privilegiado para ensinar aos homens como uma natureza pródiga pode não ser suficiente para que a civilização floresça com raízes sólidas.

O coronel Julian Jackson pôde desenvolver mais suas idéias em outro texto de mais fôlego, de título sugestivo: *What to Observe; or the Traveller's Remembrancer*. Richard, como vimos em sua instrução parcial para a expedição de Entecasteaux, já havia chamado a atenção para a pouca “memória” que tinham os viajantes, e a necessidade de serem lembrados do que e como ver. Jackson propõe então um guia do olhar para os viajantes, um recordatório de formas de observação para os viajantes não iniciados e para os demais que porventura se esquecessem dos vários objetos dignos de nota. Recordar ao viajante o imenso campo de “investigação física e moral” que era o mundo e a possibilidade de “alargar a esfera de suas próprias idéias”, bem como adquirir os meios de “comunicar aos outros a grande massa de informações valiosas ou interessantes<sup>649</sup>” que encontrasse em sua jornada. Neste texto, o autor se aproxima das questões propostas por Tucker, Berchtold ou Volney, mas aqui elas dizem respeito à conformação geográfica dos países visitados, desde seus aspectos físicos, como montanhas, rios, lagos, clima, geologia, minérios, produção agrícola, zoologia, população, indústria e manufaturas, comércio, instituições religiosas, governo, ciência, literatura, artes, organização militar, relações exteriores, colônias; e uma novidade, um dos itens agora diz respeito às cidades e à arquitetura. Embora parecidas às outras instruções que vimos anteriormente, há uma mudança de enfoque, já demonstrada em seu artigo na *The Journal of the Royal Geographical Society*. A imagem pitoresca, para ele a mais adequada para a descrição de viagens, dependia de uma paisagem diferente daquela que os pintores pitorescos do século XVIII privilegiavam, que eram as cenas bucólicas de uma natureza domesticada e humanizada, de jardins e vilarejos. Se Jackson não despreza estas paisagens, para ele o pitoresco se apresentava mais bem definido numa paisagem moralizada, que dependia da ação humana e das relações entre os homens, que não podiam prescindir do cenário civilizado da cidade.

Os dados sobre a população, referentes a sua procedência, religião, língua, classe social e profissões devem servir para formar um “quadro do estado moral e físico do

---

<sup>649</sup> JACKSON, J.R., *What to observe; or the Traveller's Remembrancer*. 2. ed. London: Madden and Malcolm, 1845, p. v. A primeira edição é de 1841 e há uma terceira edição de 1861.

país<sup>650</sup>”. Assim, especial atenção deve ser dada aos costumes, hábitos e princípios desta população, pois o caráter moral de um país está intimamente conectado com a sua riqueza, religião, leis e clima. Os homens têm “costumes antes de ter leis, e estes costumes primitivos geralmente devem sua origem ao clima de um país e às ocupações de seus habitantes<sup>651</sup>”. Há então uma relação natural entre povos não civilizados e seus hábitos morais, ainda presos às suas origens, enquanto os povos mais civilizados, ao contrário, modificam seus hábitos e “a natural e direta influência do clima e da ocupação é neutralizada por necessidades externas”. Por isso os hábitos dos selvagens são simples e facilmente identificáveis, enquanto os dos civilizados são “complexos, difíceis de se compreender, freqüentemente contraditórios, e sua origem obscura<sup>652</sup>”. Assim como os autores anteriores, para Jackson a pureza destes hábitos e valores era mais bem entendida no campo, entre os camponeses, já que a civilização, “retirando o homem da simplicidade e pureza da natureza, tende a corromper sua moral”; sendo as grandes cidades os centros de civilização, eram proporcionalmente mais corruptas. No entanto, isso não quer dizer que não se deva ter atenção às cidades, muito pelo contrário: pois se os hábitos e valores morais são considerados bons nos grandes centros, presume-se “que serão ainda melhores no campo<sup>653</sup>”. A cidade é, então, um índice de civilização de um país, ao mesmo tempo em que serve para medir também o seu grau de corruptibilidade e degradação.

Adverte que o viajante não deve se confundir ao tratar de uma cidade, “enganado por nomes”, ou imaginando que o termo designe sempre a mesma coisa que chamam de cidade na Europa. Pois fora do continente há “cidades e cidades principais muito mais insignificantes do que a mais pobre de nossas aldeias, e Reis muito mais pobres do que o mais pobre de nossos camponeses”. O que se deve entender por cidade é um conjunto de habitações onde os homens residem habitualmente e que “anuncie civilização e forneça os meios necessários para que ela exista”. É nestas cidades, da mais à menos civilizada, que o viajante será capaz de conseguir “o maior número de informações referentes à civilidade destes países<sup>654</sup>”. O que deve ser observado, além de sua situação geográfica, suas ruas e população, era o estilo geral dos edifícios, a distribuição interior das casas, os materiais

---

<sup>650</sup> *Id., ibid.*, pp. 217-218.

<sup>651</sup> *Id., ibid.*, pp. 220-221.

<sup>652</sup> *Id., ibid.*, p. 221.

<sup>653</sup> *Id., ibid.*

<sup>654</sup> *Id., ibid.*, p. 234.

com os quais as habitações eram construídas e o mobiliário<sup>655</sup>. Era importante também observar o grau de limpeza das casas, a existência de banheiros e as precauções com ventilação “e outros aparelhos sanitários<sup>656</sup>”. O viajante deveria ainda descrever o caráter da cidade que visitava, se era mercantil, manufatureira, um balneário ou de caráter misto, pois os hábitos e costumes podiam variar muito entre as cidades de um mesmo país. Sobretudo cidades portuárias apresentavam a maior diversidade e, conseqüentemente, as maiores dificuldades para se perceber o caráter nacional em meio à “população heterogênea que se congrega nestas cidades”, nas quais há muito pouco de “estritamente nacional” que possa ser percebido<sup>657</sup>. O viajante atento deve buscar as regulações de polícia, ou a administração pública da cidade, mais facilmente percebidas nos países civilizados; mas deve ter atenção para perceber o que se esconde por trás das aparências, pois muitas vezes “excelentes regulações eram inúteis por não serem conduzidas adequadamente<sup>658</sup>”.

Com relação à arquitetura, Jackson propõe um itinerário do bom gosto que conduz em grande parte a apreciação das cidades luso-brasileiras, tanto em autores britânicos quanto franceses. Inicialmente pede uma apreciação atualizada da arquitetura, que não leve em conta nos edifícios notáveis apenas a presença de pórticos, pilastras, com partes recortadas e salientes, flanqueados por amuradas etc. Ao contrário, o bom gosto definia-se justamente pela presença limitada destes elementos. A beleza em arquitetura não consistia nem na ausência destes elementos nem na “profusão de embelezamentos”, mas muito mais numa “feliz composição de simplicidade, elegância, bela proporção, e uma perfeita adaptação do caráter do edifício à sua particular destinação<sup>659</sup>”. É a perfeita combinação de uso e beleza que dá ao edifício sua “perfeita conveniência, sem a qual não há verdadeira beleza em arquitetura”, tanto para um palácio quanto para uma simples residência<sup>660</sup>. E como em toda instrução de viagem, muitas questões já vêm com suas respostas prontas: a profusão de gastos imensos na construção de templos de “decoração ridícula e falsa”, particularmente em países católicos, seriam, para o autor, “mais do que suficientes para a construção de uma conveniente Basílica”. Ao contrário de ser ver empobrecida, a cidade

---

<sup>655</sup> *Id., ibid.*, p. 235.

<sup>656</sup> *Id., ibid.*, p. 238.

<sup>657</sup> *Id., ibid.*, p. 240.

<sup>658</sup> *Id., ibid.*, p. 245.

<sup>659</sup> *Id., ibid.*, pp. 394-395.

<sup>660</sup> *Id., ibid.*, p. 395.

ganharia muito em simplicidade e não mais seria “hostil à beleza<sup>661</sup>”. As casas construídas de forma quadrangular, com um pátio no meio a partir do qual os quartos recebiam luminosidade, sem janelas para o exterior, eram típicas de países onde se costumava enclausurar as mulheres<sup>662</sup>. O mesmo ocorre, por exemplo, com relação às roupas utilizadas pela população: se os povos da Turquia, Pérsia e Índias Orientais usavam roupas largas e esvoaçantes, isso se dava porque este tipo de vestimenta era adequada apenas a “uma classe de pessoas sedentárias e indolentes<sup>663</sup>”.

A arquitetura para o coronel Jackson é uma materialidade do caráter nacional de cada povo, por isso uma atenção especial deve ser dada a ela: numa nação influenciada por um particular sentimento de mesquinhez ou fantasia, encontramos uma arquitetura da nudez, em lugar de simplicidade, e da extravagância em lugar da beleza; um povo frívolo teria formosura até na arquitetura; verdadeira beleza e sublimidade seriam características de um povo “avançado em real grandeza”; um povo cruel e atrabiliário teria uma arquitetura lúgubre e melancólica, como os calabouços da inquisição ou os claustros dos monges trapistas (a referência a Portugal, Espanha e Itália é evidente); um povo econômico e calculista, não construiria nada mais além do necessário, cujos escassos monumentos seriam simples e sólidos (aqui também as questões já vem respondidas, o itinerário já vem dado e pronto). “Um povo realmente civilizado, com um sólido julgamento e um gosto purificado, terá edifícios de cada um destes caracteres de acordo com a conveniência de seus respectivos objetivos<sup>664</sup>”.

Estas instruções e a própria literatura de viagens nos indicam como se constitui neste momento um saber sobre o homem que busca, em várias frentes, uma hermenêutica e uma teoria deste conhecimento. Ela se apresenta sob variadas formas, nas quais o homem ainda está se destacando da História Natural, sendo acolhido em seguida pela Antropologia. A literatura, a pintura, as artes gráficas, são ainda auxiliares, tanto quanto as ciências físicas e morais, neste empreendimento de compreensão do homem e de suas formas morais, políticas e materiais. Jackson põe em prática uma técnica antiga, bastante popular no século XVII, mas ainda viva no XIX, a *Ut Pictura Poesis*, que possibilitava “tornar visível a Idéia

---

<sup>661</sup> *Id., ibid.*, pp. 396-397.

<sup>662</sup> *Id., ibid.*, p. 236.

<sup>663</sup> *Id., ibid.*, p. 229.

<sup>664</sup> *Id., ibid.*, p. 399.

por meio de agudezas<sup>665</sup>”, ou seja, tornar visível por meio de imagens e de palavras: assim uma imagem podia ser lida como um texto e o texto poderia ser tão pictórico quanto a imagem. “Assim como o pincel imita os *topoi* narrativos das ecfases de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, adequados simultaneamente à utilidade e ao prazer<sup>666</sup>”. Horácio propõe assim, “uma homologia dos procedimentos retóricos ordenadores dos efeitos de estilo, não uma relação de identidade ou equivalência das substâncias da expressão plástica e discursiva<sup>667</sup>”. Assim, como apontei antes com relação a Jackson, a palavra não é inferior à imagem na descrição, mas possui procedimentos equivalentes com a produção de imagens; “o legível e o visível têm fronteiras e lugares comuns, superposições parciais e imbricações incertas<sup>668</sup>”. Embora o coronel Jackson aposte, como Burke, na maior efetividade pictórica, ou pitoresca, do texto, pois para eles, “o poder das palavras é necessário quando aquele que viu se dirige àqueles que não viram. Por que as palavras têm o poder de fazer ver”, e só lhes é necessário, diz Augé, estimular a imaginação dos outros, liberar neles o poder de criar, por conta própria, uma paisagem<sup>669</sup>”.

A cidade não está ainda destacada neste esforço de compreensão, até os esforços por uma descrição pitoresca de coronel Julian Jackson, quando ela vai deixando de ser cenário da trama narrativa para compor a própria trama, para tornar-se um dos personagens desta trama. Isso não é surpreendente, uma vez que até meados do século XIX, a cidade ainda não está individualizada em nenhum esforço de compreensão; só a partir desse momento, ela começa a “tomar forma própria”, e é quando “ela provoca um movimento novo, de observação e reflexão. Aparece de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito<sup>670</sup>”. O coronel Jackson inclusive se distancia de Gilpin, para

---

<sup>665</sup> HANSEN, João Adolfo, *Ut Pictura Poesis e Verossimilhança na Doutrina do Conceito no Século XVII*. In: VV.AA. *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia, Literatura*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, 1995, p. 202. Cf. também GAMA, Luciana, *Retórica e Poética em Descrição da Ilha de Itaparica de Manuel de Santa Maria*. Itaparica (Séc. XVIII). *Urbana. Revista Eletrônica do CIEC*. Campinas: CIEC, 1(1), set./dez., 2006. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie4.pdf>. Consultado em dezembro de 2006.

<sup>666</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 203.

<sup>667</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 205.

<sup>668</sup> MARIN, Louis, *Sublime Poussin*. Trad. port. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2000, p. 19.

<sup>669</sup> AUGÉ, Marc, *Le temps en ruines*. Paris: Galilée, 2003, p. 72.

<sup>670</sup> CHOAY, Françoise, *O urbanismo. Utopias e realidades*. Uma antologia. 5. ed. Trad. port. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 4.

quem as “casas, as cidades e as habitações dos homens fazem mais freqüentemente um mal do que um bom efeito em uma paisagem<sup>671</sup>”; Jackson acredita na possibilidade de que a cidade se torne ela mesma uma paisagem pitoresca. Mas creio não arriscar demasiado ao afirmar que a literatura de viagem, tanto em sua faceta científica e naturalista, quanto literária, foi um instrumento importante para a definição do espaço urbano como local privilegiado para a observação do homem em seu *habitat*; um *habitat* não natural, já sabemos, mas adequado àquele ser “orgulhoso de sua superioridade” e de sua capacidade de transformação da natureza e do ambiente que o circunda. A cidade será um índice importante para determinar até que ponto os homens que as construíram e as habitam são merecedores deste orgulho que ostentam. Ela indica em sua materialidade, em seus edifícios, no desenho de suas ruas, em seus templos religiosos, em suas festividades públicas e privadas, na disposição dos aposentos das casas particulares, em seus mercados, em sua mão-de-obra, nos sons, cheiros e cores, na linguagem que se escuta em suas ruas, o gosto, o refinamento da civilização, a adequação entre a forma e o conteúdo da sociedade, suas múltiplas relações sociais. Para isso, vimos que não se pode prescindir de um roteiro bem determinado para a compreensão desta sociedade e das cidades que lhe são resultado, um roteiro cujas questões trazem quase sempre embutidas suas próprias respostas.

### 3.3 Os nomes de Tamara

*O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.*

*Italo Calvino<sup>672</sup>.*

Se em finais do século XVIII as instruções de viagem ainda não se ocupam da cidade como espaço narrável, os guias de viagem se desenvolvem para “decifrar a topografia da cidade”, detalhar a “diversidade de atividades citadinas” e esclarecer “a

---

<sup>671</sup> GILPIN, William, *Trois essais sur le beau pittoresque* sur les voyages pittoresques et sur l’art d’esquisser les paysages, suivi d’un poème sur la peinture de paysage, paru en 1792, et traduit de l’anglais par le Baron de Blumenstein en 1799. Trad. Isabelle Billiard. Postface Michel Conan. Paris: Éditions du Moniteur, 1982, p. 50. Sobre a cidade na viagem pitoresca, cf. BRILLI, Attilio, *Quand voyager était un art*. Le roman du Grand Tour. Trad. Marie-José Tramuta. Saint Pierre de Salerne: Gérard Monfort, 2001, p. 42.

<sup>672</sup> *As cidades invisíveis*. Trad. port. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 18.

opacidade social que cria um anonimato cada vez maior<sup>673</sup>”. Talvez as instruções pouco se ocupem da cidade porque ela já se tornou objeto privilegiado dos guias, que de certa forma no século XIX tomam o lugar das instruções na definição do que deve observar um viajante, agora se transmutando em turista. O guia é composto por generalidades sobre a cidade, sua arquitetura e sua população, uma visão a “vão de pássaro”, que pretende ser global, sem distinguir “as divisões do espaço urbano”. Inicialmente os elementos urbanos são apresentados “fora de contexto, eles são arrancados da rede de caminhos que constituem a visita guiada<sup>674</sup>”. Louis-Sébastien Mercier propõe uma abordagem diferente da cidade no prefácio de seu *Tableau de Paris*, de 1781. “Eu vou falar de Paris”, diz ele, “não de seus edifícios, de seus templos, de seus monumentos de suas curiosidades etc.” Muitos já trataram destes temas em relação à cidade; ele deseja, assim, falar dos “costumes públicos e particulares, as idéias reinantes, da situação atual dos espíritos”, de tudo enfim que o impressionou “neste amontoado bizarro de costumes loucos ou razoáveis, mas sempre mutáveis” que era a cidade de Paris<sup>675</sup>. Seu objetivo é desenhar um quadro da “fisionomia moral desta gigantesca capital”, e apresentá-la a seus próprios moradores, que viviam nela “como estrangeiros em sua própria cidade<sup>676</sup>”. Não se trata mais de uma descrição topográfica dos espaços físicos da cidade, mas uma descrição moral em suas “nuanças fugidias”. Mercier não pretende fazer nem um inventário nem um catálogo da cidade, mas desenhar, diz ele, “segundo meus olhos”; desenho traçado “tal qual saído de minha pluma, à medida que meus olhos e meu entendimento lhe juntaram as partes<sup>677</sup>”. E a cidade passa a ser entendida como “o melhor observatório da realidade humana e de sua natureza”, e Paris, na qual o cidadão se encontra a todo o tempo com homens de todas as partes do mundo, se torna “a metrópole das observações morais e sociais necessárias para compreender a crescente opacidade que atinge todas as sociedades urbanas<sup>678</sup>”. Em Mercier não temos apenas a observação da cidade como um organismo autônomo, o que não deixa

---

<sup>673</sup> CHABAUD, Gilles, Images de la ville et pratiques du livre: le genre des guides de Paris (XVIIe-XVIIIe siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: SHMC. 45(2), avr./juin, p. 329.

<sup>674</sup> HANCOCK, Claire, *Paris et Londres au XIXe siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage Paris: CNRS, 2003, p. 35.

<sup>675</sup> MERCIER, Louis-Sébastien, *Tableau de Paris*. Étude sur la vie et les ouvrages de Mercier, notes etc. par Gustave Desnoiresterres. Paris: Pagnerre, V. Lecou, 1853, p. 1. Cf. CHABAUD, Gilles, *op. cit.*, p. 323.

<sup>676</sup> *Id., ibid.*

<sup>677</sup> *Id., ibid.*, p. 2.

<sup>678</sup> ROCHE, Daniel, *op. cit.*, pp. 432-433.

de ser novidade para o século XVIII, mas uma cidade que se decifra e se descreve pelo método da viagem; um desejo de se descobrir quais os nomes de Tâmara.

As narrativas de viagem dão um destaque importante à cidade em suas descrições, mesmo quando o objetivo da viagem é a história natural. Assim comerciantes, aventureiros, artistas, “estudavam, com maior ou menor afinco, a fauna e a flora, os recursos naturais”, também “observavam a vida social, tanto rural como urbana, investigavam as relações de trabalho, de produção, a economia e as questões escravistas e indígenas”. O que muda de acordo com os objetivos da viagem, é a ênfase que se dá a cada tema<sup>679</sup>. O quadro que pintam os viajantes da cidade luso-brasileira oscila entre estes dois modelos, o que faz um inventário topográfico da cidade e outro que pinta o seu quadro moral e pitoresco buscando a exemplaridade da organização social. O viajante europeu que visita as antípodas de seu mundo, seja a Itália, Espanha, Portugal, Império Otomano, ou as cidades americanas, costuma ser atraído pelo “esquema do mundo virado de cabeça para baixo”, base para a organização de suas observações em “lugares exóticos<sup>680</sup>”. Se for possível estabelecer uma evolução entre o fim do século XVIII e o início do XIX, na qual o inventário dá lugar pouco a pouco ao quadro moral, estes dois modelos convivem ainda na maioria das narrativas sem sobrepor-se, embora o quadro moral adquira cada vez mais a precedência. Se o primeiro interesse do viajante-naturalista na América portuguesa é a natureza e as suas produções úteis ao aumento da felicidade do gênero humano, além de decifrar a obra divina em seu livro próprio, o que é bastante diferente do que entenderíamos hoje por um interesse pela natureza, a cidade não deixou de atraí-lo. De fato, o interesse do naturalista logo se estenderá também ao espaço urbano, que foi sempre um lócus privilegiado da literatura de viagem; segundo Pioffet, o “exotismo romanesco é, no século XVII, principalmente

---

<sup>679</sup> LISBOA, Karen Macknow, Viajantes vêm as festas oitocentistas. In: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, v. 2, p. 624.

<sup>680</sup> BURKE, Peter, O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII. In: *Variedades de história cultural*. Trad. port. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 140. Cf. COMPARATO, Vittor Ivo, Viaggiatori inglesi in Italia tra Sei e Settecento: la formazione di un modelo interpretativo. *Quaderni Storici*. Ancona, 42 : 850-886, sett./dic., 1979; IACHELLO, Enrico, La représentation des villes siciliennes dans les récits des voyageurs français (XVIIIe. et XIXe. siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine. 40(4): 557-577, oct./dec, 1993; e GALLO, Francesca, Viaggiatore e guide nella definizione dell'identità urbana: il caso di Siracusa. *Storia Urbana*. Milano: Franco Angeli, 92: 25-45, lugl./sett., 2000.

urbano<sup>681</sup>”. O olhar dos viajantes e dos guias de viagem no século XIX, diz Hancock, “se aparenta àquele do etnógrafo porque ele pretende ler os valores e as estruturas de poder de uma sociedade na organização social de seu *habitat*<sup>682</sup>”. Este olhar etnográfico procura compreender e decifrar as formas de organização sociais por meio da análise de seus espaços urbanos e das populações que lhe habitam, servindo os livros de viagem e guias urbanos como novas formas de um “novo esclarecimento da linguagem urbana<sup>683</sup>”. Esclarecimento que será fundamental para a constituição de identidades nacionais, das quais as cidades serão espelhos, metáforas que identificam as nações, “lugares-comuns” que representam as formulações e hesitações da nacionalidade, como veremos adiante.

Os temas do exótico vão de livro a livro, e de país exótico a outro. Muitos lugares-comuns da viagem à Itália estão presentes nas narrativas sobre cidades luso-brasileiras: as procissões, ex-votos e tudo o que representa a superstição católica, a violência, as formas de vingança, a reclusão das mulheres, e os *lazzaroni* de Nápoles, “homens robustos, sadios, deitados ao sol sem fazer nada, sendo o *dolce far niente* uma parte indispensável da *dolce vita* italiana como a viam os do norte<sup>684</sup>”. Para Burke, esta visão do italiano preguiçoso era uma “versão europeia do mito do nativo preguiçoso”, que vai das selvas americanas para o sul da Europa e Oriente; em seguida, retornará às cidades americanas renovado e readaptado. O mito da Itália, aliás muito parecido ao que já vimos com relação à Espanha e Portugal, é bastante instrutivo para se compreender as imagens conceituais sobre as cidades luso-brasileiras. Um contraste ente “norte e sul (cultura e natureza, civilização e selvageria)”, e também um contraste temporal, no qual a Itália tinha sido o centro do mundo, “mas no século XVIII já se transformara em uma Arcádia<sup>685</sup>”. Da mesma forma a América, além da distinção norte e sul era também ao mesmo tempo a infância da humanidade rediviva e a antiga terra da promessa tinha se transformado pela incúria de seus habitantes, em terra degenerada e decadente. Iachello observa que dois esquemas de leitura da cidade se interpõem na interpretação das cidades de Agrigento e Siracusa: um velho esquema que celebrava a cidade a sua glória passada e que identificava a cidade a sua

---

<sup>681</sup> PIOFFET, Marie-Christine, *Espaces lointains, espaces rêvés dans la fiction romanesque du Grand Siècle*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2007, p. 35.

<sup>682</sup> HANCOCK, Claire, *op. cit.*, p. 196.

<sup>683</sup> *Id., ibid.*, p. 197.

<sup>684</sup> BURKE, Peter, *op. cit.*, pp. 141-142.

<sup>685</sup> *Id., ibid.*, pp. 146-147.

antiguidade; e outro mais recente, que ligava sua importância à riqueza econômica. Um é utilizado contra o outro, diz ele, pois as duas cidades são acusadas de não “estarem à altura de sua própria história<sup>686</sup>”. No caso das cidades luso-brasileiras ocorre algo parecido, em outro sentido: elas são apresentadas em sua pitoresca confusão por conta de seu passado colonial e pela administração de uma potência “cuiusmodi e decadente”. Por outro lado, em meados da primeira metade do século XIX, elas são apresentadas como uma esperança de construção de uma grande nação no sul do continente, espaços de constituição de uma civilidade monárquica, esperança de união da corte e da cidade em meio à “desordem desagregadora” da natureza dos “Trópicos”.

Estas cidades mestiças sofrem de uma espécie de inadequação, de um erro de construção que as desloca no tempo e no espaço. As sociedades do sul, da Europa ou da América, são vistas como se estivessem em descompasso com o progresso e com civilização européia, da qual fazem parte, no caso de Itália, Espanha ou Portugal, ou foram por ela criadas, como no caso do Brasil. Tratando da Sicília, Moureau afirma que para os viajantes que a visitam, esta “Grande Grécia da Antiguidade” já não era mais “a matriz da Europa”; ela agora havia se tornado seu “final, não totalmente africana para fazer sonhar, e muito diferente da civilização que reinava no Norte para ser identificada com ela”, um local sem lugar, um espaço deslocado, desarticulado, uma identidade inconclusa. Esta forma de estar no mundo foi vista como um “enigma” para os homens das Luzes, que tinham a convicção de persistir no Sul “a superstição e as formas mais arcaicas de uma sociedade à margem do progresso do espírito humano<sup>687</sup>”. Toda a Itália é de alguma forma um *outro* do Ocidente, um limite da civilização; em Trieste o viajante se sente às portas da Turquia e da barbárie, trata-se de uma cidade “encantadora desde que a deixemos e a contemplemos de longe em seus arredores<sup>688</sup>”.

Esta forma de ver a cidade, à distância, de preferência vista do mar, em sua mescla pitoresca de natureza e presença humana, será a forma por excelência da descrição da cidade luso-brasileira como veremos adiante. Nos espaços urbanos, os viajantes encaravam uma alteridade mais complexa do que a natureza “selvagem e tropical” da América. Esta

---

<sup>686</sup> IACHELLO, Enrico, *op. cit.*, p. 572.

<sup>687</sup> MOUREAU, François, *Le Théâtre des Voyages*. Une scénographie de l'Âge classique. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, p. 213.

<sup>688</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 228-229.

natureza era de uma oposição muito clara à tradição européia e impunha o seu estranhamento e sua diferença por si mesma; as cidades luso-americanas, apesar de seu aspecto ocidental, encerravam população e hábitos muito diferentes, ainda que o “cenário urbano” pudesse sugerir alguma semelhança com a Europa. Tomemos Spix e Martius em sua conhecida descrição do Rio de Janeiro:

“Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria<sup>689</sup>”.

Na materialidade da cidade, em suas casas, ruas e comércio, Spix e Martius identificam semelhanças com as cidades européias; no entanto, a imagem invertida do espelho do viajante encontra na ausência de civilidade, na impressão desagradável de corpos escuros e cheiros nauseantes, a imagem da alteridade que viera buscar na América. A descrição é praticamente a mesma que Volney faz de Alexandria, no Egito, cidade na qual “tudo adverte o viajante que ele está em um outro mundo. Descende ele à terra, uma multidão de objetos desconhecidos lhe assalta por todos os sentidos<sup>690</sup>”. O espetáculo da alteridade excita os sentidos do europeu, nos países exóticos, e neste tumulto, o espírito “é nulo para a reflexão”; é apenas depois de chegar a um abrigo, mais calmo, que o viajante poderá “considerar com mais reflexão essas ruas estreitas e sem pavimentação, essas casas baixas” cheias de treliças, esse “povo magro e enegrecido”, espécies de “fantasmas ambulantes<sup>691</sup>”. Se a natureza tem sua alteridade no espaço, na vegetação e nos animais, na cidade o europeu a encontra menos no traçado urbano ou nas construções, mas no próprio homem que a habita e no desencontro de temporalidades distintas que separam o *Novo* do *Velho* Mundo; paradoxo no qual o *Novo* representa o atraso e o passado, e o *Velho* garante o

---

<sup>689</sup> SPIX, Johan Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. port. Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, v. 1, pp. 41-42.

<sup>690</sup> VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de. *Voyage en Syrie et en Egypte...*, *op. cit.*, p. 3.

<sup>691</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 4.

progresso e a marcha em direção ao futuro. Um paradoxo que talvez se explique pelo fato de que muito da matéria que constitui as imagens conceituais das cidades luso-americanas tem sua base nas imagens prévias do Oriente, continente em ruínas de um passado distante, esmaecido, caído em decadência. A decadência da América copia a da Ásia, mas sem ter contado com a passagem civilizadora do tempo.

O Rio de Janeiro, no qual viveu entre 1808 e 1818 o negociante britânico John Luccock, não tinha ainda, em sua visão, recebido as benesses da presença da Corte portuguesa. Ele afirma que os edifícios públicos das grandes cidades da Europa emprestaram aos do Rio apenas os seus nomes e finalidades,

“comunicando-lhes porém, pouca coisa além disso; pouco do seu esplendor e, se possível, menos ainda de seu decoro. Acontece o mesmo com as instituições públicas; elas são, em geral, cópias ordinárias dos originais que pretendem imitar<sup>692</sup>,”

Temos aqui duas idéias que se tornaram lugares comuns de muitos estudos sobre o Brasil e suas cidades: a de que a conformação espacial da cidade reflete, e revela, não apenas um desleixo com as edificações, mas também um descaso com a coisa pública, e de que as “idéias importadas”, “fora do lugar<sup>693</sup>”, seriam responsáveis por esta falsa aparência européia, que sufocaria um suposto caráter nacional, na insistência em apossar-se de modelos estrangeiros que não caberiam em nossa “realidade”. Para Luccock, e outros viajantes, a aparência ocidental esconde uma essência muito pouco européia ou “polida”.

Na maior parte das vezes, a ilusão da aparência urbana se desfaz, revelando a precariedade da cidade construída nos “Trópicos”. A Catedral carioca, na descrição de Luccock,

“consiste numa edifício baixo, modesto e sólido (...). Dentro as paredes são caiadas, sem ornamentação e sujas. O altar, por sua vez, é tão modesto quanto a

---

<sup>692</sup> LUCCOCK, John, *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; Taken During a Residence of Ten Years in That Country, From 1808 to 1818*, London: Samuel Leigh, 1820, p. 53.

<sup>693</sup> A noção de “idéias importadas”, ou “fora do lugar”, está presente em muitos autores brasileiros, tendo sido formulada inicialmente por PRADO, Paulo, *Retrato do Brasil. Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*. 3. ed. São Paulo: D.P.&C., 1929, p. 206, e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, *passim*. Elas foram sistematizadas, e “batizadas”, pelo crítico marxista SCHWARZ, Roberto em *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, pp. 13-28. Suas idéias foram refutadas por FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho, *As idéias estão no lugar. Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense, 1: 61-64, 1976, e por BRESCIANI,

igreja, revelando o conjunto que muito pouco aproveitou de qualquer predileção dos grandes ou dos ricos. A orquestra fica no lado leste, comprimida de forma desajeita junto ao teto. Em redor vêem-se os sinais de muitos alicerces, muitos deles acrescidos de mato<sup>694</sup>”.

Tão decadente é a imagem desta igreja que até mesmo a natureza se apossa de seu espaço, crescendo o mato dentro do principal templo da cidade. Não por acaso, esta descrição é retirada da purificação do Templo de Jerusalém depois vitória de Judas sobre Lísias, em Macabeus. Subidos os vencedores ao Monte Sião, contemplaram “o Santuário desolado, o altar profanado, as portas incendiadas, os arbustos crescendo nos átrios como se num bosque ou sobre uma das montanhas, e os aposentos destruídos”. Para Luccock, seria necessário também no templo carioca, que ele fosse purificado e se removessem “para lugar impuro as pedras da contaminação<sup>695</sup>”.

Muitas vezes, as tentativas de tornar essas cidades mais parecidas com as européias davam o próprio índice de sua inadequação, quando o resultado aparecia grotesco, deslocado, “fora de lugar”. Koster, ao retornar ao Recife em dezembro de 1811, depois de uma curta temporada na Inglaterra, encontrou a cidade bastante modificada. Muitas das “rótulas sombrias” haviam sido substituídas por janelas, com vidros e balcões de ferro, por conta da chegada de diversas famílias de Portugal e três famílias inglesas; as senhoras portuguesas iniciaram, segundo ele, o hábito de ir à missa a pé, em plena luz do dia, e as damas inglesas tomaram o hábito de passear todas as tardes apenas por distração. Estes “melhoramentos” foram adotados por alguns, “que tinham medo de serem os primeiros” a adotar tais hábitos, e por outros “que os acharam agradáveis<sup>696</sup>”. O “tempo do progresso havia chegado”, diz Koster, e homens que tinham vivido por anos sem nenhuma mudança, “tanto no interior quanto no exterior de suas casas”, estavam agora pintando-as por dentro e por fora, mobiliando-as e “modernizando a si mesmo, a suas famílias e suas moradas<sup>697</sup>”. No entanto, era ainda uma modernização de fachada, não totalmente introjetada pela civilização, inspirada pela emulação dos estrangeiros, um primeiro passo, é verdade, mas

---

Maria Stella Martins, *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2005, *passim*.

<sup>694</sup> LUCCOCK, John, *op. cit.*, pp. 53-54.

<sup>695</sup> *Bíblia de Jerusalém*, 1Macabeus, 4, 36-43.

<sup>696</sup> KOSTER, Henry, *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1816, p. 188.

ainda tímido. Este “espírito de mudança” chegava a provocar algumas “conseqüências grotescas”, como o caso de uma “senhora de consideráveis dimensões”, que havia entrado neste “amor pela inovação”. Ela era “praticamente igual em circunferência e altura”, e apesar desta “desafortunada conseqüência”, o embelezamento não poderia ser desprezado: sendo assim, decidiu vestir-se à moda inglesa, com chapéu cigano amarrado ao queixo; o espartilho não fora adotado, mas a saia deveria ser inglesa, revelando “cruelmente belezas que deveriam ser ocultas”; e os pequenos sapatos eram comprimidos pela “superabundância com que a natureza lhe havia prodigamente concedido<sup>698</sup>”. Esta anedota tem como função inserir uma nota de humor e leveza pitoresca à narrativa, mas também indicar como a sociedade luso-brasileira estava ainda pouco preparada, apesar dos avanços devidos à afluência de estrangeiros, às inovações da civilidade e do progresso.

Um pouco mais condescendente com a nova monarquia foi Debret, para quem a civilização, se mantivera “estacionária no Brasil” até 1808, quando a Corte portuguesa chegou a essa “colônia até então abandonada aos cuidados de um Vice-Rei”. Frase que lhe custou a antipatia dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico, não satisfeitos nem com esta civilização apenas estacionária, nem com a menção à colônia abandonada e inculta. O processo civilizatório só teria um impulso maior seis anos mais tarde, quando o Príncipe real D. Pedro “trocou o seu título pelo de *Defensor perpétuo do Brasil*, e alguns meses depois, acrescentou o de *Imperador* de sua pátria adotiva, libertada para sempre da influência portuguesa<sup>699</sup>”. As esperanças de Debret estavam no estabelecimento da corte no Rio de Janeiro, “o centro de onde a civilização iria irradiar-se para todas as partes do território”. Rapidamente, para Debret, a cidade se modificou para receber as influências da civilização: “o luxo criou artífices hábeis; as ciências formaram sociedades de encorajamento; a arte conquistou adeptos e a tribuna, oradores”. E o jovem de elite podia visitar a Europa, aprender sobre as ciências, sobre a indústria, e voltar para ser um dos “mais preciosos sustentáculo de sua *pátria regenerada*<sup>700</sup>”. O processo de civilização para Debret, e inúmeros outros viajantes é muito claro: inicialmente, a superação dos vínculos

---

<sup>697</sup> *Id., ibid.*, p. 189.

<sup>698</sup> *Id., ibid.*, pp. 189-190.

<sup>699</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou Séjour d’un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement, Époques de l’Avènement et de l’Abdication de S.M.D. Pedro 1<sup>er</sup>., Fondateur de l’Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839, v. 2, pp. I-II.

<sup>700</sup> *Id., ibid.*, p. II.

coloniais, que mantiveram o Brasil “isolado” do mundo, sem comunicação com a Europa e nenhum tipo de comércio, nem no sentido de bens e mercadorias, nem no de comunicação entre povos e pessoas, o que faz Debret imaginar que os jovens brasileiros tiveram que esperar a chegada da Corte para viajar e estudar na Europa. Superados os vínculos coloniais, dever-se-ia apagar a herança lusitana, as raízes portuguesas, que nos mantinham assentados à barbárie, que mantinham a civilização estacionada, crítica que é bem percebida pelos sócios do Instituto Histórico. E finalmente, adotar os modos urbanos da Europa na organização da sociedade e das cidades, que são aqui os espelhos desta sociedade, o reflexo da ordem e da civilidade.

Em Debret, o elogio vem sempre acompanhado de pequenas e (embora nem sempre) sutis inversões irônicas. Já vimos antes com Saint-Hilaire que os viajantes quase sempre louvam a hospitalidade do brasileiro, e Debret também ressalta o seu caráter “cortês e afável”. Sua explicação é a existência no país de um “clima delicioso que fecundando-lhe as belas plantações, apenas exige dele que fiscalize sossegadamente as abundantes colheitas<sup>701</sup>”. Essa será uma tópica importante, que trataremos ainda a seguir, de um povo que recebe sem esforço as benesses da natureza, tendo em Debret um de seus principais propagadores; que faz da nova monarquia americana, não mais uma Cocanha ou Eldorado, mas uma terra rica, de promessas futuras, ainda que dependente da atividade civilizadora do europeu, sobretudo do francês, para cumprir as suas expectativas, o que os portugueses claramente não puderam fazer. Pois se a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 foi um passo importante neste processo, ele ainda conservava o caráter português, de uma monarquia absoluta, que apenas “passou a constitucional representativa a partir de 1822, quando se transformou em Império<sup>702</sup>”.

A chegada da família real em 1808 é um marco civilizatório para todo viajante que chegou ao Brasil depois desta data. Eschwege nota que este fato foi “particularmente feliz para a prosperidade deste Reino; as ciências também ganharam, pois o país foi então aberto aos estrangeiros<sup>703</sup>”. Note-se que o principal neste fato não é exatamente a chegada da corte portuguesa, mas muito mais a possibilidade aberta a que outros estrangeiros tivessem

---

<sup>701</sup> *Id., ibid*, p. 1.

<sup>702</sup> *Id., ibid*, p. 2.

<sup>703</sup> ESCHWEGE, M. d', Observations sur la manière de voyager dans l'intérieur du Brésil, et tableau de cette partie du pays. *Nouvelles Annales des Voyages, de la Géographie et de l'Histoire*. Paris, 3, 1819, p. 99.

acesso às riquezas imensas do país. Pois até então, os portugueses haviam “publicado um bem pequeno número de obras sobre este vasto país que eles possuem há três séculos”, vendo ainda, com maus olhos que “os estrangeiros tocassem muito fundo a verdade sobre certos pontos<sup>704</sup>”. Uma destas “verdades”, tocadas por Eschwege, diz respeito à tão propalada hospitalidade do brasileiro; para ele, ela não passa de uma aparência, idéia tão importante na formação das imagens conceituais da cidade luso-brasileira. Até então, diz ele, se supunha que os viajantes eram ajudados e considerados pelo governo, “muitas vezes até preferidos aos habitantes do país”; entretanto, por isso mesmo, eram vistos por estes “senão com desprezo, ao menos com pouca estima, mesmo que fossem da religião católica”. Quanto aos outros, protestantes, eram vistos como heréticos, tratados com desconfiança, “como homens capazes de trair o país”. É bem verdade, que o viajante poderia ter a segurança de viajar pelo país sem o risco de ser insultado face a face, ao contrário, ele será acolhido “em todas as partes com polidez e hospitalidade”. Mas é na permanência de um ano, que ele poderá perceber, como parece ser o caso do autor, “as disposições pouco favoráveis aos estrangeiros; é raro que elas se manifestem num primeiro encontro<sup>705</sup>”.

É verdade que no universo de viajantes desta pesquisa, entre ingleses e franceses, muito poucos tiveram uma visão tão negativa da hospitalidade dos brasileiros, e já vimos como Saint-Hilaire se apressou em defendê-la em sua viagem a Minas Gerais. Na maior parte das vezes os protestantes contam anedotas, algumas vezes divertidas, sobre as dúvidas e medos da população mais pobre sobre a sua religião. O que há em comum é o sentimento de inadequação da civilização que se deseja para o país, os melhoramentos que são buscados, e as dificuldades de implantá-los por conta dos vícios arraigados na população e nas instituições. É como aquela saia inglesa, vestida pela senhora pernambucana descrita por Koster, muito pequena para o corpo que tenta vesti-la, ficando desgrenhada, confusa, deslocada, “fora de lugar”.

Como já havia indicado antes, parte deste descompasso se deve à origem portuguesa do jovem Império brasileiro, que mesmo independente ainda se ressentia das “raízes” lusitanas fincadas no país. O conde de Suzannet publica em 1844 um artigo devastador,

---

<sup>704</sup> *Id., ibid*, p. 100. Para Eschwege, isso só foi possível com a vinda dos sábios alemães após o casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina com D. Pedro.

<sup>705</sup> *Id., ibid*, pp. 118-119.

resultado de sua viagem ao país em 1842. Para ele, já no primeiro parágrafo de seu texto, a visita às cidades brasileiras, mesmo uma estada prolongada, era um empecilho a uma compreensão “exata e completa” do Brasil; para melhor avaliá-lo seria preciso

“meter-se no interior das terras, ali onde só penetrou a meias a influência européia; é ali que aprendemos a conhecer a população, e é ali também que nos damos conta dos numerosos e diversos obstáculos que barram, neste império o desenvolvimento da prosperidade material e da civilização<sup>706</sup>”.

Suzannet teorizou aqui o incômodo que sentiam os viajantes nas cidades brasileiras, sem que tivessem formulado uma hipótese mais precisa como ele. A cidade é espaço da ilusão porque ela confunde os sentidos do viajante, ela apresenta-lhe uma miragem que o faz pensar que está em algum local aparentemente civilizado, em algum ponto indeterminado do Ocidente. Para o senhor de Chavagnes, a cidade mascara a verdadeira “realidade”, escondendo os desafios de uma nação civilizada apenas “a meias”, incompletamente, e cuja barbárie ameaça a todo o momento estancar os pequenos avanços do progresso. Aqui não se trata, como em muitos outros autores, de louvar as virtudes do campo em detrimento dos vícios dos centros urbanos degenerados; sua opção é clara pelo caráter civilizador da cidade<sup>707</sup>. O que acontece é que as cidades luso-brasileiras não são suficientemente desenvolvidas, material e moralmente, para cumprir essa função.

Seu artigo, dividido em duas partes, parece desejar se contrapor ao “amor-próprio” dos brasileiros que, segundo ele, acreditavam que seu país era o “ponto central da civilização na América do Sul” e logo poderia rivalizar com os Estados Unidos. Reconhece que o país tinha grandes recursos, que o solo não necessitava nada para produzir, mas o papel, pergunta-se, “que desejava desempenhar esta raça portuguesa degenerada está à

---

<sup>706</sup> SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de, *Le Brésil en 1844. Situation morale, politique et financière. Intérieur du pays. – Les Villes maritimes. – Avenir politique. – Rapports du Brésil avec l’Europe. Revue des Deux Mondes*. Paris, 7(3), 1844, p. 66. Sobre este texto, cf. CARELLI, Mario, Visão por alto das imagens do Brasil na França. Uma herança ambígua. In: *Images réciproques du Brésil et de la France. Images recíprocas do Brasil e da França*. Atas do Colóquio organizado no quadro do projeto França-Brasil. Coordenação de Solange Parvaux e Jean Revel-Mouroz. Paris: IHEAL, 1991, v.1, pp. 112-113; e ROUANET, Maria Helena, *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, pp. 124 e ss.

<sup>707</sup> Indo do Prata ao Rio de Janeiro, o autor observa, em meio às convulsões políticas da região à época do general Rosas: “A infeliz república argentina, submetida a um jugo de ferro, esperará muito tempo ainda antes de se organizar. A civilização desaparece e se apaga, graças à ascendência de um chefe que se apóia sobre os instintos selvagens dos homens do campo”. SUZANNET, conde de, *Souvenirs de Voyages. Les Provinces du Caucase, L’Empire du Brésil*. Paris: G.-A. Dentu, 1846, p. 199.

altura de suas forças? Esta questão que se coloca o viajante que desembarca no Rio de Janeiro, ele não tarda a responder em um sentido bem contrário aos sonhos do orgulho brasileiro<sup>708</sup>”. Já na chegada ao Rio de Janeiro, a cidade não lhe produz a impressão que ele esperava experimentar, ela lhe parece uma fantasmagoria; a baía de Guanabara é tão vasta “que o olhar não pode abarcar toda a sua extensão; você fica indeciso diante dos quadros tão diversos que se procura em vão agrupá-los em torno a um ponto central; apenas na entrada da baía que podemos apreender o conjunto da paisagem”. O Corcovado e o Pão de Açúcar dominam um grupo de colinas pitorescas, mas quanto à cidade, “perdida no espaço, seria difícil julgar sua importância, pois as igrejas da Glória e de Santa Tereza são os únicos monumentos que você pode distinguir<sup>709</sup>”. É interessante notar que publicação em livro deste texto, há algumas modificações significativas neste trecho: aqui ele afirma que a baía de Guanabara não oferece “o imponente espetáculo das vistas de Nápoles ou de Constantinopla”, às quais era freqüentemente comparada nas narrativas de viagem. Sobre as montanhas que emolduram a baía, à exceção do Pão de Açúcar, “cone árido, mais bizarro do que majestoso”, e do Corcovado, “que paira sobre nossas cabeças”, no qual procurei, diz ele “em vão perceber diferenças de formas que me permitissem distingui-las”. O aspecto destas montanhas, afirma, é semelhante “à face dos negros, que por não terem fisionomias distintas, apenas o hábito nos impede de confundí-los<sup>710</sup>”. Ainda que afirme que na cidade não se pode compreender o verdadeiro caráter do Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se, para ele, metáfora e imagem símbolo do país: cidade opaca, indefinível, indistinguível, face sem fisionomia de uma nação que é igual aos negros que inundam suas ruas e fazendas, um único rosto desfigurado e sem expressão. Se a expressão facial representa uma “relação entre a interioridade do homem e sua aparência, e de suas transformações<sup>711</sup>”, a expressão do negro, e por antonomásia, do Brasil, representa o vazio e a inexpressão; nada mais além de ilusão e desordem.

---

<sup>708</sup> *Id., ibid.*, pp. 66-67. No seu texto publicado em livro, a referência aos Estados Unidos foi refeita. Se no artigo os brasileiros criam que logo poderiam rivalizar com a potência da América do Norte, em seu livro isso se transforma numa certeza: “Cada fato novo que eu podia recolher me fazia duvidar da civilização do Brasil, que me haviam dito estar tão avançada, pois os brasileiros não hesitam em crer que o Brasil está para a América do Sul, como os Estados Unidos para a América do Norte, o centro de uma civilização ativa e inteligente”. *Op. cit.*, p. 213.

<sup>709</sup> *Id., ibid.*, p. 67.

<sup>710</sup> *Id., Souvenirs de Voyages...*, *op. cit.*, p. 201.

<sup>711</sup> COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine, *Histoire du visage*. Exprimer et taire ses émotions (du XVIe siècle au début du XIXe siècle). Paris: Payot, Rivages, 1988, p. 48.

A cidade do Rio é um local sem encantos, que só provoca tristeza ao viajante, à exceção do clima admirável e das paisagens do seu entorno: natureza magnífica, humanidade degradada. Ela não possui muitos monumentos, o palácio do Imperador estava ainda inacabado, “um grande edifício construído sem arquitetura”; as igrejas e edifícios públicos “são construídos solidamente, mas sem graça”, e a única construção notável é o aqueduto da Lapa. A principal rua é a do Ouvidor, que “comparam à nossa Rua Vivienne”, na qual há algumas lojas cuja elegância e bom gosto contrastam com o resto da cidade, mas que parece não tê-lo impressionado muito<sup>712</sup>. Um dos únicos locais da cidade que lhe agradaram, foi o Jardim Botânico, localizado num vale e cercado de montanhas cobertas de florestas virgens. “Ficamos encantados”, diz ele, com esta natureza do Novo Mundo, onde tudo possui “uma grandeza que a Europa poderia invejar, se ela não tivesse por outro lado tantas outras vantagens mais preciosas, ainda que talvez menos apreciadas<sup>713</sup>”. Um elogio invertido, que se volta à Europa e transforma a qualidade em desvantagem: a natureza exuberante, a beleza do Jardim Botânico, não são nada sem a civilização, e essa, só a Europa pode dar. Suzannet faz um pequeno resumo histórico da cidade do Rio de Janeiro, cujos eventos podem se resumir, diz ele, em “poucas palavras”. Sua construção é bastante interessante: começa com a descoberta da baía, em 1519; segue com a tomada da cidade por Villegagnon, em 1555, incapaz de manter sua possessão, sendo então em 1568 expulso pelos portugueses, que um leitor desavisado não teria como saber, em seu texto, que haviam fundado a cidade. Em 1710, Duclerc desembarca no Rio, mas é preso e assassinado; Duguay-Trouin vingava a sua morte impondo uma derrota e grande contribuição de guerra à cidade. Em 1763 se torna a capital do Brasil, e recebe mais tarde o Rei “fugitivo”, D. João, que oferece inúmeros privilégios sobre o Brasil ao “despotismo” dos ingleses; seguindo assim até a independência<sup>714</sup>. Não por acaso, o seu resumo histórico não passa de um sumário da ação francesa na cidade, que parece ser o único índice de atividade e de civilização que a capital brasileira experimentou em sua história.

Outra observação de Suzannet é a da dificuldade de se obter informações sobre o interior do Brasil, pela incapacidade de se conseguir qualquer dado sobre alguma região do país pelas pessoas que nela vivem, incapazes de dar informações ainda que incompletas; é

---

<sup>712</sup> SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de, *Le Brésil en 1844*, *op. cit.*, p. 69.

<sup>713</sup> *Id.*, *Souvenirs de Voyages...*, *op. cit.*, p. 210.

<sup>714</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 203-205.

impossível, diz ele, encontrar um homem que possa dar uma opinião sobre o estado das províncias do interior “apoiada em fatos”. Para conseguir então alguma informação correta, a única opção era recorrer “às obras dos diferentes viajantes que exploraram o Brasil<sup>715</sup>”. Os brasileiros “não viajam jamais”, por isso são incapazes de produzir informações confiáveis sobre seu país, o que faz com que a Rio de Janeiro se encontre impossibilitado de ser um verdadeiro centro de decisões políticas e econômicas que interessem às demais províncias; para isso, os homens de Estado deveriam ter informações “aprofundadas sobre a situação das diferentes províncias, conhecimentos que lhes faltavam inteiramente”; esta ignorância seria a causa das inúmeras revoluções, que acabariam por dividir o país e permitir a instalação de uma república<sup>716</sup>. Suzannet deixa um pouco mais claro o que está implícito em alguns viajantes, de que o Brasil não pode ser administrado apenas pelos brasileiros, por sua incapacidade administrativa e, neste caso, por sua incapacidade de compreender a própria “realidade”; o mundo que os cerca, foi apenas de certo modo criado por eles, pois a maior parte do Brasil teve muito mais a mão da natureza para a sua formação do que propriamente dos homens. Caberia aos estrangeiros dar as “lições severas para esclarecer os brasileiros de seus verdadeiros interesses<sup>717</sup>”.

No interior do país, Suzannet visita as cidades de Ouro Preto, Barbacena, São João del Rei, Juiz de Fora, Diamantina, Tijuco, além da Bahia e de Pernambuco. Em Minas Gerais, se espanta com a decadência e com “a vida independente e nômade” que levam até mesmo os cultivadores ricos. Privados de toda educação, os brasileiros “fogem da sociedade à qual eles não procuram”, não tendo relações com ninguém além de seus subalternos; pouco importa onde vivam, pois “tudo lhes é indiferente, desde que possam satisfazer seus instintos grosseiros<sup>718</sup>”. O vício é acompanhado de uma completa negligência e apatia, uma indiferença que aproxima, mesmo os ricos, da inação animalidade. Em Ouro Preto, só se pode perceber a cidade no momento em que se chega nela, não possuindo assim uma visão pitoresca de seu conjunto urbano em anfiteatro, como o Rio de Janeiro. A cidade é um “amontoado de casas, perdido no meio das montanhas”, que oferece poucos atrativos: apenas as igrejas e o palácio do presidente da província “se

---

<sup>715</sup> *Id.*, *Le Brésil en 1844*, *op. cit.*, p. 68.

<sup>716</sup> *Id.*, *Souvenirs de Voyages...*, *op. cit.*, pp. 205-206.

<sup>717</sup> *Id.*, *Le Brésil en 1844*, *op. cit.*, p. 851.

<sup>718</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 82.

destacam da massa confusa das habitações”. Suas ruas são inclinadas, e os cavalos as escalam com dificuldade; a maioria de suas casas se encontrava em ruínas, “pois a população se afasta de uma capital cujo clima oferece poucos encantos<sup>719</sup>”. Em Minas, sua reflexão retoma a idéia que apresentara do Rio de Janeiro como teatro de aparências: na capital ele afirma ter observado os homens e os partidos “no teatro mesmo de seus incessantes debates”; já em Ouro Preto, diz ter presenciado “a ação do governo tal qual ela se exerce no interior do país”, na província mais rica e povoada do Império, podendo presenciar “a desordem da administração, a incapacidade da autoridade”, provando o quanto fazia falta ainda à sociedade os benefícios “de uma forte e sábia direção”.

Rio e Ouro Preto eram suficientes para dar base a seus julgamentos, diz ele, sobre a principal questão do Império, o “futuro político e comercial que lhe é reservado<sup>720</sup>”. A idéia da aparência encontra seu paroxismo no texto de Suzannet: o debate, a conversação e a polêmica são frequentes entre os políticos brasileiros, mas “numa discussão séria, a sua falta de educação não tarda a se trair”; na tribuna, não passam de “oradores ridículos<sup>721</sup>”. A sociedade, marcada pelos vícios da escravidão, tenta esconder a “corrupção profunda que se esconde sob uma reserva aparente<sup>722</sup>”. E a administração da justiça parece constituída, num primeiro aspecto, sobre bases regulares, o governo estabeleceu tribunais em todas as partes, “mas estas brilhantes aparências escondem uma chaga vergonhosa”, de venalidade e corrupção<sup>723</sup>. A política está baseada em “aparências frívolas”, que escondem “um sério mal”: o combate à influência européia “que teria felizes resultados para o Brasil<sup>724</sup>”. A busca pelo ouro é, assim, metáfora ideal para ilustrar essa sociedade ilusória, irreal e de aparências, sonhando com “riquezas perdidas” e onde não havia mais do que “o ouro colocado na superfície da terra”, que tentava “a ambição dos habitantes<sup>725</sup>”.

Como disse, o texto de Suzannet leva ao paroxismo, ao exagero, teses que estão em maior ou menor grau presentes na literatura de viagem, tanto em autores franceses como britânicos. Leva ao limite a idéia de imoralidade, desordem e caos da sociedade e das cidades luso-brasileiras, e ainda em 1842 a origem portuguesa aparece como uma mácula,

---

<sup>719</sup> *Id., ibid.*, p. 83.

<sup>720</sup> *Id., ibid.*, pp. 87-88.

<sup>721</sup> *Id., ibid.*, p. 91.

<sup>722</sup> *Id., ibid.*, p. 95.

<sup>723</sup> *Id., ibid.*, p. 96.

<sup>724</sup> *Id., Souvenirs de Voyages..., op. cit.*, p. 220.

um vício de origem, uma raiz malsã do Império brasileiro. “O estado moral da população de origem portuguesa responde a suas luzes: a corrupção dos costumes brasileiros é demasiado conhecida para que eu queira citar exemplos; é, aliás, uma *questão de família*<sup>726</sup>”. Por isso me detive nele para exemplificar como chega ao limite a querela política que dá substância a estes textos, numa disputa pela preeminência na tarefa que parece urgente aos viajantes, que é a de civilizar a sociedade brasileira e dar um bom uso aos recursos naturais e geográficos, de que é tão pródiga, e que até então não pudera ou não soubera utilizar. Poucos viajantes serão tão claros, afirmando a incapacidade dos luso-brasileiros em levar à frente esta tarefa; para muitos, o país não necessitava mais do que orientação, mudanças de costumes, de hábitos, sobretudo o fim da escravidão e a valorização do trabalho livre. Mas a questão de fundo permanece a mesma; a sociedade está incompleta, as cidades não são mais do que uma aparência, um “verniz” de civilização que não corresponde ao estado real do país.

### 3.4 A Cosmética do Caos

*Je vous disais que l'être humain est une citadelle et que les sens en sont les portes.*  
*Amélie Nothomb*<sup>727</sup>.

A cosmética, antes de tornar-se uma indústria da beleza, tinha relação com a origem do Cosmos, o mundo, e estava relacionada “à harmonia do corpo, à harmonia da cidade, e à harmonia do universo”. Este gênero de correspondências é ainda hoje praticado por alguns povos, como recorda Berque, onde “pintar o rosto confirma a ordem do mundo”. Trata-se de um “símbolo onto-cosmológico”, que relaciona a ordem dos arranjos corporais, à cidade e à ordem do universo, do qual, diz Berque, “guardamos algumas metonímias, como pintar os lábios de vermelho antes de sair pela cidade<sup>728</sup>”. A harmonia dos corpos e a beleza das formas indicam uma ordem conveniente do mundo, uma ordenação decorosa da cidade, expressa em gestos e em inscrições corporais. Passo a tratar aqui desta *cosmética urbana*,

---

<sup>725</sup> *Id.*, *Le Brésil en 1844, op. cit.*, p. 855.

<sup>726</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 94. Destaque meu.

<sup>727</sup> *Cosmétique de l'ennemi*. Paris: Albin Michel, 2001, pp. 35-36.

de uma cidade imaterial, ainda que bastante tangível, aquela na qual se observam as regras da urbanidade e do decoro, que representa o estado moral de uma nação, onde os vícios e virtudes de um povo são mais evidentes. São formas codificadas de convívio, que dizem respeito aos protocolos, precedências, rituais, etiquetas, responsáveis pela organização de uma ordem espacial, refletida na conformação física e material da cidade<sup>729</sup>, bem como das relações interpessoais. Tratarei aqui das formas de apreensão destas relações simbólicas que se dão na cidade, das quais a hospitalidade ao estrangeiro, a cordialidade, os modos à mesa, as diversões públicas e privadas e a conversação constituem alguns de seus aspectos mais evidentes. Todas estas formas são especialmente observáveis, e características, da vida urbana e dos modos citadinos<sup>730</sup>; assim serão alvo de atenção privilegiada dos viajantes, além de serem especialmente importantes do ponto de vista narrativo, porque introduzem o autor na relação direta com o mundo e os homens aos quais narra, sendo índice importante do grau de experiência alcançado na viagem.

Uma das principais formas com que a civilidade se reconhece nos indivíduos e nas sociedades são o gosto refinado, as boas maneiras, a preferência pelas belas formas e pelas fórmulas obsequiosas de tratamento. Ao tratar do gosto e do sublime, Burke afirma que, embora possa parecer que nos diferenciamos muito uns dos outros em nossos raciocínios e nossos prazeres, esta diferença tem mais de aparência que de realidade. Para ele, é provável

“que a regra da razão e do gosto seja a mesma em todos os seres humanos. Porque se não houvessem regras comuns à toda a humanidade para o julgamento e os afetos, não poderia haver nem em sua razão nem em suas paixões, a segurança suficiente para manter a correspondência ordinária da vida<sup>731</sup>”.

Enquanto faculdade natural, o gosto “é quase igualmente comum a todos<sup>732</sup>”. É comum aos homens, mas apenas *quase* a todos eles, pois apesar de universal, possui gradações de

---

<sup>728</sup> BERQUE, Augustin, *Urbs dat Esse Homini! La Trajectivité des Formes Urbaines*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000, p. 43.

<sup>729</sup> Sobre este tema, ver o instigante artigo de BASTOS, Rodrigo de Almeida, Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista da IEB*. São Paulo, 44: 27-54, fev., 2007, que trata das noções de regularidade e decoro que fundamentam a criação de cidades na América portuguesa, especificamente nas Minas Gerais.

<sup>730</sup> Cf. TORRÃO FILHO, Amilcar, Festa e Espaço Simbólico: Uma Luzida Corte na São Paulo do Século XVIII. *Desígnio. Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo: Annablume, FAU-USP, 4: 11-26, set., 2005.

<sup>731</sup> BURKE, Edmund, *op. cit.*, 1990, p. 11

<sup>732</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 20.

acordo com o preparo intelectual de cada indivíduo. Estas diferenças que relativizam a igualdade do gosto nascem, para Burke, de duas causas: “ou de um grau maior de sensibilidade natural, ou de uma mais constante e profunda atenção ao objeto<sup>733</sup>”. Daí a variedade enorme de gostos observáveis entre os homens, apesar de seus princípios uniformes, que Burke hierarquiza de acordo com a sensibilidade de cada um em reconhecer o belo. Alguns são demasiado insensíveis, “de temperamentos tão frios e fleumáticos”, que pouco excitam seus sentidos com o belo; outros, tão agitados por “prazeres grosseiros e meramente sensuais”, ou tão preocupados com a servidão da avareza, das honras e distinções, que não se deixam “mover pelo delicado e refinado jogo da imaginação<sup>734</sup>”. A causa da irregularidade do gosto “é a falta de julgamento: e esta pode nascer da debilidade natural do entendimento (e em seja o que for que consista a força desta faculdade) ou, como é mais freqüente, da falta de um exercício proporcionado e bem dirigido, que é o único que pode fortalecê-lo e avivá-lo”. Ou seja, o gosto é desvirtuado pela ignorância, desatenção, preocupação, temeridade, ligeireza, obstinação, “todas as paixões e vícios que pervertem o julgamento<sup>735</sup>”.

Brillat-Savarin também afirma, ao mesmo tempo, a universalidade do gosto na espécie humana e as gradações de qualidade que existem entre os homens em relação ao bom gosto. Para ele, o homem, de todas as criaturas, “é aquela cujo gosto é o mais perfeito<sup>736</sup>”. No entanto, se todos os homens são capazes de gosto enquanto espécie, nem todos individualmente podem experimentá-lo. Aqueles que comem rápido e sem atenção, por exemplo, “não distinguem as impressões de segundo grau [um gosto mais refinado e nuançado]; elas são o apanágio exclusivo de um pequeno número de eleitos<sup>737</sup>”. Da mesma forma, se os conhecimentos gastronômicos são necessários a todos os homens, pois eles tendem a aumentar a soma de prazer que lhes é destinada, “esta utilidade aumenta na proporção em que ela é aplicada às classes mais ricas da sociedade<sup>738</sup>”. Uma das causas desta desigualdade do gosto entre os homens é a ausência de reflexão, ou de Razão, ou seja, das Luzes. Pois, para Brillat-Savarin, existem três sensações de gosto diferentes: a sensação

---

<sup>733</sup> *Id., ibid.*, p. 21.

<sup>734</sup> *Id., ibid.*, p. 24.

<sup>735</sup> *Id., ibid.*

<sup>736</sup> BRILLAT-SAVARIN, Anthelme, *Physiologie du goût*, ou Méditations de gastronomie transcendante. Nouv. éd. Paris: Charpentier, 1839, p. 57.

<sup>737</sup> *Id., ibid.*, p. 55.

direta, a sensação completa e a sensação refletida; esta última, “é o julgamento que tem a alma sobre as impressões que lhe são transmitidas<sup>739</sup>”. Para que o homem se torne um *gourmet* é necessário um tempo de reflexão e pensamento. O gosto é parte do conhecimento e da filosofia; aqueles a quem a natureza não dispôs de uma fineza dos órgãos gustativos, que possuem um sentimento obtuso do gosto, “são para os sabores o que os cegos são para a luz<sup>740</sup>”. Desprovidos das *Luzes do Gosto*, são também cegos às *Luzes do Entendimento*. O prazer da mesa é, assim, “a sensação refletida que nasce de diversas circunstâncias de fatos, de lugares, de coisas e de pessoas que acompanham a refeição<sup>741</sup>”; em suma, o que nos diferencia da simples satisfação de uma necessidade fisiológica, como é a fome para os animais.

Enquanto o gosto é um dado natural do ser humano, a capacidade do bom gosto é restrita a um número menor de pessoas. Há indivíduos, diz Brillat-Savarin, que são naturalmente desprovidos da capacidade de fruição do gosto, como há os míopes incapazes de ver bem, os mancos incapazes de andar bem, e os surdos incapazes de ouvir<sup>742</sup>. Haveria uma predisposição inata para experimentar estas sensações, assim como para Burke o gosto estético é próprio ao homem enquanto espécie, mas não a todos os homens enquanto indivíduos. Não apenas uma predisposição inata, mas também a condição do indivíduo determinam a capacidade do gosto: “Se existem gulosos por predestinação, existem também por condição; e devo destacar aqui quatro grandes teorias: os financeiros, os médicos, os homens de letras e os devotos<sup>743</sup>”.

O bom gosto, a beleza, as regras de civilidade à mesa são, portanto, formas de organização da sociedade que marcam graus, criam hierarquias, regulam as relações e servem para neutralizar a violência e o caos. O protocolo e as precedências também organizam a forma de estar numa sociedade e os locais ocupados por cada indivíduo numa cidade; trata-se de uma linguagem que tem como uma de suas funções o “exorcismo da

---

<sup>738</sup> *Id., ibid.*, pp. 67-68.

<sup>739</sup> *Id., ibid.*, p. 53.

<sup>740</sup> *Id., ibid.*, p. 171.

<sup>741</sup> *Id., ibid.*, p. 196.

<sup>742</sup> *Id., ibid.*, p. 172. Para o autor existe uma predisposição inata ao gosto, perceptível no aspecto físico: “Os predestinados à gulodice são em geral de uma estatura mediana; eles têm a face redonda ou quadrada, os olhos brilhantes, a fronte pequena, o nariz curto, os lábios carnudos e o queixo arredondado. As mulheres são roliças, mais graciosas que belas, e um pouco propensas à obesidade”. *Op. cit.*, p. 173. Além disso, os franceses seriam mais predispostos ao gosto do que outros povos, obviamente.

<sup>743</sup> *Id., ibid.*, p. 176.

desordem”. Uma ordenação das relações entre os homens, mas também “uma ordem simbólica entre personagens políticos, e uma conciliação, uma ordenação do político”, a construção de um mundo “conciliado apesar das hierarquias e das desigualdades<sup>744</sup>”. Ele ordena o mundo apaziguando os conflitos, dando uma imagem de paz e de controle da violência. É um conjunto de “modalidades práticas”, que embora simbólicas têm uma materialidade evidente, “que visam afirmar a supremacia da ordem política, dissimular os conflitos e as tensões que são gerados por esta última<sup>745</sup>”. Para muitos viajantes a violência das relações no Brasil será justamente observada nesta falta de cumprimento dos protocolos e das precedências, onde mulatos, negros, escravos, homens pobres, as nossas “classes perigosas”, viviam, para eles, numa perigosa liberdade.

A maior parte dos viajantes estava atenta aos estilos de vida de cada grupo social dos locais que visitavam, pois eles definiam as normas de convívio e a sua organização social; um estilo de vida é “um modelo de comportamento que é uma participação voluntária em uma ordem de valores”. Um estilo de vida é, assim, “impregnado de valor; ele manifesta os laços com um estrato da existência onde reside um verdadeiro valor<sup>746</sup>”. É, pois, a aceitação do indivíduo a determinadas regras da sociedade, ao mesmo tempo em que este comportamento será aceito ou não por esta sociedade, organizando os grupos e as pessoas em determinados graus de valoração, externados pelas regras de deferência e sociabilidade. Estes dados aparecem sempre na literatura de viagem, pois constituem uma de suas chaves narrativas mais importantes, a da experiência pessoal, já que os comportamentos de deferência se manifestam o mais freqüentemente “na interação face a face entre pessoas”; baseada, segundo Shills, não nos títulos e insígnias que ela leve em sua vestimenta, mas nas características que dão “direito à deferência que eles crêem que estas pessoas possuem<sup>747</sup>”. Estas posições são ocupadas num sentido simbólico, mas também

---

<sup>744</sup> ANSART, Pierre, Le Pouvoir de la Forme. Pour Une Approche Psycho-Anthropologique du Protocole. In: DÉLOYE, Yves, HAROCHE, Claudine, IHL, Olivier (dirs.). *Le protocole ou La mise en forme de l'ordre politique*. Paris, Montréal: L'Harmattan, 1996, p. 26.

<sup>745</sup> DÉLOYE, Yves, Le Protocole ou L'Ombre du Pouvoir Politique. Sociologie historique de l'obéissance politique en France. In: DÉLOYE, Yves, HAROCHE, Claudine, IHL, Olivier (dirs.). *Le protocole..., op. cit.*, p. 50.

<sup>746</sup> SHILLS, Edward, Déference. Trad. Dominique Féral. *Communications*. Paris: Seuil, 69, 2000, p. 221.

<sup>747</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 240. O autor afirma que medalhas e títulos podem ser levados em conta, mas “constituem apenas uma parte da deferência expressa”.

literal, governados por regras protocolares: “há um uso político da repartição dos corpos no espaço, da distância ou, ao contrário, da proximidade entre os homens<sup>748</sup>”.

Estas regras formam um jogo cênico na cidade, que não por acaso será descrita nas narrativas de viagem como um grande teatro (ou anfiteatro, no caso das cidades portuárias), no qual se representa o texto na nação. As hierarquias formam as marcações, transformando a vida cotidiana no que Balandier denomina de “teatrocracia”; ou seja, a forma política que rege a sociedade, um “jogo encenado”, “uma sociologia que não depende de enunciação, mas da demonstração pelo drama<sup>749</sup>”. E as cidades são os palcos onde os símbolos da sociedade são ritualizados e onde se encena a linguagem do poder e se projeta a imagem da sociedade. A deferência está ligada a cerimônias e ritos de interação e não se limita a formas tangíveis, ela é difusa, por vezes intangível e impalpável<sup>750</sup>. Está ligada às formas doces de convivência, ao trato urbano e cordato, à “amenidade, à amabilidade”, em contraposição à preocupação com a “independência”, à “afirmação da autoconfiança, e em seguida na arrogância e na auto-suficiência, valorizando excessivamente a apresentação de si<sup>751</sup>”. Haroche recorda que Tocqueville havia observado uma ausência de deferência na sociedade norte-americana, que não se preocupava nem com as formas nem com as formalidades; enquanto nas sociedades de Antigo Regime a deferência era imposta do Exterior, “em função das hierarquias e das condições”, entre os americanos a regra e o julgamento dependiam apenas deles mesmos. “Cada um se apóia unicamente em si mesmo<sup>752</sup>”.

Para Tocqueville isso é resultado de uma revolução que instituiu uma “tirania da maioria”, como ele vai chamar a democracia americana. No Brasil, viajantes observam os riscos da liberdade numa sociedade mestiça, onde as hierarquias e precedências não eram observadas, onde o gosto pelas artes, pela boa comida, pelos modos à mesa, pelas formas belas, ainda não haviam se enraizado, sendo ao mesmo tempo um resultado do pequeno desenvolvimento da civilidade e um impedimento a este progresso tão necessário. Em

---

<sup>748</sup> HAROCHE, Claudine, L'ordre dans les corps: gestes, mouvements, postures. Éléments pour une anthropologie politique des préséances (XVIe-XVIIe siècles). In: DÉLOYE, Yves, HAROCHE, Claudine, IHL, Olivier (dirs.). *Le protocole...*, op. cit., p. 216.

<sup>749</sup> BALANDIER, Georges, *O poder em cena*. Trad. port. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 5.

<sup>750</sup> HAROCHE, Claudine, Le comportement de déférence: du courtisan à la personnalité démocratique. *Communications*. Paris: Seuil, 69, 2000, p. 7.

<sup>751</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 19.

finais do século XVIII isso se deve, para eles, a um sistema colonial antiquado e pernicioso, levado a cabo por uma nação degradada e ciumenta de suas possessões, às quais não tem condições de cuidar e promover melhoramentos; no século XIX, na passagem do Reino Unido ao Império, a monarquia aparece como uma esperança de construir uma civilidade de tipo europeu; entretanto, era vista como sendo demasiado permissiva com usos e costumes bárbaros, herdados das raízes portuguesas, sustentados por monarcas demasiado ausentes ou condescendentes, e a emergência de ideais republicanos e “democráticos”, numa errônea emulação aos norte-americanos e a um passado francês revolucionário, que a maioria dos autores já não desejava recordar e com o qual não desejava ser relacionado.

No final do século XVIII, ainda sob o “jugo colonial” português, é natural para os viajantes que não exista uma verdadeira sociabilidade no Brasil. Se o coronel Jackson e o conde de Suzannet afirmam que o verdadeiro espírito de um país deve ser procurado no interior, longe das grandes cidades, neste século das Luzes os viajantes estão restritos ao Rio de Janeiro, escala dos navios ingleses levando degredados à Austrália<sup>753</sup>. No entanto, a grande cidade é escala obrigatória também para o reconhecimento das formas de civilidade de uma nação, nesse sentido esses viajantes, britânicos em sua maioria, estiveram num palco privilegiado para essas observações.

John Barrow, que esteve no Brasil em 1792, ressalta que se dizia encontrarem-se os habitantes da cidade no seu passeio público, onde passeavam, ouviam música, tiravam fogos de artifício, e ficavam até o anoitecer; entretanto, durante sua estada, não pôde encontrar ninguém no local. Se dizia ainda que havia, de tempos em tempos, bailes e concertos no palácio do governador, mas em seguida, afirma que o vice-rei era visto como um homem “extremamente avaro”, interessado apenas em acumular uma “grande fortuna de príncipe”. Havia ainda uma sala de ópera, que estava fechada na época de sua viagem, por causa da doença da rainha. Assim, diz ele, “fomos muito infelizes em não ver nenhum de suas assembléias, nem seus divertimentos, nem seus grandes banquetes”. A ironia é clara, e ressalta o mundo de aparências que rege a vida no Rio de Janeiro: a vida social era apenas um murmúrio, um ouvir dizer, que a experiência da visita desmentia a olhos vistos;

---

<sup>752</sup> *Id., ibid.*, p. 20.

<sup>753</sup> Cf. CUNHA E MENEZES, Pedro da (com Júlio Bandeira), *O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul*. 2. ed. São Paulo: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007, pp. 46-51, e 144 e 144 e ss.; e MERLE, Isabelle. *Le Journal de Watkin Tench Of the Marines. Génèses*. Paris: CNRS, 43: 06-31, juin., 2001.

na descrição de Barrow, a interpretação deste fato está implícita na qualificação do vice-rei como homem ambicioso, interessado apenas em seu próprio enriquecimento, sem nenhuma outra preocupação de formar uma sociabilidade na colônia, que era afinal característica de toda colonização portuguesa. No mesmo parágrafo, vem a interpretação mais explícita, ao afirmar que os habitantes da cidade são “muito indolentes, ciumentos uns dos outros e extremamente supersticiosos”; essa desconfiança mútua não é própria, assim, para “convidar-lhes aos prazeres da sociedade”, e a massa do povo não é “suficientemente cultivada para que possa desfrutar dos divertimentos”<sup>754</sup>.

Não surpreende esta descrição, quando sabemos que Barrow reprova nos portugueses seu caráter pouco hospitaleiro com os estrangeiros em sua possessão americana. Os serviços disponíveis aos estrangeiros no momento de sua visita não têm nenhuma “delicadeza”, nem há albergues ou hotéis, o que seria inútil, diz ele, já que o governo lusitano, “fraco, e talvez por causa disso invejoso” acentua a inospitalidade ao ponto de proibir que os estrangeiros fiquem em terra após o cair do sol e, durante o dia, não os permite andar pelas ruas desacompanhados de uma escolta<sup>755</sup>. Visitantes que estiveram poucos anos antes de Barrow, não observaram essa descortesia com estrangeiros, ainda que fosse uma idéia amplamente propalada entre viajantes. O autor do relato da viagem de governador Arthur Phillip à Baía Botânica, se espanta com o fato de que os oficiais do governador foram autorizados a visitar todas as partes da cidade e fazer excursões até cinco milhas para o interior, sem nenhum tipo de escolta. Uma “indulgência bastante inusual aos estrangeiros”, diz ele, sobretudo considerando tudo o que havia sido lido sobre o ciúme dos portugueses com relação a suas minas de diamantes<sup>756</sup>. Participando da mesma expedição, Watkin Tench também destaca este privilégio dado ao governador Phillip, que seria motivado, segundo Tench, por ele ter sido capitão da marinha portuguesa, o que evitou o

---

<sup>754</sup> BARROW, John, *Voyage à la Cochinchine, par les îles de Madère, de Ténériffe et du Cap Verd, le Brésil et l'île de Java*, contenant des Renseignements nouveaux et authentiques sur l'État naturel et civil de ces divers Pays; Accompagné de la Relation officielle d'un Voyage au Pays des Boushouanas, dans l'intérieur de l'Afrique australe. Trad. Malte-Brun, Paris: F. Buisson, 1807, t. 1, pp. 130-131.

<sup>755</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 112.

<sup>756</sup> *The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay; with an Account of the Establishment of the Colonies of Port Jackson & Norfolk Island compiled from Authentic Papers, which have been obtained from the several Departments, to which are added The Journal of Lieuts. Shortland, Watts, Ball & Capt. Marshall, with an Account of their New Discoveries.* London: John Stockdale, 1789, pp. 32-33.

“mortificante costume de ter um oficial da guarnição acompanhando-nos<sup>757</sup>”. E John White acrescenta que as demonstrações de respeito para com o capitão vinham também dos habitantes da cidade; nunca houve, diz ele “uma tão notável urbanidade demonstrada para com estrangeiros como a que foi demonstrada a nós por pessoas de todas as dignidades<sup>758</sup>”. Neste caso, a tradição livresca, que imputava aos portugueses um trato desrespeitoso aos viajantes, era mais forte do que a experiência vivida, considerada um fato excepcional e inédito, sendo necessário uma reconfiguração desta experiência, sua adaptação dentro de uma tradição descritiva que pudesse dar sentido aos fatos relatados.

A vida social da cidade, para Freycinet, era bastante monótona, com exceção dos bailes, que segundo sua descrição eram, ao contrário, bastante movimentados; sobretudo bastante barulhentos e cheios de adereços, “pelos quais os brasileiros são especialmente atraídos”. Homens e mulheres são sempre separados nessas ocasiões, e o uso determina que o dono da casa designe aos senhores as damas com as quais eles devem dançar. As danças são ordinariamente francesas ou inglesas, embora o autor ressalte que “se prefere freqüentemente as lascivas danças nacionais, que são muito variadas e se parecem muito às dos negros da África”. Entre elas, o lundu, “a mais indecente” e uma das mais descritas pelos viajantes, espantados com seu exagero e sensualidade<sup>759</sup>. Nas refeições de gala, quase sempre há apenas um serviço, e a abundância de comida é “sempre excessiva”, embora a ordenação da mesa seja “sem gosto e sem simetria: a sobremesa, sobretudo, é bastante abundante; não se serve nada além de vinho do Porto e não há nenhum outro vinho estrangeiro<sup>760</sup>”. Em Campos, Freycinet observa que os habitantes são renomados pela “suntuosidade de vestimenta”; no entanto, o que é mais notável é que, mesmo entre os mais ricos, a exibição de adornos contrasta de maneira chocante com a falta de elegância de suas

---

<sup>757</sup> TENCH, Watkin, *A narrative of the Expedition to Botany Bay; with an Account of New South Wales, its Productions, Inhabitants, &c. to which is Subjoined, A List of the Civil and Military Establishments of Port Jackson*. 2. ed., London: J. Debrett, 1789, pp. 29-30.

<sup>758</sup> WHITE, John, *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. London: J. Debrett, 1790, p. 61. Um pouco adiante, John White questiona mais uma vez, involuntariamente, a tópica da falta de hospitalidade dos portugueses do Brasil, ao afirmar que a população do Rio de Janeiro parecia “inclinada bastante favoravelmente aos ingleses”. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>759</sup> FREYCINET, Louis de, *Voyage autour du monde fait par ordre du Roi*. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d’État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l’*Oranie* et la *Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825. V. Historique, pp. 211-212.

<sup>760</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 213.

casas e um mobiliário mais que medíocre”. Situação diferente da capital, onde as “riquezas mobiliárias” de algumas casas são acumuladas em profusão, embora “sem gosto e sem discernimento”<sup>761</sup>. A esposa de Freycinet, que o acompanhou em sua volta ao mundo, também observou as formas arcaicas de sociabilidade portuguesa usuais no Brasil, como aquela que obrigava que as pessoas, de qualquer qualidade que fossem, e de qualquer idade, que se encontrassem no caminho do Rei em suas saídas, se ajoelhassem, “mesmo que fosse na lama; as pessoas a cavalo e em carruagens tampouco estavam isentas desta cerimônia humilhante”, comentando ainda que o embaixador dos Estados Unidos havia se recusado a fazê-lo a um Rei ao qual “ele não devia nada”<sup>762</sup>. Aqui se configura uma tópica importante da literatura de viagem ao Brasil e da historiografia, que é a da inadequação dos costumes importados, o fausto superficial, de fachada, que esconde um interior degradado por um luxo importado e mal adaptado a uma pretensa “realidade nacional”, um gosto pelo superficial, resultante, para Freycinet, de uma sociedade marcada por um vício de origem, uma herança portuguesa malsã, um clima que provoca a preguiça, uma cidade mal construída e mal “policiada”.

Thomas Lindley, contrabandista britânico preso na Bahia, que esteve no Brasil entre 1802 e 1803, teve uma amostra deste despotismo português nas condições precárias de sua prisão e, sobretudo, de sua esposa, argumentando às autoridades que este tratamento, o encarceramento de uma mulher de sua condição, não seria permitido em nenhum país europeu<sup>763</sup>. Tendo resolvido momentaneamente sua situação legal, o casal Lindley será recebido em casa de capitão José Joaquim Veloso, em Salvador; convidado a um jantar, observa que os convivas eram muito mais refinados do que os que tinha encontrado em Porto Seguro, embora tivessem o “costume miserável do país de comer com a mãos em lugar de usar garfos e facas”, misturando a carne, os vegetais e farinha, que são passados em molho e “levados à boca de uma vez”, hábito que era comum a homens e mulheres de

---

<sup>761</sup> *Id., ibid.*

<sup>762</sup> FREYCINET, Rose de, *Journal du Voyage Autour du Monde*. Anotée par Charles Duplomb. Paris: Éditions du Gerfaut, 2003, p. 29.

<sup>763</sup> LINDLEY, Thomas, *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c.* London: J. Johnson, 1805, p. 46. No prefácio, a sua prisão é considerada como uma ofensa à liberdade de comércio de toda a Inglaterra.

todas as origens<sup>764</sup>. Como parte desta total ausência de civilidade estava o fato surpreendente de como se observavam pouco as “noções de subordinação de classes” neste país. “A França, em sua fase de mais completa revolução e cidadania jamais o excedeu a esse respeito”. Aqui, diz Lindley, vê-se o empregado branco conversar com seu patrão “nos termos mais iguais e amistosos, discutir-lhe as ordens e questioná-las se são contrárias à sua mais bem fundada opinião – a qual o seu superior recebe e o mais das vezes acata”. Como se não bastasse, acontece o mesmo com os mulatos e até mesmo com os negros; não há nenhuma humilhação, a não ser contra o “criado paciente e trabalhador, o índio<sup>765</sup>”. Louis de Freycinet observou a insolência dos criados brancos, que eram, para ele, em sua maioria “serviçais muito ruins, muito insolentes e pouco fiéis”, ladrões como os negros, e abusando da confiança de seus senhores<sup>766</sup>.

Luccock também chama a atenção para o hábito de comer com a mão; para ele, os brasileiros comem muito e com avidez, e durante as refeições costumam fazer muito ruído. Não se observa nenhuma delicadeza, nenhuma etiqueta ou bons modos, e a descrição de um jantar “nativo”, apesar de longa, vale a pena:

“A altura da mesa deixa o prato junto ao queixo; cada qual estica seus cotovelos ao redor e, colocando o pulso junto à beirada do prato, arremessa a comida para a sua boca por meio de um ágil movimento de mão. Por outros motivos além deste não há muita delicadeza ou limpeza, durante a refeição; os pratos nunca são trocados, sendo entregues aos criados segurando-se o garfo e faca numa mesma mão; os dedos também são usados freqüentemente como garfos. Considera-se como prova de grande amizade alguém comer do prato de seu vizinho; e, assim, não é raro que as mãos de ambos sejam mergulhadas no prato ao mesmo tempo<sup>767</sup>”.

O vinho, apesar de fraco, é tomado inadequadamente em copos, fazendo com que seus efeitos, ao final da refeição, sejam desastrosos, com exageros na gesticulação, “lançam seus braços no ar, com suas facas e garfos, de tal maneira que um estrangeiro se surpreende que olhos, narizes e faces escapem de ser atingidos<sup>768</sup>”. A descrição segue diretamente para a

---

<sup>764</sup> *Id., ibid.*, pp. 53-54.

<sup>765</sup> *Id., ibid.*, pp. 68-69.

<sup>766</sup> FREYCINET, Louis de, *Voyage autour du monde fait par ordre du Roi...*, *op. cit.*, pp. 212-213.

<sup>767</sup> LUCCOCK, John, *op. cit.*, p. 123-124.

<sup>768</sup> *Id., ibid.*

interpretação ao final deste longo parágrafo: quando a faca está em repouso, não servindo nem para cortar alguma coisa, nem para as manobras manuais no ar, fica “em cada uma das mãos, vertical e descansando sobre a extremidade do cabo”, esperando a ocasião de ser usada “para cortar uma vara na mata ou, talvez, ainda, para obedecer aos ditames da vingança<sup>769</sup>”. Temos aqui uma inadequação de corpos e uma inadequação de pessoas: os luso-brasileiros, obviamente, não sabem portar-se à mesa; o vinho, que entre as nações polidas, é um instrumento para “adoçar os costumes” e a conversação, aqui serve apenas para embriagar; os gestos são toscos, desconexos, inadequados; e por fim, os instrumentos da comensalidade, o vinho, os talheres, as facas, utilizados por mãos inábeis não podem ser mais do que “armas” a alimentarem a bestialidade dos nacionais. Para ser ainda mais claro, Luccock explica um pouco mais o uso do vinho entre os brasileiros: segundo ele, este hábito foi introduzido apenas “em consideração aos ingleses, dos quais desgraçadamente se contou que são muito devotos da garrafa”; sendo assim, utilizando uma cortesia que não lhes pertence, os brasileiros “freqüentemente representam cenas de bestialidade para as quais a intenção amistosa não constitui escusa bastante<sup>770</sup>”.

Alguns anos antes, em 1797, o deportado e aventureiro Semple Lisle, havia observado algo semelhante a Lindley, sobre as precedências na sociedade luso-brasileira. Ele se impressiona com as milícias de negros e mulatos no Rio de Janeiro, que em aparência excediam tudo o que havia visto até então. Não eram milícias regulares, mas afirma que “uma ou duas duras campanhas poderiam, com muita probabilidade, fazer delas boas tropas”, sobretudo a dos mulatos, que eram todos “homens de alguma qualidade”. E a razão para que os regimentos “de cor” fossem muito mais “esplêndidos” do que os brancos era porque estes últimos constituíam um “ajuntamento promíscuo de *todos* os homens, pobres e ricos, enquanto os outros consistiam apenas naqueles que fossem ricos o suficiente para comprarem sua liberdade”, o que faziam por conta de sua “industriosidade superior<sup>771</sup>”. Quase uma imagem do mundo invertido, Lisle vê as tropas de mulatos e

---

<sup>769</sup> *Id., ibid.*, pp. 124-125.

<sup>770</sup> *Id., ibid.*

<sup>771</sup> LISLE, James George Semple, *The Life of Major J.G. Semple Lisle; Containing a Faithful Narrative of His Alternate Vicissitudes of Splendor and Misfortune. Written by Himself. The Whole Interspersed With Interesting Anecdotes, And Authentic Accounts of Important Public Transaction.* London: W. Stewart, 1799, p. 279.

negros mais bem constituídas, porque formadas pelos de “melhor qualidade” destes grupos, enquanto as tropas brancas misturavam de forma promiscua homens de todas as origens.

Mathison, que esteve no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, afirma espantado que na cidade, capital do país e local mais freqüentado por estrangeiros, era de se esperar que a condição dos habitantes, “em relação à polidez” fosse bem melhor. No entanto, os “mais ricos e respeitáveis”, dos quais se poderia esperar uma melhor educação, eram na maior parte das vezes “pessoas de bastante baixa origem plebéia, que originalmente deixaram Portugal como aventureiros, e começaram seus negócios com pequenas lojas de varejo, ou vendendo escravos”. Pessoas de tão baixa extração, que amealharam suas fortunas em negócios tão baixos, como o tráfico, que eram na verdade, “a mais abundante fonte de lucros no Brasil<sup>772</sup>”, não poderiam formar uma sociedade de padrões morais elevados. Revemos aqui a tópica do aventureiro, incapaz de deitar verdadeiras raízes na sociedade luso-brasileira, de que tratou Sérgio Buarque de Holanda em seu ensaio *Raízes do Brasil*<sup>773</sup>. Mathison segue sua análise, observando que o sucesso nos negócios não se acompanhou no Brasil, de “uma melhora no caráter e nos hábitos de vida”; entre os negociantes, os mais ricos entre eles, “em seu estilo de vida, lembram mais a classe de varejistas do que a de negociantes da Inglaterra”. Sua descrição, muito parecida à imagem célebre de Debret, mostra-os sentados detrás do balcão de suas lojas, e cuja aparência não era em nada “distinguível de seus caixeiros”. Além disso, eles se associavam muito pouco em sociedade, e por seus “sentimentos de ciúme, que se diz caracterizá-los, raramente recebem

---

<sup>772</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar, *Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822*. With Miscellaneous Remarks on the Past and Present State and Political Prospects of those Countries. London: Charles Knight, 1825, pp. 162-163.

<sup>773</sup> A tópica do aventureiro está presente em vários viajantes. Em Saint-Hilaire aparece quase como formulada depois por Sérgio Buarque de Holanda. Ele se espanta de encontrar a setenta ou oitenta léguas de distância do mar grandes cidades e vilarejos, enquanto nos arredores do Rio, que era a capital, não se visse mais do que “uma população nascente; as florestas virgens se mostravam ainda em todo o seu esplendor, e os índios erravam em liberdade”. A razão deste fato, diz ele, é que não foi para “formar estabelecimentos rurais que os portugueses se enfiaram no interior das terras; eles procuravam ouro, e poucos queriam se afastar de uma rota que conduzia à fortuna”. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine. Paris: Arthus Bertrand, 1851, v. 1, p. 63. Comparando Minas Gerais com São Paulo, faz observação análoga: para ele, São Paulo, por conta do clima, recebeu um influxo regular de europeus mais industriais e com alguma instrução, enquanto Minas recebeu brancos de raça pura, mas que se espalhavam pela terra em busca de riquezas, não se fixando na cidade de Ouro Preto. “Na verdade, a população branca da cidade é ainda hoje alimentada por alguns europeus; mas como nada atraí homens ricos a um país triste onde as comunicações são difíceis, os recém chegados são, em geral, homens aventureiros, sem educação, sem consistência, mais capazes de alterar a civilização do país do que lhe trazer verdadeiros progressos”. *Op. cit.*, v. 1, pp. 274-275. Temos aqui não apenas a tópica do aventureiro, de Holanda, como a das raças tristes, de Paulo Prado.

visitas de homens em suas casas”. Seus modos eram “rudes e vulgares”, e eram não apenas “iletrados por defeito de educação, mas porque eles não conversam nem possuem interesse em qualquer assunto que não seja relacionado com seus assuntos privados<sup>774</sup>”. Já entre os caixeiros, a situação era ainda pior, por serem ainda mais “iletrados e grosseiros”, para o que é suficiente, diz ele, dizer que, como observara Lindley na Bahia, em suas casas se podia ver o hábito de toda a família se servir da comida com as mãos, do mesmo prato, e ainda com a companhia de pelo menos “meia dúzia de escravos e escravas atendendo-os, todos sujos e semi-desnudos<sup>775</sup>”. Descrição talvez um pouco exagerada para uma casa de simples caixeiros, com tantos escravos; mas de toda forma é muito difícil crer que Mathison tenha acompanhado algum jantar em casa de qualquer negociante ou empregado na cidade fora dos livros de outros viajantes.

Embora seja um negociante, Tollenare se espanta, assim como Mathison no Rio, em não encontrar em Recife outra preocupação além do lucro, e de não haver maior consideração do que com a riqueza. Estamos bem longe, diz ele, “do espírito de amáveis costumes da França onde nós sabemos embelezar a vida em meio à mediocridade e restabelecer algum equilíbrio entre o mérito e a fortuna<sup>776</sup>”. Tollenare não encontra no Brasil os prazeres da conversação, esta “associação de pessoas privadas, dos dois sexos, que desejavam se distinguir do vulgo por uma arte de gentileza levada à perfeição, uma amabilidade delicada, um saber das atenções<sup>777</sup>”. Ele não encontra nos espaços públicos esta arte do convívio e as delicadezas da convivência que esperava encontrar num clima tropical, com seus “prazeres refinados”, como dizem existir entre os asiáticos. Aqui, nada de luxo à mesa, nenhuma “sensualidade além do lucro e do descanso”. Pois para se apreciar as delícias da voluptuosidade “é necessário mais do que os sentidos. É preciso uma imaginação viva, uma delicadeza de sentimento, uma flor de aptidão aos prazeres morais tanto quanto aos prazeres físicos”. Esta imaginação e delicadeza são coisas que ele não consegue encontrar no Brasil, por conta da presença da escravidão, e a conseqüente necessidade de mantê-la pela severidade, e do já citado “amor das riquezas”, que

---

<sup>774</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar, pp. 163-164.

<sup>775</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 164.

<sup>776</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, Fondation Calouste Gulbenkian, v. 2, 1972, p. 466.

<sup>777</sup> COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine, *op. cit.*, p. 196.

contribuíam para “enfraquecer a sensibilidade, a tornar o gosto obtuso”. Assim, parecia haver desejos e mulheres, mas “nada de amor; que as mulheres tinham paixões, mas nenhuma ternura”, embora acrescenta que só pôde julgar as mulheres pelas conversas que havia tido com seus maridos e não pelo contato pessoal. Conversas, aliás, que quando não tinham por tema os negócios limitavam-se a “obscenidades sem véu”. Tollenare não vê mais do que a preguiça [*nonchalance*], e não sibiritismo, o luxo asiático que esperava. Por isso estes corpos desleixados, ociosos, que se viam pela cidade, homens transportados em redes ou palanquins, é porque “o ardor do clima e sua saúde, quase sempre fenecida pela libertinagem, não lhes permitia outra coisa<sup>778</sup>”.

A Revolução no Recife em 1817 faz lembrar, como para Lindley, a época da Revolução Francesa, tão popular no Brasil segundo muitos viajantes. Nesse tempo, diz Tollenare, foi proscrita da conversação

“as antigas fórmulas nas quais encontrávamos a polidez demasiado servis. Em lugar de ‘Vossa Mercê’, se diz ‘você’ sem mais nada; em lugar de ‘Senhor’, se interpela pela palavra ‘Patriota’. Isso equivale à expressão ‘Cidadão’ e ao tutear dos quais nos servimos na França em nossos tempos demagógicos<sup>779</sup>”.

Há muitas vezes um descompasso entre as expectativas dos brasileiros, sobretudo dos mais bem educados, com relação aos viajantes franceses e destes com relação ao país, que eles vêm apegados a idéias “ultrapassadas”, perniciosas, responsáveis pelo desrespeito às formas de deferência e decoro. Saint-Hilaire se queixa também desta relação feita entre os viajantes franceses e as idéias dos filósofos do século anterior<sup>780</sup>; embora para ele, no caso de São Paulo, por exemplo, os homens, pois com as mulheres não teve praticamente contatos, tivessem “maneiras excelentes, e a polidez se estendesse até às classes inferiores”. As pessoas bem colocadas se cumprimentavam mesmo sem se conhecerem, e os homens das classes subalternas não deixavam jamais de tirar seus chapéus a uma pessoa superior. Entretanto, apesar desta cortesia, Saint-Hilaire não deixa de reconhecer uma

---

<sup>778</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, p. 466.

<sup>779</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 568.

<sup>780</sup> Os britânicos também notavam a influência dos filósofos franceses no Brasil, como parte de um espírito de revolução que se avizinhava. Tuckey afirma que “A filosofia de Helvétius, Voltaire, Rousseau e Volney, tem aqui seus admiradores e apoiadores, que apenas esperam o momento favorável para inflamar as fagulhas latentes”. TUCKEY, James H., *Account of a Voyage to Establish a Colony at Port Philip in Bass’s Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty’s Ship Calcutta, in the years 1802-3-4*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row, 1805, p. 110

superficialidade neste trato, uma vez que afirma que estas “formas de deferência se dirigiam bem menos à pessoa que à sua posição”. E explicita a sua observação com uma anedota pessoal: “Quando eu estava em uniforme, todo o mundo me cumprimentava; com um traje burguês eu era um pouco menos saudado, mas ainda o suficiente para encontrar extremamente incômodo uma polidez que me forçava a descobrir a cabeça a cada minuto<sup>781</sup>”.

Este protocolo enviesado, Saint-Hilaire também encontrará em São Paulo, num jantar em 4 de novembro, dia de São Carlos, em homenagem à rainha Carlota Joaquina em casa do capitão general. Os convivas do jantar brindaram à saúde uns dos outros, num costume, como era praticado no Brasil, que era “um dos mais incômodos que se pode imaginar”. Era preciso saber os nomes de todos, esperar que o escolhido não estivesse ocupado comendo ou conversando com seus vizinhos, para chamar o seu nome, observar com cuidado a ordem de precedências, gritar “a plenos pulmões de um extremo da mesa ao outro” e estar sempre de sobreaviso para responder ao brinde dirigido à sua pessoa. Para culminar, depois de um brinde proposto por Saint-Hilaire “à união eterna de Portugal e da França” e ao Rei francês, Luís XVIII, seguido pelo capitão general Oeynhausen, um coronel da Guarda Nacional levantou-se e declamou, “em tom de inspirado”, um discurso em versos em louvor da rainha, um elogio ao infante D. Sebastião e uma ode aos paulistas. Esse homem, destaca o autor, não era cortesão, e seus versos, pelo que pôde entender do português, pareciam cheios daquela “ênfase que encontramos naquelas epístolas laudatórias do tempo de Luís XIII, das quais os portugueses não se deram conta ainda do ridículo”. Apesar disso, o jantar correu com alegria, “mas ao mesmo tempo com decoro, demonstrando os convivas serem gente de boa companhia<sup>782</sup>”.

É interessante seguir o raciocínio de Saint-Hilaire, bastante bem impressionado com São Paulo e o seu grau de civilidade, que reconhece num primeiro momento formas de decoro muito próximas dos hábitos europeus, que ele faz questão de elogiar. No entanto, em seguida ele tem necessidade de imprimir um dado de alteridade, que explicita a diferença entre estes dois mundos: no Brasil, a polidez e a deferência fazem parte de uma sociedade de aparências, uma polidez hipócrita, que não reconhece a pessoa e suas qualidades, mas apenas a sua posição, no que ele acredita ser contrário à prática européia da

---

<sup>781</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *op. cit.*, v. 1, pp. 270-271.

deferência. Em sua correspondência privada, podemos notar algo parecido: embora em seus livros a imagem da população oscila quase sempre entre a indolência e as formas de cortesia anacrônicas, em carta ao naturalista Deleuze, de 29 de outubro de 1817, afirma que depois de uma longa e cansativa viagem pelo “deserto”, havia chegado a Tijuco, onde se hospedou na casa do intendente dos diamantes, tendo sofrido uma queda de cavalo que o deixou de cama. Ali, diz ele, recebeu “todos os cuidados e atenções da casa paterna”. A população da cidade, igualmente, deu-lhe “as marcas de interesse as mais tocantes”; novamente Saint-Hilaire reafirma a hospitalidade brasileira, afirmando que “o que se conta sobre a hospitalidade dos povos do Oriente está bem abaixo daquela dos brasileiros”. Eu deixarei esta Capitania, diz ele, “imbuído de reconhecimento por esses bons habitantes<sup>783</sup>”. Em seu livro sobre a viagem ao Distrito dos Diamantes, onde está narrado este caso, ele acrescenta que ao recuperar-se da queda, encontrou seu cavalo amarrado à uma árvore por “algum passante honesto”. Ressalta as visitas de várias pessoas da cidade, das conversas amáveis de José Paulo Dias Jorge, “homem instruído, poeta amável”, cujas conversas contribuíram para a sua recuperação. Ele elogia os cirurgiões que o curaram, apesar de sua desconfiança inicial, e descobre que um deles havia viajado por toda a Europa, e o outro, embora não tivesse viajado havia estudado muito e tinha muita experiência<sup>784</sup>. Apesar de tantas demonstrações de sincero agradecimento por toda a mobilização da cidade do Tijuco, da presteza de seus moradores, da qualidade de seus médicos, do encontro com homens instruídos, Saint-Hilaire não deixa de ressaltar a ausência de uma verdadeira sociabilidade entre os brasileiros. Nesta mesma descrição, ao tratar de outro de seus amigos da região, o sr. Da Câmara, afirma ser homem de vastos conhecimentos, que havia viajado pela Europa, com boas idéias para a administração do país, e que se distinguia exatamente “por uma probidade bastante rara entre os mineiros<sup>785</sup>”. Se o naturalista francês não incorre na mesma “ingratidão” que mais de uma vez reprovou em outros viajantes, suas relações pessoais, descritas em suas cartas e narrativas, relativizam as afirmações de falta de sociabilidade, probidade e instrução no país.

---

<sup>782</sup> *Id., ibid.*, pp. 282-283.

<sup>783</sup> MNHN (Paris), Ms. 2673, Lettre 16.

<sup>784</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Seconde partie. Voyage dans le District des Diamans et sur le Littoral du Brésil, suivi des notes sur quelques plantes caractéristiques et d'un Précis de l'Histoire des Révolutions de l'Empire Brésilien, Depuis le Commencement du Règne de Jean VI Jusqu'à l'Abdication de D. Pedro. Paris: Librairie – Gide, 1833, v. 1 pp. 74-78.

A viagem no tempo que realizam os viajantes no Brasil não era apenas no encontro com as tribos de índios na “idade da pedra”, com homens primitivos. A infância do mundo era encontrada também nas cidades, em fórmulas de etiqueta e decoro já ultrapassadas, decaídas, decadentes como os próprios portugueses da América, numa sociabilidade que não deixa de ser agradável, a julgar pelas descrições um pouco ambíguas de Saint-Hilaire, mas incômodas pelo seu desacerto, pela sua inadequação, pelas cerimônias ridículas e constrangedoras; ainda que as pessoas demonstrassem ser gente de boa companhia. Ferdinand Denis, que era grande estudioso e erudito, vê nos costumes brasileiros uma oportunidade de um estudo “antropológico”, se pudermos já usar este termo. Para ele, observar as cerimônias que se podiam ver no Rio de Janeiro, quer se tratasse de um casamento, de um nascimento ou de um funeral, era “evocar, sem dúvida, e em termos bastante análogos, o que deve ser dito a esse respeito quando descrevermos os usos em Portugal”. Sobretudo nas classes altas, era onde estes costumes europeus eram mais divulgados, mas no Brasil estas usanças emprestavam “de uma outra época um caráter solene, e mesmo certa pompa, que vai se eclipsando a cada dia na Espanha e em Portugal”. A distância serviu para conservar alguns costumes, “remontando ao tempo da conquista”, e reaparecem “como uma lembrança consagrada”, marcando fortemente o caráter brasileiro. Entretanto, diz ele, é entre o povo, ou entre as “classes intermediárias” que o observador pode entender “os velhos costumes que as épocas passadas legaram, e as modificações originais que resultam da mistura de raças, os hábitos algumas vezes bizarros”, que por vezes são resultado de antigas relações com outros povos ou mesmo com os indígenas, que “não são apagados sem deixar algumas recordações<sup>786</sup>”. Hábitos pitorescos como a ama de leite negra que amamenta e cria as crianças brancas, o ar de gravidade com que estas crianças se portam, ainda muito jovens, rodeadas de negrinhos que lhes falam “com a deferência devida ao senhor”, a oratória rebuscada dos magistrados<sup>787</sup>; e tantos outros, que vemos nas páginas de todos os viajantes e nestas também. O interesse de Denis é a forma como ele interpreta e teoriza estes hábitos, como reminiscências um pouco anacrônicas e

---

<sup>785</sup> *Id., ibid.*, p. 79.

<sup>786</sup> DENIS, Ferdinand, Brésil. In: *L'Univers. Histoire et Description de Tous les Peuples*. Paris: Fimin Didot Frères, 1839, p. 120.

<sup>787</sup> *Id., ibid.*, pp. 121-122.

curiosas, que podem lançar luz sobre o passado da Europa meridional e sobre o encontro com outras culturas na América.

Debret, como vimos, considera a afabilidade e cortesia do brasileiro como resultado de “um clima delicioso<sup>788</sup>”. Ao contrário da Europa, onde a cortesia é resultado de um desenvolvimento dos costumes, tornados mais “doces” e gentis pelo acréscimo de civilidade e de gosto, no Brasil, a *cordialidade* é um resultado da preguiça, da ociosidade, das bênçãos de uma natureza pródiga que oferece a homens incultos tudo aquilo de que necessitam sem esforço, tema do qual me ocuparei ainda no próximo capítulo. E se a natureza cria uma civilidade sem substância, o clima será responsável por não se ter formado no Brasil uma verdadeira comensalidade. Explica Debret que na França, a conversação alegre ao fim da refeição prepara uma atmosfera agradável para depois do jantar, com os convivas sendo dispostos “em torno da mesa com discernimento pelo dono da casa”, fazendo nascer, ou crescer, entre eles um interesse mútuo e uma afeição. Essa “disposição amável”, compartilhada pelas senhoras, vai da mesa ao salão e assegura o “encanto de uma noite cuja lembrança será sempre preciosa; assim se constitui a vida social num clima temperado favorável a uma infatigável atividade”. Já num “clima ardente” da América, isso não podia acontecer; no Rio de Janeiro, por exemplo, o brasileiro deixa a mesa no momento em que “a atmosfera, já aquecida por seis ou sete horas de sol, estende sua influência abafadora até o interior das habitações”. Este homem, com a boca “abrasada pelo estimulante dos temperos e literalmente queimada pelo café fervendo”, semi-desnudo, procura “quase em vão em seus cômodos a sombra e o descanso”. Se a encontra, ele dorme banhado em suor, acordando por volta das seis horas da tarde, com a cabeça pesada “cansada da digestão”, manda trazer um “enorme copo de água, que bebe, enxugando lentamente o suor que lhe orvalha o peito”. Ele retoma “pouco a pouco os sentidos”, se distrai até o cair da noite, hora em que, “feita a ‘toilette’, prepara-se para receber visitas ou sai a passeio<sup>789</sup>”.

Uma descrição aparentemente frugal e anedótica, que provoca uma grande ilusão de referencialidade: tudo o que é descrito parece sair dos olhos e dos ouvidos do escritor, temos a impressão de que se trata de uma experiência pessoal, de que ele participa do agradável jantar francês, sentado ao lado de duas ou três pessoas, mais ou menos

---

<sup>788</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op.cit.*, v. 2, p. 1.

conhecidas, de acordo com a “inteligência do dono da casa”, partilhando uma agradável conversação. Podemos vê-lo também suando sedento, no Rio de Janeiro, depois de um repasto exagerado para o clima quente, incapaz de proferir uma palavra sequer, abrasado pelo calor, buscando refúgio numa casa despreparada para o clima. Vemos o quadro pintado pelo autor, com grande verossimilhança, que visa defender uma tese antiga, ultrapassada, mas incrivelmente ressurgente: a da impossibilidade de haver uma civilização nos “Trópicos”, que tanto trabalho deu aos jesuítas para a sua refutação. Simão de Vasconcelos conseguiu provar, contra Aristóteles, a possibilidade da vida na Zona Tórrida; faltava provar a possibilidade de cultura.

E nestes “Trópicos” suarentos, as diversões que possibilitassem alguma sociabilidade culta e agradável, seriam quase impossíveis de ser encontradas, segundo os padrões de nossos visitantes. Luccock destaca o Teatro como um dos poucos locais públicos de recreação, ocupando “o lugar mais importante”. Talvez o fosse no conceito de seus habitantes, mas não para quem já tinha visto, diz Luccock, “outras casas do mesmo gênero, outros cenários e representações”. Ele não passava de uma “casa miserável, apertada e sombria”; os espetáculos, segundo ele, “são dignos do local e do estilo em que são realizados”: a orquestra é “pequena, inconveniente e mal recrutada”, e a maioria das peças tem cenas “que uma pequeníssima dose de bom-senso e bom-gosto deveria banir para sempre do palco”. Quanto aos atores, em geral, “não eram menos desprezíveis e chocantes que as peças. Das atrizes, uma é afetada e empolada, uma outra insuportavelmente pedante<sup>790</sup>”. Os atores eram um grande problema dos teatros brasileiros segundo estes viajantes. Em Vila Rica, Saint-Hilaire descreve o pequeno teatro, gracioso mas extremamente pequeno e estreito, e sua decoração “grosseira”. Os atores tinham que “cobrir suas faces com uma camada espessa de branco e vermelho; mas suas mãos traindo a cor que a natureza lhes deu, provam que a maioria deles é mulata”. Não há nenhuma idéia de figurino, e quando os atores faziam algum gesto, o que acontecia muito raramente, “podíamos pensar que são movidos por molas<sup>791</sup>”. Ferdinand Denis, em carta enviada a sua mãe em 12 de maio de 1817, nos dá uma descrição do teatro em Salvador muito mais viva

---

<sup>789</sup> *Id., ibid.*, p.42.

<sup>790</sup> LUCCOCK, John, *op. cit.*, pp. 89-90.

<sup>791</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, p. 148.

do que suas observações publicadas em livro. Inicialmente afirma ter deixado o Rio para ir a Salvador, cuja cidade alta era mais agradável para ele do que a capital. Já quanto ao teatro, ele não pôde “olhá-lo sem pavor”. “Há então um teatro em Salvador”, pergunta ironicamente: eu ouvi, diz ele, “darem esse nome a um edifício muito grande, sem janelas aberto aos quatro ventos; aos ventos somente, pois está fechado ao público desde a morte da Rainha<sup>792</sup>”. Ao pai, escreve em fins de 1817, já tendo ido duas vezes ao teatro reaberto. Na segunda vez assistiu ao *Sacrifício de Ifigênia*, peça imitada dos antigos, provavelmente; o certo é que dificilmente se poderia ver, diz ele, alguma coisa mais grotesca que o senhor Agamenon portando um “sabre à hussarda”; o pobre mulato que representava o infeliz Ulisses tinha que resistir aos encantos de Circe. Nestor, um negro gordo, pintado de branco e vermelho, e decorado com “uma barba chinesa, portava um espada à francesa presa ao cinturão”. E as princesas, “se tivessem tido o cuidado de lavar as suas roupas, passariam por bem feitas”. No momento do sacrifício, Aquiles irrompe com um bando de negros, espantando os sacrificadores, e vem fazer suas saudações ao público. “Esta é, sem exagero, a maneira como se representa a tragédia na Bahia, a segunda cidade do Brasil”. Reconhece que havia um comico muito bom, ideal para um vaudeville, a música não era ruim, embora as danças fossem “detestáveis”, sobretudo o lundu, que a decência impede de destacar, “ainda que ele faça as delícias do público brasileiro<sup>793</sup>”. Estas informações privadas são muito diferentes da visão que dará em seu livro, quando louva a chegada da Missão Francesa, afirmando que as esculturas do Jardim Público, eram de uma beleza tão grande que “atestam que os brasileiros têm um gosto inato para as artes<sup>794</sup>”. Faltava-lhes apenas o impulso civilizador dos artistas franceses para despertar seus talentos, inatos, porém escondidos até então.

Muitos viajantes apontam na chegada da família real ao Brasil, um momento “civilizatório”, que poderia mudar a face das cidades luso-americanas, bem como trazer hábitos mais “polidos” a esta parte da América. Para Debret, o Rio de Janeiro ao tornar-se capital do Império seria o local de onde “a civilização iria irradiar-se por todas as partes do

---

<sup>792</sup> Bibliothèque Sainte-Geneviève (Paris), Ms. 3417, Lettres de F. Denis, fl. 14.

<sup>793</sup> *Ibid.*, fls. 35-36.

<sup>794</sup> DENIS, Ferdinand, *op. cit.*..., p. 111. Rouanet observa em relação às discrepâncias entre a correspondência de Denis e seus livros, que era certo que havia “uma distância considerável entre o que Denis pensava acerca de determinados assuntos e aquilo que escrevia a esse respeito”. ROUANET, Maria Helena, *op. cit.*, pp. 163-164.

território”. O luxo criou artífices hábeis, as ciências formaram sociedades de encorajamento, “a arte conquistou adeptos e a tribuna, oradores<sup>795</sup>”. A Corte dá uma maior dignidade ao Rio de Janeiro, na visão de Debret: as residências da nobreza, nos arredores da cidade, são novas e elegantes, as ruas são estreitas, porém bem alinhadas havendo na Rua Direita e da Quitanda, casas de três ou quatro andares<sup>796</sup>. Se a aparência da cidade não o decepciona, isso se deve à ação civilizadora da Corte, ao Reinado de D. Pedro I, já no momento da separação com Portugal, e também pela afluência de franceses que movimentavam o comércio e os serviços da capital, como cabeleireiros, cirurgiões-dentistas, padeiros, artistas etc. Os prazeres da mesa já eram comuns, trazidos por ingleses e alemães, além dos viajantes que chegavam em grande número. Um francês seria o responsável pela introdução da farinha na cidade, fazendo progredir o negócio das padarias, favorecido pelo acréscimo do consumo “provocado pela prodigiosa afluência de seus compatriotas *comedores de pão*<sup>797</sup>”. Assim como os gregos frente aos bárbaros, os *comedores de pão* franceses vieram trazer, na visão de Debret, as Luzes da civilização às terras incultas da América<sup>798</sup>. Nestas imagens encontramos o eco ainda de uma condenação à colonização portuguesa: apenas superando a condição de colônia, sobretudo de colônia de uma potência decadente, supersticiosa, fraca e invejosa, poder-se-ia prever alguma civilização nos “trópicos”. Isso por meio de uma monarquia constitucional, pela superação dos entraves da escravidão, tema para o qual não havia nem consenso nem uma idéia clara por parte destes “reformadores”, e uma presença estrangeira civilizatória, seja por meio das relações comerciais, como preferem os ingleses, seja por meio de missões culturais, como desejavam os franceses.

Até agora tratei basicamente de uma cidade imaterial, fugidia, que se dava a ver em relações complexas, codificadas, nas quais várias culturas eram confrontadas em um cenário urbano contraditório, para a maioria dos viajantes: uma aparência de cidade que

---

<sup>795</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op. cit.*, v. 2, p. II.

<sup>796</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 3.

<sup>797</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 41. Destaque meu. Cf. também p. 52. “O Reinado de D. Pedro I viu pois, graças à França brilharem a elegância das hábitos de Corte, a magnificência dos uniformes militares, os penteados dos pelintras [*petit-mâîtres*] parisienses e das damas do palácio”.

<sup>798</sup> Hartog recorda que entre os gregos antigos, o mundo onde não se come pão é o mundo dos lotófagos, comedores de lótus, “um mundo sem sociabilidade verdadeira, é imóvel. Ele é sem passado e sem memória: é um mundo do esquecimento, que não é habitado por nenhum aedo itinerante (...): o *lótus* é uma flor do esquecimento e a droga de Circe, um *pharmakon*, que apaga a lembrança da pátria”. HARTOG, François, *Mémoire d’Ulysse. Récits sur la frontière en Grèce ancienne*. Paris: Gallimard, 1996, p. 37.

remetia, em seus edifícios, rua, praças e instituições a uma cidade européia e ocidental; enquanto os homens que as habitavam, os seus costumes, cheiros e cores, remetiam a uma realidade bárbara e caótica. Eles compreendem estes espaços como lugares de encontro de homens e culturas, o que Pratt chama de zona de contato, ou seja, “uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam<sup>799</sup>”. A consciência do contato era aguda e, como veremos ainda, fundamental para a consolidação das identidades nacionais de um lado e do outro do Atlântico. No próximo capítulo, pretendo trazer a esta cidade a materialidade de suas ruas, de seus moradores em seus momentos de trabalho, lazer e cerimônias religiosas, os elementos que dão substância à paisagem do caos.

---

<sup>799</sup> PRATT, Mary Louise, *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Trad. port. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999, p. 32.

## 4. Inútil Paisagem

*Mas pra quê  
Pra que tanto céu  
Pra que tanto mar, pra quê*

*De que serve esta onda que quebra  
E o vento da tarde  
De que serve a tarde  
Inútil paisagem  
Antonio Carlos Jobim, Aloysio de Oliveira.*

### 4.1 A Arquitetura da Desordem

Se há um aspecto que pode nos demonstrar uma transformação operada no interior do gênero da literatura de viagem, na passagem do século XVIII ao XIX, trata-se da mudança radical na percepção da paisagem urbana luso-brasileira, sobretudo na descrição da baía do Rio de Janeiro, que viria a tornar-se uma das imagens mais paradigmáticas deste tipo de narrativa no Brasil. Trata-se de um novo discurso sobre a paisagem, ao mesmo tempo científico e artístico, no qual determinadas paisagens brasileiras se tornam belas aos olhos dos viajantes europeus, um sentimento que não é natural, mas constituído historicamente<sup>800</sup>. Não há uma beleza natural, diz Roger, e o sentido da beleza da paisagem é resultado de “aquisições, ou melhor, de invenções culturais<sup>801</sup>”.

Um dos primeiros textos de nosso período, diz respeito à narrativa da viagem de governador Arthur Phillip, em direção à Baía Botânica, na Austrália, levando centenas de sentenciados para a Nova Gales do Sul, em 1787. O narrador de uma destas narrativas apresenta a baía do Rio de Janeiro como tendo um dos melhores portos do mundo, “bastante estreito em sua entrada, mas capaz de receber em seu interior mais navios do que já havia recebido de uma vez”.

---

<sup>800</sup> Cf. MARTINS, Luciana de Lima, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 16.

<sup>801</sup> ROGER, Alain, *La Naissance du Paysage en Occident*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000, p. 33.

“Um monte talhado na forma de um pão de açúcar, situado no lado oeste, indica o ponto de apoio adequado para a entrada do porto: a sua posição é dada inteiramente à distância de duas léguas e meia por algumas ilhas pequenas, uma das quais, chamada Redonda, é bem alta, e em forma de uma meda de feno. A boca do porto é defendida por fortes, particularmente dois chamados Santa Cruz e Lozia [*sic*]: e o ancoradouro habitual dentro dele é em frente à cidade, ao norte de uma pequena ilha chamada Dos Cobras [*sic*]<sup>802</sup>”.

Watkin Tench, que participou da mesma expedição, é ainda mais lacônico: à baía, nem uma palavra. Da cidade de São Sebastião, diz apenas que se localiza no “lado oeste do ancoradouro, numa posição extremamente insalubre, circundada por todos os lados por montanhas, que impedem a livre circulação do ar, e submetem seus habitantes a doenças pútridas intermitentes<sup>803</sup>”. Fico ainda com alguns autores desta mesma expedição: John Hunter dá um pouco mais de atenção à paisagem, mas no que ela tem de útil ao navegador; a baía é facilmente reconhecível pela presença do monte do Pão de Açúcar, que não deve ser confundido com outro monte, a sudoeste, conhecido como falso Pão de Açúcar, que visto do leste, se parece mais a uma igreja. Este monte “orienta o ancoradouro aos barcos à distância, muito melhor do que o Pão de Açúcar”. À direita há “uma série de ilhas pequenas”, que não oferecem risco à navegação, pois “nenhuma pessoa de bom senso e prudência conseguiria levar um navio tão próximo delas<sup>804</sup>”. A descrição segue, com um itinerário de como ancorar corretamente no porto da cidade, quais as ilhas que funcionam como marcos de referência e as distâncias. À paisagem da baía e à cidade, uma pequena concessão é feita em sua descrição: o porto é bastante extenso e cômodo, com várias baías convenientes, e uma grande quantidade de navios pode ser alinhada em perfeita segurança em caso de mau tempo. A cidade, diz Hunter, é

---

<sup>802</sup> *The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay; with an Account of the Establishment of the Colonies of Port Jackson & Norfolk Island compiled from Authentic Papers, which have been obtained from the several Departments, to which are added The Journal of Lieuts. Shortland, Watts, Ball & Capt. Marshall, with an Account of their New Discoveries.* London: John Stockdale, 1789, pp. 30-31.

<sup>803</sup> TENCH, Watkin, *A narrative of the Expedition to Botany Bay; with an Account of New South Wales, its Productions, Inhabitants, &c. To which is Subjoined, A List of the Civil and Military Establishments of Port Jackson.* 2. ed. London: J. Debrett, 1789, p. 21.

<sup>804</sup> HUNTER, John, *An Historical Journal of the Transactions at Port Jackson and Norfolk Island, with the Discoveries which have been made in New South Wales and in the Southern Ocean, since the publication of Phillip's Voyage, compiled from the Official Papers; Including the Journal's of Governors Phillip and King, and of Lieut. Ball, And the Voyages From the First Sailing of the Sirius in 1787, to the Return of that Ship's Company to England in 1792.* London: John Stockdale, 1793, pp. 22-23.

“bem construída e populosa, mas mal situada para a saúde de seus habitantes: é situada sobre um terreno baixo, outrora pantanoso, e é circundada por montanhas de imenso tamanho que excluem inteiramente o benefício das brisas refrescantes do mar da terra; assim, no verão, é sufocantemente quente, e obviamente insalubre<sup>805</sup>”.

Quase a mesma descrição de Tench, bem menos lacônica, mas tomada, provavelmente, dos mesmos diários. Com relação à cidade, ela possui algumas poucas ruas largas, as demais, em geral, são estreitas e “algumas se cruzam em ângulos retos”. A praça que fica oposta ao desembarque dos navios, “é grande, e os edifícios que a circundam são bons, e no lado sul fica o palácio do vice-rei”. Elogia ainda as igrejas e a sua rica decoração, e a qualidade de seus órgãos, que são bem melhores do que os encontrados em qualquer igreja da Inglaterra<sup>806</sup>.

Terminamos os autores que acompanharam o governador Phillip à Austrália com John White, cirurgião da esquadra e o mais prolixo de todos. O padrão da descrição da chegada à cidade mantém-se o mesmo dos anteriores, restrita à posição do Pão de Açúcar, o roteiro seguido pelo navio até o porto, acrescentada a informação de que durante o dia “foram vistas muitas baleias nadando ao redor<sup>807</sup>”. Na descrição da cidade, uma concessão à paisagem, afirmando que ela é “circundada por altas montanhas, com uma forma a mais romântica que a imaginação não consegue fazer nenhuma idéia”. Sua construção “possui algum mérito”, e a rua Direita é bem construída e possui um grande número de belas lojas; as demais ruas são “largas o suficiente apenas para a passagem de duas carruagens<sup>808</sup>”. Só adiante o porto e a baía merecem uma menção: dos dois lados da baía,

“o campo é pitoresco e belo num grau abundante com as flores mais luxuriantes e arbustos aromáticos. Pássaros de uma rica e adorável plumagem são vistos saltando de árvore em árvore em grande número; juntamente a uma interminável

---

<sup>805</sup> *Id., ibid.*, pp. 23-24.

<sup>806</sup> *Id., ibid.* Este elogio às igrejas e órgãos do Rio de Janeiro, que teriam desagradado bastante ao deão Josiah Tucker, é um dos únicos que podem ser encontrados em todo o *corpus* documental utilizado neste trabalho.

<sup>807</sup> WHITE, John, *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. London: J. Debrett, 1790, p. 44.

<sup>808</sup> *Id., ibid.*, pp. 58-59.

variedade de insetos, cuja extraordinária beleza e cores brilhantes excedem toda descrição<sup>809</sup>”.

E para o autor, ou compilador, da viagem da Missionary Society, a visão da baía, e a “vastidão de sua vista, enchem a mente com as mais prazerosas sensações”. Passada a entrada estreita, abre-se para um grande lago (*sic*), com diversas ilhas; a cidade se apresenta com suas fortificações e suas “paredes caiadas de branco, de maneira notável, com navios ancorados e barcos levando suprimentos a toda parte”. As montanhas vão “além de onde a vista pode alcançar”, o que leva o autor a pensar que, no coração destas montanhas, “milhares de seres humanos estão condenados, em busca do ouro e diamantes, a passar seus dias na miséria<sup>810</sup>”. Este é um bom exemplo de como a descrição não depende apenas do mundo material e de sua observação, e não prescinde da informação prévia, da interpretação. Descrever, diz Hamon, “não é nunca descrever uma realidade, mas provar um conhecimento retórico, provar um conhecimento livresco<sup>811</sup>”, com um fim pedagógico, quase sempre. Apesar de algumas concessões à beleza da baía e da paisagem, nestes exemplos temos claramente uma visão utilitária da vista descrita, seja para servir de itinerário à navegação, seja para prevenir dos males da insalubridade do local ou da cobiça dos nativos.

Entrados no século XIX, vemos uma mudança enorme na forma da descrição, que terá um grande impacto também nas imagens formadas sobre a cidade do Rio de Janeiro, e também de Salvador, os dois principais portos de chegada ao Brasil e suas duas cidades mais importantes. James Tuckey, em 1802, também descreve a baía, mas de maneira bastante diversa das que vimos até agora. As suas margens são bastante montanhosas, diz ele,

“formando precipícios abruptos e escarpados, nas mais extravagantes e extraordinárias formas. A Natureza parece ter se divertido na formação de sua

---

<sup>809</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 63.

<sup>810</sup> MISSIONARY SOCIETY, *A missionary voyage to the Southern Pacific Ocean, performed in the years 1796, 1797, 1798, in the ship Duff, commanded by Captain James Wilson*. Compiled from journals of the officers and the missionaries, and Illustrated With Maps, Charts, and Views, Drawn by Mr. William Wilson, and engraved by the most eminent Artists. With a Preliminary Discourse on the Geography and History of the South Sea Islands; And An Appendix, Including Details Never Before Published, of The Natural and Civil State of Otahiti; By a Committee Appointed For the Purpose, By the Directors of Missionary Society. London: T. Chapman, 1799, p. 34.

<sup>811</sup> HAMON, Philippe, *Rhetorical Status of the Descriptive*. Transl. Patricia Baoudoin. *Yale French Studies*. New Haven: Yale University Press, 61, 1981, p. 6.

última obra, e ter combinado as mais fantásticas formas, as quais ela espalhou mais escassamente no velho continente<sup>812</sup>”.

A vista da baía, ao contrário das descrições anteriores, se transforma em paisagem e esta se transmuta em espetáculo. As montanhas, perpendiculares ao mar, elevam-se nas formas mais escarpadas e singulares, “apresentando seus cimos azul-escuros sobre os flocosos vapores que fluem ao longo de seus lados”. Esta descrição exige do autor o auxílio da poesia de James Thomson para revelar a dimensão sublime da paisagem: “*Rocks rich with gems, and mountains big with mines, Whence many a bursting stream auriferous plays*<sup>813</sup>”. Entre o olhar do viajante e a paisagem, uma mediação triangular composta pela pena do poeta que descreve a Zona Tórrida e também a narrativa da Missionary Society, que pode ter servido de inspiração a Tuckey e que, provavelmente, também se inspirou no texto do poeta Thomson. Mas há uma diferença aqui: no texto dos tripulantes da armada do governador Phillip, a vista emoldura apenas um porto, com itinerário e caminho, ou uma cidade pantanosa e insalubre; no texto dos missionários, ela emoldura uma sociedade ímpia formada sobre clima impiedoso, na qual a natureza pródiga esconde a morte e a perdição, imagem que não desaparecerá de todo na literatura que lhe segue; mas em Tuckey, já temos um olhar adestrado a uma poética do lugar, sensível à plasticidade da paisagem e àquilo que o coronel Jackson desejava em suas instruções, uma descrição provida de movimento e vida.

A sensibilidade a uma visão pitoresca da paisagem brasileira será a partir deste momento, do início do século XIX, cada vez mais notável. Maria Graham, por exemplo, descreve a sua chegada à baía de Todos os Santos em 17 de outubro de 1821, pela manhã,

---

<sup>812</sup> TUCKEY, James H., *Account of a Voyage to Establish a Colony at Port Philip in Bass's Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty's Ship Calcutta, in the years 1802-3-4*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row, 1805, p. 42.

<sup>813</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 42-43. Os versos citados são de James Thomson (1700-1748), poeta escocês, e fazem parte da série de poemas *The Seasons*: “While lies around deep-lull'd in noon,/Now come, bold Fancy, spread a daring flight,/And view the wonders of the TORRID ZONE:/Climes unrelenting! With whose rage compared,/Yon blaze is feeble, and yon Skies are cool./See how at once the bright effulgent Sun,/Rising direct, swift chases from the sky/The short-lived Twilight; and with ardent blaze/Looks gaily fierce o'er all the dazzling air:/He mounts his throne: but kind before him sends,/Issuing from out the portals of the Mourn,/The general breeze to mitigate his fire./And breathe refreshment on a fainting World./Great are the Scenes, with dreadful beauty crown'd//And barbarous wealth, that see, each circling year,/Returning Suns and Double Seasons pass:/Rocks rich in gems, and Mountains big with Mines/That on the High Equator ridgy rise,/Whence many a bursting stream auriferous plays:/Majestic woods, of every vigorous green,/Stage above stage, high waving o'er the hills;/Or to the far Horizon wide diffused,/A boundless deep immensity of shade. (...). THOMSON, James, *The poetical works*, Boston: Little, Brown and Company, 1854, v. 2, p. 81.

quando ao raiar do dia seus olhos se abriram “para uma das mais belas cenas que eles já contemplaram. A cidade, magnífica em sua visão desde o mar, é situada ao longo de uma cumeeira na declividade de uma alta e íngreme montanha”. Uma vegetação luxuriante surge em meio “às casas brancas” e além da cidade se estende até o extremo, onde ficam “a pitoresca igreja e o convento de Santo Antônio da Barra”. Aqui o vermelho reluzente da terra “se harmoniza com as telhas das casas”. O “rendilhado dos fortes, o movimento dos barcos, os montes misturando-se na distância e a própria forma da baía, com seus promontórios e ilhas, todo o conjunto forma este quadro encantador”. Além disso, a brisa tropical dava mais ânimo para apreciar a vista, “não obstante o clima tropical<sup>814</sup>”. Descrição muito próxima às que se faziam da baía do Rio, e a mesma Maria Graham irá visitá-la em 15 de dezembro de 1821; em sua opinião ele leva bastante vantagem sobre Salvador, e até mesmo sobre a baía de Nápoles, o porto de Bombaim, ou Tricomalee, no Ceilão, cada um que ela julgava mais belo e perfeito, “todos devem render-se a ela, que excede a todos em seus vários aspectos”. O conjunto natural misturado às casas brancas, cada “pequena eminência coroada com sua igreja ou forte”, tornam o Rio de Janeiro “a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber<sup>815</sup>”.

Thomas O’Neil, lugar-tenente da esquadra britânica que acompanhou a fuga da família real portuguesa ao Brasil, ainda se preocupa em dar informações sobre a segurança que oferece a baía do Rio de Janeiro em caso de um ataque; mas o que o faz despender mais tempo em descrever é o cenário maravilhoso que se descortina a quem chega à cidade pelo mar, quando se abre “o mais magnífico cenário pitoresco, inigualável em qualquer parte do mundo<sup>816</sup>”. Os campos que circundam a baía são os mais “românticos que se possa imaginar”, com enormes montanhas cobertas de grande variedade de árvores; os vales são repletos de plantações de açúcar, milho, arroz, ervilhas, feijões etc. “Todas as frutas

---

<sup>814</sup> GRAHAM, Maria, *Journey of a Voyage to Brazil, and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Paternoster-Row, and J. Murray, 1824, p. 132.

<sup>815</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 159.

<sup>816</sup> O’NEIL, Thomas, *A concise and accurate account of the proceedings of the Squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K.S. &c. in effecting the escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to the Rio de Janeiro: with a variety of other interesting and authentic facts*. London: Barfield, 1810, pp. 51-52.

tropicais são luxuriosamente abundantes, e os mercados são copiosamente supridos a diário com aves, peixes e carne de todos os tipos em grande perfeição, e a preço muito barato<sup>817</sup>”.

Temos um maravilhamento da paisagem que é crescente e que não tem relação com a paisagem propriamente dita, que não mudou, mas com a forma com a qual os viajantes a vê e descreve. Mathison, um fazendeiro da Jamaica, esteve no Brasil em 1821 e 1822, e chega a ver semelhanças entre a baía do Rio e o cenário de Trosachs, perto do lago Katrine, na Escócia, com seus montes em forma de muralha escarpada e suas formas confusas: estas eram suas reflexões ao se aproximar da celebrada baía, mas assim que aportou, “a novidade da cena e as feições características de um país tropical afastaram qualquer lembrança de nossos páramos do norte<sup>818</sup>”. A associação com a terra natal foi “acidentalmente induzida à mente”, aumentando o entusiasmo e a alegria do viajante, remetendo-o “aos dias de uma felicidade passada<sup>819</sup>”. O desembarque lhe dá a noção da alteridade da paisagem que tentara aproximar de sua Escócia natal. Poucos locais no mundo, afirma, “são mais profundamente devedores da mão da Natureza do que a baía do Rio, e todas as combinações possíveis de um cenário pitoresco estão presentes numa perspectiva magnífica<sup>820</sup>”. Em 1821, Mathison já pode afirmar que as belezas desta paisagem estão devidamente descritas, não sendo necessário que ele dê uma descrição pormenorizada. Também a cidade do Rio não necessita de uma descrição pormenorizada, pois assim como em outras cidades da América do Sul ela não “tem pretensões de esplendor”; e não é de se esperar “que sua arquitetura tenha alcançado nenhuma grande perfeição de opulência, ainda mais onde as artes da vida civilizada estão em tão débil desenvolvimento<sup>821</sup>”.

Saint-Hilaire também afirma que não pretende perder tempo nem visitando nem descrevendo a cidade do Rio de Janeiro, pois além de seu interesse ser a produção natural do país, que ele melhor encontrará nas cercanias da cidade e no campo, ela também já tinha sido devidamente descrita. Ainda assim, não deixa de narrar a beleza da paisagem que recebe o viajante que chega ao porto da cidade. Ainda mais tendo chegado num dia de “céu brilhante e sem nuvens”, com o mar calmo e a frescura da manhã permitindo “desfrutar à

---

<sup>817</sup> *Id., ibid.*, pp. 53-54.

<sup>818</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar, *Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822. With Miscellaneous Remarks on the Past and Present State and Political Prospects of those Countries*. London: Charles Knight, 1825, pp. 6-7.

<sup>819</sup> *Id., ibid.*, p. 7.

<sup>820</sup> *Id., ibid.*, pp. 7-8.

vontade a vista deliciosa da enseada”. Já não eram, diz ele, os “pontos de vista austeros e majestosos, tão comuns em torno do Rio de Janeiro que se ofereciam aos nossos olhares; tudo estava risonho diante de nós”. Uma profusão de barcos e navios, “pirogas ligeiras que pareciam esvoaçar sobre as águas”. Diferentes ilhas que se elevam sobre a água “passam rapidamente aos nossos olhos, e cada uma delas teria muito a oferecer ao paisagista para o uso de seus pincéis”. Em quase todas elas se vêem uma ou duas pequenas casas “notáveis por sua limpeza exterior e por uma espécie de elegância que lhes é particular”. Seus tetos são planos, “dobrados nas extremidades à maneira dos pavilhões chineses”; bananeiras e algum coqueiro, que se elevam acima de seus tetos, “acrescentam ainda mais ao que elas têm de pitoresco, pela elegância e simplicidade de suas formas<sup>822</sup>”.

Mais imaginativos, talvez, que os britânicos, muitos autores franceses destacam as formas quase mágicas de nossa baía mais famosa. Thevenot, que chegou à cidade em agosto de 1833, descreve bem a sensação de fantasmagoria que se apossa do viajante que a vê pela primeira vez:

“Iludidos pelas configurações extravagantes de várias destas montanhas, nossa imaginação acreditaria perceber o gênio do Brasil deitado sobre seus vastos cumes: nosso olhar estava sob o encanto de uma natureza grandiosa e o horizonte vaporoso recuando os objetos parecia aumentá-los ainda mais<sup>823</sup>”.

Nesta baía, completa Thevenot, “se ostenta tudo o que a natureza tem de maior e de mais selvagem, tudo o que a civilização criou de engenhoso. Encontramos por todos os lados uma multidão de contrastes que fazem o europeu ter dúvidas se está em uma terra virgem ou em seus campos cultivados”. Só aqui é possível encontrar estas “altas montanhas tão pitorescas, estas florestas sombrias, estes vegetais de porte imponente, estas flores e frutas misturadas sobre praias infestadas de lodo e répteis”. Ainda há colinas “coroadas de palmeiras”, bosques de laranjeiras que “embriagam os sentidos”, estes bandos de escravos africanos atravessando os campos “como negras aparições”. E às vezes encontram-se

---

<sup>821</sup> *Id., ibid.*

<sup>822</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830, v. 1, pp. 4-5.

<sup>823</sup> THEVENOT, M.F., *Voyage pittoresque et médical de Toulon au Brésil sur la corvette la Victorieuse*. *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris: Imprimerie Royale, 19(2), 1834, p. 663.

“casas encantadoras e refúgios deliciosos palácios e aléias de rosas”, uma cidade “com o luxo e a miséria do velho mundo<sup>824</sup>”.

Melchior Yvan, em 1844, ressalta o caráter cenográfico do Rio de Janeiro, que se impõe numa leitura pitoresca da cidade: a baía do Rio é um pequeno “mar interior que beija timidamente os pés das ilhas graciosas que ela encerra”. Cada um de nós, afirma, “admira o magnífico espetáculo que nos apresenta este magnífico porto, o mais seguro que há no mundo, com suas florestas de mastros, sua dupla bordadura de casas brancas, e de verdes montanhas que limitam o espaço”. A descrição “faz ver” os efeitos de luminosidade que dão mais magnificência à cena, destacando a forma como o dia, nas zonas tropicais, “se ilumina de repente para dar lugar à noite”, deixando tudo numa obscuridade profunda, e “nos oculta todos os objetos encantadores que mal havíamos entrevisto”. No entanto, de repente “o recinto circular” da baía se acende “em mil fogos, e as lanternas dos navios, as casas do Rio e de Praia Grande, improvisam a nossos olhos uma dessas iluminações feéricas que eu só acreditava serem realizáveis na Ópera<sup>825</sup>”. Começamos a entrar num terreno perigoso para o viajante, o da ilusão dos “Trópicos”, que já tinha chamado a atenção dos missionários da *Missionary Society*, que viram na beleza das montanhas a ilusão e a morte. Com Yvan, mergulhamos numa ilusão mais delicada, a do Teatro, na qual a moldura da cidade aparece como um cenário de um palco onde se encena o texto da ilusão.

Neste mesmo ano, Radiguet afirma que três coisas surpreendem o navegador que acaba de chegar ao Rio: a altura, a forma e as cores das terras. Ao aproximar-se das montanhas, elas aparecem com a forma de um “colosso estendido de costas, nesta posição própria às estátuas deitadas sobre as tumbas da idade média”. Um colosso que, o autor acrescenta, lembra a alguns a face de “tipo borbônico”. Os picos se emaranham de uma forma a apresentar harmonia suficiente para formar

“um perfil de perfeita regularidade; mas à medida que nos aproximamos da terra, essa massa uniforme se desconjunta pouco a pouco e não oferece ao olhar

---

<sup>824</sup> *Id., ibid.*, p. 664.

<sup>825</sup> YVAN, M., *Voyages et Récits*. Bruxelles: Meline, Cans et Cie., 1853, v. 1, p. 62.

mais do que montanhas vigorosamente atormentadas, cujas perspectivas infinitas se perdem no horizonte<sup>826</sup>”.

Paisagem desconjuntada, atormentada, de perspectivas infinitas que se perdem, é uma cidade que não se deixa dominar pelo olhar, uma cidade que engana o olhar, que exhibe imagem paradisíaca, formosa, mas revela um interior corroído e arruinado, uma verdadeira armadilha para o viajante incauto, uma sereia atraente e mortalmente perigosa.

Lavollée afirma que a baía do Rio é o ponto de encontro de todas as esquadras que a Europa e a América enviam ao Oceano Atlântico, na qual se vêm os pavilhões dos principais países do mundo, que se encontram neste “belo lago, calmo e neutro”. Esta baía, diz ele, é uma “das mais belas coisas que existem no mundo”. Sua extensão, suas ilhas numerosas, a vegetação que cobre seus rios, “e ao fundo a capital do Brasil, no horizonte, de altas montanhas, tais são os principais traços deste quadro que é preciso renunciar a pintar<sup>827</sup>”. Uma afasia constitutiva do gênero, que se “recusa” retoricamente a pintar o quadro que acaba de descrever em sua magnificência, onde a recusa em dar mais detalhes é, por si só, um esboço da imagem que a palavra deseja pintar.

Tollenare não esteve no Rio de Janeiro, mas também se impressionou com a paisagem encantadora da construção em anfiteatro de Salvador, dividida entre a cidade alta e a cidade baixa. “Inúmeros edifícios lhe dão uma aparência de grandeza e de magnificência”. Destaca a presença da Bolsa, construída em “um bem puro estilo grego”, o antigo convento dos jesuítas, sobre uma montanha, “sustentado por muros enormes e suspenso” na paisagem e a sala de espetáculo que se “distingue mais por seu tamanho que por sua elegância”. Pode-se ver um grande número de igrejas e casas bem construídas, em meio a jardins e terraços gigantescos, que resultam numa visão “de grandeza que o olhar abraça mais facilmente do que se a cidade estivesse construída em uma planície<sup>828</sup>”. Olinda também mereceu a sua atenção, uma linda cidade construída “sobre diversas colinas”, com suas casas em meio a “bosques de laranjeiras”, florestas ao longe “apresentando coloridos tão variados quanto as espécies de árvores que lhes compõem”. Coqueiros balançando-se

---

<sup>826</sup> RADIGUET, Max, *Souvenirs de l'Amérique Espagnole*. Chili – Pérou – Brésil. Paris: Michel Lévy Frères, 1856, p. 249.

<sup>827</sup> LAVOLLÉE, M.C. *Voyage en Chine, Ténériffe. – Rio-Janeiro. – Le Cap. – Île Bourbon. – Malacca. – Singapore. – Manille. – Macao. – Canton. – Ports Chinois. – Cochinchine. – Java*. Paris: Just Rouvier; A. Ledoyen, 1852, p. 20.

no ar, “dois ou três conventos que coroam Olinda, o que faz um efeito bastante pitoresco<sup>829</sup>”.

É uma imagem corrente a de uma cidade pitoresca, em meio a uma natureza bucólica, ou grandiosa, provocando uma sensação de conforto e de beleza. Não é apenas o Rio de Janeiro ou Salvador que provocam essa sensação; Arsène Isabelle, que visita o Rio Grande do Sul em 1834, descreve a pequena Porto Alegre em seu entorno pitoresco, “elevada em anfiteatro” na qual os tetos róseos, “um pouco elevados e salientes, se destacam admiravelmente, coroando as casas brancas de uma arquitetura simples, mas elegante<sup>830</sup>”. A cidade está situada entre cinco rios e uma cadeia de montanhas que formam um meio círculo; entre as montanhas e a colina onde está construída, se encontra uma planície baixa encravada entre as montanhas e o Rio Grande, que forma em seu “majestoso curso” a Lagoa dos Patos<sup>831</sup>. Colocando-se no ponto mais elevado da colina, pode-se aproveitar de “um espetáculo como se vê poucas vezes, mesma na Grande Ópera”: ao norte, a cidade que “se desenrola; a enseada coberta de navios; as ilhas e os cursos sinuosos dos cinco rios que se estendem exatamente como uma mão aberta cujos dedos estejam afastados”. Jardins de laranjeiras, bananeiras, palmeiras, cactos, circundados por mimosas amarelas, vermelhas e brancas, as belas casas de campo, “bem construídas, pitorescas, colocadas na descida das montanhas<sup>832</sup>”. No livro de sua viagem, publicado no mesmo ano de seu artigo na *Nouvelles Annales des Voyages*, a descrição é ainda mais pitoresca, o céu da cidade é “um céu da Itália; são lugares e uma vegetação da Provença: nós estamos em *Porto Alegre!* Humanizemo-nos, tentemos descrever vulgarmente o pitoresco de uma cidade do Brasil, cujo nome, certamente feliz, está ainda longe de dar uma idéia<sup>833</sup>”.

A descrição pitoresca de Debret é bastante significativa da forma como a cidade luso-brasileira será “pintada” nestas narrativas. A baía forma um “quadro precioso”, de colorido absolutamente novo para os franceses, tornado mais inteligível à medida que o sol

---

<sup>828</sup> TOLLENARE, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil*. Éd. et commentaires Léon Bourdon. Paris: Presses Universitaires de France, v. 3, 1973, p. 687.

<sup>829</sup> *Id., ibid.*, v. 2, 1972, p. 314.

<sup>830</sup> ISABELLE, Arsène, Excursions dans la Province de Rio-Grande-Do-Sul au Brésil. (1834). Extrait d'un Voyage inédit, par Arsène Isabelle, du Havre. *Nouvelles Annales des Voyages*, Paris, t. 65, série 3, t. 5, janv./mars, 1835, p. 257.

<sup>831</sup> *Id., ibid.*, p. 258.

<sup>832</sup> *Id., ibid.*, pp. 258-259.

iluminava a cena, revelando-lhe o “conjunto encantador deste sitio maravilhoso”. Chama-lhe a atenção a “verdura”, brilhante e resplandecente das “gotas de orvalho que fecundara durante a noite os frutos abundantes que se revelavam através da folhagem, graças à sua cor alaranjada”. Destacam-se as “cercas de limoeiros que circundavam as plantações de café e de laranjeiras, situadas nos flancos das colinas arborizadas”, a pequena distância das casas de residência, “cuja nota de cor branca formava pontos de esmalte na verdura das montanhas circunvizinhas”. As quedas d’água escorrendo pela rocha nua “formavam igualmente pontos brancos, porém cintilantes como estrelas”. As colinas menores, à beira mar, cobriam-se de uma vegetação baixa, mas coroada “de palmeiras esguias, cujas palmas majestosas balançavam molemente”, com cachos de cocos maduros. “Esse aspecto de abundância universal nos indicava o motivo do vai-e-vem de numerosas barcas carregadas, que desembocavam de todos os lados dos rios afluentes e se dirigiam para o porto da cidade que percebíamos ao longe<sup>834</sup>”. Em 1816, o quadro textual pintado por Debret praticamente ignora a presença de uma cidade na paisagem do Rio de Janeiro; à exceção da menção às casas de moradia e à existência de um porto, bastante movimentado, é impossível neste quadro visualizar a existência de uma cidade, muito menos de uma capital, sede de um Reino Unido. A paisagem típica dos trópicos, como define Martins, e que está tão bem representada pela narrativa de Debret e, em seguida, pela de Lacordaire, é a “de uma paisagem onde a natureza reina exuberante: uma paisagem-só-natureza onde as parcas referências às edificações servirão apenas para reiterar a idéia de uma paisagem não apenas de outros lugares, mas também de outros tempos<sup>835</sup>”.

A insistência da descrição de cidades como o Rio, Salvador, Constantinopla ou Nápoles, como um grande anfiteatro, não serve apenas para fazer ver ao leitor a forma da cidade vista do mar, mas define-lhes um caráter, uma personalidade e uma morfologia. Estas serão algumas das imagens conceituais mais fortes criadas pela literatura de viagem sobre o Rio de Janeiro, que serão transpostas a todas as cidades luso-brasileiras: sua beleza ilusória, percebida apenas à distância, enquanto a aproximação do viajante, uma apreciação

---

<sup>833</sup> *Id.*, *Voyage à Buénos-Ayres et à Porto-Alégre, par la Banda-Oriental, les Missions d’Uruguay et la Province de Rio Grande-do-Sul (de 1830 a 1834)* Suivi de Considérations Sur l’État du Commerce Français à l’extérieur, et principalement au Brésil et au Rio-de-la-Plata. Havre: J. Morlent, 1835, p. 474.

<sup>834</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou Séjour d’un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement, Époques de l’Avènement et de l’Abdication de S.M.D. Pedro 1<sup>er</sup>., Fondateur de l’Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839, v. 2, p. 25.

pedestre da cidade, revela a sua mácula e a sua desordem; seu caráter cenográfico, teatral, que engana os sentidos e que esconde por trás de seus encantos a desordem e a morte, assim como as cortesãs tão freqüentes na literatura do século<sup>836</sup>. No caso de Nápoles, por exemplo, mas que pode servir também para o Rio ou Salvador, a imagem do teatro oferecia uma “estrutura metafórica para se visitar a cidade, e o que os viajantes encontravam ao entrar nela era um teatro de contrastes, no qual sua beleza era posta contra a miséria de muitos de seus habitantes, no qual Miséria e Luxo tinham funções diferentes<sup>837</sup>”. E como aquela Babilônia escatológica, a “grande Prostituta que está sentada à beira de águas copiosas: os Reis da terra se prostituíram com ela, e com o vinho da sua prostituição embriagaram-se os habitantes da terra”. Esta cidade que tem nas mãos “um cálice de ouro cheio de abominações<sup>838</sup>”, o oposto da Jerusalém Celeste, é um espaço alegórico da queda, do pecado e da desolação<sup>839</sup>.

Se Babilônia é a rainha das prostitutas e das abominações, o Rio não deixará também de ter sua majestade, e Lacordaire será lapidar nesse sentido, ao representar tão bem todo o fascínio e o temor que os europeus têm frente a esta cidade, paisagem espelho de seu pensamento e de seus temores. Um misto de atração e repulsão pela sua exuberância, sua urbanidade tão pouco urbana, sua paisagem híbrida como um monstro medieval, nem cidade nem natureza, mas um cruzamento “bastardo” de ambos, indefinível e incompreensível. Imagem-síntese desta cidade-síntese da América portuguesa: ali, diz ele,

“você poderá penetrar até Deus, se lhe for permitido vê-la e não morrer. E depois, estas montanhas! Estes centos de ilhas verdejantes que inclinam suas

---

<sup>835</sup> MARTINS, Luciana de Lima, *op. cit.*, p. 60.

<sup>836</sup> Esta forma de descrição era usada também para outras cidades do mundo português. Richard Burton a utiliza para descrever Pangim e Goa, na Índia, onde ele realça “o contraste entre a realidade próxima e a ilusão dos contornos tornados imprecisos pela distância ou pela ausência de luz”. A Velha Goa, vista à distância, poética e melancólica, “contrasta com a visão crua das ruínas dos edifícios e da penúria dos habitantes da cidade nesses meados do século XIX”. CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, CASTELO BRANCO, Fernando, Goa vista por alguns viajantes estrangeiros (de seiscentos e oitocentos). *Stvdia*. Lisboa, 49, 1989, p. 154.

<sup>837</sup> CALARESU, Melissa, Looking for Virgil’s Tomb: The End of the Grand Tour and the Cosmopolitan Ideal in Europe. In: ELSNER, Jaś, RUBIÉS, Joan-Pau (eds.). *Voyages & Visions*. Towards a Cultural History of Travel. London: Reaktion Books, 1999, pp. 142-143.

<sup>838</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Apocalipse, 17, 1-5.

<sup>839</sup> A Baía de Guanabara exerceu desde sempre um fascínio sobre os autores europeus. Ela serviu de modelo à descrição de Thomas Morus da ilha de Utopia. Cf. CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de, A Bahia de Guanabara. Os Itinerários da Memória. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP. 30: 156-169, jun./ago., 1996; e CHIAVARA, Maria Pace, A Baía de Guanabara: imagem e realidade. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte...*, *op. cit.*, pp. 251-257.

palmeiras sobre as águas! Esses milhares de navios que sulcam seu azul ou que dormem alongando suas sombras sobre as vagas ondulosas! Acreditem, é uma terra de indelévels recordações: não tem nenhum defeito, a não ser a ausência de homens<sup>840</sup>”.

A imagem sublime dá conta de todo o terror que infunde na imaginação européia uma cidade do novo Novo Mundo: ela é a face de Deus, terrível em sua grandeza, porém impiedoso em seu poder destruidor, à qual não se pode defrontar sem o risco de morrer. Jacó é um dos únicos que a vê e sobrevive: “eu vi a face de Deus e a minha vida foi salva<sup>841</sup>”. Numa disputa com o próprio Deus, Jacó afronta a sua face, é abençoado e recebe o nome de Israel, “porque foste contra Deus e contra os homens, e tu prevaleceste<sup>842</sup>”. Ao receber as tábuas da lei, Moisés é advertido por Deus de que sua face é totalmente interdita aos homens: “Não poderás ver a minha face, porque o homem não pode ver-me e continuar vivendo<sup>843</sup>”. Aquele que sobrevivesse aos enganos e perigos desta cidade repleta de abominações, que escondia a morte em meio às belezas de uma natureza enganosa, aquele que pudesse encará-la, em sua visão sublime e terrível, e ainda assim sobreviver, pareceria ser capaz, para Lacordaire, de fundar uma nova Canaã em meio às selvas “tropicais”. Descortina-se para o viajante uma paisagem vazia e deserta, sem substância apesar da aparência urbana de suas cidades, que não deixam de ser vistas, com um olhar de Adão, como só-natureza, pressupondo que as paisagens e gentes deste novo mundo “estariam como que vazias de sentido, à espera de quem as define<sup>844</sup>”. Miragem, fantasmagoria, a paisagem do Rio de Janeiro serve de representação perfeita desta cidade luso-brasileira, sedutora, atraente, mas cuja substância é a da desordem, do caos e do mundo às avessas. De uma beleza tão atraente quanto mortífera, destrutiva, uma face indistinta, mas a cuja visão não se pode sobreviver ou restar ileso.

---

<sup>840</sup> LACORDAIRE, Théodore, Un souvenir du Brésil. *Revue des Deux Mondes*. Paris, 7, 1832, p. 645. Lévi-Strauss, observando estas regiões “onde a densidade de população ultrapassa muitas vezes mil habitantes por quilômetro quadrado” da Índia e do Paquistão, considera um privilégio da América tropical o fato de “ter ficado absoluta ou relativamente vazia de homens”. LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 2005, p. 169.

<sup>841</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Gênesis, 21, 31.

<sup>842</sup> *Ibid.*, 32, 29. Na Bíblia Hebraica, a tradução é diferente: Jacó luta com um anjo de Deus, e não diretamente com Ele. Agradeço a Luciana Gama essa informação. Cf. também LAURANT, Jean-Pierre, *Le Voyage*. Paris: OXUS, 2006, pp. 53-54.

<sup>843</sup> *Ibid.*, Êxodo, 33, 20.

<sup>844</sup> SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 269.

## 4.2 Vício de Construção

*Vide as moças nas varandas,  
neste imenso isolamento:  
umas penteiam as tranças,  
outras tangem pensamentos;  
e há serenatas que cantam  
com a vazia voz do vento.*

*Isto é uma cidade antiga,  
uma precária cidade,  
que a cada momento fica  
um girassol de saudade  
procurando a despedida  
entre o tempo e a eternidade.  
Cecília Meirelles, Cidade Colonial<sup>845</sup>.*

*Sim, da cidade fizeste um entulho,  
A cidade fortificada está uma ruína.  
Isaías, 25, 2,*

Passado o deslumbramento com as paisagens dos portos brasileiros, o contato com as ruas e com os habitantes destas cidades revela uma paisagem totalmente diferente: de caos, sujeira e abominação. O sentimento de verdadeira alteridade não é dado por essa natureza exuberante, densa e espetacular, que de certa forma recria imagens de um paraíso cristão perdido, comuns a viajantes católicos e protestantes. Imagem do jardim do Éden, fixada havia muito tempo no imaginário europeu, “compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs” cuja miragem deveria ganhar corpo “num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho<sup>846</sup>”. Um Paraíso que não esconde, no entanto, a idéia de “corrupção deste nosso mundo e da natureza, em

---

<sup>845</sup> *Flor de poemas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d., pp. 267-268.

<sup>846</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1985, p. 178.

consequência do Pecado e da Queda<sup>847</sup>”. Holanda considera este esquema, de origem bíblica, o modelo pelo qual os conquistadores decifraram o Novo Mundo, a forma pela qual eles decodificaram o universo sensível que encontraram na América. O continente alimentou uma esperança de “uma salvação neste mundo”, não o mundo terreno já conhecido, mas em “alguma de suas partes ainda ignota e – quem sabe? – poupada à maldição divina<sup>848</sup>”. Os primeiros colonizadores, sobretudo os jesuítas, buscarão na América o Mundo sem Mal, o Paraíso Perdido, a terra virgem de pecados, cuja metáfora da página em branco teve fortuna imensa e célebre. Era necessário defender a “Zona Tórrida” dos ataques e do temor, nem sempre escamoteado, de que este Paraíso não fosse mais do que uma aparência edênica que escondia um inferno de dor e pecado, quando muito um purgatório para os homens brancos que por aqui passassem. Nos séculos XVIII e XIX, os viajantes europeus enxergarão a América portuguesa a partir deste mesmo modelo conceitual emprestado da tradição cristã<sup>849</sup>. Baseado em grande medida nas Escrituras, além da biblioteca viática, as descrições de ingleses e franceses, católicos e protestantes, para ficarmos apenas no *corpus* textual deste trabalho, serão extremamente semelhantes, obedecendo a um plano coerente: o Brasil é a imagem do Paraíso, o vislumbre de uma fantasmagoria, construção quimérica cujo texto narra a ilusão da redenção vencida pela força desagregadora do Pecado Original, do Mal de Origem do qual o novo Novo Mundo parecia incapaz de livrar-se.

A ilusão da beleza sublime e inarrável da cidade do Rio de Janeiro esconde uma imagem de desordem e caos, que se reflete na materialidade da cidade, não apenas da capital, mas de todos os centros urbanos brasileiros. Para os viajantes, a cidade luso-brasileira é o inverso de uma verdadeira cidade, talvez o inverso da cidade européia, ou apenas o espelho no qual se refletem suas idiossincrasias. Ela é o verdadeiro espelho da alteridade, muito mais do que as selvas e florestas virgens. A sujeira é uma das primeiras coisas percebidas pelos autores e, para Freycinet, algumas das causas que predisõem cidades como o Rio de Janeiro às doenças, são, ao lado da umidade, do solo, da presença de

---

<sup>847</sup> *Id., ibid.*, p. 181.

<sup>848</sup> *Id., ibid.*, pp. 182-183.

<sup>849</sup> Capel observa que no século XVIII, a reflexão sobre a natureza estava profundamente influenciada pela narrativa bíblica, tanto em “países que haviam experimentado a Reforma, como Grã-Bretanha ou Suíça, como nos países da Contra-Reforma como França e Espanha”. CAPEL, Horacio, *Filosofía y ciencia en los estudios*

pântanos, do calor excessivo do verão, bem como “todos os excessos que levam à dissolução dos costumes”, o abuso de certos alimentos e de banhos – delicioso paradoxo! A sujeira era comum em todas as ruas, presente até mesmo “nos bairros mais freqüentados da capital, com um excesso quase incrível”. Some-se a isso, a pequenez das construções mal feitas das casas, “cujas fachadas ordinariamente estreitas e a profundidade considerável contribuem para dificultar a circulação do ar<sup>850</sup>”. Dados climáticos e culturais fazem do Rio de Janeiro uma cidade propícia a endemias e epidemias mortais: o calor, as “exalações pútridas do lodo e do gás hidrogênio sulfurado e carburado que ele exala<sup>851</sup>”, ao lado da sujeira dos naturais, tornam a cidade ainda mais insalubre. A presença de pântanos tornava as cidades focos de infecções e doenças, afetando a constituição física e moral dos habitantes. Citando o caso da cidade de Campos, na Província do Rio de Janeiro, Freycinet aponta em seus habitantes a sua habitual fisionomia triste, inchada, pálida, linfática e indolente, uma falsa aparência saudável, de “um aspecto sinistro e indiferentes à melhoria de sua sorte”, tendo como causas o meio insalubre no qual esta população insistia em viver<sup>852</sup>.

As casas são mal arejadas, e isso, num clima tropical, fazia com que as vestes usadas dentro de casa estivessem “pouco de acordo com o exato pudor”; não era raro que as mulheres se mostrassem em casa apenas com “um simples saiote e uma camisa que, muito larga na parte de cima, recai freqüentemente dos ombros sobre os braços, seja involuntariamente, seja por um manejo bastante exagerado de coquetismo<sup>853</sup>”. Inadequadas ao clima, ordinariamente construídas em apenas um pavimento, no máximo dois, com um grande salão dando para a rua e pequenas alcovas e corredores mal arejados, as casas do Rio de Janeiro impeliam seus moradores ao vício. Mais do que isso, haveria um “vício de construção” que construiria as casas – e cidades – de maneira irregular e inadequada, cujas causas seriam, para Freycinet, os modos e hábitos dos cidadãos, “que, passando a maior

---

sobre el territorio en España durante el siglo XVIII. *Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII*. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, 5, 1995, pp. 61-62.

<sup>850</sup> FREYCINET, Louis de, *Voyage autour du monde fait par ordre du Roi*. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d’État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l’*Oranie* et la *Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825. V. Historique, pp. 162-163.

<sup>851</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 163.

<sup>852</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 164. As observações sobre Campos são baseadas numa tese de medicina, de Dr. Tavares, intitulada *Considérations d’hygiène publique et de police médicale*, applicable à la ville de Rio de Janeiro, de 1823.

parte de sua vida a dormir, a passear, a olhar pela janela e a receber de vez em quando seus amigos, só têm, de fato, necessidade de seu salão e de sua alcova”; e o segundo motivo, mais técnico, seria o preço alto dos terrenos na cidade, obrigando a se construir o máximo no menor espaço possível, dando-lhes apenas a largura estritamente necessária para que entrasse um mínimo de luz<sup>854</sup>. Mais do que a escolha de normas construtivas inadequadas, haveria uma inadequação dos homens que construía estas cidades da América portuguesa, já que os proprietários dirigiam os operários “à sua maneira”, daí derivando “as inúmeras irregularidades que enfeiam os edifícios<sup>855</sup>”. É interessante como Freycinet nos dá uma explicação técnica para a forma de construção das casas na cidade, que ele próprio recusa ao formular a sua explicação: embora houvesse falta de espaço e especulação imobiliária, usual numa cidade tornada sede de um império ultramarino e porto internacional, ainda assim, o que o autor destaca em sua explicação é o *vício de construção*, o *mal de origem* da colonização portuguesa.

Hancock formula teoria interessante sobre as imagens recíprocas entre britânicos e franceses no século XIX, que pode ser útil para a compreensão destas imagens conceituais sobre as cidades da América portuguesa. Para ela, as disputas de ordem moral e política se fundam “sobre elementos de ordem espacial caracterizando as das capitais”, Londres e Paris. Neste caso cria-se uma “retórica do interior e do exterior [*du dedans et du dehors*]”, que assimila os ingleses à vida interior e doméstica, e os franceses à vida exterior e pública, facilmente identificada com uma vida de dissipação e aparências. Paris e Londres são vistas, a partir deste arcabouço conceitual como ilustrações das “propensões de seus habitantes, fachadas brilhantes mascarando apartamentos privados de conforto, de um lado, contra uma arquitetura monótona de *homes* abastecidas de todas as comodidades do outro<sup>856</sup>”. As características morais de cada povo encontram abrigo em fórmulas espaciais, onde a aparência material das cidades, a organização física e disposição de suas edificações, a circulação de pessoas pelo espaço urbano, reflete a organização moral e política da sociedade. Repensando a proposição de Hancock, o exterior das cidades luso-

---

<sup>853</sup> *Id., ibid.*, p. 177.

<sup>854</sup> *Id., ibid.*, pp. 178-179.

<sup>855</sup> *Id., ibid.*, p. 179.

<sup>856</sup> HANCOCK, Claire, *Paris et Londres au XIXe siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage Paris: CNRS, 2003, p. 124.

brasileiras reflete o interior do povo que as construiu e as habita, e cada cavidade em suas paredes e ruas revela um oco moral ainda mais profundo.

O que realmente dava uma noção de alteridade aos visitantes no Brasil, não era apenas a natureza, para a qual já tinham uma disposição narrativa e conceitual estabelecida; era sobretudo a população que encontrava nas cidades. Gardner, por exemplo, não estranha apenas a vegetação americana, tão distinta de sua Grã-Bretanha natal, mas muito mais os seres humanos, diz ele,

“que primeiramente me apareceram ao desembarcar. Os inúmeros pequenos botes e canoas que cortam o porto são todos manejados por negros africanos; as ruas longas e estreitas pelas quais passamos eram apinhadas de gente da mesma raça, seminus, muitos deles suando sob suas cargas e com um cheiro tão forte que era quase intolerável. Raramente se via uma face branca<sup>857</sup>”.

Se vista do navio pela manhã, a cidade tinha uma aparência imponente, pela sua posição e inúmeras igrejas e casas caiadas de branco, olhada de perto, esta impressão não passava de uma ilusão. As ruas eram “estreitas e sujas” e o “fedor de milhares de negros” e os “eflúvios dos inúmeros armazéns de provisões, davam uma impressão que podia ser tudo, menos agradável<sup>858</sup>”.

Se para Tuckey, como vimos antes, a natureza havia se divertido na criação da baía do Rio, a cidade não provocava nenhum entretenimento: da baía, a aparência da cidade não era “deselegante”, mas numa aproximação o que se percebia eram ruas “estreitas e sujas”, os balcões das casas quase encostando uns nos outros, as casas de dois andares, com o rés-do-chão utilizado como lojas ou porões; estas casas são “sujas, quentes e inconvenientes; as escadarias são perpendiculares, e sem nenhuma luz”. E assim como iria observar um pouco depois Freycinet, na “disposição dos cômodos, nenhuma atenção é dada à livre circulação do ar ou à beleza da vista”. O mobiliário, ainda que seja caro, “desagrada ao olhar acostumado à simplicidade elegante, por sua rusticidade e pela decoração extravagante”. Tuckey observa nas casas dos ricos, algo que muitos viajantes, e historiadores, viram como índice de civilidade da capital, mas que para ele demonstra a inadequação de suas elites à “realidade” do país; o hábito crescente entre elas de envidraçar as janelas das casas, o que

---

<sup>857</sup> GARDNER, George, *Travels in the interior of Brazil*, principally through the Northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. London: Reeve, Brothers, 1846, p. 4.

<sup>858</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 4-5.

servia apenas, diz ele, “para aumentar a força dos reflexos solares, tornando-as intoleravelmente quentes<sup>859</sup>”. Curiosa contradição, onde a tópica do gênero identifica gelosias e rótulas com hábitos bárbaros dos árabes e sua influência nos países ibéricos, ao mesmo tempo em que a utilização do vidro nas casas era entendida como um hábito “fora do lugar”, inadequado ao clima e às condições locais. Bem diferente, na avaliação de Tuckey, da atividade inglesa em seus estabelecimentos nos “Trópicos”, nos quais “a arte era esgotada para corrigir ou mitigar o ardor do clima, e tornar uma atmosfera abrasadora, não apenas suportável, mas agradável para a constituição de um homem do norte”. Nos “Brasis”, diz ele, tudo ao contrário: “os defeitos do clima são acrescidos pela indolência e costumes sujos dos habitantes<sup>860</sup>”. Isso se daria, sobretudo, pela proximidade do clima do Brasil com o de Portugal, que faria com que os portugueses emigrados “sentissem poucos inconvenientes com a mudança”. Já nas colônias inglesas, a diferença era muito maior, e os emigrados não economizavam esforços para “mitigar o fervor do sol, cujo fulgor ardente é capaz de desarranjar o sistema nervoso, enervar o corpo, e tornar a mente uma presa da desatenção e da inanidade<sup>861</sup>”. Está implícito, mas não menos claro, que a proximidade de climas entre Brasil e Portugal era mais do que um dado sobre técnicas de construção de casas e cidades; o clima impelia a portugueses de ambos os lados do Atlântico a viverem na indolência, na indiferença e na inanidade, incapazes de, pela “arte”, ou pela “técnica”, transformarem os “Trópicos” num espaço apto a receber homens com uma constituição física e moral mais adequada à transformação da natureza, às benesses da civilidade, à capacidade criadora da civilização.

Maria Graham se surpreende pela “extrema beleza de Olinda”, mas se espanta mais ainda com seu “melancólico estado de ruína”. Sua localização, assim como a do Rio ou de Salvador, era extremamente bela, um “pitoresco cenário rochoso”, envolvido por bosques escuros que parecem “coevos da própria terra”. E sobre a arquitetura da cidade, sua catedral e o palácio episcopal, além das igrejas de uma nobre, embora deselegante arquitetura, estão situadas em sítios aos quais um Claude ou um Poussin poderiam ter escolhido para elas<sup>862</sup>.

---

<sup>859</sup> TUCKEY, James, *op. cit.*, pp. 45-46.

<sup>860</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 47.

<sup>861</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 47-48.

<sup>862</sup> GRAHAM, Maria, *op. cit.*, pp. 109-110. Saint-Hilaire tem descrição muito parecida dos arredores do Rio de Janeiro: “Florestas virgens tão antigas quanto o mundo exibem sua pompa quase às portas da cidade, e

Graham tem um grande sentido do pitoresco, e sua descrição ressalta aquilo exatamente que empresta esta qualidade às cidades, as ruínas, a melancolia, a arquitetura circundada de escuros bosques antigos como a terra. Se a materialidade da cidade não lhe decepciona tanto quanto a outros viajantes, outros aspectos a entristecem: a moral do clero, totalmente depravada, da qual tratarei ainda; a ausência de livrarias em uma cidade como Pernambuco, de mais de 70 000 habitantes<sup>863</sup>. O estado de polícia de Salvador estava em um estado miserável: “o uso do punhal é tão freqüente que os assassinatos secretos geralmente atingem duas centenas ao ano<sup>864</sup>”. Já o Rio, pareceu-lhe uma cidade mais européia do que a Bahia ou Pernambuco; suas ruas lembravam o Corso em Roma, e há na cidade, diz ela, “um ar de pressa e atividade que é bastante agradável aos olhos europeus; embora todos os portugueses façam a sesta depois de jantar<sup>865</sup>”. O que realmente incomodaria Graham nas cidades brasileiras seria o espetáculo da escravidão, do qual tratarei mais adiante.

Mathison, que se havia maravilhado com o esplendor da natureza na composição do Rio, tem a mesma decepção que Gardner ao desembarcar na cidade. Se a natureza fora pródiga com a paisagem e as belezas naturais, não era possível deixar de se admirar e espantar com a aparência dos negros que viviam nela. Sua cor, afirma, “à qual o olhar do europeu não consegue se familiarizar por muito tempo – suas fisionomias selvagens e toscas, geralmente tatuadas, ou seus membros nus”; sua linguagem “bárbara e vociferações barulhentas – a selvagem melodia de suas árias nacionais (se for possível utilizar este termo)”; o tinido de suas correntes, além de outros “emblemas peculiares de barbarismo e miséria, tudo isso contribui para provocar surpresa, horror e repugnância<sup>866</sup>”.

Para Saint-Hilaire, a ilusão de civilidade durava um pouco além dos limites da nossa capital. No Rio, diz ele, se podemos crer estarmos nos “arredores de uma das maiores cidades da Europa, esta ilusão se dissipava logo”. À medida que se afastava da localidade de Inhaúma, as casas e as vendas se tornavam mais raras, havia menos terrenos cultivados, as matas se tornavam mais comuns, e ao aproximar-se mais das montanhas, “o aspecto do

---

formam um contraste encantador com as obras humanas”. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, pp. 51-52.

<sup>863</sup> *Id., ibid.*, p. 111.

<sup>864</sup> *Id., ibid.*, p. 140.

<sup>865</sup> *Id., ibid.*, pp. 169-170.

<sup>866</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar, *op. cit.*, pp. 12-13.

país tomava um caráter mais pesado<sup>867</sup>”. Em carta de 5 de outubro de 1818, ele afirma duvidar que “haja no mundo uma cidade onde você seja condenado a dar tantas voltas inúteis como no Rio de Janeiro, e onde seja tão difícil conseguir as coisas mais comuns”. Seu desejo, expresso nessa carta, é partir o mais rápido possível para o interior do país, e que em sua volta, não tenha uma surpresa desagradável, depois de ter tomado todos os cuidados possíveis para conservar seu material recolhido até então<sup>868</sup>.

Na província de São Paulo, Saint-Hilaire observa o costume de se elevar à categoria de cidade qualquer pequena aldeia, sem motivo aparente; muitas delas não deveriam levar outro nome que “aldeola”; as causas para a criação destas cidades seriam, para ele, “uma vaidade equivocada, ou interesses particulares”. Assim como ocorre com Freycinet, a causa que poderíamos chamar de “técnica” deste fenômeno observado, não convence o autor: ele lembra em seguida que as grandes distâncias entre os centros de população “freqüentemente obrigou as autoridades superiores a erigir vilarejos medíocres em cidades, porque o título implica a presença de magistrados fortes o suficiente para manter a boa ordem<sup>869</sup>”. A justificativa é coerente do ponto de vista administrativo, mas não anula o fato de que estes vilarejos medíocres usurpavam um enobrecimento, o de ser cidade, que não mereciam por sua insignificância; incomoda ainda a idéia de uma aparência de cidade que esconde uma “essência” pouco urbana, pouco civilizada. Sorocaba, por exemplo, recebe o título de cidade, provavelmente apenas para calar, segundo ele, “as pequenas rivalidades pelo título dado a Itu de capital de comarca<sup>870</sup>”.

Assim como acontece com as descrições do Rio de Janeiro, Saint-Hilaire também define Sorocaba a partir de uma aparência de beleza provocada pela visão da paisagem à distância, que se revela em sua feiúra na proximidade. Vista das colinas que a circundam, ela

“produz na paisagem um efeito bastante agradável; mas esta cidade é muito feia em seu interior. As ruas não são pavimentadas, e, como elas são em declive, as

---

<sup>867</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, p. 56.

<sup>868</sup> MNHN (Paris), Ms. 2673, Lettre 17.

<sup>869</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine. Paris: Arthus Bertrand, 1851, v. 1, pp. 137-138.

<sup>870</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 368-369.

chuvas produziram sulcos profundos em toda parte (1820) As casas são em geral pequenas, e poucas possuem mais do que um pavimento (...) <sup>871</sup>”.

A idéia da aparência fica mais forte na comparação com Itu, cidade com a qual Sorocaba rivalizava, segundo o autor. Enquanto a sede da comarca era formada por agricultores sedentários, que podiam dar a seus filhos “toda a educação que permite o país”, sem exageros, é claro, em Sorocaba a população era formada por negociantes, fazendo longas viagens nas quais eram acompanhados por seus filhos, que conviviam ainda com os “camaradas” e as “mulas”, sendo muito difícil que “adquirissem alguma instrução”; e suas maneiras se ressentem ainda “do contato com homens grosseiros no meio dos quais eles são criados <sup>872</sup>”. A noção de usurpação da condição urbana fica ainda mais clara nesta comparação com Itu: Sorocaba recebe uma honraria que seu estilo de vida nega. Curiosamente, para Saint-Hilaire, a população de agricultores de Itu torna-a mais “urbanizada” do que os negociantes de Sorocaba, uma atividade mais “urbana”. Apesar do deslocamento da viagem, os viajantes têm horror ao nomadismo, seja dos índios, seja dos tropeiros paulistas: aqui não é a atividade econômica que garante a “urbanidade”, mas os modos mais sedentários e bem educados dos habitantes, mesmo que sejam agricultores.

Thevenot recupera imagem de Lacordaire sobre o Rio, a “rainha da América meridional”, que deve, segundo ele, atrair todas as atenções, não apenas por sua paisagem grandiosa, mas porque nesta cidade “a civilização luta com toda a sua força contra a natureza indígena”. Jardins e montanhas se elevam no meio da cidade, “palmeiras à porta de um palácio, um edifício monumental ao lado de uma *choza* [*sic*] de escravos, grandes praças cobertas de grama se estendem próximas de um museu”. É ainda “um caos, mas de onde sairá um mundo”. A avaliação é positiva, o Rio tem um destino nobre, o Brasil “se tornará um grande Império <sup>873</sup>”, desde que possa vencer a força quase indomável da natureza que se apossa da cidade.

Melchior Yvan, extasiado pela visão da baía, busca em terra os pequenos prazeres aos quais não podia dar-se no mar: água fresca, sorvetes, frutas e um jornal do dia. Mas à saída do Hotel Pharoux, o que encontra é apenas o espanto em ver as ruas “totalmente invadidas pela população negra”. Ele não pode deixar de admirar, pasmado, “estes bandos

---

<sup>871</sup> *Id., ibid.*, p. 370.

<sup>872</sup> *Id., ibid.*, pp. 377-378.

<sup>873</sup> THEVENOT, M.F., *op. cit.*, p. 665.

nus e gritadores”, não pode deixar de contemplar “essas legiões negras que tremelicam sob um sol de fogo, como diabos em um braseiro”. Esta visão verdadeiramente dantesca deste “mundo bizarro” faz com que Yvan acredite observar “alguma misteriosa iniciação, a alguma cerimônia de um culto infernal<sup>874</sup>”. A descida aos infernos é tópica freqüente no gênero, dos quais o viajante quase sempre sai, ou ileso ou modificado, como Dante. Com relação à chegada ao Brasil, a particularidade é a imagem edênica da chegada, substituída pelo inferno habitado por negras criaturas, demônios gritadores gemendo no braseiro dos “Trópicos”. Os monumentos públicos, os equipamentos urbanos da cidade, a Câmara de Deputados, o Senado ou a Bolsa, não oferecem “nada digno de atrair a atenção do viajante”. A única coisa que pode atrair o seu olhar é esta “multidão variada e barulhenta que corta a cidade em todos os sentidos”; estas negras de Angola com tecidos brilhantes sobre as costas, à moda oriental, outras com tatuagens extravagantes, com “braços estranhamente ornados de pulseiras de cobre”, mulatas de “olhos lânguidos e ardentes”, apresentando todas as tonalidades em seus “rostos expressivos<sup>875</sup>”. Apesar da grande atividade comercial do Rio, a grande quantidade de lojas, a presença na Rua do Ouvidor de uma perfeita “réplica” da Rua Vivienne de Paris, que dão ao viajante a ilusão de estar numa cidade ocidental, o que realmente atrai o olhar descritivo do estrangeiro é o espetáculo infernal dos negros; a “aparente beleza” dos olhos lânguidos da mulata, que maquiam sua condição de demônio.

Radiguet também sofre, ao descender à cidade, “com o espírito ainda encantado”, de um “penoso desencantamento”. A obra do homem, em meio a uma paisagem tão magnífica, parece “triste, mesquinha, sórdida e sem relação com os esplendores da paisagem<sup>876</sup>”. A arquitetura da cidade é medíocre, o Palácio mais notável pelo tamanho do que pela arquitetura, a decoração da Capela Imperial, com a profusão de flores artificiais revela o “zelo mais religioso que esclarecido dos habitantes<sup>877</sup>”. As ruas que dão ao palácio são estreitas, mal calçadas, nauseabundas”, e suas casas, construídas no século anterior, são de aspecto “sombrio e triste<sup>878</sup>”, contrastando negativamente com todo o fulgor e a resplandecência da natureza que a circunda. A obra humana no Rio de Janeiro, e por

---

<sup>874</sup> YVAN, M., *op. cit.*, p. 63.

<sup>875</sup> *Id., ibid.*, pp. 63-64.

<sup>876</sup> RADIGUET, Max, *op., cit.*, p. 253.

<sup>877</sup> *Id., ibid.*, pp. 253-254.

<sup>878</sup> *Id., ibid.*, p. 255.

consequência do Brasil, não está jamais à altura da grandeza da natureza; ela não consegue sobrepor-se a esta natureza, substituí-la, vencê-la com engenho e arte da criação humana, às quais os luso-brasileiros não parecem possuidores em grau suficiente para domar os “Trópicos”, parecem, ao contrário, satisfeitos em amoldar-se à paisagem. Esta cidade, construída pelos portugueses, é aquela que Holanda afirma que não “contradiz o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem<sup>879</sup>”.

Lavollée não se impressiona com as ruas do Rio, longas, regulares, mas demasiado estreitas, com suas velhas igrejas, e nas elevações às quais “a mão do homem nunca nivelou se elevam as enegrecidas muralhas de antigos conventos”. Nenhuma originalidade se encontra na cidade, “nem espetáculo que impressione o olhar”, nada que impeça a descrição pela enormidade da beleza, como a baía que ele se recusou a descrever tal era a maravilha do cenário. O seu espanto é apenas o de encontrar “tão longe da Europa e tão perto das florestas virgens que distinguimos ao horizonte, a civilização de nossos costumes e a *aparência exterior* de nossas cidades<sup>880</sup>”. A cidade parece atrapalhar a fruição da paisagem, dando uma semelhança com a Europa que o discurso do viajante não deseja encontrar e não tem como enquadrar em seus postulados conceituais. Ela é uma aparência exterior, pois em sua substância ela não pode, nem conceitualmente, nem no nível do discurso, ser igual à cidade Européia.

Tollenare havia chamado a atenção à visão pitoresca de Salvador e de Olinda, colocadas no alto de montes. No entanto, esta visão em anfiteatro da capital baiana perde bastante de seu brilho quando “colocamos o pé na terra”. A montanha desce “tão bruscamente ao mar que quase não há na praia espaço necessário para construir uma única rua”, com as casas pegadas à montanha e sempre ameaçadas de desmoronamentos. Isso sem contar os gritos incessantes “dos negros que vão e vêm” pela cidade baixa, que quando não se tem mais negócios a tratar nesta parte da cidade, “a deixamos com muito prazer, pois ela é obscura e bastante suja<sup>881</sup>”. Vistos de perto, os edifícios da Bahia se ressentiam do mau gosto português na arquitetura, deslocado no tempo e anacrônico, preferindo as “volutas do século que precedeu Luís XIV”. A pureza das linhas gregas, diz ele, “ainda não fez fortuna por aqui. O estilo das decorações é aquele que eu suponho ter

---

<sup>879</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 76.

<sup>880</sup> LAVOLLÉE, M.C., *op. cit.*, pp. 22-23.

<sup>881</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, v. 3, 1973, pp. 687-688.

reinado na Itália no século XV<sup>882</sup>”. John Turnbull destaca em Salvador, como outros fizeram em relação ao Rio de Janeiro, a presença de uma natureza que se sobrepõe à própria cidade. Observa que a cidade é grande e populosa e “parece dividida pela natureza em uma cidade alta e uma cidade baixa<sup>883</sup>”. A cidade grande e populosa, antiga capital da América portuguesa, aparece na descrição de Turnbull como obra da natureza; nenhum vestígio da ação humana, do engenho português, a cidade não apenas se “enlaça” na paisagem sem contradição nenhuma, ela é um produto da paisagem, nasce da própria natureza como as suas montanhas.

Se alguns hábitos e a religião pareciam estar presos ainda à Idade Média, a arquitetura das cidades mal havia saído da Renascença; uma imagem que contribuirá bastante para a idéia das cidades luso-brasileiras arruinadas e decadentes ainda em sua infância, que chegará até Lévi-Strauss no século XX. O antropólogo francês considera que as cidades americanas não chegarão nunca à “esta vida sem idade que caracteriza as mais belas cidades”, as cidades européias, bem dito, que são objeto de “contemplação e reflexão” e não apenas “instrumentos da função urbana”. A cidade de São Paulo lhe faz recordar aquele espírito malicioso que “definiu a América como um país que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. Nós poderíamos, com mais justeza, aplicar esta fórmula às cidades do Novo Mundo: elas vão do frescor à decrepitude sem passar pela ancianidade<sup>884</sup>”. Nestas cidades, como São Paulo, Nova Iorque ou Chicago, não há vestígios do tempo, logo, da civilização que se gesta nele.

É o que ressalta a maioria destes autores sobre as cidades luso-brasileiras, seja sobre o Rio de Janeiro, grandes capitais, ou núcleos urbanos menores. Thomas Lindley se impressiona com a pobreza assustadora das cidades que visitou no Brasil. Ele observa sobre Porto Seguro, que suas ruas

“são suficientemente largas e retas, mas construídas de maneira irregular; as casas são geralmente de um só pavimento, baixas e mal construídas – de tijolos

---

<sup>882</sup> *Id., ibid.*, p. 695.

<sup>883</sup> TURNBULL, John, *A Voyage Round the World, in the Years 1800, 1801, 1802, and 1804*; in Which the Author visited the principal Islands in the Pacific Ocean, and the English Settlements of Port Jackson and Norfolk Island. London: Richard Phillips, 1805, v. 1, p. 20.

<sup>884</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 2005, p. 105.

moles, juntados com barro e recobertos de argamassa: mas todas têm um aspecto sujo e miserável<sup>885</sup>”.

Com relação a Salvador a imagem não é menos negativa: as construções datam principalmente do século XVII, “sendo mal feitas, e, devido à fragilidade dos materiais empregados, se arruinam rapidamente, o que reduziu o efeito de muitas, outrora suntuosas”. Como em toda cidade católica, as igrejas são os edifícios mais notáveis: a Catedral é grande, mas está caindo em ruínas; a antiga igreja dos jesuítas é construída inteiramente com mármore europeu, e “a decoração interna é de uma riqueza supérflua<sup>886</sup>”. Não apenas mal traçadas, as ruas são terrivelmente sujas, “apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnantemente imundas<sup>887</sup>”. A sujeira se mescla com a superfluidade das prioridades urbanas numa cidade da América católica, a opção pela construção de templos religiosos de riqueza extravagante e desnecessária, uma riqueza de aparência, que mascara a pobreza, a imundície e a ruína de cidades que, apesar disso, não têm passado de que se orgulhar.

Não é apenas nos edifícios públicos que se mostra a pobreza e a desordem das cidades brasileiras, mas também nas casas particulares, mesmo daqueles mais ricos. “Nem nas casas, nem no mobiliário, encontramos muitas coisas que nós nos acostumamos a considerar como confortos essenciais; não as encontramos nem mesmo nas habitações mais espaçosas e equipadas<sup>888</sup>”. Mesmo nos sobrados dos ricos a sensibilidade do civilizado é ferida, tamanha a falta de conforto e higiene. Diz Luccock que nestes sobrados há uma área para a entrada de carruagens e cavaleiros:

“Um largo lance de degraus conduz do pátio ao andar de cima, onde se encontram os cômodos de estar e os quartos de dormir, dos quais alguns ofensivos à delicadeza britânica, por causa do ruído, do calor e do forte cheiro

---

<sup>885</sup> Thomas LINDLEY, *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c* London: J. Johnson, 1805, p. 214.

<sup>886</sup> *Id., ibid.*, pp. 240-241.

<sup>887</sup> *Id., ibid.*, p. 244.

<sup>888</sup> John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; Taken During a Residence of Ten Years in That Country, From 1808 to 1818*, London: Samuel Leigh, 1820, p. 118.

de animais confinados em baixo; mas essas coisas pareciam não produzir efeitos desagradáveis nos nervos dos brasileiros<sup>889</sup>”.

Maria Graham também se decepiona com as casas brasileiras, mais especificamente dos portugueses do Brasil. Na Bahia, visita algumas famílias portuguesas com uma compatriota inglesa: “as casas, na maior parte, são repugnantemente sujas”. Sua delicadeza britânica, confirmando a impressão de Luccock, também é ferida com as celas para escravos e cavaliças dos andares térreos, e com a visão de senhoras que dificilmente poder-se-ia acreditar que fossem de sociedade.

“Como elas não usam nem coletes nem espartilhos, seu corpo torna-se quase indecentemente desmazelado, logo após a primeira juventude; e isso é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços no pescoço e raramente algum vestido com mangas. Depois, nesse clima quente, é desagradável ver algodões escuros e estofos sem nenhuma roupa branca sobre a pele. O cabelo negro, mal penteado e desgrenhado, ou amarrado inconvenientemente, ou ainda pior, *en papillote*, e a pessoa com a aparência de mal banhada<sup>890</sup>”.

Os homens portugueses “têm todos uma aparência abjeta; nenhum parece ter qualquer educação acima da dos escritórios comerciais e todo o tempo deles é gasto, creio eu, entre o negócio e o jogo<sup>891</sup>”. Faltando a civilidade, não se desenvolveu aqui o gosto. A mesma Maria Graham observa nas casas em que visitou gravuras e pinturas, “as últimas os piores borrões que nunca vi”, que “decoravam geralmente as paredes<sup>892</sup>”.

A regularidade e a ordem, por vezes eram encontradas por algum viajante, que não deixava de demonstrar seu espanto e admiração. No Rio de Janeiro, Furcy de Bremoy, depois de descer aos infernos da cidade baixa de Salvador, em 1830, se surpreende em ver o alinhamento das ruas, quase todas “traçadas por cordel”, como a Rua Direita, onde se situavam os principais estabelecimentos públicos e casas de comércio. Ele também se confessa “espantado” com o movimento comercial desta “bela rua” e de seu entorno. Não fica menos espantado com o luxo exibido pelas diversas lojas francesas da Rua do Ouvidor,

---

<sup>889</sup> *Id., ibid.*, pp. 118-119.

<sup>890</sup> GRAHAM, Maria, *op. cit.*, pp. 135-136.

<sup>891</sup> *Id., ibid.*, p. 142.

<sup>892</sup> *Id., ibid.*, p. 136.

“que pela riqueza e elegância, pode ser comparada à Rua Vivienne”, de Paris. E se declara ainda “impressionado” com a regularidade do Largo do Paço que, apesar de seu “tamanho bastante medíocre”, oferece uma bela “visão rápida” [*coup-d’oeil*], pelo alinhamento dos edifícios que lhe emolduram; edifícios que apesar de adequados [*propres*], eram já antiquados, que lhe parecia ter diante dos olhos “um destes antigos cenários de Molière, uma praça pública de Messina ou de Palermo<sup>893</sup>”. Os adjetivos não deixam dúvida do inesperado em encontrar uma cidade com ruas retas, comércio e lojas francesas: *surpris, étonné, frappé*. Ao leitor, o que deve ter surpreendido foi a existência de uma arquitetura antiquada no Novo Mundo, um cenário farsesco, uma paisagem mediterrânea decadente, onde a analogia com a Itália do sul é uma metáfora de uma jovem cidade já obsoleta e ultrapassada. A surpresa que parecia dar uma feição civilizada e moderna ao Rio de Janeiro, rapidamente recoloca a cidade em desordem natural e esperada: ela deixa de ser a Paris dos Trópicos para passar por cenário de comédia, antes de finalmente transfigurar-se numa Palermo “arcaica” e à “margem do progresso” que parecia representar.

Não é apenas a arquitetura que pareceu a Furcy de Bremoy um paradigma do caos e da desordem. Do ponto de vista político o Brasil aparecia também como uma promessa não cumprida. Ele se arrepende de haver chamado sua família para encontrá-lo: quem poderia imaginar, afirma, que alguns meses após ter escrito aos familiares, este “vasto império”, que parecia ser “tão florescente e anunciava grandes prosperidades”, algum tempo depois já estivesse ameaçado “de uma ruína completa”, invadido subitamente “de idéias falsamente denominadas liberais”; acochado pela “semente da desordem e da anarquia” em quase todas as províncias”, paralisado pela insegurança e pela “ansiedade geral<sup>894</sup>” O Brasil, em sua civilização, em sua tão louvada monarquia, em suas cidades falsamente ordenadas, não passava de uma miragem, um cenário, uma farsa, uma sociedade arruinada antes mesmo de ter envelhecido como a venerável Europa.

Mesmo em Paris os ingleses se ressentem desta mistura de funções dos edifícios, que Luccock e Graham observaram no Rio de Janeiro, da inadequação de edifícios, mobiliário, usos e vestuário. Hancock afirma que “a ausência de uma certa coincidência formal entre interior e exterior, entre forma e conteúdo, deixa o observador inglês pouco à

---

<sup>893</sup> FURCY DE BREMOY, Hygin, *Le Voyageur Poète*, ou Souvenirs d’un Français dans un Coin des Deux Mondes, Paris: Furcy, Pillet Aîné, 1833, v. 2, pp. 72-73.

<sup>894</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 98-99.

vontade”, como por exemplo “a presença num mesmo imóvel e numa mesma rua de pessoas de classes muito diferentes, ou casas utilizadas ao mesmo tempo para moradia e comércio<sup>895</sup>, que eram comuns em Paris como no Rio. Outros elementos das casas parisienses também impressionam os britânicos, como as cocheiras, que permitem, “nos imóveis mais antigos, a entrada dos cavalos e das atrelagens”; se incomodam com a “promiscuidade da disposição dos imóveis franceses<sup>896</sup>”, assim como se queixam Luccock ou Maria Graham no Rio de Janeiro. De sua parte, os franceses se ressentem do incômodo das distâncias entre as casas e as cocheiras em Londres, embora no Rio, as críticas à inadequação das casas de moradia dos franceses, como Freycinet, não sejam muito diferentes das que fazem os britânicos em Paris. Ocorre algo similar à impressão que têm os viajantes das cidades luso-brasileiras, onde esta indeterminação entre forma e conteúdo também os impressiona e confunde a interpretação. “Seu primeiro impulso é quase sempre de denunciar como estrangeira a linguagem arquitetural da cidade que eles têm sob seus olhos, de ver na forma uma traição do conteúdo, uma indeterminação plena de equívocos<sup>897</sup>”. A *traição* é uma boa definição do que sentem os viajantes nas nossas cidades; uma aparência urbana, de civilidade, que esconde a barbárie da escravidão, dos negros mal cheirosos, das ruas esburacadas, das mulheres ausentes, da beleza traiçoeira das negras e mulatas. Cidades que prometem um futuro brilhante à América, mas que devolvem ao Europeu um cenário que oculta a selvajaria de povos decaídos e impuros. “Cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe<sup>898</sup>”.

Destaquei nesta seção a forma como a materialidade da cidade foi encarada pelos viajantes, e a relação existente entre a paisagem, a cidade construída e organização política e moral da sociedade luso-brasileira. Passo agora a tratar de um aspecto ao mesmo tempo material e intangível, que diz respeito às imagens da religiosidade e da arquitetura religiosa brasileira, que constituem formas fundamentais no ordenamento e na organização das cidades luso-brasileiras. A religião ao mesmo tempo ordena a disposição física das cidades luso-brasileiras assim como a disposição dos corpos em sociedade, dado que não passou despercebido a nenhum viajante, apesar das dificuldades em decodificar este fenômeno.

---

<sup>895</sup> HANCOCK, Claire, *op. cit.*, p. 128.

<sup>896</sup> *Id., ibid.*, p. 152.

<sup>897</sup> *Id., ibid.*, p. 124.

<sup>898</sup> CALVINO, Italo, *As cidades invisíveis*. Trad. port. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 22.

### 4.3 Cidade Aberta

*Cidade aberta, sem muralhas;  
tal é o homem sem autocontrole.  
Provérbios, 25: 28.*

As cidades sobre os montes, sobre locais elevados, tão preferidas pelos portugueses, com suas torres de igrejas pitorescas destacando-se na paisagem, não eram identificadas apenas ao teatro, ao domínio da ilusão e da aparência, mas também ao da idolatria. O Deuteronômio é muito claro: “Devereis destruir os lugares em que as nações que ireis conquistar tinham servido a seus deuses, sobre os altos montes, sobre as colinas e sob toda árvore verdejante<sup>899</sup>”. É uma constante no Velho Testamento a identificação da idolatria, não dos pagãos, mas a que incorriam os próprios israelitas, com suas oferendas e ritos realizados nos chamados lugares altos, cimos de montes onde se realizavam estas cerimônias ilegais. As citações poderiam ser inúmeras, fiquemos com outro trecho que trata de refletir a ruína do Reino de Israel: “Os israelitas proferiram palavras inconvenientes contra Iahweh seu Deus, construíram lugares altos em toda parte em que habitavam, desde as torres de vigia até as cidades fortificadas”. Imitaram os israelitas as nações que Iahweh havia expulsado da Terra Santa, prestaram “culto aos ídolos, embora Iahweh lhes tivesse dito: ‘Vós não fareis tal coisa’<sup>900</sup>”. Se a fonte de poder divino se encontra nas “alturas” do céu, as Escrituras advertem “contra a pretensão de conhecer as coisas ‘altas’<sup>901</sup>”. A Bíblia é fonte privilegiada de imagens da literatura de viagem, “texto fantasma, mas tão presente<sup>902</sup>” na literatura e no pensamento; ela faz parte de uma “cultura compartilhada” entre o viajante e o leitor, e entre os diversos viajantes, católicos ou protestantes, e irrompe na narrativa, “evocando o lugar fundamental que ela ocupa no seu universo imaginário e o papel que ela desempenha em sua leitura do mundo”; e é por meio do texto sagrado que “os outros e a

---

<sup>899</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Deuteronômio, 12, 2.

<sup>900</sup> *Ibid.*, 2Reis, 17, 9-12.

<sup>901</sup> GINZBURG, Carlo, O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. port. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 98-99.

<sup>902</sup> NOTHOMB, Amélie, *Biographie de la faim*. Paris: Albin Michel, 2004, p. 63.

religião que eles praticam serão apreciados<sup>903</sup>”. As imagens pitorescas e tão representativas das cidades luso-brasileiras, com suas torres de igrejas e conventos destacadas na paisagem em meio a bosques, florestas e montanhas, revelam também espaços de idolatria e paganismo. Muitas vezes pensa-se que as imagens negativas da religiosidade brasileira seriam resultadas de uma visão protestante de viajantes britânicos, alemães ou norte-americanos. No entanto, veremos como o incômodo com estes rituais será comum a protestantes e católicos no mesmo grau de decepção e horror.

A viagem sempre esteve ligada à religião, tanto em sua forma de narrativa como de itinerário de peregrinação<sup>904</sup>, como do próprio ponto de vista do deslocamento e da religião que viagem e religião compartilham; viajar significa separar-se dos entes queridos, da pátria, pressupõe um luto, mas também um retorno: no “deslocamento que lhe fundamenta, na distância que se percorre, no exílio que ela remata, reúne o outro e o mesmo<sup>905</sup>”. Vimos que para Josiah Tucker, dar atenção às formas e ritos religiosos dos países visitados era fundamental, não tanto para ter um conhecimento etnográfico destes locais, mas para fortalecer a própria, e verdadeira, crença. A viagem a países católicos, no caso dos protestantes britânicos, ou para nações “atrasadas”, no caso de católicos franceses, obriga ao viajante uma atenção à alteridade diferente da visita a países islâmicos, ou a povos considerados “bárbaros” e fetichistas”. Nestes locais, a diferença é evidente e clara; já em cidades como as luso-brasileiras, a alteridade está dentro de um mesmo esquema conceitual, com representações muito próximas, uma aparência de similitude. Daí advém um estranhamento ainda maior, pela proximidade deste universo simbólico que, ao mesmo tempo, o viajante não reconhece como sendo parte de seu repertório cultural.

---

<sup>903</sup> PAYET-MEURE, Chantale, Robert Challe. La Bible à l'Épreuve du Voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, p. 182. A referência às escrituras se faz não apenas pela citação, mas também pela “alusão a cenas, personagens e locais bíblicos”. *Ibid.*, p. 184.

<sup>904</sup> Cf. POPEANGA, Eugenia, El viaje iniciático. Las peregrinaciones, itinerarios, guías y relatos. *Revista de Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, anejo I: 27-37, 1991; GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, Aux limites de l'Écriture Viatique, le Récit de Pèlerinage. L'Exemple de de la Description de Jérusalem. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines...*, *op. cit.*, pp. 33-42; ZUMTHOR, Paul, Dire le voyage. In: *La mesure du Monde*. Représentation de l'Espace au Moyen Âge. Paris: Seuil, 1993, pp. 297-316; e WOLFZETTEL, Friedrich, Relato de viaje y estructura mítica. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 10-24

<sup>905</sup> LESTRINGANT, Frank. Le Voyage, Une Affaire de Religion. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances divines...*, *op. cit.*, p. 15.

O relato da *Missionary Society*, que esteve no Rio de Janeiro em 1796, deixa bem claro este incômodo com os rituais católicos do Brasil. A sua capital parece, para eles, “exceder todos os locais papistas em matéria de religião”. Em cada esquina se podia encontrar uma figura de Nosso Salvador e da Virgem Maria “colocada num nicho, ou uma espécie de armário, com uma cortina e janela de vidro”. Pela noite, havia velas acendidas; e o pior, ao passar defronte a essas imagens, “as pessoas param para dirigir suas devoções, e por toda a noite a voz de suas cantorias para estas imagens pode ser ouvida”. E até mesmo o mais pobre mendigo “faz negócio com a religião”, carregando um crucifixo em seu peito, abençoa as pessoas que lhe cruzam o caminho, e “deve ser pago por essa benção assim como o papa<sup>906</sup>”. Como missionários, é claro que o espetáculo da escravidão não lhes passa despercebido, escravos doentes pelas ruas, e a terrível imagem, sempre recorrente, do mercado de escravos. Mas a “idolatria” dos católicos luso-brasileiros parece atrair-lhes mais a indignação. Recebidos no palácio do governo, foram recepcionados pelo coronel comandante com toda a polidez, e por sua mulher, que foi “especialmente atenciosa com nossas esposas”, diz o narrador. No entanto, diz ele, não puderam retribuir as gentilezas, especialmente

“quando vimos suas arraigadas superstições, seus rosários e crucifixos pendurados em seus pescoços; e a cruz e seus santos estão nas esquinas de cada rua, e por fora de suas casas: às quais eles se inclinam reverentes e se persignam quando passam. Eles realmente parecem afundados na idolatria<sup>907</sup>”.

Nenhuma demonstração de cortesia pode superar, para estes missionários, os erros papistas destes católicos; certamente eles são considerados piores do que os “selvagens” dos mares do Sul, aos quais pretendiam converter em sua viagem.

Outra coisa que lhes chama a atenção, e de praticamente todo viajante que esteve em nossas cidades, são as procissões: eles assistem a uma grande, com padres, freiras, carpideiras, “entrando em uma de suas catedrais”, brilhando com seus candelabros acesos.

---

<sup>906</sup> MISSIONARY SOCIETY, *A missionary voyage to the Southern Pacific Ocean, performed in the years 1796, 1797, 1798, in the ship Duff, commanded by Captain James Wilson*. Compiled from journals of the officers and the missionaries, and Illustrated With Maps, Charts, and Views, Drawn by Mr. William Wilson, and engraved by the most eminent Artists. With a Preliminary Discourse on the Geography and History of the South Sea Islands; And An Appendix, Including Details Never Before Published, of The Natural and Civil State of Otahiti; By a Committee Appointed For the Purpose, By the Directors of Missionary Society. London: T. Chapman, 1799, p. 33.

<sup>907</sup> *Id., ibid.*, p. 35.

As preces eram rezadas, e “coros cantavam, acompanhados por uma banda de músicos. A visão nos afligi; contemplar esta pompa exterior de devoção, e não descobrir nenhum traço da imaculada religião de Jesus<sup>908</sup>”. Descrições muito parecidas com a de James Cook, cujo curto espaço dedicado ao Rio de Janeiro em sua primeira viagem de circunavegação foi base de quase todos os visitantes que se lhe seguiram. Para ele as igrejas da cidade eram muito bonitas, mas havia mais “ostentação religiosa [*religious parade*] neste lugar do que em qualquer dos países papistas da Europa”. Há procissões em todos os dias paroquiais, “com várias insígnias, todas esplêndidas e caras no mais alto grau”. E ainda se pede dinheiro e se faz orações “na esquina de cada cidade<sup>909</sup>”. Este será um dos lugares-comuns mais freqüentes na narrativa de viagem, a superficialidade da fé brasileira, bem como de suas instituições, desprovidas de substância. E que chegará até a historiografia e os intérpretes do Brasil, e a Sérgio Buarque de Holanda, um dos primeiros a formular esta idéia de “uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade<sup>910</sup>”. Avaliação tão ou mais dura que a da *Missionary Society*, mas utilizando-se exatamente das mesmas palavras. Esta imagem da superficialidade, da aparência, eu já tive a oportunidade de observar que é uma das bases da descrição da cidade luso-brasileira, e esta aparência, da qual já tratei em relação à paisagem urbana, toma uma substância moral ainda maior com relação à religiosidade: aqui, o material e o moral estão irmanados, promovendo uma interpretação global da sociedade.

Não é a falta de devoção que incomoda aos viajantes, mas uma devoção mal posta, inadequada e muitas vezes anacrônica. Watkin Tench, em 1787, também tem sua atenção voltada aos nichos com santos em quase todas as esquinas, com imagens da Virgem. O zelo na devoção a estes locais, não pode deixar de causar “espanto ao estrangeiro”. A maior parte dos habitantes, diz Tench, “parece não ter outra ocupação, a não ser a de retribuir

---

<sup>908</sup> *Id., ibid.*, p. 36.

<sup>909</sup> COOK, James, *The Voyages of Captain James Cook*. Illustrated with Maps and Numerous Engravings on Wood. With an Appendix, Giving an Account of the Present Condition of the South Sea Islands, &c. London: William Smith, 1862, v. 1, p. 14. Imagem bastante parecida dá Volney sobre o islã na Síria: para ele, trata-se de um zelo religioso nascido “de um espírito de ciúme e de contradição”. “Assim, esta devoção, nascida do orgulho, e acompanhada de uma profunda ignorância, não é mais do que uma superstição fanática, que é a causa de mil desordens”. VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de, *Voyage en Syrie et en Egypte pendant les années 1783, 1784 & 1785*. Paris: Volland, 1787, v. 2, p. 421.

visitas e ir à igreja, ocasiões em que você os vê ricamente vestidos<sup>911</sup>”. Ainda assim, a polícia da cidade, ou a sua administração, se ressentia destes hábitos de devoção exterior, que impediam o progresso de ações mais ilustradas, sendo os ouvidos dos estrangeiros “felicitados pelo repicar dos sinos dos conventos, e seus olhos saudados pelas procissões dos devotos, cuja adoração e leviandade parecem andar no mesmo passo, e suceder uma à outra alternadamente<sup>912</sup>”.

John White é mais prolixo em sua descrição da procissão assistida na cidade do Rio de Janeiro pela armada do governador Phillip. Pessoas de todas as classes, a pé, a cavalo ou em carruagens formavam uma multidão em direção à Igreja da Glória, em frente da qual paravam para rezar e cantar hinos religiosos. No caminho de volta da procissão, White percebe uma pequena igreja numa rua secundária, “ricamente ornamentada e elegantemente iluminada” na qual homens, mulheres e crianças disputavam a entrada. Entrando na pequena igreja, toda a satisfação que ele tirou do fato de ser “espremido e acotovelado”, foi ver os fiéis caírem de joelhos, e rezarem “com mais fervor, em aparência, do que em real devoção”. Eram distribuídos rosários consagrados, e as ruas estavam cheias de vendedores ambulantes de artigos religiosos, além de muitos músicos e cantores, que se esforçavam em agradar a audiência, mas que não têm muito sucesso com White. Às dez horas, os entretenimentos do dia foram encerrados com “fogos e foguetes, aos quais os portugueses parecem gostar muito<sup>913</sup>”. Não apenas uma fé de aparência, mas uma inadequação incompreensível, do ponto de vista do viajante, que não entende a relação que estabelece a procissão entre devoção, divertimento e comércio. O diagnóstico dessa inadequação se dá mais, como está sugerido no texto de Josiah Tucker que discuti no capítulo anterior, num conhecimento prévio da idolatria dos papistas do que na experiência vivida na cerimônia religiosa. São os livros que conferem à religiosidade do catolicismo brasileiro o seu caráter de “superfície” e de “rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade”, não um conhecimento adquirido por meio dos sentidos.

---

<sup>910</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil...*, op. cit., p. 111.

<sup>911</sup> TENCH, Watkin, *A narrative of the Expedition to Botany Bay; with an Account of New South Wales, its Productions, Inhabitants, &c. To which is Subjoined, A List of the Civil and Military Establishments of Port Jackson*. 2. ed. London: J. Debrett, 1789, pp. 22-23.

<sup>912</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 28.

<sup>913</sup> WHITE, John, *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. London: J. Debrett, 1790, pp. 50-53.

Observando a procissão de Nossa Senhora da Conceição da Praia em Salvador, Lindley se surpreende também com a veneração que as imagens “despertam no povo, que geralmente as adora de maneira devota e abjeta, como se contivessem a essência da própria Divindade, descendida na ocasião, *in propria persona*<sup>914</sup>”. No dia de Reis, ou quando se comemora o dia em que “se supõe” que os três Reis Magos visitaram e adoraram a Cristo, músicos ambulantes cruzam as ruas em grupos, “indo de casa em casa, sem a menor cerimônia, e fazendo em cada uma um bárbaro tumulto; e depois de repetirem as mesmas tolas formalidades, seguem adiante para importunar o próximo habitante”, o que se segue por toda a noite; a multidão participa deste “rude regozijo, e parece desfrutar da cena”. Muito mais do que uma comemoração cristã, pareceu ao contrabandista “um carnaval italiano, cheio de confusão, mas sem o espírito picante e o vivo interesse que inspira esta festa<sup>915</sup>”. Ele não vê relação entre a festividade e a forma tão curiosa de preservar a memória destes Reis; há uma inadequação tanto da festividade, uma incompreensão da verdadeira tradição cristã, e da forma da comemoração desta tradição; trata-se, diz ele, de “obscuros vestígios do século XIV que ainda não foram abolidos<sup>916</sup>”. Solidificam-se aqui mais duas imagens a juntarmos à religiosidade de aparência: o desvirtuamento da verdadeira tradição e os resquícios de uma religiosidade atrasada e obscura.

John Turnbull tem uma impressão mais condescendente da religião católica no Brasil em sua breve estada em Salvador, em 1800, ainda que esta condescendência revele, para ele mesmo, a superioridade de sua fé reformada. As igrejas da cidade lhe pareceram bastante bonitas e bem decoradas, e lotadas de fiéis de todas as dignidades, e a devoção tão sincera, que mesmo sendo protestantes, “e sem nenhuma predileção por sua santidade o papa”, isso não deixa de lhes dar uma boa impressão<sup>917</sup>. Assiste a uma cerimônia na Catedral da cidade, num domingo de festa, com sermão proferido pelo bispo, que ele considera eloqüente e vigoroso, ainda que um pouco exagerado, contra os “vícios e impiedades”. Em seguida, a imagem de Nossa Senhora e do príncipe do Brasil são levadas em procissão pelas ruas da cidade, reverenciadas pelas mulheres, de seus balcões: “Um espetáculo teatral de forma alguma desagradável, se o zelo de uma religião equivocada

---

<sup>914</sup> LINDLEY, Thomas, *op. cit.*, p. 92.

<sup>915</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 123-124.

<sup>916</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 124.

<sup>917</sup> TURNBULL, John, *op. cit.*, v. 1, p. 23.

pode ser admitido como escusa pelos seus erros<sup>918</sup>”. Turnbull não duvida, ao contrário de muitos outros viajantes, da sinceridade da fé católica dos luso-brasileiros, ainda que a idéia de aparência esteja clara na identificação da festividade com um espetáculo teatral; entretanto, esta sinceridade serve apenas para perdoar os seus erros, ainda que ao final de sua digressão ele assuma, para si mesmo e para o leitor, a dúvida em relação à possibilidade desse perdão: ele é possível se pudermos considerar a autenticidade de um sentimento equivocado como um paliativo para o erro da doutrina.

Luccock também apontou aspectos da religiosidade dos luso-brasileiros e seus preconceitos, que interferiam na organização da própria sociedade, impedindo-lhes, por exemplo, uma dieta mais saudável. Observa ele que o povo costuma se alimentar de carne de porco com muita avidez, “como se o encantassem todas as oportunidades de demonstrar que eles não são nem judeus nem maometanos. Duvido, no entanto, de que tal como é produzido no Brasil, seja uma dieta não só desejável como saudável<sup>919</sup>”. Já o carneiro não é consumido porque dizem que “não é comida própria de cristão”, por ter sido “o Cordeiro Divino que tomou consigo os pecados do mundo<sup>920</sup>”. Hábitos atrasados, religiosidade “superficial”, estas crenças menos do que religiosas eram superstições que pouco serviam na necessária obra de civilização dos luso-brasileiros, não mais na fé cristã, mas sobretudo na formação de bons e úteis cidadãos.

A religião esteve na base da conquista do Brasil, na conversão dos naturais à religião cristã, recorda Barrow, sendo assim, isso propiciou enorme riqueza às igrejas e conventos. Mas fosse qual fosse o zelo do clero para executar esse projeto, diz ele, “ele há muito tempo deu lugar à indolência e ao luxo da vida monástica”. O zelo transformou-se em uma prudência em conservar “um exterior de devoção observando de uma maneira extraordinariamente pontual as cerimônias religiosas que espantam o olhar do vulgo”. Esta acomodação que acomete o clero luso-brasileiro faz com que eles “relaxem em sua moral e em sua conversação, e eles não são muito inclinados à severidade com relação aos laicos<sup>921</sup>”. Sendo ainda muito influentes, sua relaxação de costumes só pode ter uma função

---

<sup>918</sup> *Id., ibid.*, pp. 24-25.

<sup>919</sup> LUCCOCK, John, *op. cit.*, p. 44.

<sup>920</sup> *Id., ibid.*

<sup>921</sup> BARROW, John, *Voyage à la Cochinchine, par les îles de Madère, de Tenerife et du Cap Verd, le Brésil et l'île de Java*, contenant des reinsegnements nouveaux et authentiques sur l'État naturel et civil de ces divers

deletéria na sociedade. Mas esta relaxação não está sozinha na desagregação desta sociedade em formação, o ritual ultrapassado, a riqueza inutilizada no luxo das igrejas e dos ornamentos das procissões, com jóias cravejadas de topázios, diamantes, ouro e prata, fornecidos pela igreja ou pelos moradores mais ricos, dos quais poucos eram, diz ironicamente Barrow, “ímpios o suficiente para recusar seus diamantes, quando a Virgem é exposta aos olhares do público”. Há também o controle sobre o cotidiano dos habitantes da cidade, obrigados a parar sua marcha a cada repique dos sinos. Ou nas festas, quando “os foguetes ou os petardos estouram no ar, os olhares se voltam naturalmente para as alturas nas quais as igrejas e os mosteiros são construídos<sup>922</sup>”. Edificada sobre os lugares altos da América, nem o mais contumaz pecador será ímpio o suficiente para não merecer nela um lugar, para não merecer dela o seu perdão em troca de ouro ou diamantes.

Como já havia observado a diferença de religião não implica em imagens distintas da religiosidade brasileira. Franceses católicos pintam as cerimônias religiosas praticamente com as mesmas cores que seus contemporâneos protestantes, talvez com uma pequena diferença, ao insistirem menos na “idolatria” e no culto às imagens, pecado do qual, afinal, poderiam também ser acusados. Na província das Minas Gerais, Saint-Hilaire vê como fenômenos correlatos tanto a venalidade das autoridades de justiça como a simonia entre os eclesiásticos. Diz ter travado conhecimento com um padre de um pequeno vilarejo, que lhe pareceu “esclarecido e aplicado aos seus deveres”, que lhe declarou ser de idade avançada, necessitando repouso, desejava deixar sua paróquia por um canonicato. Numa segunda visita, levando a conversação para a cidade do Rio de Janeiro, declarou conhecer certa pessoa de importância na capital. Imediatamente o padre pediu-lhe que intercedesse com ele por seu canonicato, afirmando que se fosse necessário dar-lhe dinheiro, ele o faria. “Mas é uma simonia o que o senhor me propõe, senhor padre!”, exclama com surpresa e indignação Saint-Hilaire; a resposta é que ele sabia ser uma simonia, mas esta era um uso comum na terra, e sem ela “não podemos fazer nada”, declara o padre<sup>923</sup>. A corrupção da igreja é assim, paralela à corrupção da sociedade, e a igreja enquanto instituição e a religião não pareciam capazes de resolver. E para Lavollée, os males a religião brasileira são

---

pays; Accompagné de la Relation *officielle* d'un Voyage au Pays des Boushouanas, dans l'intérieur de l'Afrique australe. Trad. Malte-Brun. Paris: F. Buisson, 1807, v. 1, pp. 131-132.

<sup>922</sup> *Id., ibid.*, p. 133.

<sup>923</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, pp. 174-175.

correlatos à forma anacrônica de organização do Estado brasileiro. Para ele, a monarquia brasileira, embora constitucional, havia conservado o cerimonial e as formas das monarquias absolutas, e com elas, uma “religião de ostentação [*parade*], que em certos dias conduz ao pé dos altares enormes dragões e uniformes brilhantes chamados a apresentar periodicamente os sinais públicos de uma piedade fingida [*de commande*]”. Nesta interpretação, tanto o Estado brasileiro quanto sua religião são apenas formas de uma falsa civilidade e de uma fé de aparências. O anacronismo volta à cena, na comparação das procissões com as festas religiosas da Idade Média, e não é por acaso a comparação com a *Idade das Trevas*, pela profusão de imagens e confrarias; a diferença é que na Idade Média, “existia ainda a fé, que cobria de um sentimento respeitável o que poderia existir de estranho e às vezes grotesco nos acessórios e ornamentos da cerimônia”. Já numa cidade como o Rio, uma procissão deste tipo “era um anacronismo, um velho costume muito mais do que uma solenidade devota”; a religião, numa situação como esta, era transformada em “espetáculo”<sup>924</sup>.

Na verdade, igreja e Estado atrapalhavam a lenta marcha da civilização no Brasil. Para Saint-Hilaire havia demasiadas igrejas, o menor vilarejo “possui às vezes cinco ou seis templos; uma confraria mal tem algum fundo começa a construir uma igreja, sem sonhar como ela acabará”. Iniciada a construção e acabados os fundos, esfriado o zelo dos fiéis, “o edifício não se acaba nunca, ou então se decora o seu interior, e os muros caem em ruína”. Não era incomum que os viajantes se espantassem com as prematuras ruínas de um país tão jovem, tão pouco pitorescas, pois não indicavam o tempo passado, a civilização em sua marcha, mas apenas a incúria. Constroem-se, diz ele, “templos sem necessidade, fazem-se despesas insanas para celebrar festas patronais em cerimônias quase pagãs”, no entanto, ninguém sonha jamais “formar estabelecimentos de caridade, fundar hospitais, escolas gratuitas etc., etc. Não é nem mesmo uma piedade mal entendida que devemos acusar por tais abusos; sua origem está fundamentalmente na vaidade”; vaidade que pode ainda ser observada nas disputas entre as confrarias, nos privilégios que almejam por meio de “vãs prodigalidades”<sup>925</sup>. Koster observa o mesmo com relação ao Recife, uma escolha equivocada das prioridades; afirma que hospital de São Lázaro, na capital pernambucana

---

<sup>924</sup> LAVOLLÉE, M.C., *op. cit.*, pp. 42-43.

<sup>925</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, p. 175.

era “negligenciado”, embora os pacientes ainda fossem admitidos e, como outros estabelecimentos do gênero, estavam todos “em estado muito miserável”. É estranho, diz ele, que “belas igrejas sejam construídas enquanto muitos indivíduos sofrem até a morte por falta de um edifício conveniente para abrigá-los<sup>926</sup>”.

Os altos custos dos casamentos, cobrados pelas igrejas, impediam também que a moral se desenvolvesse no país, que já tinha tanta “repugnância em contrair uniões legítimas”, onde seria essencial “para o Estado e para a moral pública que elas fossem encorajadas”. Entretanto, “os indigentes são, por assim dizer, arrastados por sua falta de meios, a viver em uma culpável desordem<sup>927</sup>”. Culpável, note-se, muito mais do ponto de vista do Estado e da Igreja, do que dos homens miseráveis, sem meios para se casar corretamente. O grande mal será, então, um descolamento das instituições da Igreja, do seu cerimonial, da verdadeira substância da religião, uma “indiferença com relação aos deveres mais essenciais”; esta “apatia”, que Saint-Hilaire credita muitas vezes a uma herança indígena, faz com que a religião, aqui, “permaneça sem moral, e não se conserve dela senão as práticas exteriores<sup>928</sup>”. Os deveres dos laicos, diz ele, se resumem “a assistir a missa aos domingos e dias de festa, e a se confessar na Páscoa”. Ir à igreja com um livro, “é se expor ao ridículo”, e na província de Minas, se existem exemplares da Escritura, ele só pôde ver dois; e os padres não têm muito mais obrigações do que as dos próprios fiéis: “Eles só dizem uma missa baixa aos domingos”, e ainda podem escolher, “ao seu capricho”, em que igreja fazê-lo”. Não há nunca uma leitura do Evangelho na missa, não há nenhum tipo de instrução religiosa, padres só visitam os doentes para administrar-lhes a extrema-unção não catequizam as crianças e, o mais incrível, não as examinam “para saber se são suficientemente instruídos para serem admitidos na primeira comunhão<sup>929</sup>”. Com tão poucas obrigações não espanta que os padres se dediquem a outras atividades, alheias à religião, como o comércio, ou a advocacia<sup>930</sup>.

E as cerimônias e festas religiosas possuem um caráter muitas vezes ao mesmo tempo ridículo e inadequado, como fica claro na anedota contada sobre o presépio de

---

<sup>926</sup> KOSTER, Henry, *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1816, p. 34.

<sup>927</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, pp. 176-177.

<sup>928</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 179.

<sup>929</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 179-180.

Barbacena. Saint-Hilaire explica a seu leitor a realização destes “espetáculos ridículos chamados *presépios*, onde se faz representar, por marionetes, cenas tiradas das Santas Escrituras”. A descrição é feita a partir do testemunho de um local, que os informa que os assistentes deveriam pagar para ver o espetáculo, o que faz com que desistam de vê-lo. O pagamento era feito com a passagem de um prato pela assistência, quando um companheiro dos organizadores era escolhido para colocar sua contribuição “antes do estrangeiro escolhido como vítima”; ele colocava uma quantia elevada para que o pobre viajante se constrangesse a não colocar menos. Como se não bastasse, o espetáculo era “freqüentado principalmente por mulheres de má vida, não sendo, ao que parece, mais do que um ponto de encontro de deboche<sup>931</sup>”. Cerimônia deslocada e indecorosa pela inconveniência da teatralização ridícula das Escrituras, pela comercialização imoral dos temas santos e pela total decadência dos costumes e da moral, onde se deveria esperar recato e zelo religioso. A única solução, seria uma reforma nas instituições, com uma seleção mais rigorosa dos eclesiásticos e a urgente catequese das crianças. O naturalista católico utiliza o mesmo aparato conceitual da protestante *Missionary Society* britânica, chegando praticamente ao mesmo diagnóstico das mazelas da religião no Brasil, que serão transferidas para a historiografia. As diferenças de doutrina não impedem a similitude da avaliação.

Le Dault vê na ornamentação das igrejas e da catedral da cidade do Pará, em sua materialidade, nos “quadros ruins” que as decoram, imagens do “fanatismo religioso do povo” que as freqüenta. Nelas, “os milagres se operam a cada dia e custam muito caro; é o que percebemos pela riqueza das oferendas depositadas sobre os altares e os donativos enviados aos numerosos conventos<sup>932</sup>”. O navegador francês Barral, que visitou Santa Catarina em 1831, também observou o que considerava, uma falta de decoro, da religião praticada no Brasil. Os habitantes desta província seriam, em sua visão, provas vivas do fato de que todos “os povos ignorantes, simples ou corrompidos, sabem aliar os prazeres com as práticas austeras da religião”. Como outras avaliações deste tipo, a premissa de Barral poderia identificar diversas práticas festivo-religiosas do Velho Mundo, mas no espelho da alteridade das narrativas de viagem, o repositório de “defeitos” e “máculas”

---

<sup>930</sup> *Id., ibid.*, p. 181.

<sup>931</sup> *Id., ibid.*, pp. 123-124.

<sup>932</sup> LE DAULT, J.L., Le Para. Province du Brésil dans l'Amazonie. *Journal de la Marine, des Colonies, des Consuls et des Voyages*. Paris, VIII, 1834, p. 229.

constitui sempre um dado da descrição dos povos “exóticos”. Seguindo Barral, sua narrativa acompanha a organização de uma novena em honra do santo protetor de uma família, cuja casa tornou-se ponto de encontro de toda a vila. O cômodo principal da casa foi decorado com um altar onde foi colocada a imagem do santo, tendo em seus braços o menino Jesus, “apesar do anacronismo”; o autor se espanta com esta imagem “anacrônica”, que compõe o que os moradores “chamam de *bom Jesus*”. São nomeados um presidente e uma presidente da novena “para fazer as honras da festa, isto é, para fazer por sua conta, as despesas indispensáveis de cachaça, da iluminação, dos fogos e dos petardos”. Às oito horas, um petardo e um tiro de fuzil anunciam a abertura da cerimônia; as mulheres à medida que chegam se ajoelham diante do bom Jesus, enquanto os homens se sentam nos bancos. Sem se falar durante algum tempo os dois sexos, logo são propostos jogos e, apesar da reunião ter um objetivo religioso, “homens e moças fazem rondós, se abraçam e dançam fandangos”. Em determinado momento, o presidente recorda o objeto da reunião, e “o recolhimento mais completo sucede às danças e aos cantos profanos; e parece querer-se expiar os prazeres aos quais nos permitimos, ficando mais de uma hora de joelhos recitando litanias”. Em seguida, retomam as danças profanas, que duram grande parte da noite, e “cada um volta para a sua casa muito satisfeito de poder obter assim as boas graças dos santos do Paraíso<sup>933</sup>”.

A contradição é clara, ainda que quase nunca indicada: as cidades luso-brasileiras são apresentadas, geralmente, como desprovidas dos mais elementares divertimentos; apesar disso, as festas religiosas, procissões e até esta animada novena, são freqüentemente descritas sem que entrem na conta de divertimentos ou de vida social. Esta dificuldade de compreensão decorre de dois fatos muito bem apontados por Barral: o anacronismo destes divertimentos, ou das práticas litúrgicas do catolicismo luso-brasileiro e uma dificuldade em decifrar estas práticas híbridas, no limite entre o profano, o pagão e o religioso, ações deslocadas, sem lugar conveniente no universo simbólico do estrangeiro. Ouseley se espanta com os ex-votos pedindo proteção aos navios na capela da Boa Viagem, no Rio de Janeiro, onde viveu entre 1832 e 1844. Estranha a “adoção ou modificação de costumes pagãos”, que representam a absorção pelo Catolicismo Romano de práticas da mitologia grega, como os ex-votos. “Por meio de uma simples transição, o altar gentio foi suplantado

---

<sup>933</sup> BARRAL, L.M., Notions sur l’île Sainte-Catherine au Brésil, recueillies en 1831 par M. Barral, capitaine

pelo de Roma”. Um sistema de conversão que se não pode deixar de ser “repugnante aos sentimentos dos rígidos reformadores protestantes, não resulta pouco pitoresco e interessante àqueles que apreciam recordações clássicas”. Se por um lado ofendem a doutrina, estas práticas têm o mérito de divertir, pelo pitoresco, e educar, ao remeterem a um passado clássico e pagão, e a sua incorporação pelo catolicismo. É interessante, diz o autor, traçar nestes rituais, “à distância de tempo e espaço que separam a América do Sul do Olimpo de nossos estudos de escolares, estes obscuros reflexos da Grécia nos costumes Romanos<sup>934</sup>”.

Esta inadequação se transforma em paradoxo na descrição de Du Petit Thouars, que esteve no Rio de Janeiro em 1836. Chama-lhe a atenção, como a todos os viajantes, a frequência das procissões na cidade, mas a justificativa que ele dá para este fato é quase surpreendente. Elas são inúmeras e realizadas com “grande pompa”, com a participação sempre de muita gente, “pois a população em geral, infelizmente muito depravada, e pouco religiosa, apóia-se muito na observação de formas exteriores de culto”. Elas são ainda, muito curiosas pelo grande número de ordens e confrarias que participam, além da “riqueza e variedade de costumes<sup>935</sup>”. Chega a ser desconcertante a sua formulação: a depravação e irreligiosidade estão na base das cerimônias religiosas luso-brasileiras, verdadeira projeção de um mundo às avessas; paradoxo instigante, surpreendente, tão exótico quanto estas próprias cerimônias, e argumento que não deixou de ter certo fortúnio nas interpretações da sociedade brasileira.

Desembarcado em Desterro, na ilha de Santa Catarina, Du Petit Thouars descreve cerimônia de forma bastante parecida àquela presenciada por Barral na mesma cidade; não mais uma novena, mas o enterro de uma criança morta logo após o batismo. Levado pela curiosidade, pois ele não pode deixar de imaginar que qualquer atividade na América será forçosamente curiosa e inversa do que se passa na Europa, ele vai à casa da família da criança morta, e se surpreende com o tom festivo da cerimônia, percebendo uma recepção numerosa. A casa estava ornada de folhagens misturadas com flores, havia um altar montado com a imagem de uma pequena criança, rodeada de círios e vasos de flores,

---

de corvette. *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris: Imprimerie Royale, 1(8), 2<sup>o</sup>. série, 1833, pp. 341-342.

<sup>934</sup> OUSELEY, William Gore, *Descriptions of Views in South America*, from Original Drawings, made in Brazil, the River Plate, the Parana, &c. &c., With Notes. London: Thomas McLean, 1852, p. 24.

<sup>935</sup> DU PETIT THOUARS, Abel, *Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus*, pendant les années 1836-1839. Publié par ordre du Roi, sous les auspices du ministre de la Marine. Paris: Gide, 1840, p. 65.

descoberta e ricamente vestida; “sobre a cabeça estava posta uma coroa de perpétuas, e tinha nas mãos um buquê”. Muitas mulheres vestidas de festa estavam sentadas ou ajoelhadas sobre esteiras, os homens fora da casa, por falta de espaço. Quando todos haviam chegado, começou-se a cantar e tocar guitarras, violões, tambores e, não sem surpresa, ao final todos passaram “a cantar, a rir e a beber”. A explicação para isso era que, segundo “as crenças e costumes estabelecidos”, a morte de uma criança que não tinha ainda atingido a idade da razão a transformava num anjo, e era costume “festejar esse acontecimento feliz por comemorações às quais eram convidados toda a família e todos os amigos<sup>936</sup>”. Mais uma vez, o mundo invertido por uma crença anacrônica, uma festividade sem lugar, na qual uma desgraça se transforma em motivo de regozijo. Não está clara a forma como Du Petit Thouars chegou a esta cerimônia familiar, ainda que fosse pública, e não seria estranho ao gênero que ela tivesse sido escutada pelo viajante e contada como se fosse uma experiência pessoal. Entretanto, uma nota sua dá uma pista de que ele talvez tenha presenciado este enterro; ainda que sirva para reforçar a sua incompreensão desta “festividade” mórbida, é um momento, não muito comum, mas que por vezes emerge na narrativa, de certa empatia com o *outro*, um momento no qual houve um esforço por se aproximar do indivíduo com um pouco menos, ainda que com alguma, um pouco menos de teoria. A pobre mãe da criança, diz ele, “estava alheia a esta festa; ela não podia se consolar da perda de um bem tão precioso, ela se abandonou à sua dor e vertia lágrimas abundantes; seu coração oprimido renegava uma parte desta felicidade cruel<sup>937</sup>”.

A “superstição” destas práticas anacrônicas se liga, em Debret, com nosso próximo tema, a preguiça. Para ele, o “temperamento sutil e os desejos ardentes” eram alimentos para esta superstição, sobretudo para um povo que vivia “num clima exagerado e, por isso, debilitante. Este excesso de imaginação, decorrente deste clima, “crescendo em sentido inverso de sua energia física, domina o resto de suas faculdades enervadas”. Por isso, diz ele, é possível ver no Brasil “muitos homens, tornados preguiçosos em consequência da prostração de suas forças físicas, escolherem para a base de sua crença o *fanatismo*, meio mais fácil de justificar o estado de miséria em que se deixam estagnar por indolência”. E para os menos indolentes, porém mais pobres, a única opção era ainda a devoção fanática, “na esperança de esconder um crime com a ajuda de um socorro divino ou, às vezes,

---

<sup>936</sup> *Id., ibid.*, pp. 83-84.

alcançar uma injusta vingança”. E esta indolência, seguindo a teoria de Debret, deveria ser resultado da herança da mistura dos europeus com a raça indígena, “vencida pela credulidade e civilizada tão somente à custa de mistificações misteriosas inventadas pelos missionários<sup>938</sup>”. Por isso as cerimônias religiosas introduzidas no Brasil pelos missionários teriam conservado à época, um caráter de “barbárie, isto é, de exagero necessário para surpreender a imaginação dos índios selvagens, apresentando-lhes imagens esculpidas e coloridas, sobretudo de uma proporção gigantesca<sup>939</sup>” Na interpretação de Debret, e dos outros viajantes citados aqui, não importam as contradições ou diferenças, a explicação deve seguir o caminho traçado pela teoria previamente esboçada, na qual fanatismo e indolência são os termos necessários para a compreensão da sociedade formada no Brasil.

Esta inadequação moral da sociedade luso-brasileira, da qual esta religiosidade de aparência é um de seus principais sintomas, e a desordem de suas cidades é uma das principais alegorias, também se reflete numa inadequação de corpos e gestos, dos quais já tratei um pouco no capítulo anterior, que serão alguns dos principais tópicos de uma identidade luso-brasileira formada por essa literatura: a contraditória reclusão da mulher brasileira, ao mesmo tempo de uma sensualidade extravagante, e o grande mal que aflige os dois sexos: a terrível preguiça e indolência.

#### 4.4 Cidade Lânguida

*C'est se tromper que de croire qu'il n'y ait que les violentes passions, comme l'ambition et l'amour, qui puissent triompher des autres. La paresse, toute languissante qu'elle est, ne laisse pas d'en être souvent la maîtresse; elle usurpe sur tous les desseins et sur toutes les actions de la vie; elle y détruit et y consume insensiblement les passions et les vertus.*  
*La Rochefoucauld,<sup>940</sup>*

A preguiça, traço distintivo de nosso maior herói literário, distingue também na literatura de viagem, primeiramente os nativos de várias latitudes, presenteados pela natureza com todas as benesses que lhes permitem obter os meios de sua sobrevivência sem

---

<sup>937</sup> *Id., ibid.*, p. 84.

<sup>938</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op. cit.*, v. 3, pp. 39-40.

<sup>939</sup> *Id., ibid.*, p. 19.

<sup>940</sup> *Maximes*. Paris: PML, 1995, p. 57.

o esforço do trabalho. Na América portuguesa, o “selvagem” deixa como herança à nação a preguiça, o ócio e a vadiagem; aqui não se cumpre o decreto divino e a maldição lançada sobre o solo: “Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida. Ele produzirá para ti espinhos e cardos, e comerás a erva dos campos. Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó retornarás<sup>941</sup>”. Traço distintivo do ser humano desde a queda, o trabalho não encontra na sociedade luso-brasileira a sua marca civilizatória; aqui, tudo vem de graça, sem esforço, presenteado às “crianças grandes” que são os luso-brasileiros. Para Debret, o brasileiro, sobretudo o jovem e rico, era um “filho mimado da natureza<sup>942</sup>”. Para Saint-Hilaire, os brasileiros de Minas tinham sido “felizmente dotados pela Providência”, faltando-lhes apenas boas instituições<sup>943</sup>. E Tollenare também acrescenta a sua pena na construção da tópica da natureza dadivosa, obstáculo para o trabalho na América, criadora da vadiagem entre os seus habitantes: parece-lhe que a preguiça, “descendida com o calor, tinha deixado cair sobre eles todos os seus vapores entorpecedores. Por que sua fronte se cobriria de suor se eles não têm nenhum desejo, e se uma natureza liberal lhes dispensa dons que excedem suas necessidades?<sup>944</sup>” Desse ponto de vista, a natureza oferece tudo o que o brasileiro necessita; no entanto, a preguiça o impede de desejar muito, o que lhe obrigaria a algum tipo de esforço.

Tollenare foi dos que mais se impressionou com a preguiça dos luso-brasileiros, mas ao contrário dos que viam no clima quente da Zona Tórrida a causa deste mal, para ele o clima não era o principal culpado. No Recife, por exemplo, ele afirma que estava convencido de que a

“repugnância dos brasileiros pelos longos passeios, sob o pretexto de que o clima os impedia, tinha como causa uma preguiça de corpo [*nonchalance de corps*] que lhes deixa inimigos do exercício e uma preguiça de espírito [*nonchalance d’esprit*] que afasta de toda investigação que não tenha por meta um objeto de interesse pecuniário imediato<sup>945</sup>”.

---

<sup>941</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Gênesis, 3, 19.

<sup>942</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op. cit.*, v. 2, p. 43.

<sup>943</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l’intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro..., *op. cit.*, v. 1, p. 183.

<sup>944</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, v. 2, p. 350.

<sup>945</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 369.

Tollenare se dá como exemplo de atividade, ao dizer que percorrendo o campo a todas as horas do dia, nunca experimentou a fadiga e o incômodo que os brasileiros afirmavam sentir, talvez porque “a curiosidade me desse forças”. Esta indolência física dos brasileiros tinha, então, como causa uma indolência de espírito, pois toda vez que esta última era “retirada” deles pelo patriotismo ou pela vingança, a sua “atividade não perdia em nada para a dos povos mais vivos da Europa<sup>946</sup>”. O negociante francês parece inspirado aqui por La Rochefoucauld, para quem nós “temos mais preguiça no espírito do que na alma<sup>947</sup>”. A preguiça aqui não é entendida apenas como um “defeito” do corpo, mas sobretudo um “defeito” do espírito, uma fraqueza da alma que se reflete no desleixo do corpo. Corpos que são capazes de atividade, e veremos que os viajantes vêm muita atividade por onde passam, mas há algo nela que não corresponde a uma verdadeira noção de trabalho, de ação civilizatória, de exercício criador.

O habitante pobre do Brasil, para Tollenare, não tem necessidade de toalete, pois ele não troca nunca a sua vestimenta.

“Ele permanece em ceroulas, fumando em sua porta que ele só abandona para ir se balançar em sua rede. Sua mão se estende com dificuldade para receber a sua medíocre ração de mandioca. Você pergunta a ele onde mora Um Tal, seu vizinho: ele não sabe nada. Falar o fatiga tanto quanto pensar<sup>948</sup>”.

Novamente corpo e mente dos luso-brasileiros se unem na formação do ser indolente que mal pode se alimentar, que sequer consegue raciocinar. Como em Provérbios, “O preguiçoso põe a mão no prato: levá-lo à boca é muita fadiga<sup>949</sup>”. A indolência ameaça até mesmo a sobrevivência do homem indiferente e apático à própria sorte: “O preguiçoso diz: ‘Um leão está lá fora! Serei morto no meio da rua’<sup>950</sup>”. Muitos brasileiros de origem portuguesa vivem apenas com um pouco de farinha de mandioca por dia, um pouco d’água, uma choupana e por móveis uma rede e um fuzil, “felizes quando têm tabaco e repouso”, uma existência que eles chamam de deliciosa, e que “nós europeus”, diz Tollenare, “não

---

<sup>946</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>947</sup> LA ROCHEFOUCAULD, *Maximes*. Paris: PML, 1995, p. 92. Réflexion morale 487.

<sup>948</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, v. 3, 1973, p. 759.

<sup>949</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Provérbios, 26, 15. Há outra variante deste provérbio: “O preguiçoso põe a mão no prato, mas não consegue levá-lo à boca”. Provérbios, 19, 24.

<sup>950</sup> *Ibid.*, Provérbios, 22, 13.

fazemos idéia do que seja uma vida tão indolente<sup>951</sup>”. A preguiça gera a ignorância, o que permite que o europeu possa desejar se incumbir da tarefa de “educar” o povo e talvez até mesmo seus governantes, como pregava o conde de Suzannet. Cada viajante se coloca num papel de “pedagogo” da razão, mais ou menos conscientemente; Tollenare tem consciência desta “função” que o viajante pode ter num país de almas e corpos tão *desleixados*. Ao estrangeiro que venha ao Brasil, sobretudo ao homem instruído, que “possa propagar as luzes”, ele recomenda que “não se recuse um certo ar de pedantismo brutal: ele seria prontamente considerado como uma águia”. Pois a decente e desconfiada modéstia, que faz “o adorno e o mérito” dos homens sábios, que reconhecem que quanto mais sabemos mais temos a saber, “passa aqui por uma confissão de fraqueza ignorante”, onde o orgulho rechaça e despreza as boas idéias que lhe são apresentadas<sup>952</sup>. Pois o preguiçoso “é mais sábio aos seus olhos do que sete pessoas que respondem com tato<sup>953</sup>”. Este pedantismo que está ligado a este “amor pronunciado”, que se atribui aos luso-brasileiros, pelas “formas fixas, pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos”, um “vício de bacharelismo” que seria um “dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro”. Construções de inteligência que “representam um repouso para a imaginação comparável à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino”. Apego por tudo “quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante”, e que favoreça “uma espécie de atonia da inteligência<sup>954</sup>”. Em suma, uma extrema preguiça do pensamento e da alma.

Tuckey, por outro lado, confere ao clima papel importante na formação do caráter ocioso dos luso-brasileiros. Os climas tropicais são chamados por ele de “climas luxuriantes”, que explicaria a excelência da música e da dança entre os luso-brasileiros; nestes climas, “as necessidades do homem sendo supridas pela natureza quase espontaneamente, ele tem tempo livre para cultivar as suaves impressões que o cenário circundante cria, e observando as harmonias da natureza, ele se torna um poeta e músico<sup>955</sup>”. Verdadeiro *locus amoenus*, o “Trópico”, edênico e paradisíaco, produz apenas artistas, ainda que não necessariamente estetas; para estes últimos, é necessário um mínimo

---

<sup>951</sup> TOLLENARE, Louis-François de, *op. cit.*, v. 3, 1973, pp. 750-751.

<sup>952</sup> *Id.*, *ibid.*, v. 2, 1972, p. 409.

<sup>953</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Provérbios, 26, 16.

<sup>954</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil...*, *op. cit.*, pp. 116-117.

<sup>955</sup> TUCKEY, James H., *op. cit.*, pp. 65-66.

de reflexão e gosto não são característicos das sociedades não-européias. A natureza pródiga da América produz antes espectadores ociosos de suas belezas, testemunhas apáticas, cantores de suas maravilhas, mas não verdadeiros artistas; cultores de uma “sentimentalidade lacrimosa”, herança de uma “tradição lírica que nos veio da metrópole<sup>956</sup>”.

A natureza não será, para Tuckey, a única causadora da preguiça endêmica dos luso-brasileiros; será sobretudo o mal de origem do qual já tratei anteriormente, a mácula da colonização portuguesa, sua “herança lacrimosa” e apática. O progresso da cidade do Rio de Janeiro poderia ser muito maior se ela tivesse sido “colonizada por uma nação de um dinamismo mais perseverante”, ainda que deva ser visto como rápido, levando em conta o “entorpecimento da indolência portuguesa<sup>957</sup>”. Tuckey teoriza algo que está implícito na maioria dos outros viajantes, ainda que bastante claro, como já vimos: a disputa colonial na Europa, na qual os portugueses eram vistos como possuidores de vantagens às quais não mereciam, frutos de uma atividade para a qual pouco contribuíam com engenho e trabalho. O reino ibérico teria obtido essas grandes vantagens “sobre todas as nações da Europa” por ter colonizado a América “possuindo feitorias na costa oposta da África, onde seus colonos conseguiam um fácil e contínuo suprimento de escravos”. Além desta facilidade imerecida, ou por causa dela, os portugueses são tão “ciumentos” de suas colônias, que “a introdução da mais insignificante manufatura é proibida<sup>958</sup>”.

O que Tuckey teoriza, Turnbull materializa pragmática e realistamente. Sua estada em Salvador lhe convence da utilidade de tomar posse desta colônia em caso de um rompimento da Inglaterra com Portugal. Para ele, era evidente que no curso dos acontecimentos políticos da Europa, em poucos anos a França ou a Inglaterra deveria tomar posse do Brasil, pois “uma nação tão fraca como Portugal, de tão pouca estima na Europa, não conseguiria manter seu monopólio por muito tempo em um país tão extenso ao qual é tão pouco capaz de manter”. Para a França, esta possessão compensaria a perda de Malta ou do Egito; para os ingleses, traria “vantagens mais sólidas” do que “todas as conquistas da França”, além de ser um meio de conseguir “uma paz mais honrosa<sup>959</sup>”. O que está apenas

---

<sup>956</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil...*, *op. cit.*, p. 121.

<sup>957</sup> TUCKEY, James H., *op. cit.*, p. 86.

<sup>958</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 86-87.

<sup>959</sup> TURNBULL, John, *op. cit.*, v. 1, pp. 26-27.

implícito na maioria dos viajantes, encontra em Turnbull sua expressão mais imperialistamente clara e decidida.

Para Freycinet, a preguiça está ligada à inveja e ao ciúme português, e era característica de todos os gêneros de pessoas do Rio de Janeiro, representando na verdade todos os portugueses do Brasil. O brasileiro do Rio era espiritual, ciumento, sensual e orgulhoso. Entre as gentes de baixa extração e de classe média, que são em sua maioria pouco educados, “a ignorância presunçosa, o gosto da preguiça, o espírito de vingança, a cupidez e a libertinagem são os vícios dominantes”. Entre as pessoas de altas esferas, há muitas respeitáveis e instruídas, embora alguns parágrafos abaixo a sua descrição os trate como possuindo uma “ociosidade entranhada”, que leva os ricos a um excesso de libertinagem desenfreada”, causada ainda por um “temperamento ardente e uma alimentação excitante”, que os leva a buscar com furor orgias nas quais “não há mais para eles nem idade, nem sexo, nem caráter”. O ciúme e a preguiça, que Freycinet considera alguns dos vícios dos portugueses estavam ligados também à inveja que sentiriam dos “talentos dos estrangeiros”, que eles demonstrariam por toda sorte de “aborrecimentos”; apesar disso, afirma que os estrangeiros que eram raramente admitidos na intimidade dos nacionais eram tratados de forma “doce e sociável, ainda que fossem amigos pouco constantes”. Já os negros libertos eram parecidos aos judeus da Europa: “eles traficam, enganam, se enriquecem como eles, e a maioria afeta um luxo que eclipsa às vezes o de seus primeiros senhores<sup>960</sup>”. Vemos novamente que a chave interpretativa de Freycinet é a do *vício*: a sociedade luso-brasileira é formada a partir dos vícios que caracterizam os portugueses, acrescidos àqueles trazidos pelos negros africanos ou acrescentados pelos indígenas. Não é a observação que define as imagens conceituais da preguiça, inveja ou ciúme, mas a teoria que instrumentaliza e dá contornos à narrativa, que passa sem mediação da descrição à interpretação.

Gardner também apontou a preguiça e a indolência como males do Brasil, que impediam seu desenvolvimento, além de consumirem os recursos das classes produtoras. Na vila de Natividade, os habitantes eram preguiçosos e indolentes ao extremo e, por isso, havia sempre entre eles grande escassez das coisas necessárias para a vida diária. A vila era bastante irregular, como a maioria do interior do Brasil, e havia quatro igrejas que, embora

---

<sup>960</sup> FREYCINET, Louis de, *op. cit.*, p. 198.

velhas, “ainda não foram terminadas, e nada faz crer que o serão um dia”. Apesar dos seus arredores férteis, esta benesse da natureza não era aproveitada por seus habitantes, que quase nunca os usavam para plantar mandioca ou outros bens. E embora houvesse muitas e grandes fazendas de criação de gado a apenas poucas léguas de distância, só se pode comprar carne fresca uma vez por mês. Isto não o admira, pois o grosso da população, “

por seus hábitos indolentes, não possui os recursos para comprar carne ou qualquer outro artigo de utilidade. Perguntando a uma das pessoas mais respeitáveis do lugar como vivia essa gente, ele me informou que os poucos industriais tinham de sustentar os outros, que geralmente roubam das suas plantações quanto sirva para sustentar a sua mísera existência<sup>961</sup>”.

Não é apenas a natureza que incentiva o ócio e a preguiça dos luso-brasileiros, a religião tal qual se praticava aqui era também um elemento desagregador, para alguns, de uma ética do trabalho. Nas partes do Brasil que havia percorrido o católico Saint-Hilaire, ele observa que “se trabalha pouco nos dias úteis; nos feriados, não se trabalha nunca; eis, mais ou menos, toda a diferença<sup>962</sup>”. Mais de um viajante ressaltou esta tópica tão conhecida, do excesso de festas religiosas e feriados que enlanguesciam os costumes e aumentavam o grau já enorme da preguiça no país. Além disso, a própria existência das ordens religiosas era vista como um gasto desnecessário para a manutenção de freiras e frades, estas “inúteis criaturas”, como diz o protestante Koster, além da quantidade “perfeitamente absurda” de igrejas, capelas e nichos de santos nas ruas, confrarias de mendicantes, e familiares do Santo Ofício da Inquisição<sup>963</sup>, suprema inutilidade e anacronismo terrível.

Furcy de Bremoy tem um interessante diagnóstico da sociedade luso-brasileira, cujo caráter principal parece, para ele, estar baseado inteiramente na preguiça. No estudo do aspecto material do Rio de Janeiro e a fisionomia exterior de seus habitantes, ele não encontra, como nas cidades francesas, “uma multidão apressada de pessoas dos dois sexos, de todas as categorias e idades, ocupando-se de seus negócios”; o que ele encontra no Rio não é mais do que “uma multidão de negros e negras movendo-se em todas as direções da

---

<sup>961</sup> GARDNER, George, *op. cit.*, p. 337.

<sup>962</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul..., *op. cit.*, v. 1, p. 378.

<sup>963</sup> KOSTER, Henry, *op. cit.*, p. 34.

via pública para entregar a seus senhores o tributo diário que a desumanidade, a avareza ou a preguiça impõe aos escravos, e que este não paga nunca sem ódio ou brutalidade<sup>964</sup>”. Por isso estas imagens aparentemente tão contraditórias que aparecem na literatura de viagem: as cidades mais importantes ao menos, como Rio, Salvador ou São Paulo, aparecem descritas de forma buliçosa, cheias de movimento e atividade, um mercado desenvolvido, e até mesmo, na opinião de Tollenare, como vimos antes, um interesse desmedido pelo lucro, ao mesmo tempo em que a característica mais nacional que encontram para definir os luso-brasileiros é a preguiça. É que para eles, trata-se de uma atividade e de um trabalho inadequados, “fora de lugar”, um erro de corpos, onde os negros, desagradáveis ao olhar, indefiníveis, grotescos e grosseiros, apresentavam-se ao olhar dos europeus, enquanto os corpos de homens e mulheres brancas, que deveriam ocupar os espaços públicos, deixavam-se ver na atividade produtiva do trabalho ou dos divertimentos civilizados, pervertiam-se na imobilidade, no ócio e na exploração. O trabalho realizado no país não é um trabalho real, e acaba sendo uma das causas da preguiça dos proprietários, que exploram os escravos, e dos pobres, que não se submetem ao aviltamento de serem identificados aos escravos.

Uma natureza pródiga, onde os recursos eram quase infinitos e permitiam que o brasileiro se quisesse, e muitos pareciam querer para os viajantes, pudesse viver sem o esforço do trabalho. Embora Debret, por exemplo, em diversas de suas pranchas, apresente uma profusão enorme de trabalhadores negros, carregadores, vendedores, quituteiras, barbeiros etc., ele não deixa de reforçar a tópica da preguiça. Esta “turba variegada” e barulhenta de trabalhadores não constituía, na visão destes observadores, uma verdadeira e ordeira classe operária: sua agitação desenfreada não podia ser considerada como trabalho legítimo e produtivo. Um exemplo é o elogio que o autor francês faz à indústria do trançado, realizada no Brasil pelos escravos africanos. Revivendo as atividades de sua pátria, diz Debret, “estes empregam algumas horas de *lazer* para fabricar cestos de diversas formas e cores<sup>965</sup>”. Ele ao mesmo tempo trata de uma “indústria da cestaria”, ainda que indústria aqui tenha o sentido de atividade produtiva mais ou menos artesanal, e em seguida trata desta atividade como parte das horas de lazer do escravo. Mesmo que o que tenha

---

<sup>964</sup> FURCY DE BREMOY, Hygin, *op. cit.*, pp. 140-141.

<sup>965</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op. cit.*, v. 2, p. 53. Destaque meu. Sobre as formas de apreensão deste trabalho artesanal pelos viajantes, cf. BARREIRO, José Carlos, *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002, pp. 49-50.

querido dizer era que o escravo aproveitava as horas livres, nas quais não trabalhava para seu senhor e podia dedicar-se ao trançado para auferir uma renda própria, esta atividade não é considerada como um verdadeiro trabalho. Os negros carregadores, escravos de ganho, também são relacionados à indolência dos brasileiros, sendo tanto mais indispensáveis “quanto o orgulho e a indolência do português consideram desprezível quem se mostra no Brasil com pacote na mão, por menor que seja”<sup>966</sup>.

As atividades laborais das cidades brasileiras, que na visão destes viajantes são realizadas exclusivamente por escravos negros, e nas quais os brancos pobres são absolutamente invisíveis e inexistentes, não são nunca identificadas ao trabalho. Continuando com Debret, que foi dos que mais atenção deu a isso, a crueldade do abate de animais, feito a machadadas e dentro dos limites da cidade, não lhe parece mais repugnante do que, “depois desta carnificina”, observar os negros do matadouro entrarem na venda, do outro lado da rua, ainda cobertos de sangue, para beber aguardente ou sangria. “Esses executantes nojentos [*sacrificateurs dégoûtantes*] em conversa com outros negros seus amigos constituíam o mais horrível espetáculo para o europeu durante o quarto de hora de descanso empregado na lavagem da matança”<sup>967</sup>. Se junta aqui a repugnância pelo tipo de trabalho exercido com o que incomodava verdadeiramente ao viajante, o tipo de trabalhador que os realizava: seu cheiro, sua cor, seus gritos, sua voz desagradável, seus cantos bárbaros, sua fisionomia indistinta e tediosa, a mácula do tráfico. Ficamos em dúvida se o que contribui para aviltar o trabalho no Brasil, para estes autores, é o tráfico negreiro, já que a escravidão em si raramente é condenada em seu todo, ou se é o próprio africano, em sua feiúra selvagem e desagradável, em suas fisionomias indistintas.

As imagens da cidade luso-brasileira são marcadas por esta presença insidiosa do negro e de suas atividades “ruidosas” e “sujas”, bem como por uma ausência muito sentida, a da mulher, invisível aos olhos dos viajantes; a mulher branca, de classe alta, exceção feita às negras de corpos bem formados e mulatas de olhares lânguidos. O mito da mulher enclausurada já foi bastante questionado pela historiografia; Moreira Leite demonstrou a contradição destas imagens, de autores que declaravam “não encontrar mulheres nas ruas,

---

<sup>966</sup> *Id., ibid.*, p. 56.

<sup>967</sup> *Id., ibid.*, p. 90.

embora logo adiante as descrevessem em lojas, vendas, praças e chafarizes<sup>968</sup>”. Processo análogo ocorre com o trabalho, como vimos antes, quando a indolência é descrita nos mais diversos matizes, quase ao lado de cenas que descrevem intensa atividade laboral, ou com a ausência de divertimentos nas cidades, apesar das acuradas descrições de festas religiosas, procissões, teatros e festas privadas. A identificação das sociedades ibéricas com os mouros, uma “orientalização” do mundo ibérico, fez com que se buscassem na sociedade portuguesa no Brasil elementos de um “despotismo asiático”, do qual a reclusão feminina, mulheres indolentes sentadas em tapetes, e o ciúme doentio e criminoso dos homens faziam parte integrante<sup>969</sup>.

Os elementos que para os viajantes constituem uma “identidade feminina” são vistos no Brasil, por eles, como estando deslocados. Nas ruas, nos espaços públicos, no *trottoir*, não se vêem mulheres brancas de boa condição, apenas as negras e mulatas; nas casas particulares, raramente os viajantes são introduzidos às mulheres, que não participam da suavização dos costumes por meio da conversação polida, sendo o mais das vezes entrevistadas por entre portas, espiando os viajantes, assustadas e medrosas; e a as formas harmoniosas dos corpos do “belo sexo” estão deslocadas, das brancas, que deveriam ser belas e são gordas e desgrenhadas, para as negras e mulatas, ao mesmo tempo desejáveis e repugnantes, por sua cor e baixa condição.

As mulheres das cidades luso-brasileiras são descritas ora como inatingíveis, ora como lúbricas, ora como as duas coisas. Imagem célebre será a descrição constante da narrativa das viagens de Cook, de 1768, que já comentei anteriormente, de que no Rio de Janeiro elas jogavam flores aos seus admiradores, ou aos homens que lhes interessassem, jamais vista por nenhum dos viajantes que lhe seguiram, mas comentada por inúmeros. O capitão Cook afirma que era “universalmente conhecido que as mulheres dos estabelecimentos espanhóis e portugueses da América do Sul opunham menos resistência a conceder seus favores do que as de outros países civilizados do mundo”. Para ele era possível que não houvesse nenhuma mulher “modesta” entre elas; esta avaliação tão negativa era justificada pelo que o Dr. Solander, de sua tripulação, havia visto e lhe

---

<sup>968</sup> LEITE, Miriam Lifchitz Moreira, *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 58. Cf. da mesma autora, *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Hucitec, Edusp; Brasília: INL, 1984.

<sup>969</sup> Cf. QUINTANEIRO, Tânia, *Retratos de mulher: a brasileira vista por viajantes ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 37-38.

contado, que assim que anoitecia, uma ou mais destas mulheres apareciam em cada janela, e “distinguiam aqueles de quem gostavam, entre os homens que caminhavam na rua, jogando-lhe ramalhetes de flores”; e que dois dos homens que o acompanhavam receberam tantas flores que jogaram uma enorme quantidade delas<sup>970</sup>. Em sua visita ao país em 1806, George Keith reproduz nos mesmos termos a descrição de Cook, de forma resumida, que seria ocioso reproduzir aqui<sup>971</sup>. John White também reproduz a informação de Cook, afirmando que sabendo desta informação, “considerou toda mulher como um natural objeto de galanteria”; no entanto, um mês de estadia no Rio convenceu-o de que esta característica só deveria ser imputada às mulheres de classe baixa, e as de alta classe não eram merecedoras desta “acusação tanto quanto as mulheres de qualquer outro país<sup>972</sup>”. A imputação às mulheres de classe baixa é feita pela teoria e pela autoridade do testemunho do capitão Cook (ainda que seja um testemunho de segunda mão), uma vez que White não observou as tais flores sendo jogadas a ninguém. Tench, por sua vez, faz justiça às mulheres do Rio, afirmando que apesar da descrição do Dr. Solander, ele e seus companheiros foram tão “deploravelmente desafortunados” que caminhavam cada manhã “debaixo de suas janelas e balcões, sem terem sido honrados com um único buquê, embora ninfas e flores fossem igualmente abundantes<sup>973</sup>”. Esta imagem chega até 1825, quando Mathison afirma que, durante as procissões as mulheres aproveitavam a ocasião para mostrar-se em público, o que seus “rudes pais e ciumentos maridos” concediam nessa ocasião, seja satisfazendo sua vaidade com um cortejo de escravas, “que as seguiam pelas ruas”, seja observando a multidão de suas janelas, de onde “jogavam flores aos seus admiradores<sup>974</sup>”. Temos aqui esta imagem contraditória de reclusão e imodéstia que caracteriza a mulher luso-brasileira que indica a dificuldade do gênero em decodificar os vínculos pessoais e familiares e as relações entre os espaços públicos e privados na cidade.

Para Tuckey, as mulheres do Brasil padeciam de um mal que acometia muitos outros pontos da “zona tórrida”, e que muitas vezes se refletia na aparência das cidades: a

---

<sup>970</sup> COOK, James, *op. cit.*, pp. 15-16. Durante muito tempo o relato de Cook sobre o Rio de Janeiro será reproduzido, com ou sem citação, pela maioria dos viajantes. Sobretudo no que diz respeito ao fanatismo papista do Brasil, a moral de suas mulheres, o zelo ciumento dos portugueses com relação à sua colônia, e o hábito de os estrangeiros serem seguidos por um oficial em terra.

<sup>971</sup> KEITH, George Mouat, *A Voyage to South America, And The Cape of Good Hope*. In His Majesty's Gun Brig *The Protector*, Commanded by Lieut. Sir G.M. Keith, Bart. London: Richard Phillips, 1810, pp. 22-23.

<sup>972</sup> WHITE, John, *op. cit.*, pp. 52-53.

<sup>973</sup> TENCH, Watkin, *op. cit.*, pp. 22-24.

inexistência de um espaço entre “os períodos de perfeição e declínio” da beleza das mulheres. A “força ardente do sol” provoca, assim como com as plantas, um amadurecimento precoce, e “depois de uma breve florescência decai e definha: aos catorze tornam-se mães, aos dezesseis as flores de sua beleza estão totalmente desabrochadas, e aos vinte estão fenecidas como uma rosa murcha no outono<sup>975</sup>”. O clima da “zona tórrida” era o responsável para Tuckey, pelo declínio da beleza destas “filhas do sol”, e por consequência, dos costumes: pois vivendo cedo com sua esposa transformada numa “matrona repugnante [*disgusting mummy*], inútil à sociedade”, ele experimentava a “irritação de paixões insatisfeitas”, que seriam saciadas por “meios clandestinos”. Esta seria a causa também de que no Brasil, o “intercurso licencioso entre os sexos” deveria igualar ao que se observava no período mais degenerado do Império Romano; esta necessidade lúbrica causada pelo clima seria responsável pelo medo de perder o objeto que lhe despertava paixões, e assim produzia “o ciúme constitucional dos homens de clima quente”, sujeitando as suas mulheres a todo tipo de repressão imposta por sua “inflamada paixão<sup>976</sup>”. Estas paixões exasperadas eram provocadas pela ação deletéria do clima, uma vez que não havia nenhuma beleza nestas mulheres que justificasse tamanho zelo na guarda destas “matronas repugnantes”. Na América portuguesa, mesmo as paixões estavam fora de lugar.

A falta de castidade das mulheres não era, para Barral, causada pelo luxo ou pelas seduções “de nossa Europa”, pois eles não existiam no Brasil. A civilização, que entre os europeus “esclarece cada membro da sociedade sobre as vantagens da castidade das mulheres e da inocência das jovens, não aclara em nada aqui aos casais sobre seus verdadeiros interesses”. Assim, homens casados usam de sua autoridade para ter dois fogos, ou mesmo para “introduzir uma concubina na casa comum aos dois esposos<sup>977</sup>”. Entre um povo tão corrompido, as paixões desenfreadas causam a concupiscência, o despotismo masculino, e a desagregação dos lares, uma vez que sem poder resistir aos desejos, e com esposas que muito cedo perdiam a beleza e a juventude, os homens não podiam manter uma única família durante sua vida. Para Debret, é a mulher negra que possui um “extraordinário ardor dos sentidos” que, embora seja casta dentro do casamento, “não

---

<sup>974</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>975</sup> TUCKEY, James H., *op. cit.*, pp. 67-68.

<sup>976</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 68-69.

<sup>977</sup> BARRAL, L.M., *op. cit.*, pp. 338-339.

resiste ao desejo de conquistar o amor de seu senhor por meio de uma expressão graciosa de suas tocantes afeições, que ela oculta com cuidado sob a aparência de humildade<sup>978</sup>”.

Esta suposta ausência de mulheres pelas ruas, é um índice da “barbárie dos portugueses”, cujo ciúme doentio mantinha suas mulheres afastadas dos olhares alheios, assim como fazia com suas colônias. Isabelle identifica as rótulas, inexistentes na mais civilizada Porto Alegre e seu clima civilizado e sadio, mas presentes na capital até pouco tempo, como exemplo desta barbárie e do confinamento das mulheres, que impedia um convívio civilizado nas ruas da cidade. “Você está sozinho nesta rua”, diz ele, “pois você não pode decentemente, apesar de sua filantropia, crer-se em sociedade com os bodes, as cabras e os negros embrutecidos que o cercam; você se crê, então, só”. O viajante tem de conviver ainda com as rótulas se entreabrindo e fechando-se à sua passagem, como se ele fosse um mensageiro da cólera. Tudo isso pelo hábito dos portugueses de confinar suas mulheres em “espécies de *haréns* que as deixam tão ignorantes que a visão de um estrangeiro é para elas uma sombra chinesa, uma fantasmagoria”. Esta era a “realidade do Rio antes de D. Pedro”, mas ainda presente nas pequenas cidades<sup>979</sup>.

Debret se impressiona, em dois meses de andanças pela cidade, com a ausência de senhoras nas ruas do Rio de Janeiro; em seu lugar, não vê mais do que “uma multidão contínua de negros carregadores e de negras vendedoras de frutas”. Não é de mulheres que sente falta, pois as negras vendedoras estavam lá, mas de “senhoras”, mulheres brancas, de boa origem. Apenas num dia de festa elas se deram a ver, nas igrejas, “vestidas de um modo estranhamente rebuscado, com as cores mais alegres e brilhantes, porém obedecendo a uma moda anglo-portuguesa muito pouco graciosa, importada pela Corte de Lisboa”, situação que só mudaria, em favor da moda francesa, no momento de sua partida<sup>980</sup>. No entanto, estas mulheres ainda moviam-se e vestiam-se inadequadamente, e era o que explicava, para Debret, a existência de tantos sapateiros numa cidade onde tantos andavam descalços; a causa deste fato é o hábito das brasileiras de usarem exclusivamente “sapatos de seda para andar com qualquer tempo por cima de calçadas de pedras que esgarçam em poucos instantes o tecido delicado do calçado”, não podendo sair dois dias seguidos sem ter

---

<sup>978</sup> DEBRET, Jean-Baptiste, *op. cit.*, v. 3, p. 149.

<sup>979</sup> ISABELLE, Arsène, *Excursions dans la Province de Rio-Grande-Do-Sul au Brèsil*. (1834). Extrait d'un Voyage inédit, par Arsène Isabelle, du Havre. *Nouvelles Annales des Voyages*, Paris, t. 65, série 3, t. 5, janv./mars, 1835, pp. 265-266.

<sup>980</sup> DEBRET, Jean Baptiste, *op. cit.*, v.2, p. 31.

que renová-los<sup>981</sup>. Estranha situação, uma vez que segundo Debret mulheres brancas, da condição de poder comprar sapatos de seda a cada dois dias, não saíam à rua nunca, o que deveria fazer com que o mercado de sapatos não fosse tão desenvolvido assim. Esta inadequação, enfim, era encontrável em todas as classes de mulheres, ao menos das brancas, já que as negras e mulatas são praticamente ignoradas por Debret. Em seu peculiar estilo irônico, o pintor francês louva a elegância, ente as damas da corte de D. João VI, da baronesa de Rio Seco, que mais se destacava na igreja ou no teatro, “resplandecente de diamantes”. Entretanto, diz ele, “seu porte por demais avantajado permitia que algumas jovens senhoras menos sobrecarregadas de pedras preciosas brilhassem junto dela pelos modos graciosos”, na maior parte das vezes resultado de uma “educação européia”<sup>982</sup>.

Os corpos que se movem por estas cidades são deslocados, impróprios, inconvenientes e indecorosos, ferem a visão e a sensibilidade dos europeus, como se fossem obrigados a andar pelos subúrbios infectos de Londres e Paris mesmo quando estavam entre os palácios e ruas elegantes da Corte. Suas ações, seus gestos, seus sons, estão em desacordo com o que sua teoria indicava como sendo adequados à vida em cidade. Estas figuras exóticas, a *mulher*, o *ocioso*, o *negro*, o *escravo*, o *senhor*, são categorias, formando um “conjunto de traços narrativos (...) nos quais os elementos dominantes evoluem muito pouco”<sup>983</sup>. A paisagem destas cidades estava igualmente deslocada, imperfeita, deserto de homens e idéias, espaços da abominação, paraísos infernais, lugar que o viajante acreditava estar à espera da semente da civilização, “a ser lançada por ele nessa terra que crê paradisíaca, ou infernalmente, em branco”<sup>984</sup>.

---

<sup>981</sup> *Id., ibid.*, p. 91.

<sup>982</sup> *Id., ibid.*, v. 3, p. 199.

<sup>983</sup> MOURA, Jean-Marc, *Lire l'Exotisme*. Paris: Dunod, 1992, pp. 103-104.

<sup>984</sup> SÜSSEKIND, Flora, *op. cit.*, p.13.

## 5. Bibliotheca Mundi

*Você deve saber melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.*  
Italo Calvino<sup>985</sup>

Em janeiro de 1845, a *Revista Trimestral de História e Geographia* publica um texto de von Martius intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, que seria premiado pelo Instituto em 1847. Pequeno texto que teria uma fortuna enorme na historiografia brasileira, propondo uma “historiografia filosófica do Brasil”; convidado a escrever uma História do país a partir dos princípios delineados em seu artigo, o que nunca aconteceu, muitas de suas sugestões acabaram por “constituir um conjunto de princípios e diretrizes norteadores de como se pensar uma história nacional do Brasil”, presentes nas obras dos membros do Instituto e na *História Geral* de Varnhagen<sup>986</sup>. Seu texto propõe uma história pragmática e filosófica, baseado na construção da identidade da jovem monarquia, a “missão específica reservada ao Brasil enquanto nação”, a importância das três raças na formação do país<sup>987</sup>.

Martius inicia sua reflexão com tema que era predominante na literatura de viagem sobre o Brasil: a presença no país de três elementos de “natureza muito diversa”, que haviam convergido aqui de um modo particular; a raça cor de cobre, ou americana, a branca européia e a preta ou etiópica. Deste encontro e da mescla destas “raças” formou-se a população brasileira, “cuja história tem um cunho muito particular<sup>988</sup>”. A novidade deste encontro é a mistura entre estas “raças” que se deu no Brasil, que parece espantar ao autor;

---

<sup>985</sup> *As cidades invisíveis*. Trad. port. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59.

<sup>986</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História: Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 7(2),2000, pp. 5-6. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-5970200000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200000300008&lng=pt&nrm=iso). Consultado em novembro de 2004.

<sup>987</sup> *Id.*, Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1, 1988, p. 16.

<sup>988</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philip von, Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de T.P. da Costa, VI(24), jan., 1845, p. 382. Sobre a influência deste texto nos intérpretes do Brasil, cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins, *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 121 e ss.; e NAXARA, Márcia Regina Capelari, *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004, pp. 120 e ss.

para ele, cada uma delas “compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico particular”. Estas forças tão desiguais impõem que o desenvolvimento do país e o avanço de sua história se dêem “segundo uma lei particular das forças diagonais<sup>989</sup>”. Não era este o grande espanto dos viajantes ao desembarcarem no Rio de Janeiro ou Salvador, com suas turbas variegadas de negros incultos? Ou no interior do Brasil, com suas populações caboclas e mestiças, que tanto desagradavam a Saint-Hilaire com sua feiúra, apatia e inconstância? O texto de Martius, assim como as narrativas de viagem, mais do que afirmar se pergunta como será possível que três raças tão díspares (tristes?), possam se misturar e formar daí uma civilização. Não há dúvida para ele de que cada uma terá uma contribuição própria, pois são, como afirmou, muito diferentes entre si. Ao branco português, cabe o papel de “mais poderoso e essencial motor”, embora não se deva desprezar “as forças dos indígenas e dos negros importados”, que, tanto uns quanto os outros, “reagiram sobre a raça predominante<sup>990</sup>”.

Um historiador reflexivo, para Martius, deve mostrar as condições para o aperfeiçoamento destas três raças, sem desconfiar da perfectibilidade de nenhuma delas, sob pena de que o leitor desconfie “que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas<sup>991</sup>”. Esta imparcialidade deve também colocar-se acima da imensa variedade do Brasil, no que diz respeito “à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos”, para que não se corra o risco de escrever não uma história do Brasil, mas sim “uma série de histórias especiais de cada uma de suas províncias<sup>992</sup>”. Entretanto, este historiador deve estar atento a estas particularidades regionais, pois do contrário corre o risco de “não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar ao leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores<sup>993</sup>”. Em suma, esta história deve ser escrita a partir de uma narrativa imparcial e pitoresca, ressaltando a “cor local”, ou o que o país tem de próprio, descritível, um quadro vivo da evolução da nação. E este quadro pitoresco deve ser “pintado” por um historiador-

---

<sup>989</sup> *Id., ibid.*

<sup>990</sup> *Id., ibid.*

<sup>991</sup> *Id., ibid.*, p. 384.

<sup>992</sup> *Id., ibid.*, pp. 399-400.

<sup>993</sup> *Id., ibid.*, p. 400.

viajante: para tal trabalho, diz ele, “parece-me indispensável que o historiador tivesse visto antes esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades de sua natureza e população”. Só assim seria possível que o historiador pudesse avaliar “todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexó pragmático para com os acontecimentos na vizinhança<sup>994</sup>”. O Brasil não era suficientemente conhecido dos brasileiros, pois estes não viajavam, daí a necessidade de apresentar o país aos seus habitantes, que eles se reconhecessem, com as suas peculiaridades, na história mais geral do país, bem como que o texto tivesse “uma variedade e riqueza de fatos”, ganhando “em interesse para o leitor Europeu<sup>995</sup>”. Interesse que era, em von Martius, de mão dupla, uma vez que a formação do país era vista como um espelho da civilização europeia: o historiador pragmático do Brasil deveria “mostrar como aí se estabeleceram as ciências e artes como *reflexo* da vida Europeia<sup>996</sup>”.

É o caminho do progresso que o interessa, e ele se dará pela compreensão do processo de miscigenação “como alavanca para a civilização, desde que conduzida pelo português”, cuja superioridade como europeu “justificaria a irradiação da civilização europeia pelo mundo afora<sup>997</sup>”. Pois não era isso que vinha buscar o viajante nos Trópicos? Um espelho de sua capacidade produtiva, criativa e civilizatória em meio aos povos bárbaros. Sendo assim, não espanta que um viajante tenha acabado por escrever uma metodologia da história para uma nação em vias de “civilização” na América, pois esta possibilidade já estava dada no caráter reformista, filantrópico e propositivo que tinham praticamente todas as narrativas de viagem, de forma mais ou menos incisiva e polêmica; mas todas elas preocupadas com o progresso da civilização no Brasil, cuja face indistinta tanto lhes assustava, como já havia notado o conde de Suzannet. Saint-Hilaire destaca a importância de se enviar ao Brasil, país “novo” e a ser “descoberto” pela ciência, observadores bem treinados. Em carta ao naturalista Deleuze, de 4 de dezembro de 1816, afirma:

---

<sup>994</sup> *Id., ibid.*

<sup>995</sup> *Id., ibid.*, p. 401.

<sup>996</sup> *Id., ibid.*, p. 394.

<sup>997</sup> LISBOA, Karen Macknow, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 181.

“Que vasto campo este país oferece ao observador! Não é apenas de naturalistas que ele reclama. Seria necessário um filósofo para estudar estes habitantes e seu caráter tão diferente do nosso, para indicar os remédios à barbárie que ameaça incontestavelmente o interior deste belo país<sup>998</sup>”.

O filósofo convocado foi von Martius, que se não chegou a cumprir a meta, deixou ao menos uma proposta de trabalho.

A importância maior deste texto em meu trabalho tem relação com o método que von Martius empresta da literatura de viagem para a escrita de uma história para o Brasil. Primeiramente a imparcialidade da visão de “fora”, um olhar estrangeiro que esteja acima das divisões raciais e geográficas; ao mesmo tempo, uma atenção a estas diferenças, que constituem a cor local, a descrição pitoresca, atraindo tanto o leitor nacional, que se reconheceria nas particularidades daquilo que lhe é próprio, quanto o europeu, reconhecido também no espelho de alteridade oferecido pela narrativa pitoresca, demonstrando a adaptação de sua civilização, seus hábitos e suas “formas obsequiosas”, nas terras da Zona Tórrida. Uma estetização do passado para uma maior eficácia da narrativa, conferindo vida e cor a este passado, formando “quadros vivos”, assim como o coronel Jackson havia proposto para a descrição dos mundos exóticos nos livros de viagem. E por fim, a viagem como método de conhecimento histórico, que já tinha sido sistematizada nas artes apodêmicas e nas instruções de viagem, que aqui ganha corpo numa metodologia historiográfica, num deciframento do passado, bem como num projeto de construção de futuro.

Os historiadores do Instituto Histórico, que premiam o texto de von Martius, não por acaso, irão valorizar os relatos de viagem como fontes de informações históricas; a

“fala autorizada dos viajantes e/ou naturalistas poderia, no limite, complementar ou até mesmo substituir a fonte consumida pela *voragem dos tempos*. Tais memórias ao descrever a localidade, sua natureza específica, seus costumes e gente, passavam a integrar uma descrição geral do país e sua história<sup>999</sup>”.

Estes relatos, de viajantes e cronistas, serão fundamentais para a composição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, para quem mesmo um viajante reconhecido como

---

<sup>998</sup> MNHN (Paris), Ms. 2673, Lettre 14.

<sup>999</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis, *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, p. 627.

“mentiroso” em seu tempo, como era o caso de Thevet, não poderia ser descartado; por um lado, pela escassez de fontes para o século XVI, por outro, por ter estado “realmente” no Brasil do século XVI<sup>1000</sup>, o que lhe conferia a autoridade do testemunho e da experiência, ainda que matizada por sua natureza mentirosa. Mais do que fonte, a literatura de viagem em Varnhagen, é estrutura textual: para Cezar, “suas noções cartográficas, o cromatismo com o qual desenha e pinta a natureza, a forma como descreve os selvagens, os caminhos da colonização portuguesa”, tudo isso funciona em seu texto como se ele estivesse “constantemente acompanhado do olhar do viajante, que ele focaliza de acordo com seus objetivos, principalmente os de encontrar o começo da nação brasileira<sup>1001</sup>”. Por isso, se louva as contribuições de Saint-Hilaire para a ciência e para as relações entre o Brasil e a França, reprova-lhe o estilo. Como viajante, diz ele, “houvéramos preferido vê-lo menos erudito e mais profundo observador, e sem uma certa pretensão enfática de mostrar-se superior aos outros seus colegas viajantes, dando-lhes quinaus, e criticando-os<sup>1002</sup>”. A narrativa de Varnhagen busca, por meio de viajantes e cronistas, com uma técnica emprestada à viagem, “a ordenação de fisionomias e paisagens em mapas e descrições à imagem e semelhança do que se faz nos relatos de viagem<sup>1003</sup>”. Além da informação correta, do juízo criterioso, a narrativa de viagem para ser útil à história da nação, deveria observar com agudeza as peculiaridades dos brasileiros, a cor local da terra, a vivacidade e o movimento da paisagem.

Guimarães chama à atenção que nos “textos de fundação” do Instituto Histórico, havia uma tensão entre “uma história de base filosófica e iluminista”, e uma “história concebida como ciência empírica dos fatos<sup>1004</sup>”; debate análogo ao que ocorria na literatura de viagem entre o século XVIII e o XIX, quando o gênero oscilava entre uma narrativa objetiva e científica, baseada no trabalho do viajante naturalista, ou uma descrição pitoresca, estetizada, na qual a subjetividade dava a cor e a textura ao espaço narrado. A

---

<sup>1000</sup> CEZAR, Temístocles, Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 11, jul., 1999, p. 45.

<sup>1001</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 51.

<sup>1002</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*: antes de sua separação e independência de Portugal. Revisão e notas J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 10 ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, v. 3, t. V, p. 216.

<sup>1003</sup> SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

importância da viagem aqui não é apenas ser uma fonte que dá um colorido especial ao passado, mas um método pelo qual o historiador pode conferir *in loco* o que as fontes escritas dizem, além de ser uma maneira de delinear e reconhecer o território da nação. Num texto lido em sessão do Instituto Histórico de novembro de 1840, publicado em julho de 1841, portanto antes do texto de von Martius, Rodrigo de Souza da Silva Pontes dissertou sobre os meios que se devia lançar mão para ter acesso a documentos relativos à história e geografia do Brasil. Uma das principais medidas a serem tomadas era a organização de viagens científicas, com o fim de elucidar pontos da história ou geografia do país ainda não suficientemente esclarecidos<sup>1005</sup>. As viagens serviriam para descobrir novos documentos, ter acesso a fontes primárias, esclarecer pontos duvidosos de nossa história e permitir um melhor conhecimento do território; forma-se com as viagens do Instituto “uma ciência do Estado que elegeu o binômio território-população como objeto privilegiado de saber<sup>1006</sup>”. Em certo sentido, caminho que refaz o percurso da viagem ilustrada do século XVIII, realizada dentro do próprio país do viajante, que não buscava a sua alteridade, mas tinha como objetivo “conhecer a fundo, reconstruir, reformar, regenerar o país<sup>1007</sup>”, ou compilar documentos para a formação de arquivos, como aconteceu com o Arquivo das Índias na Espanha<sup>1008</sup>. E no caso dos historiadores brasileiros, fundar uma memória da nação.

No século XIX debate-se sobre a pertinência da literatura de viagem como fonte histórica, não mais uma fonte de informações etnográficas e de história natural, mas como

---

<sup>1004</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. (Anais do Encontro de Historiografia e História Política, 10 e 11 de outubro de 2005, UFRJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 72.

<sup>1005</sup> PONTES, Rodrigo de Souza da Silva, Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brazil. *Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D.L. dos Santos, 10(III), jul., 1841. Reimpressão 1860, p. 150. Manuel de Araújo Porto-Alegre publica na revista uma série de instruções etnográficas para viagens científicas organizadas pelo Instituto. Secção ethnographica e narrativa da viagem. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 19(t. VI da 3ª série): 67-73, 1856. Em 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa também publica uma Lembrança, republicada em 1856, intitulada: Do que devem procurar nas províncias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. 1: 141-143, 2. ed., 1856.

<sup>1006</sup> FERREIRA, Lúcio Menezes, Ciência nômade: o IHGB e as viagens no Brasil imperial. *História: Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 13(2), abr./jun., 2006, p. 288. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, Nação e Civilização nos Trópicos..., *op. cit.*, p. 19.

<sup>1007</sup> GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar, *Los viajeros de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1974, p. 14.

um quadro vivo das peculiaridades de um povo, de seus usos e costumes e de sua organização social. Boucher de la Richarderie propõe, em 1806, uma classificação e uma ordenação das narrativas de viagem para que elas possam ser uma fonte de pesquisa mais adequada e fiável. Uma de suas preocupações é com a sua classificação, até então feita em catálogos que não eram mais do que notícias, ou uma “nomenclatura árida” de títulos e autores dispostos em ordem alfabética, confundindo “viagens imaginárias e em versos burlescos” com “relatos autênticos<sup>1009</sup>”. Ele critica o trabalho de Berchtold, que separa as viagens por países, mas os classifica em ordem alfabética e não geográfica, “tornando as pesquisas de Viagens extremamente espinhosas<sup>1010</sup>”. Boucher propõe, assim, uma antologia em forma de carta geográfica, na qual o livro reproduz o mapa-múndi, um “quadro itinerário dos diversos países e diversos povos”, uma “Biblioteca racional<sup>1011</sup>”, criando assim uma metodologia de consulta e investigação para as viagens. Propõe, ainda, um quadro cronológico das viagens para que o leitor possa “seguir as revoluções sucessivamente acontecidas em cada país que foi descrito pelos Viajantes<sup>1012</sup>”; trata-se de um projeto histórico-geográfico, além de servir de divulgação para os conhecimentos adquiridos por meio das viagens.

No entanto, não é qualquer conhecimento que Boucher de la Richarderie propõe para a sua antologia; ele descarta as narrativas demasiado calcadas em conhecimentos específicos da geografia, da história natural, pesquisas aprofundadas sobre antiguidades, narrações históricas que tratassem apenas de guerras, conquistas ou transações diplomáticas. O que lhe interessa são as obras que “desenhem em grandes traços o quadro físico, moral, industrial, comercial e militar de um país”; informações sobre a história natural que se limitem a descrever as temperaturas, o solo, a produção, “sem discussão dogmática”; as descrições de monumentos antigos e de ruínas; descrições históricas de países e povos desconhecidos, com seus principais eventos políticos, militares, a exposição

---

<sup>1008</sup> ALCINA FRANCH, José, *El descubrimiento científico de América*. Barcelona: Anthropos, 1988, pp. 168 e ss.

<sup>1009</sup> BOUCHER DE LA RICHARDERIE, G., *Bibliothèque Universelle des Voyages*, ou Notice complète et raisonnée de toutes le Voyages anciens et modernes dans les différentes parties du monde, publiés tant en langue française qu'en langues étrangères, classés par ordre de pays dans leur série chronologique; avec des extraits plus ou moins rapides des Voyages les plus estimés de chaque pays, et des jugemens motivés sur les Relations anciennes qui ont le plus de célébrité. Paris, Strasbourg: Treutel & Würtz, 1808, pp. viii-ix.

<sup>1010</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. ix-x.

<sup>1011</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. xii-xiii.

<sup>1012</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. xiii-xiv.

da “religião, dos costumes etc., dos povos que ele coloca em cena”; obras que não contêm em seu título nem descrição nem viagem, mas que dão noções preciosas sobre povos e países<sup>1013</sup>. Outro destaque são as descrições de grandes cidades, de natureza “a excitar o vivo interesse sobre os grandes estabelecimentos nelas formados”; mas evitando aquelas histórias prolixas de “cidades de uma ordem inferior, onde seus autores se entregam a pesquisas minuciosas, dando-lhes, por espírito de localidade, uma importância absolutamente nula para a maioria dos leitores<sup>1014</sup>”. Boucher evita como vemos a especialização e procura alcançar um público mais amplo, a mesma preocupação que terá Julian Jackson alguns anos depois. Ele privilegia as narrativas mais gerais, pitorescas, que forneçam quadros vivos das sociedades e das cidades que descrevem para uma educação da história e do espaço que promovam um conhecimento vivo, um quadro geral, menos erudito e mais observador, como desejava Varnhagen, ou a “energia plástica” e o “fogo” da descrição que sugeria von Martius.

Albert Babeau teoriza o uso da literatura de viagem como fonte para a historiografia. Há dois tipos de testemunhos para a história, diz ele, os de autenticidade indiscutível, peças de arquivos, atos judiciários, contratos de todo tipo, que são “precisos, exatos, mas aos quais falta movimento; eles dão os traços, mas não a cor; eles dão a conhecer os fatos e os objetos exteriores, mas não revelam nem a alma nem o pensamento”. Os segundos são “mais animados, mais vivos, mas ao mesmo tempo mais apaixonados e conseqüentemente menos sinceros”, ou seja, as memórias dos contemporâneos, a correspondência, as observações dos moralistas, o teatro, o romance e as narrativas de viagem<sup>1015</sup>.

Os livros de viagem fornecem um testemunho ocular, informações que nenhum outro tipo de fonte oferece, mas devem ser consultados com precaução, pois as opiniões dos viajantes sofrem todo tipo de variação, de acordo com seu humor, estado de saúde, bom ou mal tempo etc. Apesar da parcialidade que pode haver num relato deste tipo, eles serão sempre úteis, para Babeau, pois os viajantes “viram o que contam”, e quase sempre podem dizer “Eu estive lá, tal coisa me sucedeu<sup>1016</sup>”. Ele reconhece que a visão que tem um

---

<sup>1013</sup> *Id., ibid.*, pp. xvi-xvii.

<sup>1014</sup> *Id., ibid.*, p. xviii.

<sup>1015</sup> BABEAU, Albert, *Les voyageurs en France Depuis la Renaissance Jusqu'à la Révolution*. Paris: Firmin Didot, 1885, p. 1.

<sup>1016</sup> *Id., ibid.*, pp. 2-3.

viajante do país que visita é, em geral, superficial, que se observa muito mais os monumentos do que os homens, os albergues mais do que as residências; mas um viajante inteligente “pode compreender rapidamente os contrastes, as diferenças que apresentam os países que ele visita com aquele que ele habita”. O conhecimento se constrói, na literatura de viagem, na comparação entre o lugar de onde se conta com o lugar ao qual se conta, e também na comparação entre as obras, quando uma serve para “retificar e completar as outras<sup>1017</sup>”. Babeau afirma aquilo que será um truísmo na historiografia, que as impressões dos estrangeiros são “mais vivas e mais originais do que aquelas dos próprios habitantes do país”, justamente por terem meios de comparação que faltam aos naturais. Pois Babeau parte do princípio que apenas os europeus viajam, portanto são os únicos que podem comparar um país com o outro, opinião que tinham muitos dos viajantes que visitaram o Brasil, como vimos com o conde de Suzannet, Saint-Hilaire e com von Martius, por exemplo. Ou então, que ao viajarem os não-europeus não possuem repertório cultural e intelectual para fazer as comparações que a viagem proporciona. A novidade sendo uma das principais matérias da narrativa, encontrava na literatura de viagem um espaço privilegiado, pois o viajante tinha um enorme repertório de informações novas para descrever nos países que ele visitava<sup>1018</sup>.

A importância destes relatos é reconstituir a “fisionomia dos países” visitados, o estado social e político, o aspecto geral das cidades e do campo, os sintomas de miséria e riqueza, os hábitos, costumes, e o caráter particular dos habitantes, sem negligenciar “certas particularidades, que, por serem traços excepcionais, não são testemunhos menores do estado dos espíritos e da civilização<sup>1019</sup>”. As cidades e as belezas da natureza eram os “cenários variados, e por vezes surpreendentes, nos quais ele pode ver os homens, penetrar seus hábitos e conhecer seus costumes!<sup>1020</sup>” A cidade seduz pelos seus novos monumentos, novas ruas, praças, encantam e seduzem o estrangeiro por “uma vida fácil, uma sociedade

---

<sup>1017</sup> *Id., ibid.*, p. 3.

<sup>1018</sup> *Id., ibid.*, pp. 3-4. Cf. MILLS, Sara, *Discourses of Difference. An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*. New ed. London, New York: Routledge, 1993, p. 114. “É paradoxal que, ao mesmo tempo em que certos textos são acusados de falsificarem a realidade, há uma tendência contrária que pressupõe que estes textos estão, em certo sentido, dizendo a ‘verdade’ sobre as nações descritas simplesmente porque eles foram escritos por ocidentais”.

<sup>1019</sup> BABEAU, Albert, *op. cit.*, pp. 5-6.

<sup>1020</sup> *Id., ibid.*, p. 25. Babeau dava especial atenção às cidades. É de sua autoria *La Ville sous l'Ancien Regime*. 2<sup>ème</sup> éd. revu et augmenté. Paris: Didier & Cie., 1884. 2 vv.

acolhedora e polida<sup>1021</sup>”. Cidades francesas são as que se refere Babeau, pois a imagem da cidade luso-brasileira era, como vimos, bastante diferente. No Brasil a natureza nada tinha de pitoresca, muito mais próxima das asperezas e rugosidades, do risco iminente à vida do sublime, tal qual definido por Burke; e em suas cidades, o ambiente era uma variação do grotesco e da desordem, ausência de polidez e civilidade, que representavam um quadro dos costumes e da organização social e política desta sociedade, totalmente oposta à sociedade atraente, sedutora e polida das cidades européias.

Por isso receberá tão bem, o *Institut Historique* de Paris, a publicação da *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Jean-Baptiste Debret. Primeiramente pela oportunidade de demonstrar o papel da França em divulgar o gosto e a civilização pelos novos Novos Mundos, tarefa da qual se incumbira Debret e a “missão francesa” no Brasil. Depois, pela oportunidade de ter acesso a importantes documentos recolhidos pelo autor sobre “a situação física e moral deste país, que foi inicialmente saudado com o belo nome de *França antártica*<sup>1022</sup>”. A maior virtude do texto, porém, é o quadro, que como “pintor fiel” ele traça do Brasil, no qual se pode ler “cada progresso da educação entre os homens da floresta virgem”, onde a civilização recruta seus aliados entre “seus inimigos seculares, iniciando em suas luzes as raças primitivas, que se atiram com um ardor todo selvagem ao futuro do homem policiado<sup>1023</sup>”. O quadro vivo pintado por Debret, na interpretação do arquiteto Niquet se transforma numa disputa, uma luta entre a civilização e a barbárie, onde o processo pedagógico se dá pela assimilação do indígena, tema de seu primeiro volume, mas também dos crioulos luso-brasileiros, que aprendiam com a missão francesa os refinamentos da arte e da comensalidade. Tema de seu segundo volume, sobre a capital brasileira, no qual se observam a agricultura, a administração, o exército, a justiça, a religião, com suas “cerimônias interessantes”; onde podemos estudar, diz o resenhista, “o homem civilizado como nós estudamos o selvagem, desde o mendigo da praça pública até o senhor dourado da corte imperial”. E por fim, com o pintor tornado historiador, assistiremos à chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa, “enxotada da Europa pelas vitórias do império francês”. Finalmente, no volume terceiro, Debret coloca frente ao

---

<sup>1021</sup> *Id., ibid.*, p. 27.

<sup>1022</sup> NIQUET, Stéphane, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 ou Séjour d'Un Artiste Français au Brésil, Pendant les Quinze Premières Années de sa Régénération Politique*; par J.-B. Debret. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: P. Baudouin, 1(1), 1834, p. 53.

<sup>1023</sup> *Id., ibid.* Policiado tem aqui o sentido de civilizado.

leitor, segundo Niquet, os eventos políticos que transformaram o país em um Reino, depois Império independente, com as festas que solenizaram estas passagens, mostrando os homens que as prepararam, “em corpo e espírito<sup>1024</sup>”. Vemos que para o membro do *Institut Historique*, a importância da publicação tem relação muito mais com a constituição de uma identidade francesa, européia, do que propriamente com um conhecimento específico de uma cultura distinta. A cultura brasileira, a feição de suas cidades, o quadro de seus costumes e de sua vida cotidiana, fazem sentido na medida em que se inserem num quadro maior, dos progressos da vida européia nos espaços exóticos.

Por isso a fortuna crítica de Debret, ao menos entre os fundadores da nação do Instituto Histórico brasileiro, será um pouco diferente. No parecer que elaboram sobre a sua obra para a *Revista do Instituto Histórico*, os sócios Bento da Silva Lisboa e J.D. de Attaide Moncorvo, não fazem reparos ao primeiro volume, que trata do processo de civilização do índio, cujas descrições estariam de acordo com as do príncipe Maximiano de Wied-Neuwied. Já com relação ao segundo volume, reprovam a afirmação de que a civilização se encontrava estacionária no Brasil até a chegada de D. João. Aceitam que tenha tido um impulso depois disso, mas era um fato inegável que ela progredia, “apesar do sistema colonial”. Também lhe reprovam a lisonja a Duguay-Trouin, parcial ao orgulho francês e inexata, pois confunde as datas de seu ataque ao Rio de Janeiro, além de outras incorreções históricas. Suas estampas não escapam à atenção dos resenhistas, observando traço característico da obra de Debret, a tensão entre texto e imagens, que por vezes aparentemente se negam. Sobretudo três delas, que “se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura<sup>1025</sup>”. São conhecidas as imagens: do funcionário público saindo em passeio com sua família, do mercado de escravos do Valongo e o do castigo ao negro escravo pelo feitor, imagens que para os membros do Instituto não condiziam com o grau de civilidade que o país já havia alcançado ao tempo da viagem de Debret. Destacam ainda o perigo “de tirar de casos particulares proposições gerais<sup>1026</sup>”, bem como a impossibilidade do autor

---

<sup>1024</sup> *Id., ibid.*, p. 54.

<sup>1025</sup> LISBOA, Bento da Silva, MONCORVO, J.D. de Attaide, Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, ou séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’en 1831, inclusivement. Par J.B. Debret. *Revista Trimestral de História e Geographia*. Rio de Janeiro, 9, abr./1841, p. 98.

<sup>1026</sup> *Id., ibid.*, p. 99.

poder compreender as mudanças que se operavam no Brasil desde a sua volta à França. Uma crítica mordaz e perspicaz, ainda que interessada, uma vez que a generalização das particularidades é uma das características do gênero, que será utilizado e elogiado sempre quando refletir a imagem desejada por esta historiografia construtora da nacionalidade, muito mais apologética do que crítica. Ainda que uma historiografia crítica também encontre nesta fonte, campo fértil para as sementes do julgamento das cidades luso-brasileiras.

As narrativas de viagem dos europeus constituíram, assim, um meio importante de integrar o território e a sociedade brasileiras num quadro de conhecimento histórico e científico, constituindo também um instrumento para a construção da identidade da nação brasileira. Imagem que era aceita ou recusada de acordo com o retrato que pintava de nossa sociedade, e de quão útil ele era para a construção desta identidade. Sússekind lembra que o interlocutor brasileiro do viajante não era exatamente ingênuo, como a crítica a Debret nos mostra bem; eles os liam de forma interessada, buscando “material para descrever e definir via literatura de ficção [e via história, acrescento] uma ‘paisagem brasileira’<sup>1027</sup>”. O que tentei demonstrar aqui foi o caráter identitário presente nestes relatos, importantes também para a formação de uma auto-imagem de britânicos e franceses, que encontraram na América luso-brasileira um espelho conveniente para a construção de sua própria identidade. Gadenne afirma que havia ainda um interesse político em muitas das descrições de viajantes franceses sobre o Brasil, onde descrevê-lo “em atraso equivale a valorizar e justificar uma intervenção francesa<sup>1028</sup>”; a autora ressalta a dimensão política destes textos, cujos comentários sobre o atraso cultural brasileiro funcionariam como um “meio de propaganda”, no qual a França apareceria como uma potência que poderia trazer a tão desejada civilização, justificando a “intervenção da nação mais avançada, mais moderna e mais capaz econômica e culturalmente<sup>1029</sup>”.

---

<sup>1027</sup> SÚSSEKIND, Flora, *op. cit.*, p. 127.

<sup>1028</sup> GADENNE, Clotilde, Les voyageurs français et le concept de civilisation: un aspect paradoxal des échanges culturels entre France et Brésil (1822-1900). In: MATTOSO, Katia de Queirós, MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette, ROLLAND, Denis (dirs.). *Modeles politiques et culturels au Brésil: emprunts, adaptations, rejets XIXè et XXe siècles*. (Colloque de l’Institut de Recherches sur les Civilisations de l’Occident Moderne les 8, 9 et 10 mars 1999 en Sorbonne). Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2003, p. 174. A autora trata neste trecho de disputas territoriais entre a França e o Brasil na fronteira do Amapá, em finais do século XIX.

<sup>1029</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 177.

Hancock destacou este caráter identitário da literatura de viagem de uma forma diferente. Para ela, as descrições sobre as cidades de Londres e Paris feitas respectivamente por franceses e britânicos se inscrevem “num processo de descrição do Outro e do alhures que as nações européias escolheram como modo privilegiado de desenvolvimento de identidades nacionais<sup>1030</sup>”. As cidades-capitais funcionam aqui como alegorias, metáforas da nação, elas constituem “o suporte material, visível, de civilizações que se procura opor termo a termo<sup>1031</sup>”. Cada cidade é investida das características nacionais, mas o fato significativo é que estas características são dispostas me forma de comparação, construindo uma imagem da cidade descrita e, por oposição, da cidade que está oculta no discurso, mas não menos identificável: Londres para os britânicos, Paris para os franceses. Assim, os franceses vêm dificuldades para orientar-se em Londres, cuja heterogeneidade torna a cidade pouco “legível”, sem “limites claros”; para eles, Londres não é verdadeiramente uma cidade, sendo mais, como diz Malot, “uma aglomeração de casas e edifícios<sup>1032</sup>”. Já para os britânicos, como Frances Trollope, Paris se caracteriza pela “justaposição dos extremos e a mistura dos contrários”; apesar, ou talvez por causa, de seu gosto pela aparência da decoração, toleram “uma sujeira repugnante nos locais públicos, ruas, pátios ou vãos de escadas”. Além disso, chama a atenção a deficiência da “polícia urbana” e a ausência de um sistema de esgotos, a mistura de classes nas ruas e nos edifícios residenciais. No interior das casas, apesar da decoração e do luxo muito superiores aos ingleses, falta-lhes o “verdadeiro conforto doméstico”, a água corrente. Uma oposição se constrói, na qual os franceses são o povo “do exterior e da aparência”, enquanto os ingleses são o “povo doméstico e consciente das virtudes da *home*”; franceses são vistos, assim, “como primitivos”, por realizar a maior parte de suas atividades nos espaços exteriores<sup>1033</sup>. A sujeira das ruas de Paris é um dos traços mais destacados nas narrativas e guias de viagem, e expõe uma das “piores insinuações da época”, que as cidades luso-brasileiras conheciam bem: de que “não se trata de uma cidade moderna. Uma viagem a Paris, para um inglês, é uma viagem no tempo, um retorno a um sombrio passado urbano<sup>1034</sup>”.

---

<sup>1030</sup> HANCOCK, Claire, *Paris et Londres au XIXe siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage Paris: CNRS, 2003, p. 20.

<sup>1031</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 9.

<sup>1032</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 59-60.

<sup>1033</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 134-135.

<sup>1034</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 163.

Hancock nega a obrigatoriedade de que o olhar do estrangeiro seja mais acurado para perceber as peculiaridades das cidades visitadas, o que também defendo. Para esta autora, a irritação francesa com Londres, por exemplo, diz respeito a uma paisagem urbana que “os viajantes não sabem decifrar, porque as diferenciações que lhes são familiares na França estão ausentes<sup>1035</sup>”. O viajante viaja ao estrangeiro de dentro de sua própria cidade, da qual não consegue se separar, o que faz com que a cidade visitada se torne ininteligível para ele. Assim, seu primeiro impulso é denunciar como “estranha [*étranger*] a linguagem arquitetural da cidade que eles têm sob os olhos, de ver na forma uma traição do conteúdo, uma indeterminação repleta de equívocos”. Em seguida, tentam decifrar estes “espaços codificados”, utilizando a “sua cultura política e a sua disposição moral”. “Tal espaço privado não é isolado como seria conosco, tal espaço público não é utilizado como seria conveniente, o que denota de forma indubitável a inferioridade da população que nós observamos<sup>1036</sup>”.

Processo análogo acontece na apreciação e descrição das cidades luso-brasileiras, onde o primeiro impulso é de negar a sua substância urbana, seja pelo maravilhamento da natureza, no Rio de Janeiro ou em Salvador, seja na caracterização como um cenário teatral, uma rede de aparências e ilusões que escondem a barbárie, a ociosidade e a degradação. Num segundo momento, a tentativa de apreensão da cidade que leva a construir pela oposição, um quadro da sua própria cidade, ou mais precisamente, da sua própria civilização: os vícios observados na cidade visitada correspondem às virtudes da cidade que representa a própria identidade. Isso depende da crença de que a forma de construir uma cidade tem uma influência na “formação de um caráter particular” de determinado povo<sup>1037</sup>. A cidade da qual trata Hancock, as capitais européias do século XIX, apresentam uma nova linguagem que contribuem para a sua incompreensão: elas pela primeira vez, segundo a autora, falam uma linguagem que não é mais compreendida universalmente; perdem suas referências comuns à Antiguidade ou ao urbanismo da Renascença, elas “se descobrem ininteligíveis uma à outra, escritas segundo uma gramática vernacular demasiado diferente da linguagem culta que deveria lhes unir<sup>1038</sup>”. A cidade

---

<sup>1035</sup> *Id., ibid.*, p. 125.

<sup>1036</sup> *Id., ibid.*, p. 124.

<sup>1037</sup> *Id., ibid.*, p. 147.

<sup>1038</sup> *Id., ibid.*, p. 197.

luso-brasileira, cuja aparência arquitetônica é o mais das vezes de completa vernaculidade na visão do viajante estrangeiro, acrescenta à paisagem da desordem a movimentação de corpos igualmente indefiníveis, indecifráveis e afundados na barbárie. A indefinição que o conde de Suzannet, entre outros viajantes, via nas faces indistintas do negro, diz um pouco da forma como os europeus também enxergam as multidões em suas cidades, cujos corpos revelam os “traços de caracteres morais”, testemunhos “da violência, da feiúra e da periculosidade atribuídas ao físico popular. As classes laboriosas são as classes perigosas<sup>1039</sup>”. A relação entre estas imagens da turba e do selvagem, ou do homem colonial, são estreitas: passamos “de uma observação etnográfica do homem distante a uma inspeção filantrópica do homem próximo<sup>1040</sup>”.

Pois dizer o outro é também fazer uma inversão; dizer “o *outro* é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*”. Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição, diz Hartog, “a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio”. Não há mais “*a* e *b*, mas simplesmente *a* e o inverso de *a*<sup>1041</sup>”. Este espelho se constrói dentro e fora da própria cidade, uma vez que os quarteirões pobres são definidos como terra estrangeira, “*terra incognita*”, espaços igualmente indefiníveis; eles são “o ‘alhures’, e as descrições que lhe são feitas, quer se trate de seus edifícios ou de seus habitantes, retomam certas expressões utilizadas para descrever os países estrangeiros<sup>1042</sup>”. A construção desta identidade nacional define a sua alteridade dentro e fora de suas fronteiras; ela marca as diferenças, ela fala de si por meio da descrição do outro, um outro que pode estar em algum dos lados da Mancha, do Atlântico, do Sena ou do Tâmis. Assim, o medo das classes perigosas na Europa, de sua falta de instrução e cultura, sua anarquia, suas reações convulsivas, se transpõe para a América, e estes julgamentos “se aplicam à população de cor que forma as classes perigosas<sup>1043</sup>”. É freqüente nos viajantes, como vimos, a identificação dos negros, escravos,

---

<sup>1039</sup> COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine, *Histoire du visage*. Exprimer et taire ses émotions (du XVIe siècle au début du XIXe siècle). Paris: Payot, Rivages, 1988, pp. 269-270.

<sup>1040</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 272.

<sup>1041</sup> HARTOG, François, *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. port. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999, pp. 229-230. Cf. comentário de CAMPBELL, Mary Baine, *Travel writing and its theory*. In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, pp. 267-268.

<sup>1042</sup> HANCOCK, Claire, *op. cit.*, p. 224.

<sup>1043</sup> POTELET, Jeanine, *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840*. Témoignages et images. Paris: L'Harmattan, 1993, p. 371.

mulatos, indígenas, com a ociosidade, com a violência gratuita e com a constante ameaça de sedição destas “raças perigosas”. São uma advertência aos civilizados das ameaças constantes dos bárbaros, sejam eles operários londrinos, parisienses, escravos africanos no Rio de Janeiro, ou mamelucos de São Paulo.

Por isso não chega a espantar a proximidade das descrições dos subúrbios de Londres e Paris com as descrições das cidades luso-brasileiras. Como vimos com Hancock, Paris podia ser vista como uma cidade arcaica, anacrônica, e Londres como uma cidade indefinível. Engels, num texto célebre de 1845, que não deixa de ser ele também uma narrativa de viagem, faz uma viva descrição dos bairros de “má reputação” das grandes cidades britânicas, onde vivia a maior parte dos operários. Nestes bairros, as ruas

“não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e mal cheirosos. Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários<sup>1044</sup>”.

O mais repugnante dos bairros operários londrinos é St. Giles, o “Ninho dos Corvos” (*Rookery*). Nele, o mercado está instalado nas ruas, com alimentos de péssima qualidade e exalando um cheiro repugnante. As casas são “tão sujas no interior como no exterior e têm um tal aspecto que ninguém aí desejaria habitar”. Entretanto, não são nada comparadas com os alojamentos dos pátios e vielas transversais,

“onde a sujidade e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são feitas de pranchas velhas pregadas juntas; aqui, mesmo neste bairro de ladrões, as portas são inúteis porque não há nada para roubar<sup>1045</sup>”.

Em Manchester, a situação não será melhor, com uma “arquitetura caótica”; no bairro operário, quando se deixa a rua principal, Long Millgate, as ruas, vielas e becos deixam o viajante desorientado. “Há montes de escombros, de detritos e de imundícies por todo o

---

<sup>1044</sup> ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Trad. port. Anália C. Torres. Porto: Afrontamento, 1975, p. 59.

<sup>1045</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 60.

lado; em vez de valetas, charcos de água estagnada e um cheiro, que por si só, impediria qualquer homem, por menos civilizado que fosse, de habitar em tal bairro<sup>1046</sup>”.

A semelhança com as descrições das cidades luso-brasileiras, que apresentei nos capítulos anteriores é imensa, e mesmo Engels utiliza-se também de imagens bíblicas para destacar a intensa alteridade destes espaços que, apesar de urbanos, não são para ele humanos. O Levítico determina que uma casa que apresente em suas paredes cavidades esverdeadas ou avermelhadas, causadas pelo bolor, deve ser fechada pelo sacerdote por sete dias, porque se apresenta com lepra, e está impura. O sacerdote deve voltar ao sétimo dia e se, “após exame, contatar que a enfermidade se desenvolveu nas paredes da casa, ordenará que se retirem as pedras atacadas pela enfermidade e que sejam atiradas fora da cidade, em lugar impuro”. No caso de que a “doença” não se cure, de que haja lepra contagiosa na casa, ela “será demolida e serão transportados para um lugar impuro, fora da cidade, as suas pedras, suas madeiras e todo o seu reboco<sup>1047</sup>”. Nas Escrituras, o espacial também reflete o estado moral, o estado de pureza do povo de Israel. Uma casa com lepra, uma cidade impura, representam igualmente uma sociedade impura e leprosa no coração e na alma; uma cidade suja, imoral, viciada, reflete a interioridade de seu povo. A diferença de Engels para um Freycinet, por exemplo, não deixa de ser significativa: enquanto o primeiro vê neste caos a ausência de civilização causada pela exploração capitalista e a deterioração das condições de vida da classe operária, o navegador francês vê um “vício de construção” causado por uma origem portuguesa espúria.

Essa população à margem, vivendo numa cidade dentro da cidade, bárbaros nos limites da civilização, transformava-se nas classes perigosas nos momentos em que “manifestava seu descontentamento em violentas manifestações de rua<sup>1048</sup>”. Uma pobreza causada, ao contrário de ser resultado de condições econômicas, como dizia Engels, pela vadiagem, pela preguiça e sobretudo pela “degradação moral, em outras palavras, ao relaxamento da disciplina e à corrupção dos costumes<sup>1049</sup>”. A imagem do selvagem ocioso, vivendo das benesses da natureza sem a necessidade do desgaste do trabalho ou da força da imaginação que produz riqueza, e do brasileiro “mimado pela natureza”, herdeiro semi-

---

<sup>1046</sup> *Id., ibid.*, p. 86.

<sup>1047</sup> *Bíblia de Jerusalém*, Levítico, 14, 33-45.

<sup>1048</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 38.

<sup>1049</sup> *Id., ibid.*, p. 85.

civilizado deste “selvagem”, é uma das fontes principais, juntamente com as Escrituras, deste selvagem das grandes cidades européias. “Bárbara e selvagem constitui a condição das *classes pobres e viciosas*<sup>1050</sup>”.

As cidades européias neste século XIX foram laboratórios de observação do funcionamento da sociedade, na qual se podiam fazer expedições exploratórias como às ilhas do Pacífico ou às selvas brasileiras. Ela se torna

“um observatório extenso, mas com limites delineados. A atividade exploratória se concentra, com certeza, no levantamento do modo de vida dos homens pobres trabalhadores ou vagabundos, considerados equivalentes aos povos selvagens, e seus bairros definidos como terra incógnita<sup>1051</sup>”.

Os observadores do urbano, políticos, médicos, reformadores, assumem, assim, a “postura de exploradores de culturas estrangeiras<sup>1052</sup>”. Para isso necessitavam de um olhar atento, “um olhar armado para analisar o que vê, decompor e refazer a ordenação das partes constitutivas daquilo que, para o olhar desarmado, permanece em sua unidade acabada<sup>1053</sup>”. Este olhar atento vai tratar da cidade como objeto de intervenção política, bem como de fruição estética, com novas maneiras de representar os espaços urbanos, como os panoramas. Inicia-se a formação de um “padrão de leitura da ‘categoria cidade’”; institui-se “um *observador da cidade*, e se adentra o olho, até então não disciplinado para este objeto específico<sup>1054</sup>”. Esta forma de ver e representar a cidade terá na literatura de viagem uma representação ao mesmo tempo estética e política, pois o texto do viajante deseja tanto representá-la como propor projetos de intervenção e reforma.

As similitudes entre as descrições das cidades luso-brasileiras e dos distritos operários das capitais européias são tão surpreendentes quanto o fato de não terem sido notadas pela historiografia, que assumiu a sua absoluta heterogeneidade tal qual descrita na literatura de viagem. Uma das exceções é Belluzzo, que recorda que além da sujeira das cidades luso-brasileiras, destacadas pelos viajantes, “a insalubridade das cidades européias é também alvo de críticas no século XIX”. A diferença é que nas cidades do Brasil, a

---

<sup>1050</sup> *Id., ibid.*, p. 56.

<sup>1051</sup> *Id.*, *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. 5(8/9), set./abr., 1984-1985, p. 60.

<sup>1052</sup> *Id., ibid.*

<sup>1053</sup> *Id., ibid.*, p. 52.

“população negra coberta de lama depois das chuvas provoca o sentimento de repulsa dos ingleses e colabora para a imagem de ‘imundície’ e ‘insalubridade’ da cidade<sup>1055</sup>”. Não estou afirmando que as cidades fossem iguais, o que implicaria uma visão contrária, de absoluta homogeneidade; as cidades diferiam muito dentro de um mesmo país, e ainda possuíam muitas vezes territórios heterogêneos dentro de seus próprios limites. No entanto, as descrições que viajantes franceses e britânicos fazem de nossas cidades constroem uma imagem de alteridade a partir de descrições que bem poderiam caber às cidades industriais inglesas, ou às ruas buliçosas, cheias de vida e pobreza da Paris do século XVIII como descritas por Arlette Farge<sup>1056</sup>. Parte desta similitude se deve a terem servido as cidades exóticas como um modelo para a interpretação das cidades européias, sobretudo daquelas regiões habitadas pelos novos bárbaros que a assaltam.

A cidade “precisa dos bárbaros para ser cidade, para ser civilização<sup>1057</sup>”. A barbárie que viajantes identificam nas cidades luso-brasileiras serve de “memória da biblioteca” na composição de um saber sobre a cidade européia em dois sentidos: primeiramente, ela serve para identificar dentro dos espaços da cidade civilizada os seus bárbaros, os “modernos Godos<sup>1058</sup>” que Lindley identifica na Bahia, mas que também ameaçavam os “comedores de pão<sup>1059</sup>” nas grandes metrópoles do Velho Mundo. Por meio da analogia, estes autores, sobretudo os do século XIX, com maior sensibilidade à paisagem da cidade, advertem: este *a* que descrevo, a cidade inundada de negros e ociosidade, é aqui o que é o *b* na Europa, os subúrbios infectos de S. Giles em Londres, ou a promiscuidade de classes das ruas de Paris. E ainda num outro sentido, quando ao descrever as cidades do novo Novo Mundo como espaços da barbárie, construções da desordem, estes viajantes arquitetam a própria

---

<sup>1054</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*. São Paulo, (30), jun./agos., 1996, p. 150.

<sup>1055</sup> BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, *O Brasil dos viajantes*. 3. ed. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, V. 3, P. 21.

<sup>1056</sup> FARGE, Arlette, *Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 2000.

<sup>1057</sup> PECHMAN, Robert Moses, *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 24.

<sup>1058</sup> LINDLEY, Thomas, *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c.* London: J. Johnson, 1805, p. 242.

<sup>1059</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, Époques de l'Avènement et de l'Abdication de S.M.D. Pedro 1<sup>er</sup>.*, Fondateur de l'Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839, v. 2, p. 41.

alteridade por meio da inversão: este *a* que descrevo, a cidade luso-brasileira, é diferente, é oposto ao *b* do qual venho, a cidade polida da Europa herdeira das Luzes, e não aquela Europa bastarda, papista, supersticiosa, banhada pelas águas do Mediterrâneo. “Os outros lugares são espelhos em negativo<sup>1060</sup>”. A alteridade aqui se constrói entre o europeu e o americano, mas também entre o europeu do norte e o europeu do sul, o italiano, o espanhol e o português, as nações abastardadas do continente, e num nível mais local ainda, entre o britânico ou francês aristocrático ou burguês e seus compatriotas operários, pobres e vagabundos.

É claro que esta cidade luso-brasileira tem a sua especificidade, que não passou despercebida a nenhum viajante: a mestiçagem, o encontro de “raças” que, muito mais do que a escravidão identificava estas cidades e sua civilização. É preciso notar que von Martius, ao propor sua metodologia de uma escrita da história para o Brasil, chama a atenção não para o trabalho escravo mas para a mestiçagem. Podemos imaginar, que obviamente, von Martius não desejava ferir suscetibilidades de seus companheiros do Instituto Histórico, e seu texto é claramente cauteloso quanto a isso, mas de toda forma, vários outros países eram igualmente escravocratas; o que diferenciava o Brasil na visão destes viajantes era a mistura destas “raças” formando uma nova classe de homens, quase sempre degenerados, ou demasiado orgulhosos. Assim, os procedimentos para a compreensão da cidade, tanto européia quanto americana, são similares, mas a percepção destas cidades se dá de formas diferentes.

Assim, não quero dizer que a memória da biblioteca que informa as descrições destes viajantes, seja ela a de outros viajantes lidos antes da viagem, ou a memória urbana, das cidades européias que também vem na bagagem dos viajantes, seja o único dado do qual dispunham para a sua narrativa. Esta memória não é uma simples cópia que um autor faz do trabalho de um outro, ainda que isso eventualmente possa acontecer. Ela significa que a experiência vivida, a experiência do mundo tangível, é “filtrada” por outras experiências, de leitura, de teorias prévias, de experiências sensoriais de outras cidades visitadas. É a fixação de determinadas imagens conceituais que passam de um texto ao outro, mediadas pela experiência, dinamizadas pelo confronto entre o texto lido nos livros e o texto lido nas pedras da cidade. Não estar atento a isso, nem reconhecer os limites do

---

<sup>1060</sup> CALVINO, Italo, *op. cit.*, p. 29.

gênero viático, faz com que muitas vezes a narrativa de viagem torne-se um índice de veracidade, onde a individualidade deste ou daquele autor oferece uma autoridade, e suas citações se tornam “um mero *substituto* para qualquer *indagação* ou até mesmo uma das maneiras mais eficazes de evitá-la”. Dessa forma, afirma Rouanet, “*enuncia-se* uma *verdade* que será devidamente comprovada, logo, assumida enquanto tal, graças ao *respaldo* fornecido por uma *autoridade inquestionável*”<sup>1061</sup>. Se Rouanet trata aqui da historiografia da literatura, com relação a Ferdinand Denis, no que diz respeito à historiografia da cidade encontramos muitas vezes esta mesma postura.

Um historiador que trate da cidade a partir dos olhos e da pena dos viajantes, tem que lidar com os encantos sirênicos do texto viático e os seus apelos de confundir a cidade com o discurso que a descreve. Ainda que exista, como lembra o Marco Polo de Calvino, uma ligação entre eles, ainda que a descrição traga dentro dela uma sincera relação com a experiência vivida, ainda que a pena se proponha a ser fiel ao olhar, ainda assim, o discurso não é a cidade, o discurso não reconstrói a cidade, ele edifica uma nova cidade, cujos alicerces estão fincados na memória, na biblioteca e na teoria. Calvino lembra a “cidade implícita” que se esconde na descrição de qualquer cidade: se ele fala de Olívia, “cidade rica de mercadorias e de lucros”, a linguagem só pode descrevê-la se falar “dos palácios de filigranas com almofadas franjadas nos parapeitos dos bíficos; uma girândola d’água num pátio protegido por uma grade rega o gramado em que um pavão branco abre a cauda em leque”. Esta é a descrição necessária para representar a riqueza de Olívia, a imagem adequada para compreendê-la em sua grandeza. “Mas a partir desse discurso, é fácil compreender que Olívia é envolta por uma nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas; que na aglomeração das ruas, os guinchos manobram comprimindo os pedestres contra os muros”. Tudo isso fala de Olívia, a que se deixa descrever e a que se oculta ao discurso, já que lembra Calvino, “A mentira não está no discurso, mas nas coisas”<sup>1062</sup>.

O encontro do viajante com a cidade que ele desconhece não o coloca apenas frente à diferença extrema, à completa alteridade, ele se confronta também com as suas próprias imagens conceituais sobre o urbano. “Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra

---

<sup>1061</sup> ROUANET, Maria Helena., *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 286.

<sup>1062</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 59-60.

um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos<sup>1063</sup>”. De que cidade fala o viajante quando descreve o Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? De que cidade fala o historiador quando comenta a descrição que faz o viajante do Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? Qual é a relação entre a cidade que é descrita e a descrição desta cidade? Seguramente ela é tão estreita quanto problemática; a descrição fala da cidade vista mas também da cidade imaginada, das diversas cidades percorridas tanto pelos pés como pelo pensamento. As representações da cidade na literatura viática são, portanto, “formas de ver que são também formas de pensar; elas se situam na articulação entre as imagens, baseadas nas composições físicas, concretas da paisagem urbana, e as concepções, idéias mais gerais e globalizantes ligadas aos valores da sociedade<sup>1064</sup>”. De que cidade fala Marco Polo a Kublai Khan? “Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de Veneza<sup>1065</sup>”. De que fala, afinal, o viajante? De si mesmo ou do outro? A viagem fala da cidade, mas não apenas da cidade que vê e que descreve, a viagem teoriza a cidade, pensa, reflete; ela espelha devolvendo imagens invertidas, distorcidas, que falam mais da cidade do que supostas “fotografias” que nos devolvessem uma imagem estática, hierática. Ela reflete a cidade de forma dinâmica, viva, com movimento, sobretudo naquilo que mascara, esconde, tergiversa; a cidade está ali, ainda que nem sempre no mapa que nos é oferecido.

---

<sup>1063</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 28.

<sup>1064</sup> HANCOCK, Claire, *op. cit.*, p. 296.

<sup>1065</sup> CALVINO, Italo, *op. cit.*, p. 82. Sobre este trecho de Calvino, Marotta comenta que a viagem, neste autor, “proporciona, por meio do conhecimento do mundo exterior o conhecimento de nossa própria cidade, e por meio do conhecimento dos outros homens o conhecimento de nós mesmos. Mediante o objeto percebido o viajante chega a si mesmo e se transforma em sujeito discernente e descobre a sua própria realidade”. MAROTTA PERAMOS, Mirella, *Viajeros italianos del Settecento y su visión de Madrid*. Tesis (Doctorado en Lengua y Literatura Italiana). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1991, p. 37.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Manuscritas

Paris

*Archives Nationales.*

- Série F: Administration Générale de la France. Dossiers Concernant Auguste de Saint-Hilaire et son voyage au Brésil.

F17-1543.

F17-3977.

*Bibliothèque Sainte-Geneviève – Salle de Réserve.*

- Ms. 3417. Lettres de F. Denis. 1817.

*Muséum National d'Histoire Naturelle – MNHN – Salle de Vélins.*

- Ms. 46. 1791.

Dossier I. Observations générales de la Société d'histoire naturelle sur le voyage à entreprendre pour aller à la recherche de M. De la Peyrouse.

Dossier VI. M. Richard. Instruction partielle pour les voyageurs-naturalistes. Minéralogie.

Dossier X. Exposé de préparatifs nécessaires pour les naturalistes voyageurs autour du monde.

Dossier XI. Instruction pour le jardinier (Delahaye).

- Ms. 301. Mémoires pour servir à l'histoire du Voyage fait autour du monde par les Vaisseaux du Roi la Boudeuse & L'Étoile pendant les années 1766-1768. Pour être rédigés par Mons. Philibert de Commerson D.M. & Médecin Naturaliste Envoyé du Roi et de l'Académie Royale Des Sciences de Paris. S.d.

- Ms. 354. Voyage Autour du Monde sur la Corvette la Coquille (années 1822-1823). P. Lesson (pharmacien de 2<sup>ème</sup> classe de la Marine).

- Ms. 357.

Dossier VII. Recueil de ce qu'on doit ramasser dans un pays nouvellement découvert.

- Ms. 2673. Correspondance d'Auguste de Saint-Hilaire.

Lettre 14, 1816.

Lettre 15, 1817.

Lettre 16, 1817.

Lettre 17, 1818.

Lettre 18, 1820.

- Ms. 2752. Correspondance d'Auguste de Saint-Hilaire.

Doc. 2225.

Doc. 2226.

São Paulo

*Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).*

*Coleção Lamego*

- Instruções ao naturalista Alexandre Ferreira sobre o roteiro de viagem entre o Pará e Mato Grosso pelos rios Amazonas... Ms. 123, s.l., COL.ML, 101.

### **Fontes Impressas – Viajantes, Instruções, Coletâneas**

BABEAU, Albert. *Les voyageurs en France Depuis la Renaissance Jusqu'à la Révolution*. Paris: Firmin Didot, 1885.

BARRAL, L.M. Notions sur l'île Sainte-Catherine au Brésil, recueillies en 1831 par M. Barral, capitaine de corvette. *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris: Imprimerie Royale, 1(8): 333-345, 2<sup>e</sup>. série, 1833.

BARROW, John. *Voyage à la Cochinchine, par les îles de Madère, de Tenerife et du Cap Verd, le Brésil et l'île de Java*, contenant des renseignements nouveaux et authentiques sur l'État naturel et civil de ces divers pays; Accompagné de la Relation officielle d'un Voyage au Pays des Boushouanas, dans l'intérieur de l'Afrique australe. Trad. Malte-Brun. Paris: F. Buisson, 1807, 2 vv.

BERCHTOLD, Leopold. *Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers; with further observations on the Means of preserving the Life, Health, & Property of the unexperienced in their Journals by Land and Seas, a series of Questions,*

interesting to Society & Humanity, Necessary to be proposed for Solution to Men of all ranks & Employements, & of all Nations and Governments comprising the most serious points relative to the Objects of all Travels. To which is Annexed a List of English and foreign works, intended for the Instruction and Benefit of Travellers, & a Catalogue of the most interesting European Travels, which have been published in different Languages from the earliest Times, down to September, 8<sup>th</sup>. 1787. London: Printed by the Author, 1789. 2 vv.

BONPLAND, Aimé. *Journal. Voyage de Sn. Borja a la Cierra y a Porto Alegre. Diário. Viagem de São Borja à Serra e a Porto Alegre*. Transcrição, notas e revisão de Alicia Lourteig. Porto Alegre: Instituto de Biociências, Departamento de Botânica; Paris: CNRS, 1978.

BOUCHER DE LA RICHARDERIE, G. *Bibliothèque Universelle des Voyages*, ou Notice complète et raisonnée de toutes le Voyages anciens et modernes dans les différentes parties du monde, publiés tant en langue française qu'en langues étrangères, classés par ordre de pays dans leur série chronologique; avec des extraits plus ou moins rapides des Voyages les plus estimés de chaque pays, et des jugemens motivés sur les Relations anciennes qui ont le plus de célébrité. Paris, Strasbourg: Treutel & Würtz, 1808. 6 vv.

CHANTAL, J.B.J. de. *Beautés de l'histoire des voyages les plus fameux du monde et dans les deux hémisphères*. Paris: Fruger et Brunet, 1836. Deux. partie, t. 1.

COOK, James. *The Voyages of Captain James Cook*. Illustrated with Maps and Numerous Engravings on Wood. With an Appendix, Giving an Account of the Present Condition of the South Sea Islands, &c. London: William Smith, 1862. 2 vv.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, Époques de l'Avénement et de l'Abdication de S.M.D. Pedro 1<sup>er</sup>., Fondateur de l'Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. 3 vv.

\_\_\_\_\_. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. port. Sérgio Milliet, São Paulo, Martins, s.d. 3 vv. em 2 tt.

DENIS, Ferdinand. Brésil. In: *L'Univers. Histoire et Description de Tous les Peuples*. Paris: Fimin Didot Frères, 1839.

- DENIS, Ferdinand, CHAUVIN, Victor. *Les vrais Robinsons*. Naufrages, Solitudes, Voyages. Paris: Librairie du Magasin Pittoresque, 1863.
- D'ORBIGNY, Alcide. *Voyage dans l'Amérique méridionale* (Le Brésil, la République Orientale de l'Uruguay, La République Argentine, la Patagonie, la République du Chili, la République du Pérou), exécuté pendant les années 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832 et 1833. Paris: Pitois-Levrault et Cie., 1835, t. 1.
- DU PETIT THOUARS, Abel. *Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus*, pendant les années 1836-1839. Publié par ordre du Roi, sous les auspices du ministre de la Marine. Paris: Gide, 1840.
- ESCHWEGE, M. d'. Observations sur la manière de voyager dans l'intérieur du Brésil, et tableau de cette partie du pays. *Nouvelles Annales des Voyages, de la Géographie et de l'Histoire*. Paris, 3: 99-120, 1819
- FREYCINET, Louis. *Voyage de découverte aux terres australes*, exécuté sur les corvettes Le Géographe, Le Naturaliste, et la goëlette Le Casuarina, pendant les années 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804. Paris: Imprimerie Royale, 1815. Navigation et Géographie. \_\_\_\_\_ . *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi*. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l'*Oranie* et la *Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825. Historique.
- FREYCINET, Rose de. *Journal du Voyage Autour du Monde*. Anotée par Charles Duplomb. Paris: Éditions du Gerfault, 2003.
- FURCY DE BREMOY, Hygin. *Le Voyageur Poète*, ou Souvenirs d'un Français dans un Coin des Deux Mondes. Paris: Furcy, Pillet Aîné. 1833, v. 2.
- GARDNER, George, *Travels in the interior of Brazil*, principally through the Northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. London: Reeve, Brothers, 1846.
- \_\_\_\_\_. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Trad. port. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

- GÉRANDO, Joseph-Marie de. Considérations sur les divers méthodes à suivre dans l'observation de peuples sauvages. In: COPANS, Jean, JAMIN, Jean (éds.). *Aux origines de l'Anthropologie Française*. Les Mémoires de la Société des Observateurs de l'Homme en l'an VII. Paris: Le Sycomore, 1978, pp. 127-169.
- \_\_\_\_\_. Mémoire sur l'utilité des voyages. *Mémoires de l'Académie Impériale de Metz*. Metz, 43<sup>e</sup> année, 2<sup>e</sup> série, 10<sup>e</sup> année, 1861-1862, pp. 589-603.
- GRAHAM, Maria. *Journey of a Voyage to Brazil, and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Paternoster-Row, and J. Murray, 1824.
- \_\_\_\_\_. *Diário de uma viagem ao Brasil, e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Trad. port. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, Brasiliana, v. 8).
- HOLMAN, James. *A voyage round the world, including Travels in Africa, Asia, Australasia, America, etc. etc. from 1827 to 1832*. London: Smith, Elder & Co., Cornbill, 1834, 4 vv.
- HUNTER, John. *An Historical Journal of the Transactions at Port Jackson and Norfolk Island, with the Discoveries which have been made in New South Wales and in the Southern Ocean, since the publication of Phillip's Voyage, compiled from the Official Papers; Including the Journal's of Governors Phillip and King, and of Lieut. Ball, And the Voyages From the First Sailing of the Sirius in 1787, to the Return of that Ship's Company to England in 1792*. London: John Stockdale, 1793.
- ISABELLE, Arsène. Excursions dans la Province de Rio-Grande-Do-Sul au Brèsil. (1834). Extrait d'un Voyage inédit, par Arsène Isabelle, du Havre. *Nouvelles Annales des Voyages*, Paris, t. 65, série 3, t. 5: 257-279, janv./mars, 1835.
- \_\_\_\_\_. *Voyage à Buénos-Ayres et à Porto-Alégre, par la Banda-Oriental, les Missions d'Uruguay et la Province de Rio Grande-do-Sul (de 1830 a 1834) Suivi de Considérations Sur l'État du Commerce Français à l'extérieur, et principalement au Brésil et au Rio-de-la-Plata*. Havre: J. Morlent, 1835.
- JACKSON, Colonel J.R. On Picturesque Description in Books of Travels. *The Journal of the Royal Geographical Society*. London: John Murray, 5: 381-387, 1835.

- \_\_\_\_\_. *What to observe; or the Traveller's Remembrancer*. 2. ed. London: Madden and Malcolm, 1845.
- JUSSIEU, Antoine-Laurent de. *Rapport sur le Voyage de M. Auguste de Saint-Hilaire Dans le Brésil et les Missions du Paraguay*. Paris: J. Smith, 1823.
- KEITH, George Mouat. *A Voyage to South America, And The Cape of Good Hope*. In His Majesty's Gun Brig *The Protector*, Commanded by Lieut. Sir G.M. Keith, Bart. London: Richard Phillips, 1810.
- KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1816.
- \_\_\_\_\_. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad., prefácio e comentários Luís da Câmara Cascudo. 12. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC, 2003. 3 vv.
- LACORDAIRE, Théodore. Un souvenir du Brasil. *Revue des Deux Mondes*. Paris, 7: 645-671, 1832.
- LAVOLLÉE, M.C. *Voyage en Chine, Ténériffe. – Rio-Janeiro. – Le Cap. – Île Bourbon. – Malacca. – Singapore. – Manille. – Macao. – Canton. – Ports Chinois. – Cochinchine. – Java*. Paris: Just Rouvier; A. Ledoyen, 1852.
- LE DAULT, J.L. Le Para. Province du Brésil dans l'Amazonie. *Journal de la Marine, des Colonies, des Consuls et des Voyages*. Paris, VIII: 227-232, 1834.
- LE GUILLOU, Élie. *Voyage Autour du Monde de l'Astrolabe et de la Zélée*, sous les ordres Du contre-amiral Domont-d'Urville, pendant les années 1837, 38, 39 et 40. Par Élie Le Guillou, Chirurgien major de la Zélée. Ouvrage enrichi de nombreux Dessins et de Notes scientifiques; Mis en ordre par J. Arago. 2. éd. Paris: Berquet et Pétion, 1843. 2 vv.
- LETTSON, John Coakley. *The Naturalist's and Traveler's Companion*, Containing Instructions for collecting & Preserving Objects of Natural History, and for promoting Inquiries after Human Knowledge in General. 2. ed. corrected & Enlarged. London: C. Dilly, 1774.
- LISLE, James George Semple. *The Life of Major J.G. Semple Lisle*; Containing a Faithful Narrative of His Alternate Vicissitudes of Splendor and Misfortune. Written by Himself. The Whole Interspersed With Interesting Anecdotes, And Authentic Accounts of Important Public Transaction. London: W. Stewart, 1799.

LINDLEY, Thomas. *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c.* London: J. Johnson, 1805.

\_\_\_\_\_. *Narrativas de uma viagem ao Brasil.* Trad. port. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Nacional, 1969.

LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; Taken During a Residence of Ten Years in That Country, From 1808 to 1818,* London: Samuel Leigh, 1820.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MALTE-BRUN. Discours préliminaire sur la nature et le but de cet ouvrage. *Annales des Voyages, de la Géographie et de l'Histoire.* Publiées par Malte-Brun. Paris: Buisson, 1: 3-14, 1807.

\_\_\_\_\_. Préface du traducteur. In: BARROW, John. *Voyage à la Cochinchine, par les îles de Madère, de Tenerife et du Cap Verd, le Brésil et l'île de Java,* contenant des reinsegnements nouveaux et authentiques sur l'État naturel et civil de ces divers pays. Trad. franc. Paris: F. Buisson, 1807.

MATHISON, Gilbert Farquhar. *Narrative of a visit to Brazil, Chile, Peru, and the Sandwich Islands, during the years 1821 and 1822.* With Miscellaneous Remarks on the Past and Present State and Political Prospects of those Countries. London: Charles Knight, 1825.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Americana de T.P. da Costa, VI(24): 289-411, jan., 1845.

MISSIONARY SOCIETY. *A missionary voyage to the Southern Pacific Ocean, performed in the years 1796, 1797, 1798, in the ship Duff, commanded by Captain James Wilson.* Compiled from journals of the officers and the missionaries, and Illustrated

With Maps, Charts, and Views, Drawn by Mr. William Wilson, and engraved by the most eminent Artists. With a Preliminary Discourse on the Geography and History of the South Sea Islands; And An Appendix, Including Details Never Before Published, of The Natural and Civil State of Otahiti; By a Committee Appointed For the Purpose, By the Directors of Missionary Society. London: T. Chapman, 1799.

MUSÉUM ROYAL D'HISTOIRE NATURELLE, *Instruction pour les voyageurs et pour les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d'envoyer les objets d'Histoire Naturelle*. Rédigé sur l'invitation de son Excellence le Ministre de la Marine et des Colonies, par l'Administration du Muséum Royal d'Histoire Naturelle. Paris: A. Belin, 1824.

MUSÉUM ROYAL D'HISTOIRE NATURELLE. *Instruction pour les voyageurs et pour les employés dans les colonies sur la manière de recueillir, de conserver et d'envoyer les objets d'Histoire Naturelle*. Rédigé sur l'invitation de son Excellence le Ministre de la Marine et des Colonies. 3. ed., Paris: A. Belin, 1829.

O'NEIL, Thomas. *A concise and accurate account of the proceedings of the Squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K.S. &c. in effecting the escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to the Rio de Janeiro: with a variety of other interesting and authentic facts*. London: Barfield, 1810.

OUSELEY, William Gore. *Descriptions of Views in South America, from Original Drawings, made in Brazil, the River Plate, the Parana, &c. &c., With Notes*. London: Thomas McLean, 1852.

RADIGUET, Max. *Souvenirs de l'Amérique Espagnole*. Chili – Pérou – Brésil. Paris: Michel Lévy Frères, 1856.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. 2 vv.

\_\_\_\_\_. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Seconde partie. Voyage dans le District des Diamans et sur le Littoral du Brésil, suivi des notes sur quelques plantes caractéristiques et d'un Précis de l'Histoire des Révolutions de l'Empire Brésilien,

- Depuis le Commencement du Règne de Jean VI Jusqu'à l'Abdication de D. Pedro. Paris: Librairie – Gide, 1833. 2 vv.
- \_\_\_\_\_. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Quatrième partie. Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine. Paris: Arthus Bertrand, 1851. 2 vv.
- \_\_\_\_\_. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. port. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SPIX, Johan Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. port. Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B.F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, 3 vv.
- SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de. Le Brésil en 1844. Situation morale, politique et financière. Intérieur du pays. – Les Villes maritimes. – Avenir politique. – Rapports du Brésil avec l'Europe. *Revue des Deux Mondes*. Paris, 7(3): 66-105; 849-909, 1844.
- \_\_\_\_\_. *Souvenirs de Voyages*. Les Provinces du Caucase, L'Empire du Brésil. Paris: G.-A. Dentu, 1846.
- TENCH, Watkin. *A narrative of the Expedition to Botany Bay; with an Account of New South Wales, its Productions, Inhabitants, &c. To which is Subjoined, A List of the Civil and Military Establishments of Port Jackson*. 2. ed. London: J. Debrett, 1789.
- THEVENOT, M.F. Voyage pittoresque et médical de Toulon au Brésil sur la corvette *la Victorieuse*. *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris: Imprimerie Royale, 19(2): 653-689, 1834.
- TOLLENARE, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil*. Éd. et commentaires Léon Bourdon. Paris, Presses Universitaires de France, 1971-1973, 3 vv.
- TUCKEY, James H. *Account of a Voyage to Establish a Colony at Port Philip in Bass's Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty's Ship Calcutta, in the years 1802-3-4*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row, 1805.
- TUCKER, Josiah. *Instructions for Travellers*. Dublin: William Watson, 1758.
- TURNBULL, John. *A Voyage Round the World, in the Years 1800, 1801, 1802, and 1804; in Which the Author visited the principal Islands in the Pacific Ocean, and the English Settlements of Port Jackson and Norfolk Island*. London: Richard Phillips, 1805. 3 vv.

VOLNEY, Constatin-François de Chasseboeuf, conde de. *Voyage en Syrie et en Egypte pendant les années 1783, 1784 & 1785*. Paris: Volland, 1787. 2 vv.

\_\_\_\_\_. Questions de statistique à l'usage des voyageurs. In: *Oeuvres*. 2. éd., Paris: Parmentier, Froment, 1825, t. VII, pp. 377-396.

*The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay; with an Account of the Establishment of the Colonies of Port Jackson & Norfolk Island compiled from Authentic Papers, which have been obtained from the several Departments, to which are added The Journal of Lieuts. Shortland, Watts, Ball & Capt. Marshall, with an Account of their New Discoveries*. London: John Stockdale, 1789.

WHITE, John. *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. London: J. Debrett, 1790.

YVAN, M. *Voyages et Récits*. Bruxelles: Meline, Cans et Cie. 1853. 2 vv.

### **Fontes Impressas – Textos Antigos**

AILLY, Pierre d'. *Ymago Mundi*. Éd. et trad. Edmond Buron. Paris: Librairie Orientale et américaine, Maisonneuve Frères, 1930. 3 vv.

BARBOSA, Cônego Januário da Cunha. Do que devem procurar nas províncias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem á sociedade central do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, t. 1: 141-143, 2. ed., 1856.

*Bíblia de Jerusalém*. Trad. port. Gustavo da Silva Gorgulho *et. al.* São Paulo: Paulus, 2004.

BRILLAT-SAVARIN, Anthelme. *Physiologie du goût, ou Méditations de gastronomie transcendante*. Paris: Charpentier, 1839.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc, conde de. *Discurso sobre el estilo*. Trad. Alí Chumacero. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

BURY, Richard de. *Philobiblion*. Mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Trad. port., apres. e glossário Marcello Rollemberg. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

BURKE, Edmund. *A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the Sublime and Beautiful*. Ed. by James T. Boulton. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1990.

- \_\_\_\_\_. *Indagación filosófica sobre el origen de nuestras ideas acerca de lo sublime y lo bello*. Trad. esp. Don Juan de la Dehesa. Prólogo de Valeriano Bozal. Murcia: Colégio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Murcia, 1985.
- CARVALHO, Alfredo de. Viajantes ingleses em Pernambuco. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Recife: Typographia do “Jornal do Recife”, v. XIII: 265-271, 1908.
- CASTILLON, Jean de. *Discours sur l’origine de l’inégalité parmi les hommes*. Pour servir de réponse au discours que M. Rousseau, citoyen de Genève, a publié sur le même sujet. Amsterdam: J.F. Jolly, 1756.
- CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquês de. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Trad. port. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 1993.
- Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers*. Nouvelle impression en facsimilé de la première édition de 1751-1780. Stuttgart – Bad Canstatt: Friederich Frommann Verlag (Günther Holzboog), 1967-1995.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Trad. port. Anália C. Torres. Porto: Afrontamento, 1975.
- GILPIN, William. *Trois essais sur le beau pittoresque sur les voyages pittoresques et sur l’art d’esquisser les paysages, suivi d’un poème sur la peinture de paysage, paru en 1792, et traduit de l’anglais par le Baron de Blumenstein en 1799*. Trad. Isabelle Billiard. Postface Michel Conan. Paris: Éditions du Moniteur, 1982.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? In: *Textos Seletos*. Trad. port. Raimundo Vier, Floriano de Sousa Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, pp. 100-117.
- HORÁCIO. *Arte poética*. Intr., trad. e comentários de R.M. Rosado Fernandes. 3. ed. Lisboa: Inquérito, 1984.
- LA ROCHEFOUCAULD. *Maximes*. Paris: PML, 1995.
- LISBOA, Bento da Silva, MONCORVO, J.D. de Attaide. Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d’un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu’en 1831, inclusivement*. Par J.B. Debret. *Revista Trimestral de História e Geographia*. Rio de Janeiro, 9: 93-99, abr./1841.

- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- MERCIER, Louis-Sébastien. *Tableau de Paris*. Étude sur la vie et les ouvrages de Mercier, notes etc. par Gustave Desnoiresterres. Paris: Pagnerre, V. Lecou, 1853.
- NIQUET, Stéphane. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 ou Séjour d'Un Artiste Français au Brésil, Pendant les Quinze Premières Années de sa Régénération Politique; par J.-B. Debret. *Journal de l'Institut Historique*. Paris: P. Baudouin, 1(1): 53-54, 1834.
- PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brazil. *Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D.L. dos Santos, 10(III): 149-157, jul., 1841. Reimpressão 1860.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Secção ethnographica e narrativa da viagem. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 19(t. VI da 3ª série): 67-73, 1856.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 10 ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 5 tt. Em 3 vv.
- VOLTAIRE. *Dicionário Filosófico*. Trad. port. Bruno da Ponte, João Lopes Alves, Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- THOMSON, James. *The poetical works*. Boston: Little, Brown and Company, 1854, v. 2.

### **Livros, Artigos e Teses**

- ABBADIE, Christian. Le voyage en Espagne, entre le rêve et la réalité. In: PARRA, Montserrat, FIGUEROLA, María Carme (eds.). *El viatge com a font de saber*. Lleida: Universitat de Lleida, Facultat de Lletres, pp. 15-51, 2002.
- ADAMS, Percy G. *Travelers and Travel Liars 1660-1800*. New ed. New York: Dover, 1980.

- \_\_\_\_\_. *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington: The University of Kentucky Press, 1983.
- ALBERTAN-COPPOLA, Sylviane. Les Voyages Portugais dans *L'Histoire Générale des Voyages* de L'Abbé Prévost. *Dix-Huitième Siècle*. Paris, 31: 491-506.
- \_\_\_\_\_. L'abbé Prévost romancier et éditeur de voyages. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 111-121.
- ALBUQUERQUE, Luis. Los "libros de viaje" como género literario. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, PIMENTEL, Juan (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, 2006, pp.67-87.
- ALCINA FRANCH, José. *El descubrimiento científico de América*. Barcelona: Anthropos, 1988.
- ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia. El descubrimiento del Islam en los viajeros ilustrados europeos. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, \_\_\_\_\_. (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 104-128.
- ÁLVAREZ ARREGUI, Federico. El debate del Nuevo Mundo. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. V. 2, Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, pp. 35-66.
- ANDRADE, Tarcísio Bahia de. *Paisagem e arquitetura no Rio de Janeiro*. Iconografia do olhar conciliador de pintores e arquitetos. Tese (Doutorado em Arquitetura). Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2002.
- ANDREWS, Malcolm. The metropolitan Picturesque. In: COPLEY, Stephuen, GARSIDE, Peter (eds.). *The politics of the Picturesque*. Literature, landscape and aesthetics since 1770. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1994, pp. 282-297.
- ANSART, Pierre. Le Pouvoir de la Forme. Pour Une Approche Psycho-Anthropologique du Protocole. In: DÉLOYE, Yves, HAROCHE, Claudine, IHL, Olivier (dirs.). *Le protocole ou La mise en forme de l'ordre politique*. Paris, Montréal: L'Harmattan, 1996, pp. 21-31.

- ANTOINE, Philippe. Des Voyages de Chateaubriand aux *Mémoires D'Outre Tombe*. Survie ou disparition de la Relation de voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MOURGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Miroirs de textes*. Récits de Voyage et Intertextualité. Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines de Nice; Paris: CRLV, 1998.
- \_\_\_\_\_. Préface. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 5-8.
- \_\_\_\_\_. Ceci n'est pas un livre. Le récit de voyage et le refus de la littérature. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 45-58, avr, 2006.
- APOSTOLOU, Irini. Les voyageurs naturalistes en Orient et en Égypte au XVIIIème siècle. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes*. Voyages et discours scientifiques. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2006, pp. 51-63.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal*. Temas e problemas. Lisboa, Horizonte, 2003.
- ARREGUI, Alvarez. El debate del Nuevo Mundo. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*, v. 2, Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, pp. 35-60.
- ATKINSON, Geoffroy. *Les relations de Voyages du XVIIe siècle et l'Évolution des Idées*. Contribution à l'Étude de la Formation de l'Esprit du XVIIIe siècle. Paris: Édouard Champion, 1927.
- AUGÉ, Marc. *Le temps en ruines*. Paris: Galilée, 2003.
- \_\_\_\_\_. Prólogo. El viaje inmóvil. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, PIMENTEL, Juan (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, 2006, pp. 9-15.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. port. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Le grand système*. Paris: Fayard, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Le Grand Dérangement*. Paris: P.U.F., 2005.
- BARBIER, Patrick. Le roman d'un voyageur: *Militona* de Théophile Gautier (1847). In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 133-142.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BASSY, Alain-Marie. Le texte et l'image. In: CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'édition française*. V. 2. Le livre triomphant, 1660-1830. Paris: Fayard, Promodis, 1990, pp. 173-200.
- BASTOS, Rodrigo de Almeida. A Ordem Sagrada da República Colonial. *Urbana. Revista Eletrônica do CIEC*. Campinas: CIEC, 1(1), set./dez., 2006. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie6.pdf>. Consultado em dezembro de 2006.
- \_\_\_\_\_. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista da IEB*. São Paulo, 44: 27-54, fev., 2007.
- BATTEN, JR., Charles L. *Pleasurable Instruction*. Form and Convention in Eighteenth Century Travel Literature. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. A propósito d'O Brasil dos Viajantes. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 30: 8-19, jun./ago., 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil dos viajantes*. 3. ed. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 3 vv.
- BERCHET, Jean-Claude. La préface des récits de voyage au XIXème siècle. In: TVERDOTA, György (éd.). *Écrire le voyage*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.
- BERNABÉU ALBERT, Salvador. ¿Ilusos o ilustrados? Novedades y pervivencias en los viajes del setecientos. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 36-55, ene., 2003
- BERQUE, Augustin. *Urbs dat Esse Homini!* La Trajectivité des Formes Urbaines. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000, pp.41-47.

- BERTHIAUME, Pierre. *L'Aventure Américaine au XVIIIe Siècle*. Du voyage à l'écriture. Ottawa, Paris, Londres: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1990.
- BERTY, Valérie. *Littérature et Voyage*. Un essai de typologie narrative des récits de voyage français en Orient au XIXe siècle. Paris, Montréal, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2001.
- BHELL; Leslie. *Brazil by British and Irish Authors*. Oxford, UK: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.
- BIDEAUX, Michel. *Les Voyages de Robert Lade, ou les mécomptes de la fiction*. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 37-46.
- BITTERLI, Urs. *Los "salvajes" y los "civilizados"*. El encuentro de Europa y Ultramar. Trad. esp. Pablo Sorozábal. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- BLANCKAERT, Claude. Il fatto e il vapore. Discipline dell'osservazione nelle istruzioni etnografiche (secoli XVIII-XIX). In: BOSSI, Maurizio, GREPPI, Claudio (eds.). *Viaggi et Scienza*. Le istruzioni scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX. Firenze: Leo S. Olschki, 2005, pp. 261-286.
- BLONDY, Alain. Préface. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 7-10.
- BORGES, José Adalberto. *Campo e cidade na Província de São Paulo na visão dos viajantes na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Unesp, 1997.
- BOSQUET, Marie-Françoise. Un Regard Féminin Sur un Affrontement Religieux. Le Voyage à Madagascar d'Ida Pfeiffer. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 223-240.
- BOSSI, Maurizio. La virtù dell'osservazione. In: \_\_\_\_\_, GREPPI, Claudio (eds.). *Viaggi et Scienza*. Le istruzioni scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX. Firenze: Leo S. Olschki, 2005, pp. VII-XIX.

- BOURDON, Léon. Un français au Brésil à la veille de l'indépendance: Louis-François de Tollenare (1816-1818). *Caravelle. Cahiers du monde Hispanique et Luso-Brésilien*. Toulouse: Université de Toulouse, 1: 29-49, 1963.
- BOURGUET, Marie-Noëlle. L'explorateur. In: VOVELLE, Michel (dir.). *L'homme des Lumières*. Paris: Seuil, pp. 285-341, 1996.
- \_\_\_\_\_. La collecte du monde: Voyage et histoire naturelle (fin XVIIème siècle – début XVIIIème siècle). In: BLANCKAERT, Claude, COHEN, Claudine, CORSI, Pietro, FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: MNHN, pp. 163-196, 1997.
- \_\_\_\_\_. Voyage, mer et science au XVIIIème siècle. *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Supplément à la *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. 44. Paris, 1-2: 39-56, 1997.
- \_\_\_\_\_. Des savants à la conquête de l'Égypte? Science, voyage et politique au temps de l'expédition française. In: BRET, Patrice (org.). *L'expédition d'Égypte, une entreprise des Lumières. 1798-1801*. Actes du Colloque internationale organisé par l'Académie des sciences, sous les auspices de l'Institut de France et du MNHN. Paris: Technique & Documentation, pp. 21-36, 1999.
- \_\_\_\_\_. Landscape with numbers. Natural history, travel and instruments in the late eighteenth and early nineteenth centuries. In: BOURGUET, Marie-Noëlle, LICOPPE, Christian, SIBUM, H. Otto (dirs). *Instruments, Travel an Science*. Itineraries of precision from the seventeenth to the twentieth century. London, New York: Routledge, 2002, pp. 96-123.
- \_\_\_\_\_, LICOPPE, Christian. Voyages, mesures et instruments. Une nouvelle expérience du monde au Siècle des lumières. *Annales HSS*, Paris, 5: 1115-1151, sep.-oct., 1997.
- BRANDIS, Dolores. El paisaje urbano madrileño en las obras de viajeros extranjeros. In: GÓMEZ MENDOZA, Josefina *et al.* *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza, 1988, pp. 107-134.
- BRENOT, Anne-Marie. Les voyageurs français dans la vice-royauté du Pérou au XVIIIe. siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: SHMC, XXXV: 240-261, avr./juin, 1988.

- BRETTELL, Caroline. Introduction: travel literature, ethnography, and ethnohistory. *Ethnohistory*. Durham, NC: Duke University, 33(2): 127-138, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metr6poles: as faces do monstro urbano (as cidades no s6culo XIX). *Revista Brasileira de Hist6ria*. S6o Paulo: ANPUH. 5(8/9): 35-68, set./abr., 1984-1985.
- \_\_\_\_\_. *Londres e Paris no s6culo XIX: o espet6culo da pobreza*. 5. ed. S6o Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O charme da ci6ncia e a sedu76o da objetividade*. Oliveira Vianna entre int6rpretes do Brasil. S6o Paulo: Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. Le parcours aventureux de L6vi-Strauss. France, Br6sil, Asie – Une relecture de *Tristes Tropiques*. Comunica76o apresentada ao Semin6rio Corps et Espace. Paris, Universit6 de Paris III – Sorbonne Nouvelle, 8 f6vr., 2006.
- BRIDGES, Roy. Exploration and travel outside Europe (1720-1914). In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, pp. 53-69.
- BRILLI, Attilio. *Quand voyager 6tait un art*. Le roman du Grand Tour. Trad. Marie-Jos6 Tramuta. Saint Pierre de Salerne: G6rard Monfort, 2001.
- BROWNE, Janet. L'histoire naturelle britannique et les voyages d'exploration de Banks 6 Darwin. Voyage et histoire naturelle (fin XVII6me si6cle – d6but XVIII6me si6cle). In: BLANCKAERT, Claude, COHEN, Claudine, CORSI, Pietro, FISCHER, Jean-Louis (dirs). *Le Mus6um au premier si6cle de son histoire*. Paris: MNHN, 1997, pp. 197-210, 1997.
- \_\_\_\_\_. Natural History collecting and the Biogeographical tradition. *Hist6ria, Ci6ncias, Sa6de – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 959-967, 2001.
- BURKE, Peter. As fronteiras inst6veis entre Hist6ria e Fic76o. In: AGUIAR, Fl6vio, MEIHY, Jos6 C.S.B., VASCONCELOS, Sandra Gardini T. (orgs.). *G6neros de fronteira*. Cruzamentos entre o hist6rico e o liter6rio. S6o Paulo: Xam6, 1997, pp. 107-115.

- \_\_\_\_\_. The Philosopher as a Traveller: Bernier's Orient. In: ELSNER, Jaś, RUBIÉS, Joan-Pau (eds.). *Voyages & Visions. Towards a Cultural History of Travel*. London: Reaktion Books, 1999, pp. 124-137.
- \_\_\_\_\_. O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII. In: *Varietades de história cultural*. Trad. port. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 137-158.
- BUTOR, Michel. Le voyage et l'écriture. In: *Répertoires*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1974, v. IV, pp. 9-29.
- CALARESU, Melissa. Looking for Virgil's Tomb: The End of the Grand Tour and the Cosmopolitan Ideal in Europe. In: ELSNER, Jaś, RUBIÉS, Joan-Pau (eds.). *Voyages & Visions. Towards a Cultural History of Travel*. London: Reaktion Books, 1999, pp. 138-161.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. port. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMARGO, Kátia Aily Franco de. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: USP, 2005.
- CAMPBELL, Mary Baine. Travel writing and its theory. In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, pp. 261-278.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. Um naturalista e a História. *Revista de História*. São Paulo, XLIII(87): 241-248., ano 22, jul./set., 1971.
- \_\_\_\_\_. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 1. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu. In: VV.AA. *III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. (Anais, Porto Alegre, 14 a 18 out. 1974). Porto Alegre: URGs, 1980, pp. 215-235.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to Write the History of the New World. Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. Iberian colonial science. *Isis*. Toronto: The History of Science Society, 96: 64-70, 2005.

- CAPEL, Horacio. Geografía y Arte Apodémica en el Siglo de los Viajes. *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, IX(56), mar., 1985. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/geo56.htm>. Consultado em agosto de 2007.
- \_\_\_\_\_. Filosofía y ciencia en los estudios sobre el territorio en España durante el siglo XVIII. *Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII*. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, 5: 59-100, 1995.
- CARELLI, Mario. Visão por alto das imagens do Brasil na França. Uma herança ambígua. In: *Images réciproques du Brésil et de la France. Imagens recíprocas do Brasil e da França*. Atas do Colóquio organizado no quadro do projeto França-Brasil. Coordenação de Solange Parvaux e Jean Revel-Mouroz. Paris: IHEAL, 1991, v.1, pp. 109-117.
- \_\_\_\_\_. *Culturas cruzadas*. Intercâmbios culturais entre França e Brasil. Trad. port. Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1994.
- CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, CASTELO BRANCO, Fernando. Goa vista por alguns viajantes estrangeiros (de seiscientos e oitocentos). *Stvdia*. Lisboa, 49: 139-160, 1989.
- CARRERA, Elena. Escritura femenina y literatura de viajes. Viajeras inglesas en la España del siglo XIX, lugares comunes y visiones particulares. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, PIMENTEL, Juan (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, pp. 109-130, 2006.
- CARVALHO JR., Almir Diniz de. *Do índio imaginado ao índio inexistente*. (A construção da imagem do índio na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2000.
- CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. A Baía de Guanabara. Os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 30: 156-169, jun./ago., 1996.
- CERDAN, Marcelo Alves. Maria Graham e a escravidão no Brasil. Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX. *História Social*. Campinas: Unicamp, 10: 121-148, 2003.

- CERTEAU, Michel de. Travel narratives of the French to Brazil: Sixteenth to Eighteenth Centuries. Trad. Katharine Streip. *Representations*. Berkeley: University of California. 33: 221-226, special issue, winter, 1991.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, 11: 38-53, jul., 1999.
- CHABAUD, Gilles. Images de la ville et pratiques du livre: le genre des guides de Paris (XVIIe-XVIIIe siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: SHMC. 45(2): 323-345, avr./juin., 1998.
- CHAMBOLLE, Monique. *Les voyageurs français au Brésil au XIXe. Siècle*. Mémoire de fin d'études pour l'obtention du Diplôme d'Institut National des Techniques de la Documentation. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, s.d.
- CHAMPION, Bernard. Une « Tant Étrange Tragédie ». Le Cannibalisme Rituel dans le Regard des Voyageurs du XVIe siècle. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 45-60.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Trad. port. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Culture écrite et société*. L'ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècles). Paris: Albin Michel, 1996.
- \_\_\_\_\_. *El orden de los libros*. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII. Trad. Viviana Ackerman. Barcelona: Gedisa, 2000.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *¿Qué es un texto?* Madrid: Círculo de Bellas Artes, 2006.
- CHAVES, Castelo Branco. *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projeção europeia*. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- CHELEBOURG, Christian. Tombeaux de Chateaubriand. Méditations Poétiques sur l'Art et la Mort. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 243-257.
- CHEVALLIER, Elisabeth. Une méthode universelle pour voyager avec profit par le comte Léopold Berchtold. *Dix-Huitième Siècle*. Paris, 22: 13-23, 1990.

- CHIAVARA, Maria Pace. A Baía de Guanabara: imagem e realidade. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000, pp. 251-257.
- CHINARD, Gilbert. *Volney et l'Amérique d'après des documents inédits et sa correspondance avec Jefferson*. Baltimore: The Johns Hopkins Press; Paris: Presses Universitaires de France, 1923, v.1.
- \_\_\_\_\_. *L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVII et au XVIIIe siècle*. Paris: E. Droz, 1934.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. Trad. port. Geraldo Gérson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O urbanismo*. Utopias e realidades. Uma antologia. 5. ed. Trad. port. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- CHUPEAU, Jacques. Les récits de voyages aux lisières du roman. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*. Paris: CNRS, 3-4: 536-553, mai/août, 1977.
- COHEN, Évelyne. Du guide au récit, un parcours historique. In: GRAS, Pierre, PAYEN, Catherine (dir.). *Villes, voyages, voyageurs*. Actes de la rencontre de Villeurbanne. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, pp. 83-87.
- COLI, Jorge. Les Artistes Voyageurs et l'Art Brésilien. In: MUSÉE DE LA VIE ROMANTIQUE. *La Collection Brasiliana*. Les peintres voyageurs romantiques au Brésil (1820-1870). (Catalogue d'exposition 28 juin, 27 novembre 2005). Paris: Paris Musées, 2005, pp.69-105.
- COLLINI, Silvia, VANNONI, Antonella (éds.). *Les instructions scientifiques pour les voyageurs (XVIIe-XIXe siècles)*. Trad. Marc Rives. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005.
- COMPARATO, Vittor Ivo. Viaggiatori inglesi in Italia tra Sei e Settecento: la formazione di un modelo interpretativo. *Quaderni Storici*. Ancona, 42 : 850-886, sett./dic., 1979.
- COPANS, Jean, JASMIN, Jean (orgs.). *Aux origines de l'Anthropologie française*. Les mémoires de la Société des Observateurs de l'Homme en l'an VIII. Paris: Le Sycomore, 1978.

- COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Élide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 57-81.
- COTONI, Marie-Hélène. Regards de Paul Lucas sur les Diverses Religions du Levant. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 97-114.
- COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine. *Histoire du visage*. Exprimer et taire ses émotions (du XVIe siècle au début du XIXe siècle). Paris: Payot, Rivages, 1988.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, 36: 61-98, 2002.
- CUNHA, Norberto Ferreira da. *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.
- CUNHA E MENEZES, Pedro da (com Júlio Bandeira). *O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul*. 2. ed. São Paulo: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007.
- CURTO, Diogo Ramada. As práticas de escrita. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, v. 3, O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 421-462.
- DANTAS, Luiz. A presença da imagem do Brasil na Revue des Deux Mondes no século XIX. In: *Images réciproques du Brésil et de la France. Images réciprocas do Brasil e da França*. Atas do Colóquio organizado no quadro do projeto França-Brasil. Coordenação de Solange Parvaux e Jean Revel-Mouroz. Paris: IHEAL, 1991, v.1, pp. 139-146.
- DE SIMONE, Eliana de Sá Porto. Viagem ao Novo Mundo – o Brasil visto pelo Príncipe Maximilian Wied zu Neuwied. *Lateinamerika – Studien*. Frankfurt am Main: Vervuert, 33: 17-38, 1994.
- DÉLOYE, Yves. Le Protocole ou L'Ombre du Pouvoir Politique. Sociologie historique de l'obéissance politique en France. In: DÉLOYE, Yves, HAROCHE, Claudine, IHL, Olivier (dirs.). *Le protocole ou La mise en forme de l'ordre politique*. Paris, Montréal: L'Harmattan, 1996, pp. 47-65.

- DENBY, David. Enlightenment travel accounts: Constantin de Volney. In: CONROY, Jane (ed.). *Cross-Cultural Travel*. (Papers from the Royal Irish Academy Symposium on Literature and Travel. National University of Ireland, Galway, November 2002). New York: Peter Lang, 2003, pp. 99-110.
- DIAS, Elaine Cristina. *Debret, a pintura de história e as ilustrações de Corte de “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 278: 105-170, jan./mar., 1968.
- DIENER, Pablo, COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas*. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.
- DÍEZ DEL CORRAL, Luís. La unidad del mundo hispánico a través de los hermanos von Humboldt. *Revista de Occidente*. Madrid. Año II, 2ª época, 38: 274-299, mayo, 1966.
- DOMENECH, Jacques. Volney Voyageur Moraliste. L’interaction entre discours des Lumières et Récit de voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MORGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Récits de Voyage et Intertextualité*. (Onzième Colloque du CRLV. Nice, 5-7 sept. 1997). Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences de Nice; Paris: CRLV, 1998, pp. 243-253.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 823-838, 2001.
- DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, Alda, VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001, pp. 55-75.
- DOIRON, Normand. De l’épreuve de l’espace au lieu du texte. Le récit de voyage comme genre. In: BEUGNOT, Bernard (éd.). *Voyages: récits et imaginaires*. Actes de Montréal. Paris, Seattle, Tubingen: Wolfgang Leiner, 1984, pp. 15-32.
- \_\_\_\_\_. L’art de voyager. Pour une définition du récit de voyage à l’époque classique. *Poétique*. Paris: Seuil, 73: 83-108, févr., 1988.

- \_\_\_\_\_. Depuis Babel toucher la lune. De quelques manières de voyager/XVIe-Xxe siècles. *Études Françaises*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal. 24(3): 99-107, 1988.
- \_\_\_\_\_. Les rituels de la tempête en mer. Histoire et voyage au seuil de l'âge classique. *Revue des Sciences Humaines*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, LXXXX(214) : 43-70, avr./juin, 1989.
- \_\_\_\_\_. Les rituels du retour. La dialectique classique du voyage et de la retraite. *Littérales*. Nanterre: Centre de Recherche du Département de Français de Paris X-Nanterre, 7: 165-178, 1990.
- \_\_\_\_\_. *L'Art de Voyager*. Le déplacement à l'époque classique. Sainte Foy: Les Presses de l'Université Laval; Paris: Klincksieck, 1995.
- DRIVER, Felix. Hints to travellers. La Royal Geographical Society e la cultura dell'esplorazione. In: BOSSI, Mauricio, GREPPI, Claudio (eds.). *Viaggi et Scienza*. Le istruzioni scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX. Firenze: Leo S. Olschki, 2005, pp. 243-257.
- DROUIN, Jean-Marc. Analogies et contrastes entre l'expédition d'Égypte et le voyage de Humboldt et Bonpland. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 839-861, 2001.
- DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.
- DUVIOLS, Jean-Paul. *Voyageurs français en Amérique* (colonies espagnoles et portugaises). Paris: Bordas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *L'Amérique espagnole vue et rêvée*. Les livres de voyages de Christophe Colomb à Bougainville. Paris: Promodis, 1985.
- \_\_\_\_\_. Le Brésil de Jean-Baptiste Debret (1815-1831). *Les Langues Néo-Latines* (*Revue des Langues Vivantes Romanes*). Paris: Société des Langues Néo-Latines, 82<sup>e</sup> année. 2(265): 5-16, 1988.
- ECO, Humberto. *O Nome da Rosa*. Trad. port. Aurora Bernardini, Homero Freitas Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Baudolino*. Trad. port. Marco Luchesi. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

- EDWARDS, Philip. *The story of the voyage: Sea-narratives in eighteenth-century England*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- ESTRADA TURRA, Baldomero. Los relatos de viajeros como fuente histórica: visión de Chile y Argentina en cinco viajeros ingleses (1817-1835). *Revista de Indias*. Madrid, CSIC, XLVII(180): 631-666, may./agos., 1987.
- ETTE, Ottmar. Los caminos del deseo: coreografías en la literatura de viajes. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 102-115, ene., 2003.
- EUBEN, Roxanne L. *Journeys to the other shore*. Muslim and Western Travelers in Search of Knowledge. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2006.
- FABRICANT, Carole. Eighteenth-century travel literature. In: RICHETTI, John (ed.). *The Cambridge History of English Literature, 1660-1780*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005, pp. 707-747.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.
- FARGE, Arlette. *Vivre dans la rue à Paris au XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 2000.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Mitohistoria y nación: a propósito de la “España primitiva” de Huerta y Vega. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *Fénix de España*. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766). (Actas del congreso internacional en homenaje a Antonio Mestre Sanchís, Madrid, noviembre de 2004). Madrid: Marcial Pons, Universidad Autónoma de Madrid, Universitat d’Alacant, Casa de Velásquez, 2006, pp.135-159.
- FERNÁNDEZ, Roberto. Els observadors de la Il·lustració. *L’Avenç*. *Revista d’Història*. Barcelona, 51: 58-65, jul., 1982.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens no Brasil imperial. *História: Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 13(2): 271-292, abr./jun., 2006.
- FOUCAULT, Michel. Qu’est-ce qu’un auteur? In: *Dits et écrits*. 1954-1988. v. 1 (1954-1969). Éd. Daniel Defert, François Ewald. Paris: Gallimard, 1994, pp. 789-821.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 15: 7-15, set./dez., 2000.

- \_\_\_\_\_. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*. Franca: Unesp, 22(2): 229-240, 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense, 1: 61-64, 1976.
- FREIXA, Consol. *Los Ingleses y el Arte de Viajar*. Una visión de las ciudades españolas en el siglo XVIII. Barcelona Serbal, 1993.
- \_\_\_\_\_. España en las Geografías Británicas del Siglo XVIII. *Scripta Vetera*. Edición Electrónica de Trabajos Publicados sobre Geografía y Ciencias Sociales. Reproducido de *Estudios Geográficos*. Barcelona. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sv-60.htm>. Consultado em agosto de 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GADENNE, Clotilde. Les voyageurs français et le concept de civilisation: un aspect paradoxal des échanges culturels entre France et Brésil (1822-1900). In: MATTOSO, Katia de Queirós, MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette, ROLLAND, Denis (dirs.). *Modeles politiques et culturels au Brésil: emprunts, adaptations, rejets XIXè et XXe siècles*. (Colloque de l'Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne les 8, 9 et 10 mars 1999 en Sorbonne). Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2003, pp. 157-179.
- GALLO, Francesca. Viaggiatore e guide nella definizione dell'identità urbana: il caso di Siracusa. *Storia Urbana*. Milano: Franco Angeli, 92: 25-45, luglio/sett., 2000.
- GALVÃO, Cristina Carrijo. *A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2001.
- GAMA, Luciana. Retórica e Poética em *Descrição da Ilha de Itaparica* de Manuel de Santa Maria. Itaparica (Séc. XVIII). *Urbana. Revista Eletrônica do CIEC*. Campinas: CIEC, 1(1), set./dez., 2006. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/dossie4.pdf>. Consultado em dezembro de 2006.
- GANNIER, Odile. *La littérature de voyage*. Paris: Ellipses, 2001.

- \_\_\_\_\_. La compilation et l'usage des journaux de bord dans l'histoire des idées et des sciences. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes. Voyages et discours scientifiques*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2006, pp. 65-77.
- GARCÍA BLANCO-CICERÓN, Jacobo. *Viajeros angloparlantes por la Galicia de la segunda mitad del siglo XVIII*. Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2006.
- GAZIELLO, Catherine. *L'expédition de Lapérouse. 1785-1788. Réplique française aux voyages de Cook*. Paris: CTHS, 1984.
- GAZOLLA, Ana Lúcia de Almeida. Mulheres à Deriva: Viajantes Anglo-Americanas no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, 27, jun., 1995.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. Trad. port. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. port. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 95-117.
- GIRARD, Marie-Hélène. Un monument à l'épreuve de la description, la basilique de Saint-Marc de Venise. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp.223-237.
- GLICK, Thomas. Imperio y dependencia científica en el XVIII español e inglés: la provisión de los instrumentos científicos. In: PESET, José Luis (coord.). *Ciencia, vida y espacio en Iberoamérica*. Trabajos del Programa Movilizador del CSIC Relaciones Científicas y Culturales entre España y América. Madrid: CSIC, 1989, v. 2, pp. 49-63.
- GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar. *Los viajeros de la Ilustración*. Madrid: Alianza, 1974.
- GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine. *Écrire le voyage au XVIe siècle en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- \_\_\_\_\_. Conclusión. Le Voyage aujourd'hui. La fiction encore possible? In: \_\_\_\_\_, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 249-252.

- \_\_\_\_\_. Aux Limites de l'Écriture Viatique, le Récit de Pèlerinage. L'Exemple de de la Description de Jérusalem. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 33-42.
- GONZÁLEZ MONTERO DE ESPINOSA, Marisa. *La ilustración y el hombre americano*. Descripciones etnológicas de la expedición Malaspina. Madrid: CSIC, 1992.
- GONZÁLEZ TROYANO, Alberto. Del viajero ilustrado al paseo literario. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 151-157.
- GOODMAN, Edward J. *The Explorers of South America*. Norman, London: University of Oklahoma Press, 1992.
- GORDON, Daniel. The City and the Plague in the Age of Enlightenment. *Yale French Studies*. New Haven: Yale University Press, 92: 67-87, 1997.
- GOULEMOT, Jean-Marie. De la lecture comme production de sens. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Pratiques de la lecture*. Paris: Payot, Rivages, 1993, pp. 115-127.
- GROSSIR, Claudine. *Un Hiver à Majorque: récit de voyage, autobiographie et fiction*. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 123-132.
- GUENTNER, Wendelin A. Comment le récit de voyage français devient littéraire au XVIIIe siècle. *Studies on Voltaire & the Eighteenth Century*. Oxford: Voltaire Foundation, 296: 53-70, 1992.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1: 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro: 7Letras, 5: 184-200, dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História: Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 7(2), 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=pt&nrm=iso). Consultado em: 29 de novembro de 2004.

- \_\_\_\_\_. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. (Anais do Encontro de Historiografia e História Política, 10 e 11 de outubro de 2005, UFRJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 69-85.
- GUYOT, Alain. Du Voyage à ses récits: mettre le monde en intrigue. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 205-215.
- \_\_\_\_\_. Le récit de voyage en Montagne au tournant des Lumières. Hétérogénéité des sources. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 119-133, avr., 2006.
- GUYOT, Alain, LE HUENEN, Roland. *L'Itinéraire de Paris à Jérusalem de Chateaubriand*. L'invention du voyage romantique, Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.
- HAFID-MARTIN, Nicole. *Voyage et connaissance au tournant des Lumières (1780-1820)*. Oxford, UK: Voltaire Foundation, 1995.
- HALL, Michael. Some considerations on accounts of travel to Brazil in the nineteenth and twentieth Centuries. *Colloque International "Voyageurs et images du Brésil"*. Paris. Disponível em <http://www.chairesergiobuarque.msh-paris.fr/colloquevoyageurs.html>., 2003. Consultado em outubro de 2007.
- HAMILTON, Charles Granville. English-speaking travellers in Brazil, 1851-1887. *Hispanic American Historical Review*. Durham, NC: Duke University, XL(4): 533-547, nov., 1960.
- HAMON, Philippe. Qu'est-ce qu'une description? *Poétique*. Paris: Seuil, 12: 465-485, 1972.
- \_\_\_\_\_. HAMON, Philipe, Rhetorical Status of the Descriptive. Transl. Patricia Baoudoin. *Yale French Studies*. New Haven: Yale University Press, 61: 1-26, 1981.
- HANCOCK, Claire. Ville et espace publique: la théorie habermasienne et le cas de la capitale française à la fin du XVIIIe siècle. *Espace et Sociétés*. Paris: L'Harmattan, 86 : 127-143, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Paris et Londres au XIXe siècle*. Représentations dans les guides et récits de voyage Paris: CNRS, 2003. (

- HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da Crítica. Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 11-43.
- \_\_\_\_\_. *Ut Pictura Poesis e Verossimilhança na Doutrina do Conceito no Século XVII*. In: VV.AA. *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia, Literatura*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, 1995, pp. 201-214.
- \_\_\_\_\_. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista do IEB*, 38: 87-119, 1995.
- HAROCHE, Claudine. L'ordre dans les corps: gestes, mouvements, postures. Éléments pour une anthropologie politique des préséances (XVIe-XVIIe siècles). In: Yves Déloye, Claudine Haroche, Olivier Ihl (dirs.), *Le protocole ou la mise en forme de l'ordre politique*, Paris, Montréal: L'Harmatan, 1996, pp. 213-229.
- \_\_\_\_\_. *Da palavra ao gesto*. Trad. port. Ana Montóia, Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998.
- \_\_\_\_\_. Le comportement de déférence: du courtisan à la personnalité démocratique. *Communications*. Paris: Seuil, 69: 5-26, 2000.
- HARTOG, François. *Mémoire d'Ulysse*. Récits sur la frontière en Grèce ancienne. Paris: Gallimard, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. port. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2005.
- HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris: Fayard, s.d.
- \_\_\_\_\_. *La pensée européenne au XVIIIème siècle*. De Montesquieu à Lessing. Paris: Fayard, s.d.
- HILST, Hilda. *Ficções*. São Paulo: Quíron, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Tu não te moves de ti*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- HORCH, Rosemarie E. Karl Friedrich Philipp von Martius. *Revista do IEB*. São Paulo, 6: 187-194, 1969.

- HULME, Peter, YOUNGS, Tim. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, pp. 1-52.
- HURÉ, Jacques. Dire Constantinople. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MORGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Récits de Voyage et Intertextualité*. (Onzième Colloque du CRLV. Nice, 5-7 sept. 1997). Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences de Nice; Paris: CRLV, 1998, pp. 159-167.
- IACHELLO, Enrico. La représentation des villes siciliennes dans les récits des voyageurs français (XVIIIe. et XIXe. siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine. 40(4): 557-577, oct./dec., 1993.
- JAMMES, Bruno. Le livre de science. In: CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'édition française*. V. 2. Le livre triomphant, 1660-1830. Paris: Fayard, Promodis, 1990, pp. 256-268.
- JAROSZ, Krzysztof. Periégèse hypertextuelle d'une contrée réelle: *Voyage en Italie* de Jean Giono. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 91-98.
- JONES, Kristine L. Nineteenth century British travel accounts of Argentina. *Ethnohistory*. Durham, NC: Duke University, 33(2): 195-211, 1986.
- KANTOR, Iris. Ciência & império: trajetórias de ilustrados lusoamericanos na segunda metade do século XVIII. In: *Laboratório do Mundo*. Idéias e saberes do século XVIII. Catálogo de Exposição. São Paulo: Pinacoteca, Imprensa Oficial, 2004, pp. 245-269.
- \_\_\_\_\_. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KERBRAT, Marie-Claire. La ville, espace poétique. In: GRAS, Pierre, PAYEN, Catherine (dir.). *Villes, voyages, voyageurs*. Actes de la rencontre de Villeurbanne. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, pp. 33-43.
- KLINK, Amyr. *Paratii*. Entre dois pólos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KNIGHT, David Marcus. Travels and science in Brazil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 809-22, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé*. Contribution à la sémantique des temps historiques. Trad. Jochen Hoock, Marie-Claire Hoock. Paris: EHESS, 1990.

- KURY, Lorelai. La politique des voyages et la culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). In: LAISSUS, Yves (éd.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe XIXe siècles*. Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques (118; Pau, octobre 1993). Paris: CTHS, 1995, pp. 235-245.
- \_\_\_\_\_. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). *Revue d'Histoire des Sciences*. Paris, 51(1): 65-91, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris, Montréal, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2001.
- \_\_\_\_\_. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 863-880, 2001.
- \_\_\_\_\_. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 11(suplemento 1): 109-129, 2004.
- \_\_\_\_\_. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellèctus*. Rio de Janeiro: UERJ, II(1), 2002. Disponível em [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus) Consultado em novembro de 2005.
- LA CAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca, NY, London: Cornell University Press, 1985.
- LACERDA, Sonia. *Metamorfoses de Homero*. História e antropologia na crítica setecentista da poesia épica. Brasília: UnB, 2003.
- LAFUENTE, Antonio. Las expediciones científicas del Setecientos y la nueva relación del científico con el Estado. *Revista de Indias*. Madrid: CSIC, XLVII(180): 373-378, may./agos., 1987.
- LAPLANTINE, François. Voyage et hospitalité. In: GRAS, Pierre, PAYEN, Catherine (dir.). *Villes, voyages, voyageurs*. Actes de la rencontre de Villeurbanne. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, pp. 55-66.
- LAURENT, Jean-Pierre. *Le Voyage*. Paris: Oxus, 2006.
- LE CORBUSIER, *Urbanismo*. 2. ed. Trad. port. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- LE HUENEN, Roland. Qu'est-ce qu'un récit de voyage? *Littérales*. Nanterre: Centre de Recherche du Département de Français de Paris X-Nanterre, 7: 11-27, 1990.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Hucitec, Edusp; Brasília: INL, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- LENCLUD, Gérard. Quand voir, c'est reconnaître. Les récits de voyage et le regard anthropologique. *Enquête*. Les terrains de l'enquête, Paris, 1995. Disponível em <http://enquete.revues.org/document266.html>. Consultado em dezembro de 2007.
- LENZ, Sylvia Ewel. Relatos de alemães no Rio de Janeiro oitocentista. *História Social*. Campinas: Unicamp, 10: 101-120, 2003.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Org. Heliana Angotti Salgueiro. Trad. port. Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.
- LESTRINGANT, Frank. Le Voyage, Une Affaire de Religion. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 13-31.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 2005.
- LIMA, Heloísa Pires. *Negros debretianos: representações culturais presentes na obra Voyage pittoresque et historique au Brésil (1816 a 1839)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Razão e imaginação nos Tempos Modernos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- LIMA, Madalena Quaresma de. *Aspectos da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2000.
- LIMA, Maria Emilia Amarante Torres Lima. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, Historiador e Pintor*. A Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1816-1839). Campinas: Unicamp, 2007.

- LINON-CHIPON, Sophie. *Certifiqata Loquor*. Le rôle de l'anecdote dans les récits de voyage (1658-1722). In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp.193-204.
- \_\_\_\_\_. Voyage au Pays des Merveilles. Éléments de Théologie Viatique Selon Claude Biron (1703). In: \_\_\_\_\_, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 115-121.
- LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA; Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, pp. 265-299.
- \_\_\_\_\_. Viajantes vêm as festas oitocentistas. In: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, v.2, pp. 623-635.
- \_\_\_\_\_. *Viajantes de língua alemã no Brasil*. Olhares sobre a sociedade e a cultura (1893-1942). Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Viagens, imagens e relações: o Brasil, a América e as regiões de idioma alemão na Europa*. Seminários de Pesquisa, Curso de História. Texto de Discussão. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, s.d. Disponível em <http://humanas.unifesp.br/karen.pdf>. Consultado em novembro de 2007.
- LUBRICH, Oliver. “Egipcios por doquier”: Alejandro de Humboldt y su visión “orientalista” de América. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 75-101, ene., 2003.
- LUCENA GIRALDO, Manuel. Imperios confusos, viajeros equivocados: españoles y portugueses en la frontera amazónica. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 24-35, ene., 2003.
- \_\_\_\_\_. Paisajes desposeídos. El tropicalismo de Alejandro de Humboldt. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, Juan (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, 2006, pp. 153-169.

- LUECK, Beth. *American writers and the picturesque tour*. The search for national identity. New York: Garland, 1992.
- MARCHANT, Alexander. Aspects of the Enlightenment in Brazil. In: WHITAKER, Arthur P. (ed.). *Latin America and the Enlightenment*. New York, London: D. Appleton-Century, 1942, pp. 95-118.
- MARCIL, Yasmine. Voyage écrit, voyage vécu? La crédibilité du voyageur, du *Journal Encyclopédique au Magasin Encyclopédique. Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 25-43, avr., 2006.
- MARIMOUTOU, Jean-Claude Carapanin. Les Voyageurs Européens et l’Hindouisme. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 291-317.
- MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. Trad. port. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2000.
- MAROTTA PERAMOS, Mirella. *Viajeros italianos del Settecento y su visión de Madrid*. Tesis (Doctorado en Lengua y Literatura Italiana). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1991.
- \_\_\_\_\_. El viaje como diálogo con el lector: la experiencia epistolar. *Revista de Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, anejo IV: 199-205, 2006.
- \_\_\_\_\_. Madrid en otros ojos. Los libros de viajes en tiempos del Grand Tour. Madrid: Ediciones del Orto, 2007.
- MARSON, Izabel Andrade. Política, ciência e utopia: a Revista “O Progresso e a (re)criação da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh. 12(23/24): 99-110, set., 1991/ago., 1992.
- \_\_\_\_\_. Imagens da condição feminina em “Travels in Brasil” de Henry Koster. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp. 4: 219-242, 1995.
- \_\_\_\_\_. Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE. 16: 83-109, 1996.

- \_\_\_\_\_. *O império da “conciliação”*: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão. Tese (Livre-Docência em História). Campinas: Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. Liberalismo versus escravidão: reflexões sobre uma relação contraditória. *História & Perspectivas*. Uberlândia: UFU, Edufu, 24: 39-50, jan./jun., 2001.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes*. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. Mapping Tropical Waters: British Views and Visions of Rio de Janeiro. In: COSGROVE, Denis (ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 2002, pp. 148-168.
- MARTÍNEZ SHAW, Carlos. El llibre de viatges com a font històrica. *L’Avenç. Revista d’Història*. Barcelona, 51: 46-48, jul., 1982.
- MARX, Murillo. Olhando por Cima e de Frente. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 30: 170-181, jun./ago., 1996.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB. 38: 57-73, 1961.
- \_\_\_\_\_. A Literatura dos Viajantes Estrangeiros Como Fonte Para a Nossa História. *Separata Memórias da I Semana da História*. Franca: Unesp, 1979.
- \_\_\_\_\_. Uma visão diferente de São Paulo no início do século XIX. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 35(188): 3-9, jan./mar., 2003.
- MEDEIROS LAHUERTA, Flora. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, 218(64), agosto, 2006. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Consultado em abril de 2007.
- MEIRELLES, Cecília. *Flor de poemas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- MELLO-LEITÃO, Candido de. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Nacional, 1941.
- MENDES, Elizabeth de Camargo. *Os viajantes no Brasil: 1808-1822*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo. USP, 1981.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*. São Paulo, (30): 144-155, jun./agos., 1996.

- MERLE, Isabelle. Le Journal de Watkin Tench *Of the Marines. Génèses*. Paris: CNRS, 43: 06-31, juin., 2001.
- MESGRAVIS, Laima, *O viajante e a cidade* (A vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX). Tese (Livre-Docência em História). São Paulo: USP, 1987.
- MESTRE SANCHÍS, Antonio. *Apología y crítica de España en el siglo XVIII*. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- MIGLIORINI, Luigi Mascili. Nei luoghi del tempo. In: BOSSI, Maurizio (cura). *L'esplorazione extraeuropea nei periodici del primo Ottocento – 1815-1845*. Napoli: Guida, 1984, pp. 159-181.
- MILLS, Sara. *Discourses of Difference. An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*. New ed. London, New York: Routledge, 1993.
- MONTALBETTI, Christine. *Le Voyage, le Monde, et la Bibliothèque*. Paris: P.U.F., 1997.
- \_\_\_\_\_. Ente écriture du monde et réécriture de la bibliothèque. Conflits de la référence et de l'intertextualité dans le récit de voyage au XIXe siècle. In: LINON-CHIPON, Sophie, MAGRI-MORGUES, Véronique, MOUSSA, Sarga (éds.). *Récits de Voyage et Intertextualité*. (Onzième Colloque du CRLV. Nice, 5-7 sept. 1997). Nice: Faculté des Lettres, Arts et Sciences de Nice; Paris: CRLV, 1998, pp. 3-16.
- \_\_\_\_\_. Les séductions de la fiction: enjeux épistémologiques. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 99-108.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Identidade e alteridade: registros iconográficos e sociológicos do Brasil no século XIX. *Primeira Versão*. Campinas: IFCH/Unicamp, 75, jun., 1998.
- MORALES MOYA, Antonio. Conocimiento de la realidad y pretensión reformista en el viaje ilustrado. In: GÓMEZ MENDOZA, Josefina *et al.* *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza, 1988, pp. 11-29.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.
- MOURA, Jean-Marc. *Lire l'Exotisme*. Paris: Dunod, 1992.

- MOUREAU, François. L'imaginaire vrai. In: MOUREAU, François (éd.). *Métamorphoses du récit de voyage*. Actes du Colloque de la Sorbonne et du Sénat (2 mars 1985). Paris: Champion; Genève: Slatkine, 1986, pp.166-167.
- \_\_\_\_\_. La littérature des voyages maritimes: du Classicisme aux Lumières. *Revue d'Histoire Maritime*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne. 1(1): 243-264, n° esp., oct., 1997.
- \_\_\_\_\_. O Brasil das Luzes francesas. Trad. port. Jean Briant. *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA. 13(36): 165-181, 1999.
- \_\_\_\_\_. Lire le voyage classique: inventaire et reconstruction. In: PARRA, Montserrat, FIGUEROLA, María Carme (eds.). *El viatge com a font de saber*. Lleida: Universitat de Lleida, Facultat de Lletres, 2002, pp. 131-140.
- \_\_\_\_\_. Le Brésil « pittoresque » de de Jean-Baptiste Debret ou l'observateur empêché. In: MATTOSO, Katia de Queirós, MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette, ROLLAND, Denis (dirs.). *Modeles politiques et culturels au Brésil: emprunts, adaptations, rejets XIXè et XXe siècles*. (Colloque de l'Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne les 8, 9 et 10 mars 1999 en Sorbonne). Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2003, pp. 95-105.
- \_\_\_\_\_. *Le Théâtre des Voyages*. Une scénographie de l'Âge classique. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005.
- \_\_\_\_\_. L'Orient des Religions Chez Robert Challe. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 169-179.
- \_\_\_\_\_. Viajar por Europa en el Siglo de las Luces. Trad. Leonardo Romero Tobar. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 25-47.
- \_\_\_\_\_. MOUREAU, François, Avant-Propos. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes*. Voyages et discours scientifiques. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2006, pp. 7-10.
- \_\_\_\_\_. Paradojas brasileñas de las Luces francesas. Trad. esp. María Jesús Fernández, Maria Luísa Leal. In: LEAL, Maria Luísa, FERNÁNDEZ, María Jesús, GARCÍA

- BENITO, Ana Belén (coords.). *Invitación al viaje*. Mérida: Junta de Extremadura, 2006, pp. 127-128.
- MOUSSA, Sarga. Orientalisme et Rousseauisme: la représentation des bédouins d'Arabie par um voyageur polonais, le Comte W. Rzewuski. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris: SHMC, 45(2): 346-356, avr./juin, 1998.
- \_\_\_\_\_. « Usages de la fiction dans le récit de voyage: l'épisode de la mer Morte chez Lamartine ». In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 47-54.
- \_\_\_\_\_. Images et Usages de les Religions Monothéistes dans les Voyages en Orient (1<sup>re</sup> moitié du XIXe siècle). In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 277-290.
- \_\_\_\_\_. Le récit de voyage, genre « pluridisciplinaire ». À propos des Voyages en Égypte au XIXe siècle. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 241-253, avr., 2006.
- MÖRNER, Magnus. Alejandro de Humboldt – la parte venezolana de su “Viaje” y otros relatos de viajeros a comienzos del siglo XVIII. *Revista del CESLA*. Varsovia: Universidad de Varsovia, 1: 139-151, 2000.
- MOTSCH, Andreas. De l'Aperçu au Système. Lafitau et l'Anthropologie de la Contre-Réforme. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOC, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 123-143.
- MUSEUS CASTRO MAYA. *A paisagem pitoresca no Brasil*. Catálogo de Exposição realizada de agosto de 1998 a janeiro de 1999. Texto e coordenação Julio Bandeira. Rio de Janeiro: Os Museus Castro Maya, 1998.
- NAVES, Rodrigo. Debret, o neoclassicismo e a escravidão. In: *A forma difícil*. Ensaio sobre a arte brasileira. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004.

- NELSON, Margaret. The negro in Brazil as seen through the chronicles of travelers, 1800-1868. *Journal of Negro History*, 30: 203-218, abr., 1945.
- NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. O olhar analítico de um observador vigilante. *História Social*. Campinas: Unicamp, 10: 149-179, 2003.
- NICOLAZZI, Fernando, Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. (Anais do Encontro de Historiografia e História Política, 10 e 11 de outubro de 2005, UFRJ). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 240-265.
- NOAKES, Susan. The rhetoric of travel: the french romantic myth of Naples. *Ethnohistory*. Durham, NC: Duke University. 33(2): 139-148, 1988.
- NOTHOMB, Amélie. *Le sabotage amoureux*. Paris: Albin Michel, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mercure*. Paris: Albin Michel, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Cosmétique de l'ennemi*. Paris: Albin Michel, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Antéchrista*. Paris: Albin Michel, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Biographie de la faim*. Paris: Albin Michel, 2004.
- Ó, Alarcon Agra do. Thomas Lindley: um viajante fala de doenças e dos seus enfrentamentos no início do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 11(1): 13-31, 2004.
- OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, O Brasil Monárquico, v. 1. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985, pp. 119-131.
- ORTAS DURAND, Esther. La España de los viajeros (1755-1846). Imágenes reales, literaturizadas, soñadas... In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida y género literario*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 48-103.
- \_\_\_\_\_. *Leer el camino*. Cervantes y el “Quijote” en los viajeros extranjeros por España (1701-1846). Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2006.
- OTERO PEDRAYO, Ramón. *Ensaio histórico sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia, 1982.

- PAQUOT, Thierry. *L'autre* comme ailleurs. In: GRAS, Pierre, PAYEN, Catherine (dir.). *Villes, voyages, voyageurs*. Actes de la rencontre de Villeurbanne. Paris, Budapest, Torino: L'Harmattan, 2005, pp. 19-29.
- PASQUALI, Adrien. *Le tour des horizons*. Critique et récits de voyages. Paris: Klincksieck. 1994.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: a confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a 1784*. Dissertação (Mestrado em Geociências). Campinas: Unicamp, 2001.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PAYET-MEURE, Chantale. Robert Challe. La Bible à l'Épreuve du Voyage. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 181-197.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros* novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage. São Paulo: Edusp, 2001.
- PÉREZ MAGALLÓN, Jesús. Modernidades divergentes: la cultura de los novatores. In: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.). *Fénix de España*. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766). (Actas del congreso internacional en homenaje a Antonio Mestre Sanchís, Madrid, noviembre de 2004). Madrid: Marcial Pons, Universidad Autónoma de Madrid, Universitat d'Alacant, Casa de Velásquez, 2006, pp. 43-56.
- PESET, José Luis. Maupertuis: el viajero diseñador de nuevos mundos. *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 7-23, ene., 2003.
- PESSOA, Lilian de Abreu. *A imagem do Brasil na literatura de viagem alemã do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras Modernas). São Paulo: USP, 1991.
- PICCOLI, Valéria. La chronique des voyageurs. In: MUSÉE DE LA VIE ROMANTIQUE. *La Collection Brasiliana*. Les peintres voyageurs romantiques au Brésil (1820-1870).

- (Catalogue d'exposition 28 juin, 27 novembre 2005). Paris: Paris Musées, 2005, pp. 51-67.
- PIERINI, Margarita. La mirada y el discurso: la literatura de viajes. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. V. 2, Emancipação do Discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, pp. 161-183.
- PIMENTEL, Juan. Escrituras del mundo y de la vida. (Ciencia, novela y viajes en el siglo XVIII). *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 260: 56-74, ene., 2003.
- \_\_\_\_\_. *Testigos del Mundo*. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- \_\_\_\_\_. El día que el Rey de Siam oyó hablar del hielo: viajeros, poetas y ladrones. In: LUCENA GIRALDO, Manuel, \_\_\_\_\_. (eds.). *Diez Estudios Sobre Literatura de Viajes*. Madrid: CSIC, Instituto de la Lengua Española, 2006, pp. 89-107.
- \_\_\_\_\_. La física de las cosas de España. Ciencia y representación de la nación que se quería ilustrada. In: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.). *Fénix de España*. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766). (Actas del congreso internacional en homenaje a Antonio Mestre Sanchís, Madrid, noviembre de 2004). Madrid: Marcial Pons, Universidad Autónoma de Madrid, Universitat d'Alacant, Casa de Velásquez, 2006, pp.267-281.
- PIOFFET, Marie-Christine. *Espaces lointains, espaces rêvés* dans la fiction romanesque du Grand Siècle. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2007.
- POMEAU, René. Voyage et lumières dans la littérature française du XVIIIe siècle. *Studies on Voltaire & the Eighteenth Century*. Oxford: Voltaire Foundation, 57(22): 1269-1288, 1967.
- POPEANGA, Eugenia. El viaje iniciático. Las peregrinaciones, itinerarios, guías y relatos. *Revista de Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, anejo I: 27-37, 1991.
- \_\_\_\_\_. Historia y poética de la ciudad. Nota introductiva. *Revista de Filología Románica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, anejo II: 11-24, 2002.
- PORTILLO VALDÉS, José M. "Americanos españoles". Historiografía, identidad y patriotismo en el Atlántico hispano. In: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (ed.).

- Fénix de España*. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766). (Actas del congreso internacional en homenaje a Antonio Mestre Sanchís, Madrid, noviembre de 2004). Madrid: Marcial Pons, Universidad Autónoma de Madrid, Universitat d'Alacant, Casa de Velásquez, 2006, pp. 327-344.
- POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français. 1816-1840*. Témoignages et images. Paris: L'Harmattan, 1993.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira. 3. ed. São Paulo: D.P.&C., 1929.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Trad. port. Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999.
- PUERTO SARMIENTO, F.J., GONZÁLEZ BUENO, A. Política científica y expediciones botánicas en el programa colonial español ilustrado. In: LAFUENTE A., ELENA, A., ORTEGA, M.L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Actas del Congreso Internacional "Ciencia, descubrimiento y mundo colonial". Madrid: Doce Calles, Universidad Autónoma de Madrid, 1993, pp. 331-339.
- PUIG-SAMPER, Miguel Angel, PELAYO, Francisco. Las expediciones botánicas al nuevo mundo durante el siglo XVIII. Una aproximación histórico- bibliográfica. In: SOTO ARANGO, Diana, PUIG-SAMPER, Miguel Ángel, ARBOLEDA, Luis Carlos (eds.). *La Ilustración en América Colonial*. Madrid: CSIC, Doce Calles, Conciencias, 1995.
- PUGLIESE, Genny. Voyager avec les idéologues: Constantin-François Chasseboeuf de Volney. *Revue Française*. Pietermaritzburg: Université de Natal. N° spécial électronique, s.d. Disponible em <http://revuefrancaise.free.fr/Pugliese.htm>. Consultado em novembro de 2007.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. A "Selvagem Independência": razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira. *História Social*. Campinas: Unicamp, 10: 35-54, 2003.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: a brasileira vista por viajeros ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RACAULT, Jean-Michel. Les jeux de la vérité et du mensonge dans les préfaces des récits de voyages imaginaires à la fin de l'Age classique (1676-1726). In: MOUREAU,

- François (éd.). *Métamorphoses du récit de voyage*. Actes du Colloque de la Sorbonne et du Sénat (2 mars 1985). Paris: Champion; Génève: Slatkine, pp. 82-109, 1986.
- \_\_\_\_\_. La Preuve par l'Autre, ou du Bon Usage uu Paganisme. Theologie de la Revelation Primitive et Comparatisme Religieux Chez Lafitau. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 145-165.
- RAJOTTE, Pierre. (avec Anne-Marie Carte et François Couture). *Le Récit de Voyage*. Aux frontières du littéraire. Montréal: Triptyque, 1997.
- RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*. Niterói: UFF. 3(6): 157-182, dez., 1998.
- \_\_\_\_\_. Tipologia para o período colonial. *História: Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, 32: 27-46, jan./jun., 2000.
- \_\_\_\_\_. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. VIII(suplemento): 969-992, 2001.
- REQUEMORA, Sylvie. Du roman au récit, du récit au roman: le voyage comme genre « métoyen » au XVIIIe siècle, de Du Périer à Regnard. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 25-36, 2001.
- \_\_\_\_\_. L'espace dans la littérature de voyages. *Études Littéraires*. Québec: Université Laval, 34(1-2): 249-276, hiver, 2002.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Trad. port. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, s.d.
- RIBEIRO, José Eustáquio. *Viagens, viajantes e livros de viagem*. Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850). Dissertação (Mestrado em História). Franca: Unesp, 2004.
- RIBEIRO, Maria Aparecida. “Que gentinha!”: a *viagem pitoresca e histórica* de Jean-Baptiste Debret. In: LEAL, Maria Luísa, FERNÁNDEZ, María Jesús, GARCÍA BENITO, Ana Belén (coords.). *Invitación al viaje*. Mérida: Junta de Extremadura, 2006, pp.185-206.

- RICHARD, Hélène. *Une grande expédition scientifique au temps de la Révolution française: Le voyage d'Entrecasteaux à la Recherche de Lapérouse*. Paris: CTHS, 1986.
- RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- ROGER, Alain. La Naissance du Paysage en Occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000, pp. 33-39.
- RIVAS, Manuel. *Muller no baño*. Vigo: Xerais, 2002.
- ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes*. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2004.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. T. 5, Diversas manifestações na prosa. Reações anti-românticas na prosa. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Univali, 2007.
- ROTENBERG, Robert. Pseudonymous travel accounts as texts: a case from nineteenth century Vienna. *Ethnohistory*. Durham, NC: Duke University, 33(2): 149-158, 1986.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- RUBIÉS, Joan-Pau. Instructions for travellers: teaching the eye to see. *History and Anthropology*. Cambridge: King's College, 9(2-3): 139-190, 1996.
- \_\_\_\_\_. Travel writing and ethnography. In: HULME, Peter, YOUNGS, Tim. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, pp. 242-260.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. Nova ed. Trad. port. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALGUEIRO, Valéria. Vistas urbanas ilustradas por viajantes europeus no século XIX. *Tempo*. Niterói: UFF, 4: 103-123, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Paisagens de sonho e verdade*. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México nos álbuns ilustrados de oito artistas viajantes. Rio de Janeiro: Fraiha, 1998.

- \_\_\_\_\_. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, 22(44): 289-310, 2002.
- SAMBRICIO, Carlos. De los libros de viajeros a la historia urbana: el origen de la disciplina. *Ayer*. Madrid: Marcial Pons, 23: 61-85, 1996.
- SÁNCHEZ, Alejandro. Els somniadors del Romanticisme. *L'Avenç. Revista d'Història*. Barcelona, 51: 66-73, jul., 1982.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. Du texte au genre. Notes sur la problématique générique. *Poétique*. Paris: Seuil, 53: 3-18, févr., 1983.
- SCHAEFFNER, Alain. « Ce ne pas un livre que j'écris ». *Equipée* de Victor Segalen: le récit de voyage en question. In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, pp. 81-90.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003, pp. 603-631.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. Viajantes em meio ao império das festas. In: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001 v. 2, pp. 603-619.
- SECO, Ana Paula. *História da educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2004.
- SEIXO, Maria Alzira. Entre Cultura e Natureza. Ambigüidades do olhar viajante. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 30: 120-133, jun./ago., 1996.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2006.
- SERRANO, María del Mar. *Las guías urbanas y los libros de viaje en la España del siglo XIX*. Repertorio bibliográfico y análisis de su estructura y contenido (Viajes de papel). Barcelona: Universitat de Barcelona, 1993.

- \_\_\_\_\_. Viajes y Viajeros por la Espana del Siglo XIX. *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, XVII(98), sept., 1993. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/geo98.htm>. Consultado em agosto de 2007.
- SHAW, Michael Crozier. 'A tour no man will attempt twice': traveling in Spain in the eighteenth century. In: CONROY, Jane (ed.). *Cross-Cultural Travel*. (Papers from the Royal Irish Academy Symposium on Literature and Travel. National University of Ireland, Galway, November 2002). New York: Peter Lang, 2003, pp. 57-65.
- SHILLS, Edward. Déference. *Communications*. Trad. Dominique Férault. Paris: Seuil, 69: 215-249, 2000
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*. Rio de Janeiro: UERJ, 2(II): 1-31, p. 26. 2003. [www2.uerj.br/~intellectus](http://www2.uerj.br/~intellectus). Consultado em setembro de 2005.
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. *O espelho de Clio: olhares em choque sobre o Novo Mundo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2002.
- SILVA, Dinair Andrade da. *Viajante estrangeiro, cultura e relações internacionais: Auguste de Saint-Hilaire no Brasil, 1816-1822*. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- SILVA, Emília Maria Ferreira da. *Representações da sociedade escravista brasileira na Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, de Jean Baptiste Debret*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2002.
- SILVA, Marcelo Werner da. *A paisagem urbana da cidade de São Paulo na visão de viajantes estrangeiros, 1808-1858*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Claro: Instituto de Geociências da Unesp, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira. Da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa. 1999.
- SILVA, Valéria Piccoli Gabriel da. "A pátria de minhas saudades": o Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Paulo: USP, 2001.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Unesp, 2003.

- SIMON, William Joel. *Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)* and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late Eighteenth Century. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- SINDER, Valter. *Configurações da narrativa: verdade, literatura e etnografia*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2002.
- SLENES, Robert W. As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de J.M. Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: Unicamp, 2: 271-294, 1995-1996.
- \_\_\_\_\_. African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. *Slavery & Abolition*. London: Frank Cass & Co., 23(2): 147-168, aug., 2002.
- SOLANO, Francisco de. El archivo general de las Indias y la promoción del americanismo científico. In: SELLÉS, Manuel, PESET, José Luís, LAFUENTE, Antonio (comps.). *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*, Madrid: Alianza, 1988, pp. 277-296.
- SØRENSEN, Madeleine Pinault. Les voyageurs artistes en Amérique du Sud au XVIIIe siècle. In: LAISSUS, Yves (éd.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe-XIXe siècles*. Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques (118; Pau, octobre 1993). Paris: CTHS, 1995, pp. 43-5.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada*. O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.
- SOUZA, Valéria Salgueiro de. *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus: Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1995.
- STAGL, Justin. *A History of Curiosity*. The Theory of Travel 1550-1800. Reprint. London, New York: Routledge, 2006.
- STEPAN, Nancy Leys. Tropical nature as a way of writing. In: LAFUENTE A., ELENA, A., ORTEGA, M.L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Actas del Congreso Internacional “Ciencia, descubrimiento y mundo colonial”. Madrid: Doce Calles, Universidad Autónoma de Madrid, 1993, pp. 495-504.

- STAFFORD, Barbara Maria. *Voyage into Substance. Art, Science, Nature, and the Illustrated Travel Account, 1760-1840*. Cambridge, MA, London: MIT Press, 1984.
- STRAUMANN, Patrick (org.). *Rio de Janeiro, cidade mestiça*. Nascimento da imagem de uma nação. Comentários de Jean-Baptiste Debret. Trad. port. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SURUN, Isabelle. Du texte au terrain: reconstituer les pratiques des voyageurs (Afrique Occidentale, 1790-1880). *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 213-223, avr., 2006.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SYLVOS, Françoise. Vénus et le Synchrétisme Poétique dans *Voyage en Orient* de Nerval. In: LINON-CHIPON, Sophie, GUENNOG, Jean-François (éds.). *Transhumances Divines*. Récits de voyage et religion. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2005, pp. 259-275.
- TAGLIAVINI, Annamaria. Alla scoperta della natura. In: BOSSI, Maurizio (cura). *L'esplorazione extraeuropea nei periodici del primo Ottocento – 1815-1845*. Napoli: Guida, 1984, pp. 313-344.
- TJARKS, Alicia. Brazil: travel and description, 1800-1899. A selected bibliography. *Revista de Historia de América*. México, 83: 209-247, jan./jun., 1977.
- TODOROV, Tzvetan. Le voyage et son récit. In: *Les morales de l'histoire*. Paris: Bernard Grasset, 1991, pp. 95-125.
- \_\_\_\_\_. *Nous et les autres*. La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Seuil, 2001.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América portuguesa. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 57: 50-67, mar./mai., 2003.
- \_\_\_\_\_. Festa e Espaço simbólico: uma luzida corte na São Paulo do século XVIII, *Desígnio. Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo: Annablume, FAU-USP, 4: 11-26, set., 2005.
- \_\_\_\_\_. Narrativas de viagem: cruzamentos de espaços, saberes e temporalidades. Séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*. Franca: Unesp, 12(1): 127-144, 2005.

- \_\_\_\_\_. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.
- TUNA, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2003.
- TURCAN, Isabelle. Références bibliographiques et emprunts aux textes de relations de voyage dans les dictionnaires français sur l'ancien régime. Diversité des motivations et démarches pré-scientifiques au service de savoirs à vocation de science. In: LINON-CHIPON, Sophie, VAJ, Daniela (dirs.). *Relations Savantes. Voyages et discours scientifiques*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2006, pp. 79-106.
- URBAIN, Jean-Didier. *L'idiot du voyage*. Histoires de touristes. Paris: Payot, 2007.
- URIARTE, Cristina G. de. Viajeros franceses en Canarias en el siglo XVIII. Una imagen de Santa Cruz de Tenerife. *Revista de Filología Francesa* 11, 407-416, 1997. Disponível em <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11399368/articulos/THEL9797120407A.PDF>. Consultado em dezembro de 2007.
- \_\_\_\_\_. La representación verbal de lo nuevo en los relatos de viajeros franceses a Canarias. Manuel Bruña *et al.* (eds.), *La cultura del otro: español en Francia, francés en España*. Actas de Congreso Primer Encuentro Hispano-Francés de Investigadores. Sevilla, 29, 30 de noviembre, 1, 2 de diciembre de 2005. Sevilla: APFUE, SHF, Dpto. de Filología Francesa de la Universidad de Sevilla, 173-182, 2006. Disponível em <http://www.culturadelotro.us.es/actasehfi/pdf/2gdeuriarte.pdf>. Consultado em dezembro de 2007.
- \_\_\_\_\_. *Literatura de viajes y Canarias*. Tenerife en los relatos de viajeros franceses del siglo XVIII. Madrid: CSIC. 2006.
- VAJDA, Joanne. Paris en huit tours. À la découverte de la ville à travers les guides, les journaux pour touristes et les récits de voyage, 1855-1937. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 255-274, avr., 2006.
- VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. Independência e dependência: as viagens de Maria Graham no Brasil de 1822. In: AGUIAR, Flávio, MEIHY, José C.S.B.,

- \_\_\_\_\_. (orgs.). *Gêneros de fronteira*. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, pp. 39-46.
- VELASCO MORENO, Eva. *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII*. Una institución de sociabilidad. Madrid: Boletín Oficial del Estado, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- VENAYRE, Sylvain. Pour une histoire culturelle du voyage au XIXe siècle. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21 : 5-21, avr., 2006.
- VIANNA, Elizabeth de Camargo. *O espetáculo do Reino Unido*. Visão do viajante Tollenare sobre a crise lusa e a Revolução de 1817. Tese (Doutorado em História). Assis: Unesp, 1999.
- VIVIÈS, Jean. Gulliver contre Robinson: aperçus du récit de voyage au XVIIIe siècle. In: DUPEYRON-LAFAY, Françoise (dir.). *Le voyage dans la littérature anglo-saxonne*. Ivry-sur-Seine: Éditions A3, Université de Paris XII – Val de Marne, 2003, pp. 47-54.
- WARD, A.W., WALLER, A.R. The Literature of Travel, 1700-1900. In: *The Cambridge History of English Literature*. V. XIV, The Nineteenth Century. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1949, pp. 240-256.
- WEBER, Anne-Gaëlle. *À Beau Mentir qui Vient de Loin*. Savants, voyageurs et romanciers du XIXe siècle. Paris: Honoré Champion, 2004.
- \_\_\_\_\_. Le genre romanesque du récit de voyage scientifique au XIXe siècle. *Sociétés et Représentations*. Le Siècle du Voyage. Paris: ISOR/Credhes, 21: 79-77, avr., 2006.
- WEIL, Françoise. La relation de voyage: document anthropologique ou texte littéraire? In: RUPP-EISENREICH, Britta (éd.). *Histoires de l'Anthropologie (XVIe-XIXe siècles)*. Actes du Colloque La Pratique de l'Anthropologie Aujourd'hui. Paris: Klincksieck, 1984, pp. 55-65.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. port. Alípio Correia Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- WOLFZETTEL, Friedrich. *Le discours du voyageur*. Pour une histoire littéraire du récit de voyage en France, du Moyen Âge au XVIIIe. Siècle. Paris: P.U.F., 1996.
- \_\_\_\_\_. Relato de viaje y estructura mítica. In: ROMERO TOBAR, Leonardo, ALMARCEGUI ELDUYAEN, Patricia (coords.). *Los libros de viaje: realidad vivida*

y género literario. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, Akal, 2005, pp. 10- 24.

ZAVALA, Silvio. *América en el espíritu francés del siglo XVIII*. México: Colegio Nacional, 1949.

ZIFF, Larzer. *Return passages: great American travel writing, 1780-1910*. New Haven, CT: Yale University, 2000.

ZILBERMAN, Regina. Romance Histórico – História Romanceada. In: AGUIAR, Flávio, MEIHY, José C.S.B., VASCONCELOS, Sandra Gardini T. (orgs.). *Gêneros de fronteira*. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, pp. 179-192.

ZUMTHOR, Paul. Dire le voyage. In: *La mesure du Monde*. Représentation de l'Espace au Moyen Âge. Paris: Seuil, 1993, pp. 297-316.